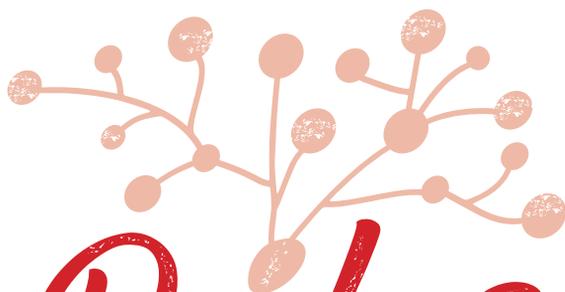


Redes

**REDES DE AGROECOLOGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS**
APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



Redes

**REDES DE AGROECOLOGIA PARA
O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS**
APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R314

Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios : aprendizados do Programa Ecoforte / Claudia Job Schmitt ... [et al.]. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia — ANA, 2020.
304 p. : il. color. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-87116-34-5

1. Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. 2. Ecologia agrícola — Brasil. 3. Agricultura sustentável — Brasil. 4. Agricultura familiar — Brasil. 5. Planejamento regional. 6. Desenvolvimento econômico. I. Schmitt, Claudia Job. II. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil).

CDD — 630.27450981

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o livro *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios — Aprendizados do Programa Ecoforte* seja citado como fonte.

REDES DE AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS — APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE

Organizadores

Claudia Job Schmitt
Silvio Isoppo Porto
Helena Rodrigues Lopes
Flavia Londres
Denis Monteiro
Paulo Petersen
Luciano Silveira

Autores

Claudia Job Schmitt
Silvio Isoppo Porto
Helena Rodrigues Lopes
Paulo Neto
Paulo Petersen
Angélica Almeida
Natália Almeida
Verônica Pragana
Viviane Brochardt
Anna Cecília Cortines
Flavia Londres
Denis Monteiro

Pesquisadores

Anna Cecília Cortines, Célio Cadoná, Claudia Job Schmitt, Cristina Sturmer, Euclides Reuter de Oliveira, Edelaine Brinker, Fábio Dias, Guilherme Gjorup, Gustavo Martins, Helena Rodrigues Lopes, Jairo Bosa, José Guedes Fernandes Neto, José Renato Porto, Laura de Biase, Márcio Menezes, Marli Gondim de Araújo, Pablo Sidersky, Paulo Neto, Régis Paiva, Rogério Dias, Sara Pimenta, Silvio Isoppo Porto e Victor Leonam Moraes

Assistentes de pesquisa

André Moreira Bordinhon, Alexandre Magno Lopes Gollo, Juliano Luís Palm, Larissa Aparecida da Silva Cabral e Laura dos Santos Rougemont

Coordenação editorial

Flavia Londres

Revisão técnica

Flavia Londres
Denis Monteiro
Helena Rodrigues Lopes
Viviane Brochardt
Claudia Job Schmitt
Paulo Petersen

Revisão de texto

Consultexto

Revisão de referências bibliográficas

Laura dos Santos Rougemont

Projeto gráfico, capa e tratamento de imagens

Raro de Oliveira

Diagramação

Antonio Dias

Elaboração de mapas e site

Cooperativa Eita

Tiragem

500 exemplares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - POR QUE E PARA QUE SISTEMATIZAR OS APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE?	11
A sistematização das redes <i>Ecoforte</i>	13
Como este livro está organizado	18
As contribuições da pesquisa para a maior visibilidade da Pnapo e do <i>Ecoforte</i> : referências para iniciativas urgentes	20
METODOLOGIA - AS EXPERIÊNCIAS DAS REDES DE AGROECOLOGIA, EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO ORGÂNICA NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ECOFORTE: OS CAMINHOS DA SISTEMATIZAÇÃO	23
Referências	47
CAPÍTULO 1 - O PROGRAMA ECOFORTE NO FORTALECIMENTO DAS REDES DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA: INTERAÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS	49
1.1 O Programa <i>Ecoforte</i> como um instrumento de fortalecimento das redes de agroecologia	55
1.1.1 O contexto político e institucional de criação do Programa <i>Ecoforte</i>	55
1.1.2 Principais inovações associadas ao Programa <i>Ecoforte</i>	65
1.2 O Perfil das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica apoiadas pelo Programa <i>Ecoforte</i> através do Edital nº 2014/005	77

1.3 Estratégias territoriais de fortalecimento da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica desenvolvidas no âmbito das redes	91
1.4 Os efeitos do <i>Programa Ecoforte</i> no fortalecimento das redes	99
Referências	103

CAPÍTULO 2 • DINÂMICAS TERRITORIAIS DE REDES DE AGROECOLOGIA APOIADAS PELO PROGRAMA ECOFORTE: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIAS, PRÁTICAS E UNIDADES DE REFERÊNCIA 107

2.1 Manejos da agrobiodiversidade: dinâmicas territoriais do fazer, dizer e sentir das redes de agroecologia	111
2.1.1 Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS Sobral / CE)	111
2.1.2 Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Rede Gias / MT)	116
2.1.3 Rede Encauchados de Vegetais (Rede Encauchados / PA)	119
2.1.4 Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (Rede NM / MG)	122
2.2 Reflexões sobre territórios, processos de fortalecimento da organização social e participação política das redes de agroecologia	126
2.2.1 Rede Camponesa de Agroecologia (RCA / RS)	127
2.2.2 Rede de Agroecologia Cantuquiriguaçu (PR)	130
2.2.3 Rede Maniva de Agroecologia (Rema) do Amazonas	133
2.3 Olhares transversais e práticas econômicas: construção social de mercados e outras economias possíveis	136
2.3.1 Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais	137

2.3.2 Rede Espaço Agroecológico (REA / PE).....	141
2.3.3 Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (Apoms)	147
2.3.4 Rede de Agroecologia do Leste Paulista – Alta Mogiana (Leste Paulista).....	150
2.3.5 Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (Rede da ZM)	155
2.4 Construção social de mercados e outras economias: uma leitura transversal a partir das 12 redes de agroecologia sistematizadas no Nível 2	160
2.5 Comunicação e cultura: territórios simbólicos da agroecologia	164
2.5.1 Comunicação e cultura: construtoras de conhecimento, afirmadoras de saberes e fazeres populares.....	167
2.5.2 Cultura e comunicação a partir das feiras	171
2.5.3 Comunicação e cultura a partir da educação.....	173
2.5.4 A cultura que se expressa como cuidado com a biodiversidade.....	175
2.5.5 Comunicando para fora de nossas fronteiras.....	175
2.5.6 Preparando novos voos: horizontes possíveis e lições aprendidas a partir da sistematização do <i>Ecoforte</i>	179
Referências	183

CAPÍTULO 3 - SISTEMATIZAÇÃO DAS REDES DE AGROECOLOGIA DE NÍVEL 3: REDE BICO AGROECOLÓGICO (TO), REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO (BA) E REDE TERRITORIAL NÚCLEO PLANALTO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA (RS).....	187
---	------------

3.1 Sistematização das redes agroecológicas	189
3.1.1 Rede Bico Agroecológico (TO)	189
Trajetória	191
Resultados	199
3.1.2 Rede Sabor Natural do Sertão (BA)	212
Trajetória	215
Resultados	226
3.1.3 Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)	235
Trajetória	238
Resultados	248
Referências	257

**CONSIDERAÇÕES FINAIS • PROGRAMA ECOFORTE
DE AGROECOLOGIA: INOVAÇÃO INSTITUCIONAL
SINTONIZADA COM DESAFIOS DE CIVILIZAÇÃO**

1 A agroecologia e a territorialização dos sistemas agroalimentares	263
1.1 O enfoque do metabolismo social	263
1.2 A desterritorialização dos sistemas agroalimentares	266
1.3 Redes territoriais e o desenvolvimento endógeno	268

2 As redes territoriais de agroecologia: a desmercantilização na construção de economias de oposição, regenerativas e redistributivas	271
2.1 Reciprocidade social	273
2.2 Reciprocidade ecológica	273
2.3 Gestão e defesa de bens comuns	274
2.4 Construção de mercados territoriais	274
2.5 O trabalho das mulheres na reprodução econômica e social	276
3 O caráter excepcional do <i>Programa Ecoforte</i>	277
3.1 Fragilidades da agricultura familiar: falha dos mercados ou falha das políticas?	277
3.2 Redes territoriais e a construção de economias de escopo	280
4 A coerência entre o <i>Programa Ecoforte</i> e os fundamentos da agroecologia	282
4.1 O desafio do monitoramento e da avaliação	287
a) A direção dos fluxos: de onde vêm e para onde vão?	287
b) Quem controla os fluxos?	289
c) Como contabilizar os fluxos?	292
4.2 Aprendizagens do <i>Ecoforte</i> para o desenho de políticas públicas	295
Referências	301

INTRODUÇÃO

Por que e para que sistematizar os aprendizados do Programa Ecoforte?

Flavia Londres
Denis Monteiro

Em outubro de 2018, na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) recebeu o prêmio prata do *Future Policy Award 2018*¹, que reconheceu as melhores políticas em agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis de todo o mundo.

A Pnapo, instituída no Brasil em 2012, é um dos frutos da mobilização da sociedade civil, com destaque para as mulheres do campo que organizam a *Marcha das Margaridas*, e de espaços de democracia participativa fortalecidos no País a partir dos anos 2000, entre eles o Conselho de Desenvol-

¹ Para mais informações, ver: <https://agroecologia.org.br/2018/10/16/politica-de-agroecologia-do-brasil-recebe-premio-internacional/>. Acesso em: 19/08/2019. <https://www.worldfuturecouncil.org/future-policy-award-2018-agroecology-brochure-2/>. Acesso em: 19/08/2019.

vimento Rural Sustentável (Condraf) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Com a criação da Pnapo, foi instituída a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) — órgão de participação paritária entre representantes do governo e da sociedade civil dedicado a planejar e monitorar a execução da Política. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) participou ativamente da construção da Pnapo, promovendo debates e elaborando documentos propositivos e, uma vez lançada a Política, articulou a participação da sociedade civil na Cnapo, colaborando na elaboração e no monitoramento dos Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapos)².

Uma das principais proposições da ANA foi a criação de instrumentos de apoio a redes de agroecologia atuantes em diversos territórios do País, tendo como inspiração a experiência do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), implementado pelo Ministério do Meio Ambiente nos biomas Amazônia e Mata Atlântica em parceria com organizações da sociedade civil nos anos 1990 e 2000.

A proposta da criação de instrumentos de apoio a redes parte da premissa de que existem experiências protagonizadas por organizações da sociedade civil que se articulam em redes nos territórios, o que promove sinergias entre as ações e contribui para potencializar os efeitos das políticas públicas que incidem nesses territórios.

Em 2013, o Governo Federal anunciou a criação do *Programa Ecoforte*, orientado pelos referenciais da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade, fruto da confluência entre a proposição da ANA e a iniciativa de criação de um programa de apoio à agroecologia articulada pela Secretaria-Geral da Presidência da República com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De forma inovadora, o seu primeiro edital, lançado em 2014, possibilitou o apoio a Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgâ-

2 Estes colegiados de participação social foram extintos pelo Governo Federal no primeiro semestre de 2019.

nica através do desenvolvimento de ações executadas diretamente pelas organizações da sociedade civil. À ocasião, foram recebidas 167 propostas. Destas, 28 foram contempladas com os recursos da FBB, do Fundo Social do BNDES e do Fundo Amazônia. Esses projetos, de dois anos de duração, foram executados a partir do final de 2014.

O *Ecoforte* é hoje reconhecido como a principal inovação da Pnapo, principalmente pelo fato de apoiar, por meio de editais públicos, projetos formulados pelas redes de agroecologia a partir de demandas dos territórios, mas também por confiar às organizações da sociedade civil a execução direta das ações, assim como o *Programa 1 Milhão de Cisternas* (P1MC) e o *Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2), de convivência com o Semiárido, financiados com recursos do orçamento público federal e executados em parceria com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) — não por acaso também premiados pelo *Future Policy Award* na sua edição de 2017, que reconheceu políticas de enfrentamento à desertificação.

A sistematização das redes *Ecoforte*

A ANA adota como princípio político-pedagógico a valorização de experiências concretas de agroecologia protagonizadas por famílias, grupos, comunidades e organizações presentes nos diferentes territórios do País. Como um espaço de articulação e, portanto, de aprendizado mútuo, a ANA tem como uma de suas estratégias a promoção do intercâmbio entre essas experiências. E a prática da sistematização é desenvolvida nessa rede como um processo de autorreflexão dos próprios atores envolvidos e como base para os debates sobre a construção da agroecologia nos territórios e sobre diversos temas mobilizadores. A partir desses processos de sistematização, também são formuladas propostas para a criação e o aprimoramento de programas e políticas públicas.

As sistematizações facilitam e enriquecem a circulação de informações entre as redes e organizações do campo agroecológico. Além



Seminário nacional para apresentação e discussão dos resultados da sistematização, em Brasília (DF), em maio/2019

disso, contribuem para a visibilização das experiências e dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das redes para além do círculo de atores diretamente envolvidos em suas dinâmicas. Também facilitam a comunicação com setores mais amplos da sociedade, contribuindo para o crescente reconhecimento social da agroecologia, da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, bem como para o apoio da população do campo e das cidades à agenda política do movimento agroecológico.

Tendo participado da construção do *Programa Ecoforte* desde a sua origem e acompanhando de perto projetos executados por muitas das redes apoiadas, a ANA logo identificou a importância de promover o intercâmbio entre essas experiências e de desenvolver um processo de sistematização que fosse capaz de trazer à luz a riqueza de resultados e aprendizados gerados pela ação das redes e potencializados pelo apoio do Programa. Com essa motivação, a ANA desenvolveu, em parceria com a FBB, o BNDES e o Fundo Amazônia,



Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

uma pesquisa participativa de âmbito nacional envolvendo as redes apoiadas no primeiro ciclo de projetos *Ecoforte*.

A pesquisa envolveu diretamente 25 redes das 28 apoiadas pelo primeiro edital do Programa. Suas organizações se engajaram ativamente nas diferentes etapas do processo, que envolveu atividades nacionais (seminários, oficinas, encontros e intercâmbios) e, em 16 das 25 redes, atividades também nos territórios (entrevistas, reuniões com lideranças e grupos focais, visitas às experiências etc.).

Este livro traz uma síntese da sistematização dos resultados surpreendentes gerados pelo trabalho dessas 25 redes. Eles evidenciam o acerto da estratégia metodológica do *Programa Ecoforte* de apoiar projetos construídos pelas próprias redes a partir das demandas definidas em seus territórios, baseadas nas suas trajetórias e dinâmicas organizativas nos mais diferentes contextos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos. Em vez de propor soluções tecnológicas de aplica-

ção universal, o Programa viabilizou o estabelecimento de Unidades de Referência de um conjunto amplo de tecnologias sociais, que puderam ser ajustadas aos diferentes contextos e necessidades. Esta flexibilidade e a confiança nas organizações da sociedade civil foram cruciais para o sucesso desse primeiro ciclo de projetos.

A sistematização mostrou a enorme diversidade de sujeitos sociais e tipos de organização envolvidos nos projetos: participam diretamente das 25 redes sistematizadas, por exemplo, 213 associações; 54 sindicatos e federações; 45 cooperativas; e 38 associações, cooperativas e grupos de mulheres. Essa integração entre sujeitos e organizações contribui para o aprendizado e para o desenvolvimento de inovações. A diversidade de temas mobilizadores da ação das redes é outro dado que impressiona, bem como a capacidade das redes de conectá-los nas suas práticas enraizadas territorialmente. Como exemplos, vale citar experiências envolvendo resgate, conservação, multiplicação e uso de sementes crioulas e plantas nativas, beneficiamento da produção, construção social de mercados e processos de certificação participativa da produção orgânica.

As 25 redes sistematizadas desenvolveram e/ou implementaram 1.042 Unidades de Referência de Tecnologias Sociais. A coleção *Teia Agroecológica — Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*³, publicada pela ANA também em parceria com a FBB, o BNDES e o Fundo Amazônia, traz um panorama da riqueza e diversidade dessas iniciativas apresentando 22 tecnologias sociais desenvolvidas no âmbito das redes apoiadas pelo *Ecoforte* em todas as regiões do País.

Entre outros efeitos positivos, a pesquisa evidenciou a importância do trabalho das redes para a integração entre políticas públicas acessadas pela agricultura familiar nos territórios. Por exemplo, revelou como a assistência técnica pública dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) potencializou os resultados do fomento e dos investimentos proporcionados pelo *Ecoforte*. Ou, ainda, como políticas de

3 Coleção completa disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia/>. Acesso em: 20/08/2019.



Visita de campo à Unidade de Referência implementada pela Rede de Agroecologia Leste Paulista, no Assentamento 17 de Abril, em Restinga (SP), durante seminário das redes *Ecoforte* realizado em julho de 2017, em Campinas (SP)

compras governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) puderam estimular processos de incentivo à produção promovidos pelo *Ecoforte*, ao mesmo tempo que os estímulos à produção contribuíram para a construção e a consolidação de diversos canais de comercialização. Estes são apenas alguns exemplos das múltiplas evidências trazidas pela sistematização sobre como a ação das redes estimula o acesso e amplifica os efeitos das políticas.

A sistematização mostrou ainda uma enorme diversidade de produtos comercializados no universo das redes: cerca de 800 itens (dos quais 53% são frutas, legumes, verduras, tubérculos e vegetais minimamente processados), uma contribuição muito importante do Programa para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Os dados mostram ainda a eficiência do uso dos recursos públicos ao apoiar redes. As 25 que participaram da sistematização remetem a um universo de 488 organizações e 23.206 pessoas beneficiadas diretamente. Trata-se de um público bastante grande e de resultados muito consistentes, considerando o montante disponibilizado (R\$ 32,5 milhões em dois anos, ou seja, em torno de R\$ 600 mil/rede/ano, ou cerca de R\$ 700,00 por beneficiário direto/ano).

Como este livro está organizado

A realização da sistematização das redes apoiadas pelo *Programa Ecoforte* demandou, em primeiro lugar, a elaboração participativa de um método de pesquisa.

Segundo o método proposto, o trabalho foi conduzido em três níveis de profundidade. No primeiro nível, mais geral, foram analisados os projetos e relatórios do *Ecoforte*, bem como foram preenchidos questionários e planilhas de dados com a colaboração e participação de representantes das 25 redes que se envolveram no processo. Essas informações possibilitaram a elaboração de análises transversais e a organização de dados gerais sobre o Programa, sobre o universo das redes apoiadas e sobre os efeitos gerados pelos projetos na ação das redes e suas organizações. A síntese desses resultados é objeto do Capítulo 1 desta publicação.

Foto: Viviane Brochardt/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Apresentação das redes de agroecologia durante seminário realizado no Recife (PE), em novembro de 2017

Aproximando um pouco o *zoom*, o segundo nível de sistematização incluiu 12 das 25 redes e, dando continuidade à primeira etapa geral da pesquisa, envolveu a realização de atividades a campo para entrevistas, visitas a experiências, reuniões com lideranças e grupos focais e o preenchimento de novos instrumentos de pesquisa, incluindo linhas do tempo e roteiros mais detalhados de coleta de dados. Este segundo nível de sistematização deu origem ao Capítulo 2.



Foto: Alfredo Nagib Filho/ANA

Produção própria de sementes fortalece autonomia de famílias agricultoras

Aproximando mais ainda o *zoom*, o terceiro nível de sistematização foi desenvolvido em 3 redes. Nestas, aprofundando o estudo, foram realizadas análises mais densas sobre alguns temas escolhidos e aplicados novos e mais detalhados instrumentos de pesquisa. Ainda nessas três redes, descendo para o nível de unidades familiares de produção envolvidas nas dinâmicas das redes territoriais de agroecologia e beneficiadas com investimentos dos projetos *Ecoforte*, foram realizados estudos de caso de análise econômico-ecológica de agroecossistemas segundo o método *Lume*⁴ (dois estudos de caso em cada uma das três redes). Os principais resultados deste Nível 3 estão apresentados no terceiro capítulo do livro.

O último capítulo traz as considerações finais do trabalho sistematização.

Foi realizado ainda um mapeamento das 25 redes, de suas organizações e das Unidades de Referência implementadas por meio dos projetos *Ecoforte*. Essas informações estão disponíveis para acesso *online* em redes-ecoforte.eita.org.br.

4 Para maiores informações, ver: <https://agroecologia.org.br/2017/03/21/metodo-de-analise-economico-ecologica-de-agroecossistemas/>. Acesso em: 20/08/2019.

As contribuições da pesquisa para a maior visibilidade da Pnapo e do *Ecoforte*: referências para iniciativas urgentes

No *IV Encontro Nacional de Agroecologia* (IV ENA), realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, entre 31 de maio e 3 de junho de 2018, foram apresentados os trabalhos de construção da agroecologia por redes atuantes em territórios de todas as regiões do País. Muitas dessas redes foram apoiadas neste primeiro ciclo do *Programa Ecoforte* e apresentaram, no IV ENA, os resultados preliminares dessa sistematização desenvolvida pela ANA. Outros frutos da ação das redes estavam na *Feira Saberes e Sabores* e na *Feira da Agrobiodiversidade*, que também aconteceram no Encontro, atraindo um grande público de Belo Horizonte e de toda a Região Metropolitana.

O IV ENA foi uma grande oportunidade de apresentar os resultados preliminares da sistematização das redes para um conjunto bastante amplo de organizações da sociedade civil, para gestores públicos de todas as esferas de governo, para organizações de outros países (estavam representados o Caribe e 14 países da América Latina e da Europa) e também para representantes de entidades de cooperação internacional.

O *Ecoforte* tem chamado muito a atenção de gestores públicos estaduais, justamente no momento em que já foram instituídos, ou estão em fase avançada de tramitação, políticas e programas estaduais de agroecologia e produção orgânica, muitos deles discutidos em espaços com a participação da sociedade civil e inspirados no processo de construção da Pnapo. Para quem procura referências de programas inovadores, que deram certo, que sejam eficientes no uso dos recursos públicos e que contribuam de forma muito significativa para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, o *Ecoforte* é um dos melhores exemplos.

Este trabalho de sistematização sobre as redes de agroecologia desenvolvido pela ANA tem sido apresentado em outros países da América Latina e em fóruns internacionais por representantes das organizações do campo agroecológico brasileiro. É interessante perceber a acolhida do Programa como uma grande inovação institucional, o que é ainda mais

significativo quando se sabe que o Brasil foi pioneiro na instituição de uma política pública nacional de agroecologia e produção orgânica.

No plano internacional, programas como o *Ecoforte* e políticas como a Pnapo têm recebido grande atenção, exatamente porque hoje são discutidas soluções para a grave crise ambiental e social, cujos efeitos são sentidos em todo o mundo de formas cada vez mais dramáticas, especialmente pelas parcelas mais empobrecidas da população. O fato de governos e agências internacionais precisarem desenvolver políticas e programas condizentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) também contribui para que iniciativas como a Pnapo e o *Ecoforte* ganhem cada vez mais relevância.

Os resultados da pesquisa desenvolvida pela ANA, sintetizados nesta publicação, contribuem para mostrar por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia. Como fruto dos espaços de democracia participativa, a pesquisa focada nas redes apoiadas pelo *Programa Ecoforte* se insere ativamente nas mobilizações da sociedade civil em defesa dos bens comuns e da democracia.

Desejamos a todas e todos que a leitura deste livro seja agradável e inspiradora!



Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

A coleção *Teia Agroecológica* apresenta tecnologias sociais desenvolvidas pelas redes territoriais de agroecologia

As experiências das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica na implantação do Programa Ecoforte: os caminhos da sistematização

Claudia Job Schmitt

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) adota como princípio político-pedagógico a valorização e o intercâmbio de experiências concretas de agroecologia protagonizadas por famílias, grupos, comunidades e organizações presentes em diferentes territórios nas várias regiões do País. Nos espaços de articulação da ANA, as interações estabelecidas entre iniciativas social e ecologicamente contextualizadas, inspiradas pelos princípios da agroecologia, ganham amplitude por meio de processos de articulação em rede, que se estabelecem em diferentes escalas, desde o local até o nacional. Através de diversas metodologias, os conhecimentos associados a essas experiências vão sendo compartilhados e enriquecidos como bem comum e fonte de aprendizado mútuo.

A prática da sistematização é compreendida nessa rede como um processo de autorreflexão dos vários atores envolvidos, como base para os debates relacionados à construção da agroecologia nos territórios e sobre diversos temas mobilizadores. Os aprendizados gerados inspiram, também, a formulação de propostas para a criação e o aprimoramento de programas e ações de políticas públicas. As sistematizações também facilitam e enriquecem a circulação de informações entre as redes e organizações do campo agroecológico. Além disso, contribuem para a visibilização das experiências e dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da ANA, para além do círculo de atores diretamente vinculados às suas dinâmicas. Este método facilita a comunicação com setores mais amplos da sociedade, contribuindo para o crescente reconhecimento social da agroecologia, da agricultura camponesa e familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, bem como para o apoio da população do campo e das cidades à agenda política do movimento agroecológico.

Na América Latina, a sistematização de experiências como forma de construção do conhecimento tem sua origem entre os profissionais do Serviço Social e no campo da educação de adultos, ganhando novos contornos, sobretudo a partir da década de 1970, através das interfaces estabelecidas com a abordagem crítica da educação popular (HOLLIDAY, 2006;

Foto: Viviane Brochardt/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Visita de campo durante seminário realizado em Campinas (SP), em julho de 2017, com a participação das 25 redes

SANCHES, 2011; FALKENBACH e CARRILLO, 2015; CORDERO e CARRILLO, 2017). Mesmo reconhecendo a existência de distintas visões acerca dos elementos que caracterizam um processo de sistematização, é possível identificar alguns princípios comuns que são compartilhados por diferentes autoras/es e coletivos de reflexão engajados no desenvolvimento desta metodologia, que procuramos sintetizar a seguir:

- ▶ A sistematização implica em um esforço de **reconstrução ordenada da experiência**, buscando compreender os caminhos percorridos pelos atores, os processos inscritos em uma determinada trajetória e os efeitos gerados pelas ações desenvolvidas ao longo desse percurso (HOLLIDAY, 2006).
- ▶ A articulação entre **teoria e prática** é um componente fundamental dos processos de sistematização, que têm como um de seus principais objetivos alimentar ciclos virtuosos de ação e reflexão, contribuindo para uma “compreensão crítica das transformações e dos saberes gerados pela prática” (CORDERO e CARRILLO, 2017, p. 24).
- ▶ A **construção compartilhada de conhecimentos** é parte integrante do método. São as interações estabelecidas entre diferentes atores no processo de sistematização que possibilitam que conhecimentos fragmentados e percepções dispersas possam se constituir como um objeto comum de reflexão, gerando conhecimentos que são integrados à experiência coletiva (HOLLIDAY, 2006).
- ▶ A sistematização busca incentivar um **diálogo de saberes**, colocando em interação diferentes regimes de produção de conhecimentos. Os saberes construídos pelos agentes sociais em seu dia a dia, incorporados às práticas e à cultura material, não são percebidos como um “conhecimento menor”, mas compõem, como sugere Boaventura de Souza Santos (2006), uma ecologia de saberes.

Tendo como principal matéria-prima a experiência vivida, a sistematização não se confunde, no entanto, com uma mera descrição das vivências de um grupo social reconstituídas a partir de um recorte espe-

cífico. Essa metodologia busca penetrar na complexidade das experiências, relacionando processos e contextos, recuperando aprendizados e mantendo um olhar atento às distintas formas como as práticas sociais são vivenciadas e significadas.

Como instrumento de investigação e prática pedagógica, a sistematização tem sido empregada nos mais diferentes ambientes, consolidando-se, ao longo do tempo, como uma ferramenta fundamental de aprendizado e compartilhamento de conhecimentos, conectando pessoas, redes, instituições e movimentos sociais com atuação no campo da agroecologia. O método, considerando suas múltiplas possibilidades de adaptação e aplicação, guarda uma estreita sintonia com uma visão da agroecologia como um campo de conhecimento transdisciplinar, participativo e orientado à ação (MÉNDEZ, BACON, COHEN, 2013).

As rotas metodológicas a serem percorridas por um processo de sistematização podem ser muito distintas e precisam levar em conta as características dos atores envolvidos, seus objetivos e suas possibilidades concretas de participação nas atividades propostas. No caso aqui apresentado, o processo de sistematização mobilizou um conjunto amplo de atores, vinculados a diferentes instituições e com atuação nas distintas regiões do País. As atividades do projeto se estenderam por um período de mais de dois anos, com a participação de dezenas de pessoas.

As redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo *Ecoforte* através do Edital nº 2014/005 foram consultadas, desde as primeiras etapas, sobre a sua disponibilidade em participar da sistematização e puderam avaliar, de forma autônoma, se teriam condições efetivas de acompanhar o processo em suas diferentes fases. De um total de 28 redes apoiadas pelo edital do *Ecoforte* lançado em 2014, 25 participaram desse esforço de sistematização. Algumas dessas redes possuíam vínculos históricos com a ANA. Outras, no entanto, participavam pela primeira vez dos espaços de intercâmbio e troca de experiências dinamizados pela Articulação. A metodologia adotada, em suas diferentes etapas, buscou valorizar as experiências desenvolvidas pelas redes no âmbito do *Programa Ecoforte* em sua diversidade, estimulando um diá-



Visita à experiência de produção de alimentos em antiga região de produção de cana-de-açúcar, na Zona da Mata de Pernambuco

logo horizontal, considerando os distintos contextos. As avaliações feitas ao longo de todo o processo nos permitem afirmar que esse objetivo de integração entre as redes foi plenamente atingido.

O engajamento das organizações sociais apoiadas pelo *Programa Ecoforte* foi fundamental para o desenvolvimento de todo o trabalho, contemplando não apenas a participação em seminários, oficinas e outras atividades coletivas, mas um esforço permanente de organização de informações e de reflexão acerca da experiência da rede na implementação do Programa. Representantes das organizações apoiadas através do Edital nº 2014/005 também acompanharam as visitas de campo, mantendo um diálogo estreito com as/os consultoras/es responsáveis pelos diferentes casos sistematizados.

Cabe registrar, também, o envolvimento direto das organizações sociais no sentido de sediar alguns dos eventos organizados ao longo da pesquisa e que contaram com a participação de consultoras/es, representantes das redes, integrantes da Secretaria Executiva da ANA e da equipe responsável pelo acompanhamento do processo de sistematização, representantes da Fundação Banco do Brasil (FBB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outras instituições envolvidas nesse esforço de reflexão. O *Seminário Nacional sobre o Programa Ecoforte*, realizado em Campinas (SP), em julho de 2017, possi-

bilitou que seus participantes pudessem conhecer, através de uma visita de campo, as experiências desenvolvidas pela Rede de Agroecologia do Leste Paulista. A *Oficina sobre Sistematização de Redes de Agroecologia do Programa Ecoforte*, organizada no Recife (PE), em setembro de 2017, nos conduziu à Zona da Mata Pernambucana e, na sequência, às feiras agroecológicas do Recife, possibilitando uma incursão às ações desenvolvidas pela Rede Espaço Agroecológico.

A coordenação geral do processo de sistematização ficou sob responsabilidade da Secretaria Executiva da Articulação Nacional de Agroecologia, que buscou estabelecer um diálogo permanente com os demais espaços organizativos da ANA em torno do projeto, particularmente com seu Núcleo Executivo. Em outubro de 2018, resultados preliminares da pesquisa foram debatidos especificamente nessa instância. Estas interações não ficaram restritas ao ambiente interno da organização, contando também, em diferentes momentos, com a participação de técnicas/os e gestoras/es diretamente envolvidas/os na formulação e implementação do *Programa Ecoforte*. O rico diálogo estabelecido com os representantes das instituições responsáveis pela implantação do Programa, particularmente com as equipes da FBB e do BNDES, foi fundamental para o desenvolvimento de toda a pesquisa, contribuindo para que uma série de questões relacionadas à execução do *Ecoforte* e seus efeitos nos diferentes territórios e que emergiram a partir das experiências vividas por técnicas/os e gestoras/es fossem incorporadas ao escopo geral da investigação.

A organização do *Seminário Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios — Aprendizados do Ecoforte*, realizado em junho de 2018, em Belo Horizonte (MG), em concomitância com as atividades do *IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA)*, possibilitou uma extensão desse diálogo para um universo mais amplo de pessoas. Resultados preliminares do projeto foram também apresentados, em setembro de 2018, em Porto Alegre (RS), na *Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada (International Conference Agriculture and Food in an Urbanizing Society (Agriurb))*. A realização, em março de 2019, do seminário *Perspectivas no Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia no Brasil*, organizado pelo Núcleo de Agroecologia da

Universidade de Brasília (NEA-UnB), em parceria com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), representou, também, um momento de debate em torno dos primeiros resultados do processo de sistematização.

FIGURA 1

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO SEMINÁRIO REDES DE AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS, REALIZADO NO IV ENA



O Seminário Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios – Aprendizados do Ecoforte foi realizado em concomitância com as atividades do IV Encontro Nacional de Agroecologia, em Belo Horizonte (MG). Participaram do IV ENA como delegadas/os, cerca de 2 mil trabalhadoras/es dos campos, das florestas, das águas e das cidades; povos indígenas de 31 etnias; além de convidadas/os oriundas/os do Caribe e de 14 países da América Latina e da Europa. O seminário realizado no dia 2 de junho de 2018, pela manhã, contou com um público de aproximadamente 70 pessoas

Em maio de 2019, um segundo seminário nacional intitulado *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios — Aprendizados do Programa Ecoforte* reuniu, em Brasília, representantes das redes de agroecologia apoiadas pelo Edital nº 2014/005, gestoras/es da FBB e do BNDES, toda a equipe de consultoras/es que trabalharam na sistematização, a equipe da Secretaria Executiva e representantes do Núcleo Executivo e de coletivos da ANA, além de redes e organizações parceiras da ANA que se envolveram na pesquisa, como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (Cooperativa Eita). Participaram também muitas das redes selecionadas na segunda chamada pública do Programa (o Edital nº 2017/030), que estavam prestes a iniciar a execução de seus projetos. Naquela ocasião, os resultados da sistematização puderam ser apresentados e debatidos e os aprendizados apreendidos dessas discussões foram incorporados nas análises que compõem este livro.

A realização de uma pesquisa dessa envergadura, em escala nacional, só se tornou possível graças à participação de uma ampla equipe de consultoras/es, que foram selecionadas/os em função de sua experiência prévia em processos participativos de investigação. Uma parcela importante destas/es profissionais já tinha uma vivência de trabalho com as organizações do campo agroecológico. A maioria das/os consultoras/es que assumiram tarefas relacionadas aos níveis 2 e 3 do processo de sistematização, que serão detalhadas mais adiante, já havia interagido em algum momento, com maior ou menor grau de proximidade, com a rede que deveriam acompanhar. Evitou-se, no entanto, de modo geral, a contratação de consultoras/es diretamente vinculadas/os às organizações sociais, no intuito de trazer para o processo de sistematização um olhar reflexivo que tivesse algum nível de distanciamento em relação às dinâmicas organizativas internas aos contextos analisados. No que se refere especificamente às/aos representantes das redes, que acompanharam as diferentes atividades relacionadas à sistematização, utilizou-se como critério de seleção a sua proximidade com as dinâmicas relacionadas à implementação do *Programa Ecoforte*, bem como a sua disponibilidade em participar das várias etapas previstas pela metodologia.



Seminário das redes *Ecoforte*, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em Belo Horizonte (MG), de 31 de maio a 3 de junho de 2018

A equipe responsável por acompanhar o desenvolvimento e a implementação da metodologia de sistematização contou com a participação de três profissionais vinculados à Secretaria Executiva da ANA (dois agrônomos e uma comunicadora), dois integrantes da equipe técnica da organização Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), com larga experiência em métodos participativos aplicados à agroecologia, e também com a contribuição de pesquisadoras/es ligadas/os ao Doutorado em Ambiente e Sociedade da Universidade Pablo de Olavide (UPO), sediado em Sevilha, Espanha¹, e ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)².

O eixo principal do processo de sistematização buscou contemplar as **relações estabelecidas entre o Programa Ecoforte, as redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica e os territórios**. As perguntas orientadoras apresentadas no quadro a seguir reafirmam a centralidade das ações desenvolvidas através do *Ecoforte* como objeto de investigação. Procuram, ao mesmo tempo, não

1 Através da participação de um doutorando da UPO.

2 Participaram pelo CPDA/UFRRJ, de forma contínua, ao longo de todo o processo de sistematização, uma professora-pesquisadora e uma doutoranda. Doutorandas/os e um pós-doutorando, também vinculados à instituição, contribuíram em diferentes momentos na sistematização dos dados da pesquisa.

restringir a análise dos efeitos gerados pelo Programa ao seu horizonte mais imediato de intervenção, levando em conta, para além das ações e atividades de cada projeto, as suas repercussões mais gerais no fortalecimento das redes e na construção da agroecologia nos territórios, na perspectiva dos diferentes atores. Parte-se, além disso, do pressuposto de que as dinâmicas de ação coletiva que dão concretude às redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica estão inscritas em um percurso histórico mais longo, que não se limita ao horizonte temporal de 24 meses que demarca a execução das propostas de participação apresentadas ao *Ecoforte*.

QUESTÕES ORIENTADORAS DA SISTEMATIZAÇÃO

1. Que tipos de arranjos técnicos, econômicos e organizativos foram apoiados pelo Programa *Ecoforte*?
2. Que tecnologias sociais foram geradas ou fortalecidas com o Programa *Ecoforte*? Que fluxos e processos foram dinamizados a partir dessas tecnologias?
3. Que tipos de sinergia foram construídos pelo Programa *Ecoforte* com outras políticas públicas?
4. Quais os efeitos do programa no fortalecimento das redes, na construção da agroecologia nos territórios e na promoção de modos de vida sustentáveis?
5. Que contribuições podemos fazer para o aprimoramento do Programa *Ecoforte*?

Uma vez estabelecidas as perguntas norteadoras do processo de sistematização, tornou-se necessário definir um conjunto articulado de dimensões de análise que nos permitisse reconstituir, em seus múltiplos aspectos e condicionantes, a experiência das redes na implementação do *Ecoforte*. Os planos de análise apresentados no esquema abaixo foram estabelecidos de modo a possibilitar uma leitura mais detalhada da atuação das redes em seus distintos contextos territoriais. Nossa intenção não foi estabelecer correlações lineares entre “causas” e “efeitos”, mas, sim, buscar compreender cada um dos projetos do *Ecoforte* como um sistema integrado de investimentos e



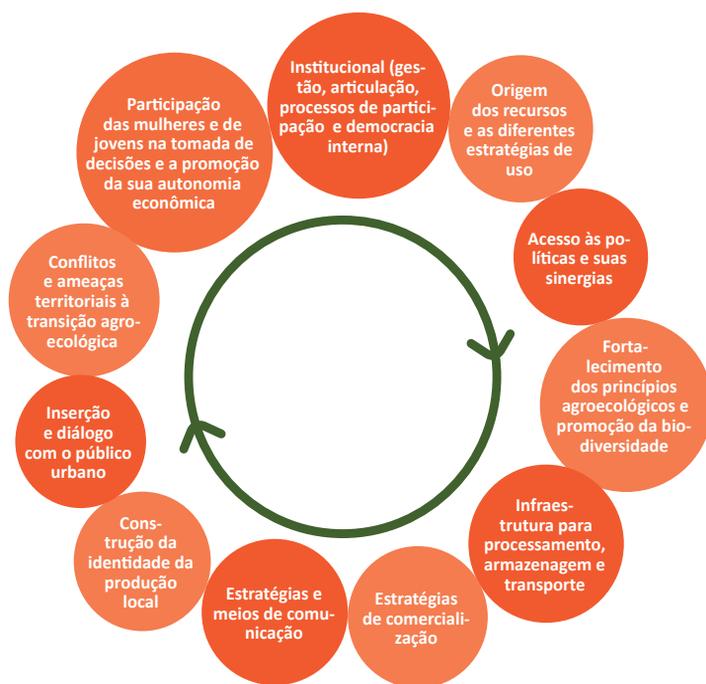
Atividade de sistematização coletiva realizada no Projeto de Assentamento Canaã, em Buriti (TO)

ações, estabelecido pelos atores na elaboração da proposta de participação no Programa, tendo como marco orientador as normas estabelecidas pelo Edital nº 2014/005.

Através dos projetos apresentados ao *Ecoforte*, as redes buscaram incidir, de forma direta ou indireta, com maior ou menor intensidade, sobre um conjunto de dimensões percebidas como estratégicas para a sua atuação nos territórios, e que procuramos captar através da identificação de onze dimensões de análise, representadas na figura a seguir. As dimensões aqui apontadas influenciam-se mutuamente, podendo figurar, simultaneamente, como um condicionante e como um resultado da ação do Programa. Nessa perspectiva, a participação das mulheres e dos jovens pode ser vista como uma condição preexistente, capaz de dinamizar as ações do *Ecoforte*, e como um efeito potencializado por essa política pública. Da mesma forma, as estratégias de comercialização implementadas historicamente por um determinado grupo de organizações podem contribuir para que o Programa seja apropriado pela rede de uma determinada forma, fomentando a elaboração de um conjunto de estratégias e gerando resultados que são compatíveis com as escolhas feitas pelas organizações no que diz respeito à alocação dos recursos disponibilizados através do *Ecoforte*.

O formato flexível adotado pelo Programa, no que diz respeito à montagem dos projetos, permitiu que as redes adaptassem os instrumentos do *Ecoforte* aos seus distintos contextos de atuação, cujas especificidades buscamos captar através da definição de uma grade comum de análise, apresentada a seguir.

FIGURA 2
DIMENSÕES DE ANÁLISE DA
SISTEMATIZAÇÃO DAS REDES DE AGROECOLOGIA



Com base nestas dimensões e a partir de questões orientadoras, foram elaborados roteiros de pesquisa tendo por objetivo motivar o conjunto de atores envolvidos a refletir e sistematizar as experiências vivenciadas pelas redes na implementação do *Programa Ecoforte* nos territórios. Tais roteiros foram construídos por meio de diálogos estabelecidos entre a equipe de sistematização (que ficou responsável por elaborar uma pri-

meira versão de cada um desses instrumentos), os representantes das 25 redes e as/os consultoras/es, contando também com contribuições de pessoas vinculadas aos Grupos de Trabalho e coletivos da ANA ou a organizações parceiras, com acúmulo em temas específicos.

No início do processo, cada rede indicou uma pessoa de referência para atuar como ponto focal ao longo das várias etapas da sistematização, tendo a responsabilidade de manter o diálogo permanente com a equipe da ANA, provocar os debates com o coletivo diversificado de atores envolvidos no projeto apresentado ao *Ecoforte*, bem como compartilhar as informações que iam sendo organizadas, possibilitando, com isso, complementações e correções.

A primeira etapa do trabalho foi identificada como **Nível 1 do processo de sistematização**. Buscou-se, através dela, realizar uma caracterização geral das 25 redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo *Ecoforte* considerando: seu histórico de formação, público envolvido, número de organizações integradas à rede, contexto e abrangência territorial, atividades desenvolvidas, políticas públicas acessadas, tecnologias sociais geradas e/ou disseminadas, Unidades de Referência implantadas, estratégias de ampliação de escala acionadas no âmbito do *Programa Ecoforte*, entre outros elementos. Previa-se, já naquele momento, que muitas dessas dimensões seriam tratadas de forma mais aprofundada nos níveis 2 e 3 da sistematização, abarcando, no entanto, um número mais restrito de casos.

A caracterização de cada rede foi feita a partir da síntese das informações contidas nos projetos, relatórios e outros documentos disponibilizados, com base em um roteiro de questões. Essas informações foram complementadas através de interações (quase sempre a distância) estabelecidas entre os sistematizadores e os pontos focais das redes. Esse método possibilitou a elaboração de análises transversais e a organização de dados gerais relativos ao Programa e ao perfil das redes apoiadas, captando também alguns dos efeitos gerados pelo *Ecoforte* no que diz respeito ao fortalecimento das redes e à construção da agroecologia nos territórios.

O **segundo nível de sistematização**, que incluiu 12 das 25 redes analisadas, buscou compreender as associações estabelecidas entre o *Programa Ecoforte* e as dinâmicas de territorialização das redes, potencializando novos fluxos e arranjos e/ou adensando conexões já existentes. Especial atenção foi dedicada nesta reflexão ao papel das Unidades de Referência (URs)³, buscando captar seus efeitos no fortalecimento da produção de base ecológica, nas relações com os mercados, na construção de conhecimentos, na promoção da saúde, na organização social e política das redes, no reforço à participação e ao protagonismo de jovens e mulheres e na estruturação de novas estratégias de comunicação e cultura.

O Nível 2 do processo de sistematização levou em conta os resultados obtidos da primeira etapa da investigação e envolveu a realização de atividades a campo, incluindo entrevistas, visitas a experiências, reuniões com lideranças e grupos focais, além do preenchimento de novos roteiros de pesquisa, incluindo linhas de tempo e formulários mais detalhados de coleta de dados. As redes a serem sistematizadas nesta etapa da pesquisa foram selecionadas em diálogo com o Núcleo Executivo da ANA, buscando contemplar perfis diferenciados no que diz respeito a sua inserção regional, temas mobilizadores, grupos sociais atuantes, trajetória histórica, entre outros aspectos.

A estratégia de pesquisa a ser adotada neste segundo nível de análise levou em consideração a abrangência territorial do trabalho desenvolvido pelas redes no âmbito do *Programa Ecoforte*. No universo pesquisado, foram identificados projetos que articulavam diferentes territórios em uma rede de dimensões estaduais. Outros ainda tinham como estratégia o fortalecimento e a capilarização das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica em um contexto ecológico e social mais circunscrito, focalizando sua atuação em territórios específicos, o que fazia com que se tornassem mais fáceis de tratar do

3 *Unidade de Referência* (UR) deve ser entendida como o local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições e capacitações com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências (Edital de Seleção Pública nº 005/2014 — *Projetos Ecoforte*, 2014, p. 3).

ponto de vista metodológico. Algumas redes buscavam, por sua vez, estabelecer complementaridades entre diferentes territórios, conectando processos de inovação tecnológica e de construção de mercados enraizados em diferentes biomas.

Em um número significativo de casos, o espaço geográfico de atuação das redes, em função da sua amplitude, extrapolava, em muito, as possibilidades objetivas de permanência em campo oferecidas pelo projeto de sistematização. Optou-se, portanto, a partir do diálogo estabelecido com as organizações da rede, por estabelecer um recorte territorial referente ao Nível 2 da sistematização que viabilizasse efetivamente a pesquisa. Esse recorte não precisaria ser, necessariamente, representativo de todo o espaço de atuação da rede, nos termos do projeto apresentado ao *Ecoforte*, mas deveria permitir uma boa aproximação dos efeitos gerados pelo Programa, através das redes, em diferentes contextos territoriais. Os locais escolhidos para a realização das entrevistas e demais interações a campo deveriam ser: espacialmente relevantes no que diz respeito à implementação do projeto *Ecoforte*, contemplando, inclusive, a instalação de Unidades de Referência; suficientemente representativos da estratégia geral delineada pela rede na operacionalização do Programa; e viáveis do ponto de vista prático no que diz respeito às condições de acesso, deslocamento e interlocução com os atores locais.

Foto: Helena Rodrigues Lopes/ANA



Apresentação de resultados preliminares da sistematização das redes, durante seminário sobre o *Ecoforte*, realizado no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em Belo Horizonte (MG), de 31 de maio a 3 de junho de 2018

O trabalho de campo referente ao Nível 2 envolveu: (i) o preenchimento de um roteiro de questões, com base na consulta de documentos e na realização de entrevistas semiestruturadas; (ii) a montagem de uma linha do tempo da trajetória da rede no território; (iii) a sistematização de uma experiência de tecnologia social coletiva (o que foi realizado, também, para as redes de Nível 1); e (iv) a elaboração de um texto analítico, tendo como foco a consolidação da agroecologia e da rede no território.

Esse segundo nível do processo de sistematização oportunizou, também, o aprofundamento de alguns temas específicos, mobilizando novos atores e contribuições. O roteiro referente ao Nível 2 da sistematização incluiu um bloco de perguntas relativas a *participação social, empoderamento e identidades*, contemplando temas de especial relevância para a ANA, como a participação das mulheres e das juventudes e o envolvimento de indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais nas ações implementadas no âmbito do Programa Ecoforte e nas dinâmicas de construção da agroecologia de

Foto: Túlio Martins/ANA



Banco de Sementes na Paraíba

modo geral, questões estas que foram também retomadas nos instrumentos de pesquisa referentes ao Nível 3.

Ao longo do processo, a equipe de sistematização buscou um diálogo mais próximo com o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres), a partir de uma demanda, também, do próprio GT. Como forma de qualificar a aproximação da equipe de sistematização em relação a esse tema, foi designada pelo GT Mulheres uma de suas integrantes, também pesquisadora, que passou a interagir, sobretudo a partir de 2018, com a equipe de sistematização e que acompanhou também o seminário final, realizado no primeiro semestre de 2019, contribuindo para que se pudesse ter uma avaliação mais criteriosa sobre as questões de gênero. Apresentaremos, mais adiante, uma breve reflexão sobre os resultados alcançados nesse processo.

Da mesma forma, foi incorporado ao instrumento de pesquisa um módulo específico referente à questão da saúde. As perguntas buscavam captar as distintas formas como esse tema vinha sendo historicamente trabalhado pelas redes, identificando, além disso, os riscos à saúde presentes nos territórios, os efeitos gerados pela práticas agroecológicas sobre a saúde humana e o ambiente, as atividades desenvolvidas pelas redes com vistas à valorização de práticas locais e/ou tradicionais de cuidado com a saúde, entre outros aspectos. Esses itens foram selecionados em diálogo com profissionais da área, com atuação no campo da saúde coletiva, vinculados à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), parceira institucional da ANA, e que já possuíam um histórico de diálogo e atuações nas redes de agroecologia.

Através dessa iniciativa, a ANA buscou dar sequência ao processo de construção de diálogos e convergências entre diferentes campos temáticos e redes de organizações da sociedade civil, fomentado, a partir de 2011, com a realização, em Salvador (BA), do *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo*. É importante destacar que as relações entre saúde e agroecologia têm se constituído, cada vez mais, como um campo de reflexão, tanto no âmbito das instituições de pes-

quisa como no espaço das organizações sociais. Ao tratar este tema em um projeto de sistematização desenvolvido em escala nacional, a ANA procurou dar mais um passo na construção de convergências entre esses dois campos de pesquisa e intervenção.

Ainda no que diz respeito ao Nível 2 do processo de sistematização, parece-nos importante destacar a incorporação de um bloco de perguntas tendo como objeto a *construção de conhecimentos e estratégias de comunicação*. Buscava-se, com isso, levantar um conjunto de informações que possibilitassem uma maior aproximação em relação aos processos de construção do conhecimento desenvolvidos no âmbito das redes, realizando também, na medida do possível, um mapeamento: dos diferentes “públicos” e instituições presentes no espaço comunicacional das redes, dos produtos gerados através dessas interações (publicações, pesquisas, tecnologias), das estratégias de comunicação implementadas pelas organizações sociais apoiadas pelo *Programa Ecoforte*, entre outros itens. O tratamento dado aos temas *produção de conhecimentos, comunicação e cultura*, tanto no Nível 2 como no Nível 3 da sistematização, contribuiu para reforçar o envolvimento do Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA no processo de investigação, com a participação de cinco profissionais, que colaboraram também na análise dos resultados gerados pela sistematização referentes a esse tema.

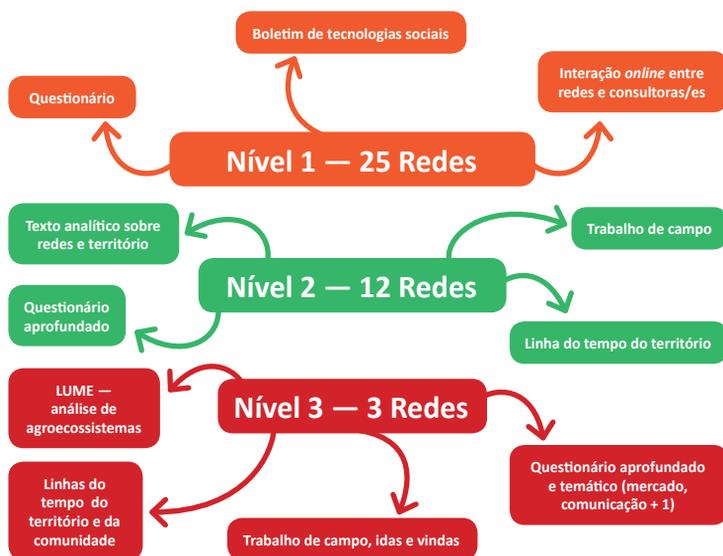
O **terceiro nível de sistematização** teve como foco um universo mais restrito de casos, composto por três redes. Em cada uma delas foram efetuadas análises mais densas com base em temas previamente definidos, em um processo que envolveu a aplicação de novos e mais detalhados instrumentos de pesquisa. Todas as redes que participaram do Nível 3 do processo de sistematização aprofundaram, como tema estratégico, a problemática dos mercados e a questão da comunicação. Para além desses dois temas, as organizações puderam também escolher, livremente, um terceiro foco de sistematização. No esforço por compreender um pouco melhor os efeitos do *Programa Ecoforte* na escala das unidades produtivas, foi utilizado, também, o método Lume⁴. Com base nessa metodolo-

4 Para maiores informações, ver: <https://agroecologia.org.br/2017/03/21/metodo-de-analise-economico-ecologica-de-agroecossistemas>. Acesso em: 20/08/2019.

gia, foram realizados estudos de caso tendo como foco a análise econômico-ecológica dos agroecossistemas existentes em seis unidades familiares de produção envolvidas nas dinâmicas das redes e beneficiadas com investimentos do *Ecoforte* (dois estudos em cada território).

A Figura 3, a seguir, busca apresentar de forma esquemática os diferentes produtos e processos associados aos três níveis de sistematização estabelecidos no âmbito da metodologia.

FIGURA 3
METODOLOGIA



Ao longo do processo de sistematização, 22 tecnologias sociais consideradas relevantes pelas redes foram sistematizadas, gerando a coleção *Teia Agroecológica — Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*⁵. São experiências coletivas desenvolvidas no âmbito das ações das redes, que abordam, entre outros temas: a promoção da ali-

5 Coleção completa disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia>. Acesso em: 20/09/2019.

mentação adequada e saudável; educação popular; geração de renda e trabalho digno; promoção e defesa da biodiversidade; e comércio justo.

Como é possível perceber a partir do relato apresentado, a construção dessa proposta de sistematização envolveu uma série de complexidades e desafios, mobilizando um conjunto diversificado de atores, com expectativas distintas em relação aos resultados a serem gerados pela pesquisa. Os seminários e as oficinas envolvendo os pontos focais das redes de agroecologia, as/os gestoras/es e técnicas/os vinculadas/os à FBB e ao BNDES — entre outras instituições —, a equipe de consultoras/es e colaboradoras/es com atuação em temas específicos contribuíram no sentido de alinhar expectativas, pactuar ações de pesquisa, compartilhar resultados preliminares e, principalmente, promover o intercâmbio entre as redes. No que diz respeito à equipe de metodologia, essa dinâmica possibilitou inúmeros aprendizados.

A ação em rede e a construção coletiva de conhecimentos foram componentes fundamentais no desenvolvimento de todo o projeto. Os resultados apresentados nesta publicação não teriam sido alcançados sem o engajamento das redes e organizações sociais apoiadas pelo *Programa Ecoforte*, que alocaram tempo, recursos e criatividade, juntamente com toda a equipe de consultoras/es, nesse esforço coletivo de reflexão. Da mesma forma, os objetivos da sistematização dificilmente teriam sido atingidos se a ANA não contasse, na sua estrutura, com uma secretaria executiva profissional e qualificada, que, além de coordenar as diferentes etapas do processo, fortaleceu cada uma de suas fases, tanto do ponto de vista técnico como em termos políticos e pedagógicos. Além disso, como já foi reforçado anteriormente, o diálogo estabelecido com as/os gestoras/es tanto da FBB como do BNDES foi fundamental nesse esforço de consolidação dos aprendizados do *Ecoforte*. O caráter participativo de todo o processo contribuiu, sem dúvida, para que as reflexões produzidas não fiquem restritas a uma publicação ou a um relatório, mas sejam, efetivamente, internalizadas pelos diferentes atores.

O processo de sistematização das redes de agroecologia envolveu ainda esforços de novas linguagens e interfaces. A parceria continua-



Diálogo entre gerações e compartilhamento de saberes em roda de conversa no Semiárido mineiro

da com a Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (Cooperativa Eita) foi fundamental nesse sentido. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se o mapeamento de redes territoriais, que resultou na plataforma Redes de Agroecologia – *Ecoforte*, disponível *online* em: <https://redes-ecoforte.eita.org.br/>. Essa ação foi realizada no âmbito do Agroecologia em Rede⁶, projeto desenvolvido por cooperação entre a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A proposta de espacializar redes tratou de exercitar conceitos como *redes* e *territórios*, produzindo uma representação gráfica que permitisse compreender como essas redes estão espacializadas pelo País, como elas se associam aos biomas, quais são as organizações coletivas envolvidas e como as Unidades de Referência, em sua multiplicidade, vão também se conectando às dinâmicas de territorialização. A plataforma produzida foi coconstruída com os atores das redes, que colaboraram diretamente na identificação das informações e na verificação e validação dos dados, com o intuito de que o mapeamento ser-

6 Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br>. Acesso em: 11/11/2019.

visse também como momento de aprendizado coletivo das redes sobre seu próprio território de atuação. A abertura para novas linguagens e traduções mediadas pela Tecnologia da Informação permitiu ainda que as redes “visitassem”, por meio da plataforma, outras redes, identificando parceiras/os, tecnologias sociais, histórias e (in)formações que colaboram diretamente com os fazeres das práticas cotidianas.

Um dos principais desafios enfrentados no processo de sistematização diz respeito ao reconhecimento da diversidade de sujeitos e de experiências presentes nas redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo *Programa Ecoforte*. Não se trata, aqui, apenas de registrar a presença desses diferentes atores e identidades, mas de incorporar ao método de investigação as questões trazidas por esses sujeitos. No que diz respeito à participação das mulheres, os instrumentos de pesquisa utilizados foram capazes de gerar um amplo conjunto de informações, evidenciando o seu protagonismo nos mais diferentes espaços. Tivemos dificuldades, no entanto, de recolher dados que nos permitissem compreender, de forma mais profunda, como está se dando, efetivamente, essa participação e de que forma a presença das mulheres nos diferentes espaços de construção da agroecologia contribui para a superação das desigualdades de gênero. Os projetos e relatórios apresentados ao *Ecoforte*, principal material utilizado no Nível 1 do processo de sistematização, são, ainda que com variações, muito sucintos em relação a esse tema. Os níveis 2 e 3 da sistematização trouxeram avanços no que diz respeito às informações recolhidas, ainda que com uma série de limitações. O apoio do GT Mulheres foi importante para que pudéssemos avançar nessas reflexões, ficando clara a necessidade de incorporar perspectivas de análise sensíveis às questões de gênero desde as etapas iniciais do trabalho.

O mesmo se pode dizer em relação à questão das juventudes. O Edital nº 2014/005 buscou incentivar o protagonismo de jovens e mulheres, e algumas redes desenvolveram linhas de ação voltadas especificamente para esses segmentos. Mas nem sempre foi possível captar, seja na leitura dos relatórios, seja nos trabalhos de campo, os desdobramentos efetivos dessas ações, o que demandaria um esforço de investigação muito mais detalhado em relação a esse tema. A juventude está presente em

diversas atividades e espaços relacionados à agroecologia: nos roçados, nas feiras, nas Escolas Família Agrícola (EFAs), nos mutirões, nas festas e celebrações. Mas como ela está presente? Quais são os seus projetos? Quais as suas demandas para o *Programa Ecoforte*? Essas questões não foram respondidas no âmbito desta pesquisa, tanto em função dos seus limites como de seus objetivos, mas emergem como perguntas relevantes a partir desse primeiro exercício de sistematização.

Nos últimos anos, a Articulação Nacional de Agroecologia tem procurado lançar um olhar mais atento para os processos relacionados à comunicação e à cultura no fortalecimento das redes de agroecologia. A sistematização do trabalho desenvolvido pelas redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica na implementação do *Ecoforte* se constituiu como uma excelente oportunidade para o aprofundamento desta reflexão, contando com a contribuição, inicialmente, da profissional de comunicação vinculada à Secretaria Executiva e, posteriormente, do Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA. Foram incorporados, aos roteiros de questões utilizados no processo de sistematização, módulos específicos sobre o tema, sobretudo nos níveis 2 e 3 da metodologia. A participação do Coletivo de Comunicação e Cultura na análise desses dados agregou qualidade à interpretação deste material. A maioria das/os consultoras/es que participou da pesquisa não vinha da área de comunicação, limitando, em alguma medida, o olhar sobre esse tema específico. Reforça-se, com isso, a importância do envolvimento das/os comunicadoras/es da ANA nesse esforço de análise, uma participação que, em uma próxima experiência, poderia ser estendida às/aos comunicadoras/es com atuação nos territórios. É importante destacar que o exercício de sistematização estimulou um olhar sobre práticas, processos, espaços e atores da comunicação e da cultura, tanto nos territórios quanto dentro da própria rede, gerando uma reflexão comunicacional e cultural “para dentro” e “para fora”. Essa análise pode contribuir para que as redes identifiquem onde e como se dão as disputas de narrativas que fortalecem ou fragilizam a agroecologia e, dessa forma, construam ou adaptem suas estratégias de diálogo com a sociedade.

Cabe mencionar, por fim, o esforço desenvolvido no âmbito desse projeto no sentido de aprofundar as relações entre saúde e agroecologia,

dando continuidade à parceria ANA-Abrasco na construção de diálogos e convergências. Foi incorporado ao Nível 2 da sistematização um módulo específico sobre esse tema, buscando captar tanto as ameaças à saúde das pessoas e do ambiente presentes nos territórios como as práticas alternativas de promoção da saúde desenvolvidas pelas redes. Esses resultados serão apresentados no Capítulo 2 desta publicação e podem servir de base para uma reflexão mais profunda sobre as possibilidades de incorporação de ações relacionadas à saúde no âmbito do *Ecoforte*.

Buscamos resgatar, nestas páginas, os registros de uma construção metodológica que foi permeada por debates, escolhas e inúmeros aprendizados coletivos. Ao longo de todo o percurso, fomos desafiadas/os a manter o foco nas questões de pesquisa que deram origem ao projeto, incorporando, ao mesmo tempo, uma série de demandas que foram surgindo a partir do diálogo com os diferentes atores engajados no processo de sistematização. Equilibrar esses diferentes olhares foi, sem dúvida, um permanente desafio. Esperamos que os resultados alcançados possam estimular novos ciclos de sistematização e reflexão capazes de alimentar, nos mais diferentes espaços, a construção da agroecologia. Aprendemos, acima de tudo, que a sistematização de experiências é um processo vivo, feito por muitos olhares e por muitas mãos.

Foto: Viviane Brochard/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Oficina de construção metodológica com a participação das redes, realizada no Recife (PE), em novembro de 2017

Referências

CORDERO, Disney Barrágan; CARRILLO, Alfonso Torres. **La sistematización como investigación interpretativa crítica**. Bogotá: Editorial El Burro/Corporación Síntesis, 2017.

FALKEMBACH, Elza; CARRILLO, Alfonso Torres. Systematization of experiences: a practice of participatory research from Latin America. In: BRADBURY, Hilary. **The Sage Handbook of Action Research**. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington D. C./Boston: Sage, 2015, p. 74-80.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MÉNDEZ, V. Ernesto; BACON, Christopher M.; COHEN, Roseann. Agroecology as a transdisciplinary, participatory, and action-oriented approach. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 3-18, 2013.

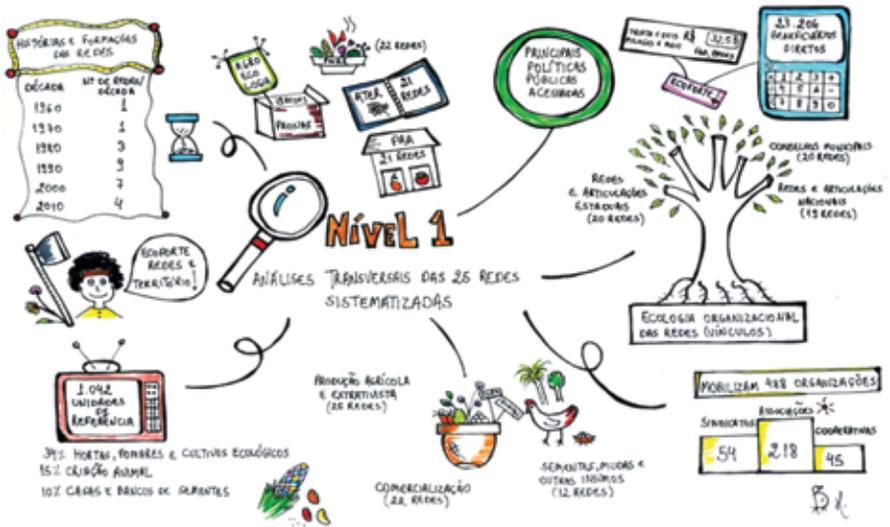
SANCHES, Cinara del Arco. **A contribuição da sistematização de experiências para o fortalecimento do campo agroecológico e da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 181p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras- SP, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.) **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 777-821.

CAPÍTULO 1

O Programa Ecoforte no fortalecimento das redes de agroecologia e produção orgânica: interações, processos e resultados

Claudia Job Schmitt
Anna Cecília Cortines



O primeiro capítulo desta publicação tem por objetivo apresentar uma análise transversal das distintas formas pelas quais os instrumentos de implementação estabelecidos pelo *Programa Ecoforte*¹ foram mobilizados pelas redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, apoiadas através do Edital nº 2014/005, potencializando um conjunto diversificado de interações, processos e resultados.

A estruturação do *Programa Ecoforte — Redes de Agroecologia*² foi resultado de um movimento mais abrangente de construção de programas e ações governamentais voltados à promoção da agroecologia e da agricultura orgânica, iniciado no Brasil a partir de meados da década de 1990, intensificando-se nos anos 2000, e que guarda uma estreita relação com a estruturação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e de apoio à agricultura orgânica implementadas no País nesse período. O processo de incorporação de um enfoque agroecológico aos instrumentos de intervenção governamental concentrou-se, sobretudo, na esfera federal, com desdobramentos diferenciados nos planos estadual e municipal (GUÉNEAU, SABOURIN, NIEDERLE *et al.*, 2019) (MOURA, 2017).

As interfaces estabelecidas pelas organizações sociais com diversas esferas do poder público foram um elemento fundamental nessa trajetória, possibilitando, por diferentes caminhos, que conhecimentos e capacidades desenvolvidos pelos atores engajados na construção da agroecologia e da produção orgânica pudessem influenciar, em distintos níveis, processos de formulação de políticas públicas. Vale a pena destacar nesse percurso o engajamento das organizações do campo agroecológico em arenas institucionalizadas de participação social, a exemplo do Conselho

1 O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2013, que deu origem ao Programa, utiliza a seguinte denominação: *Ecoforte — Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica*. Para tornar o texto mais fluido, utilizaremos, simplesmente, a designação *Programa Ecoforte*.

2 Na perspectiva deste trabalho, o *Programa Ecoforte*, em seu recorte mais amplo, é constituído pelo conjunto de ações previsto no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 13.2.1089.1, de 17 de outubro de 2013. Este acordo, instituído no âmbito da Pnapo e assinado por diferentes instituições, teve como objetivo desenvolver ações conjuntas, visando promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica. Este trabalho tem, no entanto, como foco principal, as ações desenvolvidas pelo Programa através do Edital nº 2014/005.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

A criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) representou um salto de qualidade na construção da agroecologia como um enfoque de política pública e na constituição de mecanismos de coordenação e acompanhamento dos diferentes programas e ações desenvolvidos na esfera federal nesta área, contribuindo, também, para uma crescente aproximação entre o movimento agroecológico e as organizações e iniciativas ligadas à agricultura orgânica. A arquitetura institucional estabelecida no âmbito da Pnapo³ contemplou, originalmente, duas instâncias distintas e inter-relacionadas de participação e coordenação: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), composta por diferentes agências do Poder Executivo Federal envolvidas na implementação da Pnapo, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), com representação paritária e contemplando, de um lado, as diferentes instituições vinculadas ao Governo Federal e, de outro, as organizações da sociedade civil ligadas à agroecologia e à produção orgânica. A coordenação da Ciapo ficou a cargo do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável por animar os processos de articulação intersetorial desenvolvidos no âmbito do Programa. A Secretaria Executiva da Cnapo foi sediada, por sua vez, na Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), com a importante tarefa de animar e coordenar o diálogo com as organizações da sociedade civil.

A institucionalização do *Ecoforte* esteve estreitamente associada às discussões estabelecidas no âmbito da Ciapo e da Cnapo sobre a necessidade de apoio às redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, materializando-se, em termos institucionais, no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 13.2.1089.1, assinado em 2013, e, logo a seguir, na estruturação do comitê gestor do Programa. Os principais instrumentos de implementação dessa política pública, até o presente momento, foram dois editais de apoio a projetos territoriais de redes de

3 Ver: BRASIL, Presidência da República, Decreto nº 7.794/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm. Acesso em: 07/10/2019.

agroecologia, extrativismo e produção orgânica (Edital nº 2014/005 e Edital nº 2017/030). Foi publicado, além disso, o Regulamento de Projetos nº 2017/03, que teve como objetivo dar suporte à implantação e/ou melhoria de empreendimentos econômicos coletivos relacionados à produção de base agroecológica, extrativista e orgânica, vinculados às redes conveniadas no âmbito do Edital nº 2014/005 — Redes *Ecoforte*. Os projetos vinculados ao Edital nº 2017/030 e ao Regulamento de Projetos nº 2017/03 encontram-se, atualmente, em execução.

O esforço de sistematização que deu origem a este trabalho teve como objeto as redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas através do Edital nº 2014/005, que foi o primeiro edital lançado pelo Programa. Esta chamada de projetos foi publicada em 2014, com ações vigentes até o início do ano de 2017 (MARTINS, 2018). Conforme descrito anteriormente na introdução deste livro, as experiências desenvolvidas pelas diferentes redes foram sistematizadas através dos projetos *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios* e *Redes de Agroecologia na Amazônia Brasileira*, executados pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com apoio da Fundação Banco do Bra-

Foto: Alfredo Nagib Filho/ANA



Produção de sementes: autoabastecimento, troca e comercialização no mercado formal

sil (FBB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Amazônia.

As análises aqui apresentadas buscam contemplar quatro níveis inter-relacionados de reflexão, que podem ser traduzidos, de forma sintética, nas seguintes perguntas: (i) quais as principais características das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo *Programa Ecoforte*?; (ii) que tipos de estratégia de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica foram mobilizados pelas redes, através do Programa, em seus territórios de atuação?; (iii) quais os principais efeitos deste instrumento de política pública no fortalecimento das redes analisadas?; e (iv) quais foram as principais contribuições do *Programa Ecoforte* na ampliação de escala das iniciativas voltadas à promoção da agroecologia, da produção orgânica e do extrativismo?

Esta leitura transversal das redes, que identificamos em nossa metodologia de trabalho como correspondendo ao Nível 1 do processo de sistematização, teve como matéria-prima os planos de trabalho e relatórios (parciais e finais) de execução de atividades apresentados pelas entidades proponentes à Fundação Banco do Brasil. Foram analisadas 25 redes, em um universo total de 28 redes beneficiadas pelo primeiro edital do Programa. As informações disponíveis foram organizadas a partir de um roteiro previamente definido, sendo complementadas através de interações estabelecidas com representantes das redes diretamente envolvidas/os na execução dos projetos, por meio de um questionário contemplando tanto perguntas objetivas como questões abertas. O diálogo estabelecido com representantes das redes nas oficinas realizadas ao longo do projeto, bem como no seminário final de apresentação de resultados, contribuiu, em muito, para qualificar essas informações.

Os resultados associados a esse primeiro nível do processo de sistematização foram organizados, ao longo do capítulo, em diferentes seções. Resgatamos, inicialmente, alguns elementos relacionados ao contexto de criação do *Ecoforte*, analisando também os aspectos inovadores associados aos seus objetivos e desenho de implementação, destacando o caráter inovador desse instrumento de política pública no apoio às redes de agroecologia, extrati-

vismo e produção orgânica. Apresentamos, em um segundo momento, uma caracterização geral das redes financiadas através do Edital nº 2014/005.

É importante ressaltar, no que diz respeito a esse segundo item, que a tradução do conceito de rede para o campo das políticas públicas figura como um dos principais avanços introduzidos pelo *Ecoforte*. Esse modo de organização e de interconexão entre atores, práticas e recursos já vinha sendo exercitado pelas organizações do campo agroecológico na escala dos territórios, desde os anos 1980, como um dispositivo capaz de articular e potencializar processos não lineares de transformação social e ecológica, orientados por princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental. Nessa perspectiva, uma análise mais detalhada das diferentes redes que acessaram o primeiro edital do *Ecoforte*, em sua estrutura e seu funcionamento, busca contribuir não apenas para uma caracterização das organizações beneficiárias do Programa, como também para aportar subsídios visando à consolidação e ao aperfeiçoamento do conceito de rede como referência de ação pública.

A terceira seção do capítulo tem como foco as estratégias territoriais de fortalecimento da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica desenvolvidas no âmbito dos diferentes projetos analisados. O instrumento que possibilitou a estruturação, por meio do *Ecoforte*, de um conjunto diversificado de propostas de intervenção, adaptadas aos distintos contextos ecológicos e sociais de atuação das redes, foi o conceito de *Unidade de Referência*. Os projetos a serem apresentados ao edital foram concebidos como sendo constituídos por um conjunto integrado de Unidades de Referência. Esse formato possibilitou que as redes pudessem projetar e, num segundo momento, colocar em ação uma pluralidade de estratégias visando ao fortalecimento e à dinamização dos processos de transição agroecológica. No item quatro do texto, damos seqüência a esse exercício de reflexão relativo à experiência de implantação do *Ecoforte* analisando, sob diferentes aspectos, os efeitos do Programa no fortalecimento das redes. Abordaremos, também, ainda que de forma abrangente, as contribuições do Programa para os processos de transição agroecológica nos territórios, compreendendo, no entanto, que esse tema será tratado em maior profundidade nos capítulos 2 e 3.

1.1 O Programa Ecoforte como um instrumento de fortalecimento das redes de agroecologia

1.1.1 O contexto político e institucional de criação do Programa Ecoforte

No Brasil, ao longo das últimas décadas, é possível identificar o surgimento de uma multiplicidade de iniciativas locais voltadas ao manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade e ao desenvolvimento de sistemas produtivos orgânicos e de base ecológica. Essas ações vêm sendo protagonizadas, nos mais diferentes contextos, por camponesas/es, agricultoras/es familiares, extrativistas, agricultoras/es urbanas/os, indígenas, povos e comunidades tradicionais, consumidoras/es e profissionais de diferentes áreas. Em sua diversidade, têm contribuído para potencializar a estruturação de sistemas agrícolas e extrativistas complexos, de uso múltiplo e adaptados às condições sociais e ecológicas vigentes nas diferentes regiões do País. Nesse mesmo movimento, formas inovadoras de articulação entre produção, processamento e consumo vão sendo exercitadas, sinalizando caminhos alternativos na construção de sistemas agroalimentares socialmente justos e ambientalmente sustentáveis.

Foto: Agréco/Arquivo



Produção agroecológica nas encostas da Serra Geral, em Santa Catarina

Os desafios associados à construção e à implantação de instrumentos de políticas públicas e arranjos institucionais capazes de potencializar a incorporação de princípios ecológicos aos sistemas agroalimentares têm sido crescentemente debatidos, não apenas por gestores públicos e pesquisadores, mas também por produtoras/es, técnicas/os e consumidoras/es envolvidas/os na promoção de formas alternativas de agricultura e alimentação. Como nos lembra Altieri, “Ao contrário dos sistemas agrícolas convencionais estruturados com base em pacotes tecnológicos homogêneos, desenhados visando sua fácil adoção, e que conduzem a uma simplificação do agroecossistema, os sistemas agroecológicos demandam que princípios sejam aplicados de forma criativa em cada ecossistema particular” (ALTIERI, 2002, p. 16)⁴. Em lugar da disseminação de soluções tecnológicas padronizadas, descoladas do contexto ecológico e social que deu origem à sua produção, os processos de inovação inspirados pelos princípios da agroecologia alimentam-se da diversidade, materializando-se em um amplo repertório de princípios e práticas capaz de responder às variações de contexto, possibilitando ajustes sutis em sistemas complexos e em permanente mudança (SCOTT, 1998).

Além disso, diferenciando-se das abordagens convencionais acerca da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologias na agricultura, o en-

4 Os princípios da agroecologia têm sido descritos de diferentes maneiras. A síntese apresentada por Pimbert (2018), tomando como referência diferentes autores, coloca em destaque: (i) a adaptação das práticas agrícolas e extrativistas ao ambiente local e aos diferentes microambientes; (ii) a criação de condições de solo favoráveis ao crescimento das plantas e à reciclagem de nutrientes; (iii) a conservação da energia, água, solo, nutrientes e agrobiodiversidade; (iv) a diversificação das espécies, variedades de plantas e raças de animais presentes nos agroecossistemas; (v) o incremento da biodiversidade funcional dos sistemas agrícolas, buscando reforçar seu “sistema imunológico”; e (vi) o fortalecimento das interações biológicas benéficas e das sinergias ao longo de todo o sistema. O autor chama, também, a atenção para a estreita relação existente entre a agroecologia, a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação. O relatório elaborado pelo Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (HLPE, 2019) identifica, por sua vez, com base na literatura científica, um conjunto de treze princípios orientadores da agroecologia: (i) reciclagem; (ii) redução do uso de insumos; (iii) saúde do solo; (iv) saúde e bem-estar animal; (v) biodiversidade; (vi) sinergia (manejo das interações); (vii) diversificação econômica; (viii) coprodução do conhecimento (abarcando o conhecimento local e a ciência global); (ix) valores e dietas orientados por princípios sociais; (x) justiça; (xi) conectividade; (xii) governança da terra e dos recursos naturais; e (xiii) participação. Para além das possíveis controvérsias existentes na literatura em torno da definição dos princípios da agroecologia, chama a atenção o fato de que essa abordagem tem sido crescentemente reconhecida, tanto no campo científico como pelos organismos multilaterais, como um enfoque capaz de subsidiar, nos mais diferentes contextos, a transformação dos sistemas agrícolas e das formas vigentes de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, numa perspectiva de sustentabilidade, contribuindo, também, para a superação das profundas desigualdades que atravessam o sistema agroalimentar na contemporaneidade.

foque agroecológico busca combinar o conhecimento experiencial das/os agricultoras/es, indígenas e povos e comunidades tradicionais com o conhecimento gerado no âmbito das instituições científicas, articulando, sob uma perspectiva transdisciplinar, diferentes regimes de saber e campos de investigação (MÉNDEZ, BACON, COHEN, 2013; TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015; PIMBERT, 2018).

Nessa perspectiva, instrumentos de política agrícola mais convencionais, centrados na obtenção de ganhos de produtividade e na disseminação de pacotes tecnológicos, focados no estímulo a produtores individuais, têm se mostrado pouco adequados enquanto ferramentas capazes de potencializar as interações técnicas, econômicas e sociais de forma a dar sustentação aos processos de transição agroecológica. As transformações necessárias para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis e orientados por princípios de soberania e segurança alimentar não se restringem à substituição de práticas e insumos, demandando a estruturação de ambientes capazes de potencializar novas relações e formas de aprendizagem, impulsionando processos de mudança que se estabelecem em diferentes escalas.

A construção, adaptação e implementação de instrumentos de políticas públicas voltados à promoção da agroecologia e da agricultura orgânica podem ser consideradas como um fenômeno relativamente recente, não apenas no Brasil, mas em diferentes países do mundo. Analisando as contribuições da agroecologia na transição para sistemas agroalimentares sustentáveis, o relatório *Abordagens Agroecológicas e outras Perspectivas Inovadoras para a Sustentabilidade da Agricultura e de Sistemas Alimentares Voltados ao Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional*, elaborado pelo Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura⁵ (HLPE, 2019), chama a atenção para a necessidade de reforçar investimentos na estruturação de ambientes institucionais que possam dar sustentação a processos de transição rumo a Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS). O relatório alerta para a baixa disposição para a mudança presente nas políticas públicas, nas estruturas corporativas,

5 Em inglês: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

nos sistemas educacionais, nos hábitos dos consumidores e organismos de financiamento em pesquisa, identificando, nessas instituições, uma dependência de trajetória em relação ao modelo agrícola e agroalimentar dominante. Nos termos do relatório:

No modelo dominante, as externalidades ambientais e sociais não são consideradas de forma apropriada nas decisões que influenciam o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares. Para superar essa inércia e desafiar o *status quo*, é imperativo criar um campo de nivelamento em que as diferentes propostas possam ser comparadas de forma equitativa. Isso requer um redirecionamento dos investimentos e esforços voltados ao desenho e à implementação de abordagens inovadoras, incluindo aí a perspectiva agroecológica, visando oferecer alternativas concretas ao modelo dominante, abrindo caminhos para a transição para sistemas agroalimentares sustentáveis (HLPE, 2019, p. 18).

O estudo desenvolvido pela Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (Rede PP-AL), envolvendo uma análise transversal das políticas públicas em favor da agroecologia na América Latina e no Caribe, contemplando oito países do continente, identificou importantes variações, tanto do ponto de vista do conceito de agroecologia acionado pelas políticas públicas analisadas como nos caminhos através dos quais as ideias agroecológicas foram sendo incorporadas aos diferentes instrumentos de intervenção governamental. Ainda que os percursos de construção dos instrumentos de política pública fossem muito diversos, assumindo características próprias em cada país, foram identificadas três trajetórias principais, ainda que não excludentes, associadas à construção de programas e ações voltados à promoção de agriculturas de base ecológica, sobretudo a partir dos anos 2000.

Em alguns países, incluindo o Brasil, a formulação e implantação de políticas públicas em favor da agroecologia foi resultado, sobretudo, de propostas e reivindicações dos movimentos sociais. Em outros, o apoio do poder público a processos de transição agroecológica se tornou necessário em função de situações de crise, que “[...] limitaram ou impediram

a reprodução do modelo convencional anterior, geralmente por falta de acesso a insumos químicos” (SABOURIN, PATROUILLEAU, LE COQ *et al.*, 2017, p. 359). Em um terceiro grupo de países, a implantação de programas, ações e marcos regulatórios foi impulsionada por medidas implementadas, fundamentalmente, por iniciativa do Poder Executivo ou do parlamento. No caso da agricultura orgânica, a estruturação em nível internacional das normas de certificação de produtos orgânicos contribuiu para a aprovação de marcos regulatórios nacionais, o que levou ao ordenamento, com apoio do poder público, de mecanismos de avaliação e de garantia da qualidade desses produtos, potencializando sua comercialização através de diferentes circuitos.

Na trajetória brasileira, um dos primeiros experimentos inovadores, e que contribuiu de modo bastante significativo para uma maior aproximação entre programas e ações governamentais e a abordagem proposta pela agroecologia, foi o *Subprograma Projetos Demonstrativos* (PDA). O PDA foi implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com a cooperação internacional, sobretudo alemã, figurando como um componente do *Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais* (PPG7). Os projetos financiados por este subprograma foram direcionados para dois biomas específicos: a Amazônia e a Mata Atlântica. O PDA desempenhou um papel importante no fortalecimento de um amplo conjunto de iniciativas voltadas ao manejo sustentável de sistemas agrícolas e agroflorestais, ao processamento e à comercialização da produção oriunda destes sistemas, à ampliação e qualificação de processos de organização social e à recuperação de áreas degradadas. Merece destaque, além disso, o formato de gestão adotado pelo subprograma, contemplando a participação de redes de organizações sociais em suas estruturas de governança.

Ao longo dos anos 2000, e, sobretudo, a partir de 2003, com a implantação pelo Governo Federal do programa *Fome Zero*, uma série de instrumentos direcionados à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais procurou contemplar, em diferentes níveis e com graus variados de efetividade, princípios e dispositivos voltados para o fortalecimento da agroecologia e da agricultura orgânica. Cabe mencionar aqui

a incorporação aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), lançada em 2004, tanto de uma abordagem referenciada na agroecologia como de métodos participativos de extensão rural. Programas de compras governamentais desenvolvidos na esfera federal, incluindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), passaram a adquirir produtos oriundos da agricultura familiar, oferecendo preços diferenciados de até 30% para produtos orgânicos/agroecológicos⁶. Em 2006, foi aprovado, por sua vez, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Marco Referencial em Agroecologia. Registra-se também, em 2008, a criação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Em 2009, foi aprovado o *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*, sob coordenação do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁷.

As interfaces estabelecidas entre agentes estatais e não estatais na construção de ações públicas direcionadas ao Semiárido brasileiro possibilitaram, por sua vez, a criação de instrumentos de intervenção adaptados às características específicas desse bioma e de suas populações. Iniciativas como o *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC) e o *Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2) foram fundamentais para que um novo paradigma, baseado na ideia de *convivência com o Semiárido*, pudesse se materializar em ações concretas de política pública. O desenho adotado por esses programas trouxe avanços importantes ao incorporar, em um mesmo instrumento de intervenção, o apoio à implantação de tecnologias e infraestruturas voltadas à segurança hídrica (cisterna de placas, cisterna-calçadão, barreiro-trincheira, barragem subterrânea, entre outras) e o financiamento de atividades de capacitação e mobilização social. Posteriormente, outros elementos foram agregados a esse *mix* de políticas públicas, incluindo o manejo da agrobiodiversidade, que passou a se constituir como um foco de atuação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)

6 O PAA foi instituído em 2003, e o Pnae reformulado em 2009, momento em que passou a dispor de um mecanismo específico para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

7 Atual Ministério da Cidadania.



Cerca de 260 famílias vendem seus produtos no Empório Kaeteh, em Ouricuri (PE)

através do *Programa de Manejo da Agrobiodiversidade — Sementes do Semiárido*, implementado através da parceria estabelecida com o BNDES e com órgãos vinculados ao Poder Executivo Federal.

No que se refere às instituições diretamente envolvidas na execução do *Programa Ecoforte*, vale a pena destacar que, ao longo dos anos 2000, a Fundação Banco do Brasil⁸ centrou esforços buscando ampliar e qualificar suas ações nas áreas de inclusão produtiva e geração e reaplicação de tecnologias sociais, desenvolvendo toda uma série de parcerias com diferentes redes e organizações da sociedade civil e também com governos estaduais e municipais. Sobretudo a partir do triênio 2010—2012, o planejamento da FBB passou a enfatizar o tema das mudanças climáticas e as questões ambientais de modo geral, mantendo-se o foco em ações direcionadas à geração de trabalho e renda, bem como na área de educação e cultura, com o suporte das tecnologias sociais. No período 2013—2015, o planejamento trienal da entidade definiu como objetivo principal promover a “[...] inclusão socioproductiva, por meio das tecnologias sociais,

8 A Fundação Banco do Brasil foi instituída pelo Banco do Brasil, em 1985, como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e tem apoiado, ao longo de sua trajetória, um amplo conjunto de projetos sociais voltados à geração de trabalho e renda, à preservação do ambiente e à educação, em todo o território brasileiro. Ver: <https://fbb.org.br/pt-br/menu-pt-br/sobre-nos>. Acesso em: 08/10/2019.

priorizando ações no meio urbano e rural em cinco áreas: água, agroecologia, agroindústria, resíduos sólidos e educação”⁹.

A incorporação da agroecologia como uma área específica de atuação no planejamento estratégico da FBB representou um passo importante na institucionalização dessa linha de intervenção na agenda de trabalho da instituição, tendo ocorrido, justamente, em um momento posterior à aprovação da Pnapo. Vale a pena ressaltar, no entanto, que o envolvimento da Fundação em ações vinculadas à agroecologia é anterior a esse período, merecendo destaque a extensa contribuição da instituição no desenvolvimento e na disseminação das tecnologias de convivência com o Semiárido, na reaplicação da tecnologia social Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais) nas mais diferentes regiões do Brasil, no fortalecimento de um conjunto diversificado de empreendimentos produtivos e iniciativas de comercialização, bem como na construção de marcos analíticos orientadores das ações relacionadas às tecnologias sociais.

No caso do BNDES, a aproximação com o tema da agroecologia e, de uma forma mais ampla, com projetos voltados à inclusão produtiva, possui uma estreita relação com as ações desenvolvidas através do Fundo Social¹⁰. Por meio desse instrumento, a instituição construiu, em um primeiro momento, uma diversificada experiência de atuação no campo da assistência social, passando a se dedicar, principalmente a partir do início dos anos 2000, a projetos de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, com destaque para investimentos coletivos, apoio a cooperativas e microcrédito, buscando articular o financiamento de projetos específicos com o desenvolvimento de políticas públicas de maior alcance e incorporando, progressivamente, as temáticas da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial (NEVES e LEAL, 2011).

O Fundo Social é constituído com uma parcela dos lucros anuais do BNDES e tem por objetivo apoiar, com recursos não reembolsáveis,

9 Ver: Fundação Banco do Brasil — <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/nossa-historia>. Acesso em: 08/10/2019.

10 O Fundo de Investimento Social (Finsocial) foi criado no início dos anos 1980, extinto no começo da década de 1990 e reinstituído em 1997 com o nome de Fundo Social (NEVES e LEAL, 2011).

“[...] investimentos de caráter social, nas áreas de inclusão produtiva, serviços urbanos, saúde, educação, desportos, justiça, meio ambiente e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social”¹¹, adotando, portanto, em termos do seu formato institucional, um foco bastante amplo de atuação. A Área de Inclusão Social do BNDES, assim denominada a partir de 2003 (NEVES, 2009), atuou, ao longo desse período, junto a atores com diferentes perfis, incluindo: catadoras/es de materiais recicláveis, agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, empreendimentos de economia solidária, institutos e fundações empresariais, entre outros.

Até 2008, o Banco investiu esses recursos, em boa parte dos casos, no apoio direto a projetos sociais, passando a atuar, a partir de 2008, predominantemente através de um conjunto de parcerias institucionais (PAMPLONA, 2017). De acordo com os dados sistematizados por Pamplona (2017), o número de projetos com foco em inclusão produtiva ampliou-se bastante a partir de 2008, chegando a alcançar 1.700 municípios, com mais de 1.600 projetos executados na ponta (PAMPLONA, 2017, p. 70).

O BNDES tornou-se também, no ano de 2008, a instituição gestora do Fundo Amazônia, iniciativa voltada ao financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+), tendo por objetivo apoiar projetos não reembolsáveis, contemplando diferentes ações voltadas à prevenção, ao monitoramento e ao combate ao desmatamento e à conservação e ao uso sustentável da Amazônia Legal. Em 2018, o Fundo Amazônia alcançou a marca de 103 projetos apoiados, com valor total de R\$ 1,9 bilhão, operando através de parcerias estabelecidas com os governos da Noruega, da Alemanha e com a Petrobras (BNDES, 2018).

Não é nossa intenção neste trabalho reconstituir de forma detalhada os distintos caminhos através dos quais a temática da agroecologia foi sendo incorporada à agenda das diferentes instituições através de uma

11 Ver: BNDES. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>. Acesso em: 08/10/2019.

ampla diversidade de programas e ações. O que queremos ressaltar aqui é que, ao longo dos anos 2000, as interações estabelecidas entre as diferentes instituições governamentais e destas com as organizações da sociedade civil contribuíram para criar um ambiente político e institucional mais favorável à formulação de políticas públicas em favor da agroecologia, processo este que ganha maior amplitude com a institucionalização da Pnapo.

Arranjos institucionais ancorados em parcerias envolvendo a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), o BNDES, a FBB, ministérios, entre outros atores institucionais, já haviam sido exercitados através de iniciativas como os programas *Cataforte*¹² e *Terra Forte*, estruturados, a exemplo do *Ecoforte*, com base em Acordos de Cooperação Técnica e na publicação de editais. O programa *Cataforte* começou a ser executado em 2009, buscando fomentar ações de capacitação, qualificação profissional, assistência técnica e incentivo à estruturação de redes de comercialização por grupos de catadoras e catadores de materiais recicláveis. O *Terra Forte*, criado em 2013, tinha como objetivo fortalecer projetos de agroindustrialização nos assentamentos de reforma agrária.

Foto: Túlio Martins/ANA



Máquinas moto-ensiladeiras do Polo da Borborema (PB) viabilizam estoque de forragem que garante a alimentação dos animais no tempo de estiagem

12 Programa de Fortalecimento da Infraestrutura de Cooperativas de Catadores para Coleta, Transporte e Comercialização de Materiais Recicláveis.

Essas ações contribuíram, ao que tudo indica, para aproximar as diferentes instituições, incluindo a FBB e o BNDES, criando uma cultura mais favorável ao desenvolvimento de ações de caráter intersetorial.

No cenário internacional, a importância assumida pelo tema das mudanças climáticas na agenda dos organismos multilaterais, bem como o destacado papel do Brasil nas articulações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), contribuiu, sem dúvida, para criar um ambiente mais favorável à implantação de programas e ações relacionados à agroecologia e à agricultura orgânica.

Em 2014, a FAO organizou o *1º Simpósio Internacional em Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutricional*, passando a promover uma série de debates em torno do tema e lançando, em 2018, uma iniciativa voltada à ampliação da escala da agroecologia (*Scaling Up Agroecology Initiative*), em parceria com outras organizações das Nações Unidas¹³. Em 2019, o Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura publicou um relatório específico tendo como tema a agroecologia, expandindo o debate sobre a ampliação de escala das iniciativas no campo da agroecologia e sobre o papel das diferentes instituições nesse processo.

1.1.2 Principais inovações associadas ao Programa Ecoforte

Tendo como pano de fundo a contextualização apresentada no item anterior, passamos aqui a analisar, de forma mais detalhada, as inovações introduzidas pelo Programa Ecoforte na promoção da agroecologia, da produção orgânica e do extrativismo, tendo como principal referência o Edital nº 2014/005.

Um primeiro elemento a ser destacado diz respeito à participação de atores da sociedade civil vinculados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no diálogo estabelecido em torno da proposta que deu ori-

13 Ver: <http://www.fao.org/3/I9049EN/I9049en.pdf>. Acesso em: 08/10/2019.

gem ao Programa. A SGPR, órgão responsável pela Secretaria Executiva da Cnapo, desempenhou um papel importante nessa articulação. A proposta para implantação do Programa foi sendo construída a partir das interações estabelecidas entre a SGPR, a FBB, o BNDES, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)¹⁴, a Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica (Coagre) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), entre outros atores, em um processo que contou com o envolvimento de representantes da ANA vinculados também à Cnapo.

Essa participação ocorreu sobretudo na fase de delineamento dos objetivos e das diretrizes do *Ecoforte*, envolvendo também um debate sobre os mecanismos de implementação do Programa. A estruturação do primeiro edital ficou a cargo, fundamentalmente, das equipes da FBB e do BNDES, entidades que atuaram como financiadoras e responsáveis diretas pela sua execução. A construção do Programa teve início em 2012, estendendo-se ao longo do ano de 2013; o primeiro edital foi publicado em março de 2014. Este instrumento foi elaborado em consonância com as normas de financiamento de projetos instituídas pela FBB e pelo BNDES, envolvendo um exercício de diálogo interinstitucional, no esforço para harmonizar regras e procedimentos adotados por cada uma das instituições.

Vale a pena chamar a atenção para o formato jurídico que caracteriza essas organizações, sendo a Fundação Banco do Brasil uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos¹⁵, e o BNDES uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado¹⁶. Estas duas entidades, assim como as fontes de recursos a elas vinculadas¹⁷, estão

14 Órgão diretamente envolvido na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para atendimento aos programas sociais.

15 Ver: Fundação Banco do Brasil. https://www.fbb.org.br/images/Sobre_nos/005_Governanca/Transparencia/001_Estatuto%20e%20regimento%20Interno/Estatuto_FundacaoBB_Inicio_Vigencia_08.03.2018.pdf. Acesso em: 08/10/2019.

16 Ver: BNDES. https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estatuto-do-bndes. Acesso em: 08/10/2019.

17 A exemplo do Fundo Amazônia e do Fundo Social do BNDES.

submetidas a marcos regulatórios específicos no que diz respeito ao financiamento de projetos com recursos não reembolsáveis e que se diferenciam dos regulamentos que orientam a construção de parcerias entre a Administração Pública Federal e as organizações da sociedade civil.

As especificidades associadas às diferentes fontes de financiamento e suas regras de operação, bem como à estrutura e ao funcionamento das organizações responsáveis pela gestão dos recursos, colocam, sem dúvida, alguns desafios no que diz respeito à harmonização de normas e modos de operação. Na construção tanto do primeiro como do segundo edital do *Ecoforte*, eventuais obstáculos foram vencidos, possibilitando a alocação de recursos oriundos da FBB, do BNDES e do Fundo Amazônia, operacionalizados através de um mesmo instrumento. Não foi possível, no entanto, alocar diretamente no Programa recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) em função, justamente, dos complexos regulamentos envolvidos na construção de parcerias entre a Administração Pública Federal e as organizações da sociedade civil¹⁸.

Mas, como vem sendo ressaltado ao longo do texto, a rede de parcerias que deu origem à construção do Programa não esteve restrita às instituições financiadoras, mobilizando diferentes setores. Esse esforço de alinhamento entre distintos atores e instituições foi materializado através do Acordo de Cooperação Técnica. Participaram dessa iniciativa 11 diferentes instituições, incluindo: a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); o Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o Banco Nacional de

18 Vale lembrar que a formulação do *Ecoforte* ocorreu em um período marcado pela discussão, no âmbito da sociedade brasileira, de um novo marco regulatório orientador das parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. A Lei nº 13.019/2014, que instituiu esse novo regime jurídico, foi aprovada em julho de 2014, depois da publicação do primeiro edital do *Ecoforte*. Não temos condições, no entanto, de avaliar em que medida esse novo regulamento ampliaria as possibilidades de utilização, por parte do Programa, de recursos advindos do Orçamento Federal.



No Cerrado, famílias decidem, planejam e realizam a produção agroecológica

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); a Fundação Banco do Brasil (FBB); e o Banco do Brasil S.A.

O documento em questão deixa explícita a vinculação do *Programa Ecoforte* à estrutura do Planapo e às instâncias da Pnapo. Esta conexão estabelecida com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica possibilitou, também, que o Programa pudesse se beneficiar dos mecanismos de participação e controle social por ela instituídos. Um dos compromissos assumidos pelas organizações signatárias do Acordo de Cooperação Técnica envolvia, por exemplo, a apresentação periódica de um balanço da execução do Programa à Cnapo.

Não abordaremos aqui, de forma mais detalhada, as definições estabelecidas pelo ACT no que diz respeito ao papel de cada uma das instituições na implementação do *Ecoforte*. Consideramos importante, no entanto, destacar alguns pontos-chave relacionados às diretrizes do Programa e ao seu desenho de implementação, materializados nas disposições contidas no Edital nº 2014/005. Parte-se da ideia de que os processos participativos envolvidos na construção do edital possibilitaram uma confluência positiva entre os conhecimentos acumulados

pelas organizações sociais no que diz respeito às dinâmicas de construção da agroecologia nos territórios e as experiências das/os gestoras/es envolvidas/os na modelagem do *Ecoforte* na implementação de políticas públicas e de projetos sociais de modo geral. O encontro entre esses diferentes tipos de conhecimento contribuiu para a ampliação das capacidades estatais, gerando também uma série de aprendizados no âmbito das organizações sociais envolvidas na formulação e implantação do *Programa Ecoforte*, nos termos sugeridos por Szwaco e Lavalle (2019)¹⁹.

O *Ecoforte* foi concebido como um *Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica*. A utilização do conceito de rede como referência orientadora da ação pública foi uma das principais novidades desse instrumento de política pública.

É importante ter em conta que, para uma parte importante das entidades do campo agroecológico, sobretudo para as organizações historicamente envolvidas na construção da ANA, a noção de rede já havia sido incorporada, historicamente, como um componente importante em seus repertórios de ação. A experiência desenvolvida no âmbito da Rede Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA), estruturada no início dos anos 1980, contando com a participação de diferentes ONGs, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações produtivas das/os agricultoras/es foi fundamental no processo de articulação das experiências agroecológicas, para além de seu contexto local, potencializando processos mais abrangentes de produção e intercâmbio de conhecimentos, como no caso das pesquisas participativas relacionadas ao milho crioulo, desenvolvidas sobretudo nos anos 1990, em parceria com organizações de pesquisa, particularmente com a Embrapa (PETERSEN e GOMES DE ALMEIDA, 2007). Organizações como a Rede de Agroecologia Ecovida, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a

19 Szwaco e Lavalle (2019) chamam a atenção para as contribuições trazidas pelos movimentos e pelas organizações sociais aos processos de inovação em políticas públicas. Com base em um trabalho comparativo envolvendo, de um lado, o processo de construção da categoria *gênero* nas políticas públicas no Paraguai e, de outro, a gênese política e institucional da categoria *agricultura familiar* no Brasil, os autores ressaltam o modo como conhecimentos desenvolvidos no âmbito das organizações sociais são incorporados pelas políticas públicas, através das interações estabelecidas pelas organizações estatais e entidades da sociedade civil. Esse processo resulta em uma expansão das capacidades estatais do ponto de vista cognitivo, incorporando novos conceitos e ampliando seu modo de enquadrar determinados problemas.

Rede Maniva de Agroecologia no Amazonas, entre tantas outras, adotaram, por diferentes caminhos e em diferentes momentos no tempo, a noção de rede como matriz orientadora de suas dinâmicas de organização. Além disso, o reconhecimento pela legislação brasileira das formas participativas de certificação de produtos orgânicos também contribuiu para que muitos grupos e instituições se organizassem em forma de rede, investindo na estruturação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs), implantando processos de certificação participativa.

O conceito de rede, na forma como vem sendo apropriado pelo movimento de agroecologia, tem como pressuposto um modo de organização baseado na diversidade, na complementaridade, na construção de mecanismos democráticos de governança, na estruturação de relações de confiança e em formas flexíveis e mais horizontalizadas de organização. A articulação em rede comporta, também, uma dimensão sociotécnica, criando ambientes mais favoráveis ao surgimento de formas inovadoras de articulação entre atores, práticas e recursos, possibilitando a estruturação de mecanismos compartilhados de gestão de conhecimentos.

A incorporação do conceito de rede ao *Programa Ecoforte* representou um giro conceitual importante ao reconhecer o caráter multissituado, multinível e multiator dos processos de transição sociotécnica voltados à constituição de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis, em consonância com uma série de abordagens teóricas desenvolvidas nessa área, com destaque para a chamada *Perspectiva Multinível*²⁰. Nessa abordagem, as redes são concebidas como espaços de experimentação, aprendizado e gestão de conhecimentos, capazes de integrar inovações técnicas e sociais de diferentes tipos, em um processo articulado de transformação ecológica e social.

Cabe destacar que, no caso do *Ecoforte*, o conceito de rede não surge como uma referência externa, imposta aos diferentes grupos atendidos pelo Programa desde as políticas públicas, mas, sim, como um modo de

20 Ver, por exemplo: WISKERKE e PLOEG, 2004; GEELS e SCHOT, 2007; Geels (2002); MARQUES, 2009.

organização que já havia sido exercitado por um conjunto diversificado de camponesas e camponeses, agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, técnicas/os, pesquisadoras/es e organizações sociais em suas trajetórias de trabalho, o que não significa, necessariamente, que todas as organizações atendidas através do edital lançado em 2014 já utilizassem esse conceito no seu dia a dia.

De acordo com as regras estabelecidas pelo Edital nº 2014/005, os projetos deveriam ser submetidos por redes com reconhecida atuação nos campos da agroecologia, da agricultura orgânica e do extrativismo, tendo como organização responsável (“cabeça de rede”) uma entidade proponente constituída como uma associação sem fins lucrativos, fundação de direito privado ou cooperativa. Esta entidade proponente ficaria responsável pela apresentação do projeto/plano de trabalho, responsabilizando-se em termos jurídicos por sua execução técnica e financeira em caso de contratação.

Nos termos do edital, uma rede de agroecologia, extrativismo e produção orgânica é definida como um “conjunto formado por organizações que atuam em um dado território e interagem por meio de dinâmicas participativas, de caráter cooperativo, com a finalidade de promover o fortalecimento da produção orgânica, de base ecológica e extrativis-

Foto: Ceidac/Arquivo



Desenvolvimento de tecnologias sociais e formação em agroecologia fazem parte de ações apoiadas pelo *Ecoforte* em Goiás e Minas Gerais

ta”²¹. As redes poderiam ser constituídas por organizações de diferentes tipos, devendo envolver, obrigatoriamente, pelo menos três organizações de caráter produtivo (cooperativas ou associações de produtores).

O conceito de rede adotado pelo edital possibilitava, ainda, a participação de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo da Embrapa, das universidades, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, das Escolas Família Agrícola (EFAs), das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), entre outras, como parceiros dos projetos, fomentando a construção de sinergias entre as propostas apresentadas ao *Programa Ecoforte* e os programas e ações desenvolvidos no âmbito dessas instituições.

A opção do Programa por um desenho de execução em forma de rede permitia, também, que pequenas associações e grupos informais pudessem integrar esse sistema de parcerias. Organizações com esse perfil dificilmente participariam de um edital dessa natureza, de forma individualizada, em função das exigências relacionadas a procedimentos administrativos e de prestação de contas inerentes a essas modalidades de financiamento.

As redes a serem apoiadas pelo edital deveriam ter como referência de atuação um determinado território, descrito conceitualmente como um “espaço geograficamente definido, circunscrito a uma Unidade da Federação ou a áreas limítrofes de duas ou mais Unidades da Federação, onde atuam as instituições que compõem a rede de agroecologia, extrativismo e produção orgânica”²². Essa definição de território possibilitava que a proposta de trabalho desenvolvida pela rede estivesse enraizada em ambientes sociais e ecológicos específicos, favorecendo, portanto, a valorização e o adensamento das experiências concretas construídas pelos atores sociais, em seus espaços cotidianos de trabalho e de vida. Pois, como observa Almeida (2009, p. 76),

21 Ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/edital-de-selecao-publica-n-2014-005-redes-ecoforte>. Acesso em: 08/10/2019.

22 Ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*, *op. cit.*

Ao se objetivar e fazer corpo com as condições biofísicas e socioculturais peculiares em que se desenvolvem as experiências inovadoras, o conceito de agroecologia se torna concreto e só nessa medida poderá ser reconhecido como funcional e apropriado pelos que o manejam. Sem essa passagem do geral ao específico, o conceito permanece opaco como teoria transformadora e se desvirtua como um conjunto normativo cristalizado e indistinto, sem vínculos com as práticas sociais concretas, enfim, uma ideia à procura de ilustrações na realidade.

Ao mesmo tempo, ao adotar um conceito mais amplo e flexível de território, o desenho proposto pelo edital permitia que os projetos apresentados ao *Ecoforte* pudessem se ajustar às estratégias de territorialização desenvolvidas pelas redes, cabendo observar aqui que o enraizamento da agroecologia em diferentes contextos não se dá no vazio, mas, sim, em interação com configurações sociais e ecológicas historicamente estabelecidas. Esses ordenamentos estabelecem limites e oportunidades ao adensamento e à expansão das redes, demandando, em muitos casos, a incorporação, pelos atores, de estratégias multilocalizadas de territorialização. Nesse sentido, é possível identificar, entre as redes financiadas pelo *Programa Ecoforte*, algumas cuja atuação envolvia diferentes territórios pertencentes a um mesmo estado, articulando, inclusive, diferentes biomas ou áreas contíguas situadas na fronteira entre diferentes Unidades da Federação.

Ainda no que diz respeito aos parâmetros desenvolvidos pelo *Ecoforte* no que se refere à estruturação dos projetos, cabe destacar a noção de *Unidade de Referência*. As regras que orientam a chamada de projetos publicada em 2014 conceituam uma *Unidade de Referência* como “um local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologia ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições, capacitações, com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e disseminação de experiências”²³. As propostas apresentadas ao Programa deveriam se organizar, portanto, com base em um sistema mais ou menos integrado de Unidades de Referência, estruturado em consonância com os objetivos estabelecidos por cada uma das redes e em sintonia com as linhas gerais

23 Ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*, *op. cit.*

do *Ecoforte*. Os projetos deveriam estar voltados, portanto, “[...] à intensificação das práticas de manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade e de sistemas produtivos orgânicos e de base ecológica”²⁴.

Através do conceito de Unidade de Referência, tornou-se possível financiar, por meio de um mesmo instrumento (ou seja, de uma mesma chamada de projetos), investimentos considerados como *tangíveis* (incluindo máquinas, equipamentos, veículos e instalações) e investimentos classificados como *intangíveis* (assistência técnica, atividades educativas e de capacitação, entre outras). Como veremos mais adiante, a noção de Unidade de Referência foi apropriada pelas redes de diferentes maneiras, traduzindo-se nos projetos através de amplo conjunto de ações relacionadas sobretudo à produção, ao processamento e à comercialização de produtos agrícolas e extrativistas.

Cabe mencionar, por fim, a visão incorporada ao edital no que diz respeito aos processos de transição agroecológica. Nos termos estabelecidos pelo *Ecoforte*, a transição agroecológica constitui-se como “um processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que leve a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica”²⁵.

Ao conceituar a *transição agroecológica*, de forma bastante ampla, como um processo social e ecológico de transformação do uso da terra e das formas de manejo dos recursos naturais, respeitando seu caráter multilinear e sensível às variações de contexto, a concepção adotada pelo *Ecoforte* rompe com uma visão tecnicista da mudança tecnológica na agricultura, centrada na incorporação sequencial de um conjunto discreto de tecnologias. Distancia-se, também, de um enfoque centrado única e exclusivamente nas unidades produtivas, integrando ao escopo de intervenção do Programa um conjunto diversificado de interações e processos envolvidos na transformação dos sistemas produtivos e agroalimentares.

24 Ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*, *op. cit.*

25 Ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*, *op. cit.*



Diálogo entre famílias agricultoras e agentes da Copabase na construção do conhecimento agroecológico, em Arinos (MG)

A definição apresentada no edital contempla, portanto, componentes sociais, culturais e identitários como parte integrante dos processos de transição para a agroecologia. A estruturação de sistemas orgânicos de produção é um dos possíveis caminhos a serem percorridos pelas redes, mas percebe-se um cuidado na formatação do edital no sentido de não confundir os processos de transição agroecológica com o conceito de conversão frequentemente utilizado no âmbito da agricultura orgânica²⁶.

O primeiro edital do *Ecoforte* buscou apoiar redes que já possuíam experiência de intervenção no campo da agroecologia, da produção orgânica e do extrativismo. Os critérios de pontuação que orientaram a seleção dos projetos buscaram valorizar a trajetória histórica das redes, seu tempo de existência, sua experiência anterior na implementação de programas e ações em áreas relacionadas ao foco de atuação do Programa (assistência técnica e extensão rural, compras institucionais, entre outras). Foi considerada, também, a diversidade dos participantes engajados na rede, bem como o envolvimento de mulheres, jovens, indígenas e povos e comunidades tradicionais, reforçando-se,

26 Ver, por exemplo, o Decreto 6.323/2007, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 08/10/2019.



Famílias agricultoras são beneficiadas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Vale do Rio Urucuia (MG)

ainda, a participação de Escolas Família Agrícola ou centros de formação operando com base em regime de alternância. O número de participantes da rede inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos também foi objeto de pontuação²⁷.

O valor total do investimento previsto para cada projeto com recursos não reembolsáveis não poderia ser superior a R\$ 1.250.000,00, com prazo de execução de 24 meses, devendo a entidade proponente apresentar um valor de contrapartida de, no mínimo, 2% do valor total do projeto e investir pelo menos 50% dos recursos totais orçados na proposta em investimentos tangíveis, o que se constituiu como um desafio para algumas entidades que tinham um conjunto significativo de demandas nas áreas de capacitação e assistência técnica.

Em termos de valores, o edital previa inicialmente um apoio de R\$ 25 milhões em recursos não reembolsáveis, montante que poderia ser ampliado de acordo com as disponibilidades orçamentárias e que alcan-

27 Para uma apreciação mais detalhada do peso de cada um desses itens na pontuação geral dos projetos, ver: Edital de Seleção Pública no 2014/005 — *Redes Ecoforte*, anexo 5. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/edital-de-selecao-publica-n-2014-005-redes-ecoforte>. Acesso em: 08/10/2019.

çou, segundo informações fornecidas pela FBB, um valor equivalente a R\$ 32,59 milhões. Participou do Edital nº 2014/005, um conjunto de 166 redes, com uma demanda de recursos que alcançou os R\$ 67 milhões. Nesse universo, 33 redes foram aprovadas e 28 redes financiadas. Dessas 28 redes, 25 participaram do processo de sistematização.

Vale a pena observar que o Edital nº 2017/030 — *Ecoforte Redes*, cujos investimentos foram previstos em R\$ 18,5 milhões, direcionou esses recursos para duas categorias distintas de beneficiários. A Categoria I buscou contemplar projetos apresentados por redes que já haviam acessado o primeiro edital do Programa, com recursos equivalentes a R\$ 2,5 milhões. A Categoria II, com investimento total previsto em R\$ 16 milhões, teve como foco o financiamento das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica que ainda não haviam sido beneficiadas pelo *Ecoforte*. Os resultados positivos alcançados através do primeiro edital serviram de estímulo para a apresentação de propostas enquadradas em ambas as categorias.

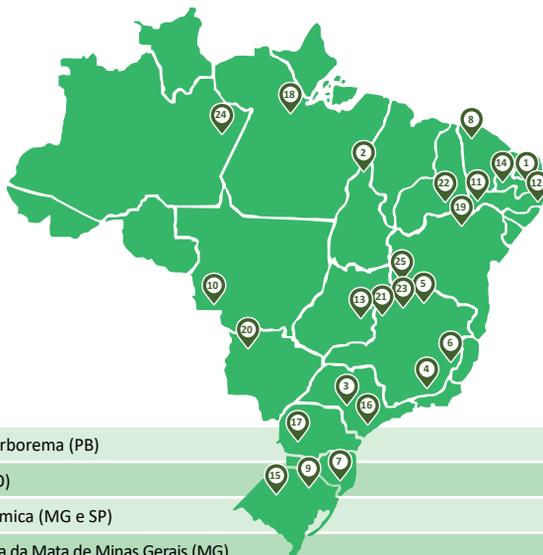
Uma vez analisadas as características inovadoras associadas ao desenho de implementação do *Ecoforte*, passamos a apresentar os resultados gerados pelos projetos *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios* e *Redes de Agroecologia na Amazônia Brasileira* no que se refere ao perfil das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo Edital nº 2014/005.

1.2 O Perfil das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica apoiadas pelo Programa *Ecoforte* através do Edital nº 2014/005

O primeiro nível da sistematização das redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo Programa *Ecoforte* proporcionou a caracterização geral de 25 redes, com atuação em territórios localizados nos diferentes biomas brasileiros, incluindo: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Campos Sulinos e Pantanal.

FIGURA 1

REDES
TERRITORIAIS DE
AGROECOLOGIA
SISTEMATIZADAS
PELA ANA



NOME DA REDE

Rede de Agroecologia da Borborema (PB)	1
Rede Bico Agroecológico (TO)	2
Rede de Agricultura Biodinâmica (MG e SP)	3
Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (MG)	4
Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (MG)	5
Rede Agroecológica do Leste de Minas (MG)	6
Rede de Desenv. Sustentável e Solidário das Encostas da Serra Geral de Sta. Catarina — Agreco (SC)	7
Rede de Intercâmbio de Sementes — RIS (CE)	8
Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)	9
Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia — Gias (MT)	10
Rede de Agricultores Experimentadores do Araripe (PE, CE e PI)	11
Rede Espaço Agroecológico — REA (PE)	12
Rede Terra (DF e MG)	13
Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano (PB)	14
Rede Camponesa de Agroecologia — RCA (RS)	15
Rede de Agroecologia do Leste Paulista (SP)	16
Rede de Intercaptação e Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu (PR)	17
Rede Encauchados (PA)	18
Rede Sabor Natural do Sertão (BA)	19
Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul — Apoms (MS)	20
Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (MG e GO)	21
Rede de Produção Agroecológica do Semiárido Piauiense — Repaspi (PI)	22
Rede Unidades Agroecológicas Integradas — UAI (Vale do Uruçuia, MG)	23
Rede Maniva de Agroecologia — Rema (AM)	24
Rede Trijunção Cerrado Central (BA, GO e MG)	25

A capacidade do *Ecoforte* de interagir com essa diversidade de contextos e experiências contribuiu para que o processo de sistematização desenvolvido através dos projetos *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios* e *Redes de Agroecologia na Amazônia Brasileira* se tornasse uma fonte de inúmeros aprendizados, possibilitando uma reflexão sobre os processos de transição para a agroecologia nas diferentes regiões do País, o que foi reforçado pelo engajamento das distintas redes nas diferentes etapas do processo de sistematização.

Vale a pena lembrar que a diversidade presente nesses diferentes ambientes não é fruto, unicamente, da variabilidade dos ecossistemas, sendo resultado de um processo histórico de coprodução com a natureza por parte dos diferentes grupos sociais que constroem e habitam esses territórios. A agroecologia, a agricultura orgânica e o extrativismo em bases sustentáveis possibilitam, justamente, a construção e o manejo de ambientes e espaços de vida biológica e culturalmente diversos, orientados por uma perspectiva de convivência com os sistemas vivos.

Todas as 25 redes de agroecologia que participaram do processo de sistematização já tinham uma trajetória anterior de trabalho conjunto. Algumas dessas redes, a exemplo da Rede de Agroecologia da Borborema (PB) e da Rede Bico Agroecológico (TO), surgiram nas décadas de 1960 e 1970, tendo sua origem no trabalho de base desenvolvido pelos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais e pelas pastorais da Igreja Católica. O movimento em favor de uma “agricultura alternativa”, na década de 1980, contribuiu para a estruturação dos centros de agricultura alternativa em diferentes regiões do País. As interações estabelecidas entre esses centros, estruturados como entidades de assessoria e apoio técnico, e um conjunto diversificado de organizações de base possibilitaram a conformação, nesses territórios, de um rico tecido social, composto por organizações que passam a se mobilizar, já nesse período, em torno do resgate, da sistematização e da disseminação das chamadas *tecnologias alternativas*. A Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (MG) e a Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (MG), por exemplo, têm suas raízes nessa trajetória. Foi também na década de 1980 que a agricultura biodinâmica fortaleceu-se

como uma referência, em um processo que se inicia no estado de São Paulo, desdobrando-se em um conjunto mais amplo de interações, através de atividades voltadas à capacitação de produtoras/es, à implantação de sistemas de cultivo e criação manejados com base nos princípios da agricultura biodinâmica, à produção de sementes, à estruturação de mercados, à certificação de produtos orgânicos e biodinâmicos, entre outras.

Chama a atenção o fato de que uma parcela significativa das redes que acessaram o primeiro edital do *Ecoforte* tem suas raízes na década de

1990, momento em que se observa a ampliação de iniciativas locais e territoriais de promoção da agroecologia e da produção orgânica em diferentes regiões do País. Os anos 1990 foram também um momento importante na estruturação de mercados de produtos orgânicos/ecológicos/agroecológicos, com o surgimento, em diferentes estados, de uma série de iniciativas de comercialização direta, com destaque para as feiras implantadas em diferentes centros urbanos. Esse período ainda foi marcado pela incorporação, pelas organizações sociais brasileiras, do enfoque sistêmico proposto pela agroecologia, tendo a participação de ONGs brasileiras no Consórcio Latino-Americano para Agroecologia e Desenvolvimento (Consórcio Clades) contribuído bastante nesse pro-



Foto: Rayra Martins/ANA

Criação animal em Cajazeiras (PB)

cesso, possibilitando a circulação de novos conceitos e metodologias. Vale lembrar que, ao longo dos anos 1990, muitas dessas iniciativas puderam contar com o suporte de recursos da cooperação internacional, sendo a participação do poder público na promoção da agroecologia e da produção orgânica ainda muito restrita.

As últimas duas décadas (os anos 2000 e 2010) foram marcadas, simultaneamente, pela regulamentação legal da agricultura orgânica, através da Lei nº 10.831/200, e pelas diversas iniciativas de institucionalização da agroecologia no âmbito das políticas públicas anteriormente descritas. Verifica-se, sobretudo a partir dos anos 2000, uma crescente articulação do movimento em favor da agroecologia no âmbito nacional, registrando-se, em 2002, o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que se estrutura como um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil engajadas no fortalecimento da agroecologia. Nesse mesmo período, diversas organizações da agricultura camponesa e familiar aprofundam seus vínculos com o enfoque proposto pela agroecologia, impulsionando iniciativas importantes de organização produtiva, em bases ecológicas, em diferentes territórios. No campo da agricultura orgânica, a institucionalização, pela legislação brasileira, dos processos participativos de certificação irá repercutir na estruturação, em diferentes contextos regionais e estaduais, dos SPGs.

Na Tabela 1, é possível identificar o período de formação das 25 redes de agroecologia apoiadas através do primeiro edital do *Ecoforte*. Algumas delas, embora já existissem na prática, passaram a se identificar nominalmente enquanto uma rede a partir do estímulo trazido pelo Programa. Em alguns casos, o arranjo estruturado em torno do projeto apresentado pelo *Ecoforte* encontra-se inserido em uma rede mais ampla, ampliando-se, potencialmente, o espaço de circulação das tecnologias e dos processos gerados pelo Programa. O fato de que a existência das redes transcende os 24 meses de execução dos projetos previstos pelo *Ecoforte* amplia a possibilidade de que as ações desenvolvidas no âmbito do Programa possam ter continuidade.

TABELA 1

PERÍODO DE FORMAÇÃO DAS 25 REDES DE AGROECOLOGIA

REDE ATUANDO DESDE A DÉCADA DE	NOME DA REDE
1960	Rede de Agroecologia da Borborema (PB)
1970	Rede Bico Agroecológico (TO)
1980	Rede de Agricultura Biodinâmica (MG e SP)
	Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (MG)
	Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (MG)
	Rede Agroecológica do Leste de Minas (MG)
1990	Rede de Desenvolvimento Sustentável e Solidário das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina — Agreco (SC)
	Rede de Intercâmbio de Sementes — RIS (CE)
	Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)
	Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia — Gias (MT)
	Rede de Agricultores Experimentadores do Araripe (PE, CE e PI)
	Rede Espaço Agroecológico — REA (PE)
	Rede Terra (DF e MG)
	Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano (PB)
2000	Rede Camponesa de Agroecologia — RCA (RS)
	Rede de Agroecologia do Leste Paulista (SP)
	Rede de Intercooperação e Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu (PR)
	Rede Encauchados (PA)
	Rede Sabor Natural do Sertão (BA)
	Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul — Apoms (MS)
	Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (MG e GO)
2010	Rede de Produção Agroecológica do Semiárido Piauiense — Repaspi (PI)
	Rede Unidades Agroecológicas Integradas — UAI (Vale do Uruçuia, MG)
	Rede Maniva de Agroecologia — Rema (AM)
	Rede Trijunção Cerrado Central (BA, GO e MG)

Na escala dos territórios, as redes assumem diferentes funções relacionadas à gestão do conhecimento; à articulação entre processos de produção,

processamento e comercialização; ao fortalecimento de identidades sociais e culturais; à geração de credibilidade no que diz respeito à qualidade dos produtos; à articulação; e à coordenação de políticas públicas, entre outras.

Quanto ao público atendido pelos projetos financiados pelo *Ecoforte*, estima-se que as 25 propostas financiadas pelo Programa e aqui sistematizadas tenham beneficiado diretamente 23.206 pessoas, identificadas nos projetos como pertencendo a diferentes grupos sociais, incluindo agricultoras/es familiares; camponesas/es; assentadas/os de reforma agrária; trabalhadoras/es rurais; e povos e comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras/es artesanais, vazanteiras/os, caatingueiras/os e comunidades de fundo de pasto. É possível

Foto: Rayra Martins/ANA

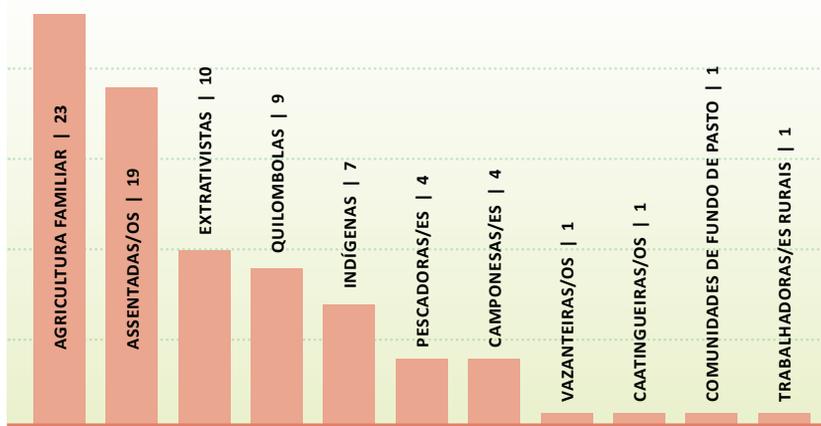


A produção familiar abastece diretamente a feira gerida pelas/os agricultoras/es em Cajazeiras (PB)

identificar, no Gráfico 1, o número de projetos em que cada grupo social figura como participante. Utilizamos, aqui, as referências identitárias tal como aparecem nas propostas de participação apresentadas ao *Ecoforte* e nos relatórios de atividades. É importante reconhecer, no entanto, a superposição existente entre alguns dos grupos identificados, particularmente no que diz respeito à categoria “agricultura familiar”, utilizada, no âmbito das políticas públicas, como uma designação mais geral, capaz de abarcar diferentes identidades.

GRÁFICO 1

GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DAS REDES



Participaram diretamente dos projetos executados pelas 25 redes um total de 488 organizações de diferentes naturezas: cerca de 44% eram associações de diversos tipos, seguidas de sindicatos e federações (11%); cooperativas (9%); associações, cooperativas e grupos de mulheres (7,8%); e organizações não governamentais e instituições de assessoria (7,4%). Além dessas, figuram no Gráfico 2 mais outras 15 categorias. Merece destaque a participação não apenas de associações e cooperativas, estimulada, inclusive, pelo próprio edital, mas também dos sindicatos e das federações sindicais. O formato de implementação adotado pelo *Ecoforte*, baseado no conceito de rede, permitiu que um amplo conjunto de organizações de base, presentes no dia a dia das comunidades

rurais, pudesse se integrar, de forma efetiva, às diversas ações desenvolvidas no âmbito dos projetos, fortalecendo as redes e contribuindo para seu enraizamento nos diferentes locais.

Os vínculos estabelecidos pelas redes com instituições de ensino e pesquisa e com outras redes de abrangência maior do que seu próprio território de atuação e a participação em espaços de controle social têm tido extrema relevância para o alcance de seus objetivos. Divulgar as ações das redes, dialogar sobre demandas, fazer denúncias, elaborar propostas de políticas e construir e acessar novos mercados são algumas das iniciativas que têm fortalecido as estratégias de ação e proporcionado conquistas para as 25 redes.

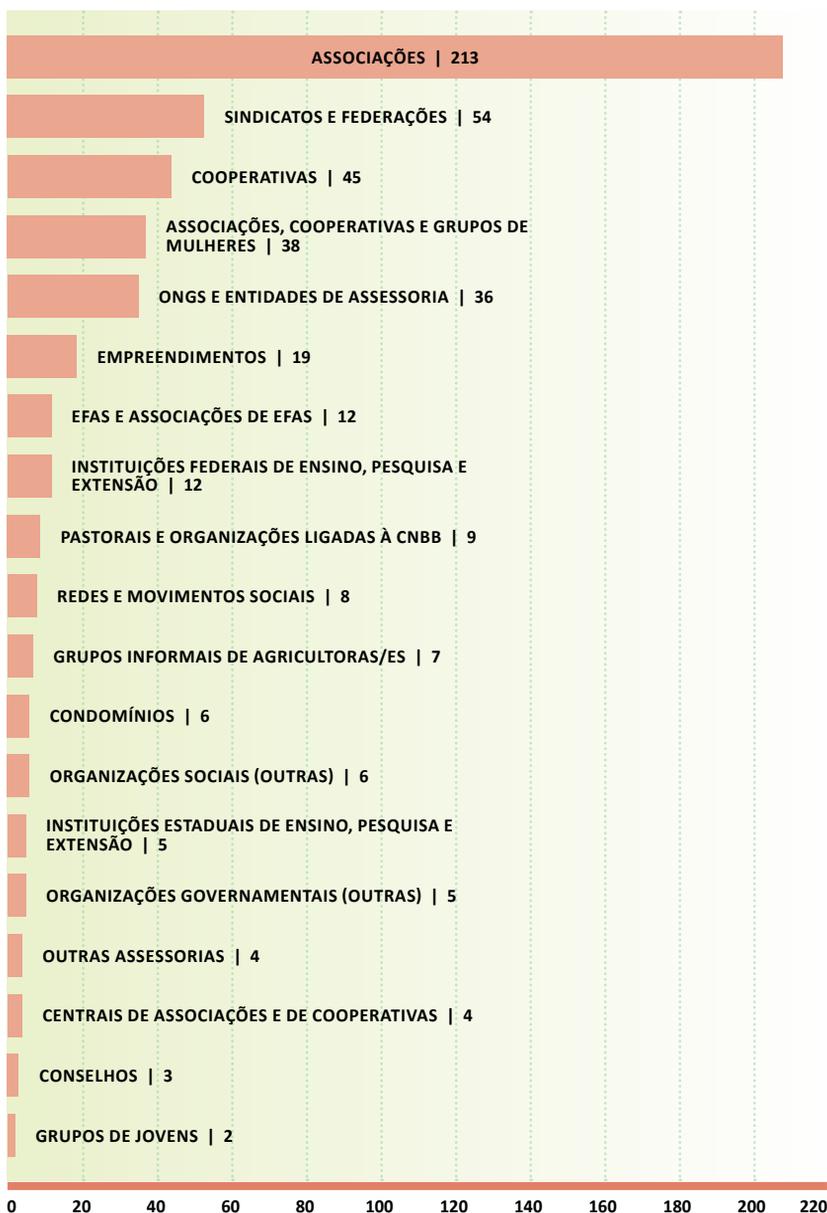


Foto: Paulino Anselmo de Menezes Filho/ANA

No Cerrado, assessoradas pela Rede Terra, famílias cultivam diversos alimentos em quintais produtivos

GRÁFICO 2

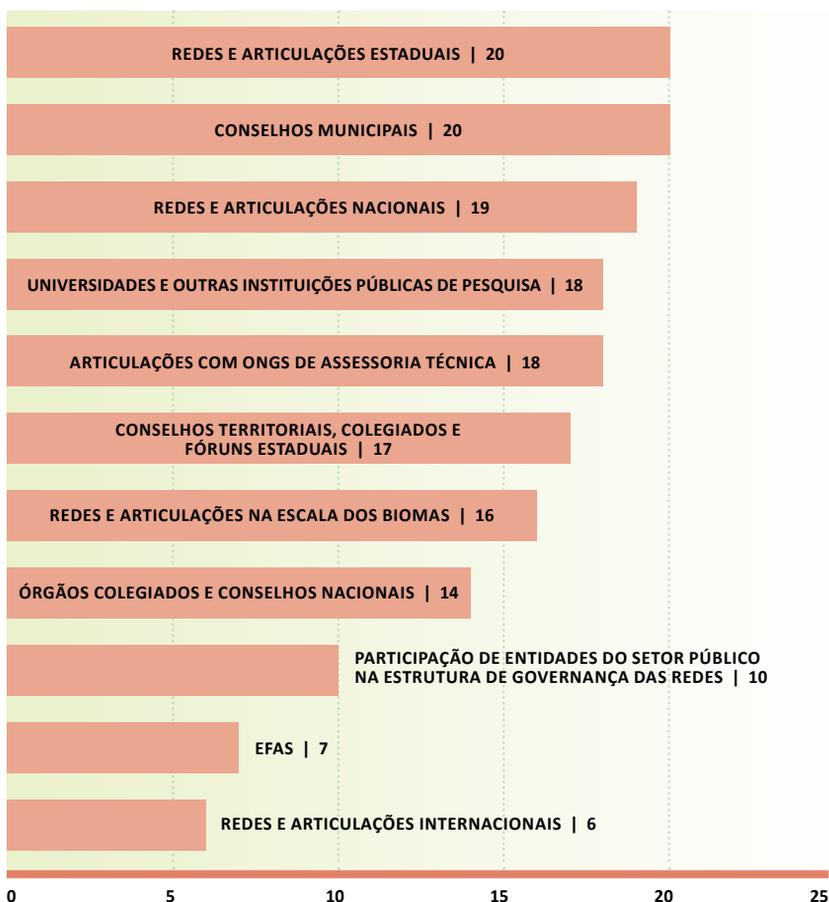
NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES, POR CATEGORIA,
QUE INTEGRARAM DIRETAMENTE OS PROJETOS DAS 25 REDES



O Gráfico 3 busca apresentar o que estamos chamando de *ecologia organizacional das redes*, procurando identificar os vínculos estabelecidos pelas organizações financiadas pelo *Programa Ecoforte* com outras redes, organizações e instâncias de participação e controle social.

GRÁFICO 3

CONEXÕES ESTABELECIDAS PELAS REDES FINANCIADAS PELO PROGRAMA ECOFORTE COM OUTRAS REDES, INSTITUIÇÕES E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONSIDERANDO OS DIFERENTES TIPOS DE VÍNCULO*



(*) OS NÚMEROS CORRESPONDEM AO NÚMERO DE REDES QUE MENCIONARAM ESTABELECEER UM DETERMINADO TIPO DE VÍNCULO.

Como é possível observar, a maioria das redes territoriais (80% do total) está integrada a outras redes e articulações estaduais e nacionais, incluindo nesta categoria a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Seis redes (24% do total) participam de articulações e organizações internacionais, como, por exemplo, o Slow Food, que fomenta o direito à alimentação de qualidade produzida de forma sustentável e valorizando as/os produtoras/es e os alimentos da sociobiodiversidade, e o Fairtrade, que atua com certificação em comércio justo e solidário.

A maioria das redes (80%) também tem participação efetiva em conselhos municipais, como, por exemplo, os conselhos de alimentação escolar, que têm sido fundamentais para a inclusão dos produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), proporcionando a oferta de alimentos saudáveis e da agrobiodiversidade local a crianças e jovens.

Também tem destaque a participação de 70% das organizações vinculadas às redes em conselhos, colegiados e fóruns territoriais, regionais e estaduais. Essas diferentes arenas de participação constituem-se como espaços privilegiados de diálogo e negociação de políticas públicas, podendo potencializar, além disso, uma série de outras iniciativas, de forma a atender às necessidades de demandas dos diferentes territórios. A participação das organizações de base nesses espaços também constitui uma oportunidade de formação para os diferentes sujeitos sociais atuantes nas redes.

As redes participam, além disso, de órgãos colegiados e de conselhos em âmbito nacional. No período de vigência dos projetos, 60% das redes estiveram presentes nesses espaços, atuando, por exemplo, na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Essas arenas democráticas foram fundamentais na construção e implementação de políticas públicas para os segmentos sociais vinculados às 25 redes. Essa participação foi afetada, no entanto, pelo decreto nº 9.759 (11/04/2019), que extinguiu vários colegiados federais.

Em 30% das redes territoriais, existem EFAs que participam de espaços nacionais e estaduais de articulação dessas instituições, como, por exemplo, a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (Unefab).

Foto: Paulino Anselmo de Menezes Filho/ANA



Pequenas áreas podem produzir grande diversidade de alimentos sem prejudicar o meio ambiente

Como se pode perceber, as redes financiadas pelo *Programa Ecoforte* estão inseridas em uma ecologia organizacional complexa e que abarca diferentes níveis. Os vínculos estabelecidos no âmbito da rede ajudam a criar um ambiente mais favorável aos processos de transição agroecológica, possibilitando a circulação de informações e conhecimentos, o compartilhamento de recursos comuns, a construção social de mercados, o acesso a insumos, a interação com as políticas públicas, entre outros. Todos esses processos exigem um esforço constante de alinhamento e de construção de convergência entre diferentes atores, no âmbito da rede e para além dela.

A integração entre essa enorme diversidade de sujeitos sociais e organizações contribui para o aprendizado e o desenvolvimento de inovações organizacionais. Isso porque as redes são a todo momento desafiadas a encontrar caminhos de forma a potencializar as capacidades e

habilidades dos diferentes atores, lidando com as respectivas especificidades, num exercício constante de escuta e diálogo na busca do interesse comum e tendo como pressuposto as oportunidades e adversidades presentes em seu contexto territorial.

Esse cotidiano de relações também exige uma forma de governança que se constrói e amadurece ao longo da trajetória da ação em rede das organizações. Essa forma de gestão envolve diversas pactuações entre seus integrantes, como, por exemplo: a definição de papéis das organizações em função de seu perfil e habilidade; a organização da tomada de decisões; o nível de envolvimento das organizações na elaboração e execução de projetos; dentre outros.

Ainda que com diferenças entre temas mobilizadores e/ou graus de intensidade entre eles, as redes estudadas exercitam uma série de dinâmicas de territorialização que podem ser resumidas na Figura 2. A figura busca captar o modo como os diferentes processos de territorialização das redes se articulam com as dinâmicas da transição agroecológica tomando como referência as conexões que se estabelecem a partir das unidades de produção (individuais ou coletivas).

FIGURA 2
DINÂMICAS DE
TERRITORIALIZAÇÃO
DAS 25 REDES



Esse exercício de visualização das dinâmicas de territorialização potencializadas pelas redes nos permite vislumbrar as possíveis repercussões das ações financiadas através do *Programa Ecoforte* no cotidiano de seus beneficiários.

Com base nessa descrição mais geral sobre o perfil das redes financiadas pelo primeiro edital do *Programa Ecoforte*, passaremos a analisar as estratégias implementadas pelas redes tendo por objetivo a ampliação de escala das ações de promoção da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica e o fortalecimento dos processos de transição agroecológica nos territórios.

1.3 Estratégias territoriais de fortalecimento da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica desenvolvidas no âmbito das redes

A Seção 3 deste capítulo busca refletir acerca das diferentes estratégias desenvolvidas pelas redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica no âmbito do *Programa Ecoforte*. Tomaremos como ponto de partida as Unidades de Referência estruturadas através dos diferentes projetos. O conceito de *Unidade de Referência*, compreendido aqui como uma das mais importantes inovações trazidas pelo Programa, constituiu-se como um instrumento fundamental no planejamento das ações a serem financiadas pelo *Ecoforte*. A seleção das Unidades de Referência e o modo como foi planejada a sua implantação nos permitem compreender melhor a maneira como os conceitos e instrumentos de apoio à agroecologia, ao extrativismo e à produção orgânica desenvolvidos pelo Programa foram decodificados e acionados pelas redes nas propostas apresentadas ao Edital nº 2014/005.

De acordo com as orientações do edital, as Unidades de Referência poderiam estar vinculadas a diversos tipos de sistema: hortas, pomares e cultivos ecológicos; unidades agroecológicas de criação animal; unidades de produção de insumos; sistemas sustentáveis de agroextrativismo; sistemas biodigestores; sistemas alternativos de irrigação de baixo custo;

sistemas de saneamento básico; sistemas de captação de água e proteção de mananciais hídricos; unidades experimentais de beneficiamento da produção; unidades de comercialização; entre outros. O regulamento estabelecido foi bastante flexível, possibilitando a adaptação do instrumento Unidade de Referência às demandas de atuação das redes nos territórios.

Na Tabela 2, é possível identificar o perfil e a distribuição das Unidades de Referência implantadas com apoio do *Ecoforte* pelas 25 redes sistematizadas.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE REFERÊNCIA IMPLEMENTADAS PELAS 25 REDES SISTEMATIZADAS, SEGUNDO DIFERENTES TIPOS

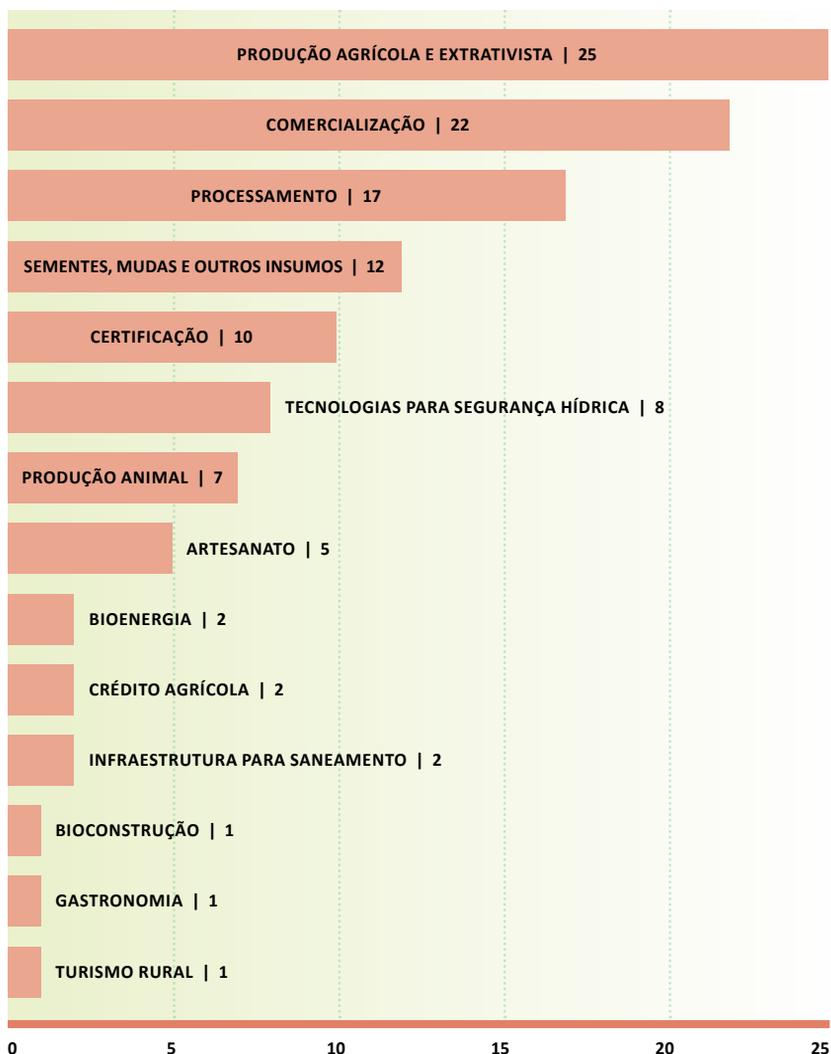
NÚMERO DE URs	TIPOS DE URs	%
353	Hortas, pomares e cultivos ecológicos	34
153	Criação animal agroecológica	15
104	Casas e Bancos de Sementes	9,9
77	Beneficiamento da produção	7,3
77	Sistemas agroflorestais	7,3
68	Segurança hídrica e saneamento	6,5
49	Sistemas agroextrativistas	4,7
45	Comercialização	4,3
37	Produção de mel	3,5
31	Produção de insumos	2,9
19	Construção do conhecimento	1,8
17	Inclusão produtiva e econômica de mulheres	1,6

Como se pode observar, todas as 25 redes realizaram atividades de fomento à produção agrícola e ao extrativismo em associação; na grande maioria dos casos, com iniciativas voltadas ao beneficiamento e à comercialização dos produtos. Metade delas incorporou ações relativas a resgate, multiplicação e troca de sementes crioulas e mudas nativas, e ainda a produção de insumos agroecológicos, como forma de valorizar os conhecimentos tradicionais e buscar autonomia das/os agricultoras/es

em relação aos pacotes tecnológicos da agricultura convencional. Outras temáticas, tão importantes quanto as citadas, também compõem esse universo das redes, conforme mostra o Gráfico 4.

GRÁFICO 4

NÚMERO DE REDES ENVOLVIDAS COM CADA TIPO DE ATIVIDADE TEMÁTICA



Se observarmos os tipos de Unidade de Referência que foram implantados com o apoio do *Ecoforte*, fica clara a demanda existente no que diz respeito à estruturação de sistemas produtivos de base ecológica, bem como à produção de insumos. Ao mesmo tempo, se considerarmos a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas no âmbito das redes, poderemos perceber que essa demanda abarca não apenas a produção agrícola e extrativista, mas também o processamento, a comercialização, a certificação, o acesso à água, entre outras. Um conjunto menor de redes mencionou o artesanato, a produção de bioenergia, o crédito agrícola, a implantação de infraestrutura de saneamento, a bioconstrução, a gastronomia e o turismo rural como áreas de atuação.

Seguindo essa linha, temos um mosaico com diferentes sistemas contidos nos tipos de Unidade de Referência disponíveis, em estreita relação com práticas que vão sendo enraizadas territorialmente pelas redes. Ao todo, foram implantadas 1.042 URs, onde hortas, pomares e cultivos ecológicos constituem a grande maioria, seguidas das unidades de criação animal e das Casas e Bancos de Sementes crioulas.

Um segundo elemento a ser analisado diz respeito às distintas estratégias implementadas pelas redes apoiadas pelo Programa tendo por objetivo fortalecer processos de transição agroecológica em escala regional e ampliar sua escala de atuação.

A Tabela 3, a seguir, representa um esforço de identificação e categorização das distintas estratégias utilizadas pelas redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica apoiadas pelo *Programa Ecoforte*. Ela foi construída fundamentalmente a partir da leitura dos projetos apresentados pelas redes ao edital. Não se trata aqui, portanto, de fazer uma avaliação dos resultados gerados nessas diferentes linhas de intervenção, mas, sim, de evidenciar a diversidade de formas através das quais os instrumentos desenvolvidos no âmbito do Programa foram apropriados pelas redes.

A leitura dos projetos nos permitiu identificar treze estratégias de ampliação e fortalecimento desenvolvidas pelas organizações apoiadas.

das pelo *Ecoforte*: (i) a ampliação do número de agricultoras/es e extrativistas engajadas/os na implementação de práticas agroecológicas em espaços já consolidados de atuação da rede; (ii) o fortalecimento da atuação da rede em novas regiões; (iii) a implantação e/ou o aperfeiçoamento de dispositivos e processos capazes de propiciar maior e melhor articulação entre as atividades de produção, processamento e consumo; (iv) a intensificação de fluxos entre diferentes territórios, buscando explorar diversidades e complementaridades ecológicas, sociais e culturais; (v) o desenvolvimento de novos produtos e atividades; (vi) a estruturação de novos mercados e/ou o fortalecimento dos mercados existentes; (vii) a implementação e/ou o fortalecimento dos dispositivos de certificação e reconhecimento da qualidade; (viii) a qualificação do trabalho desenvolvido pela rede em sua atuação junto a grupos específicos (mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais, entre outros); (ix) a implantação de novos arranjos organizacionais e/ou o fortalecimento dos arranjos organizacionais existentes; (x) o fortalecimento das estratégias de intercâmbio e a disseminação de conhecimentos no âmbito da rede; (xi) a articulação e o desenvolvimento de estratégias de comunicação com as/os consumidoras/es; (xii) a construção e/ou a consolidação de parcerias envolvendo novos atores; e (xiii) a articulação entre diferentes políticas públicas visando o fortalecimento das atividades da rede.

Identificamos como estratégias utilizadas pelas redes somente aquelas que apareciam de forma clara e destacada no projeto apresentado ao edital. Não estamos exibindo aqui, portanto, uma sistematização das estratégias utilizadas pelas diversas redes ao longo de sua trajetória ou nos seus diferentes projetos, mas somente aquelas que foram escolhidas como foco de atuação no âmbito do *Ecoforte*.

Analisando a Tabela 3, é possível perceber a complexidade presente na atuação das redes. A ampliação de escala das ações voltadas ao desenvolvimento da agroecologia, do extrativismo e da produção orgânica não está baseada, unicamente, na expansão horizontal das redes em termos do número de participantes ou na disseminação de práticas tecnológicas e de organização social em novas regiões. Muitas das estratégias implementadas

TABELA 3

CATEGORIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS CONSTRUÍDAS PELAS REDES DE AGROECOLOGIA, EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO ORGÂNICA APOIADAS PELO EDITAL Nº 2014/005 DO PROGRAMA ECOFORTE – REDES DE AGROECOLOGIA

ESTRATÉGIAS DE AMPLIAÇÃO DE ESCALA	Rede Maniva de Agroecologia – Rema (AM)	Rede Encauchados (PA)	Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia – Gias (MT)	Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – Apoms (MS)	Rede Bico Agroecológico (TO)	Rede Terra (DF e MG)	Rede Triunção Cerrado Central (BA, GO e MG)	Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado (MG e GO)	Rede de Produção Agroecológica do Semiárido Piaulense – Repaspi (PI)	Rede Espaço Agroecológico (PE)
Ampliação do número de agricultoras/es engajadas/os na implementação de práticas agroecológicas em espaços já consolidados de atuação da rede										
Fortalecimento da atuação da rede em novas regiões										
Implantação e/ou aperfeiçoamento de dispositivos e processos capazes de propiciar maior e melhor articulação entre as atividades de produção, processamento e consumo										
Intensificação de fluxos entre diferentes territórios buscando explorar diversidades e complementaridades ecológicas, sociais e culturais entre diferentes ecossistemas										
Desenvolvimento de novos produtos e atividades										
Estruturação de novos mercados e/ou fortalecimento dos mercados existentes										
Implementação e/ou fortalecimento dos dispositivos de certificação e reconhecimento da qualidade										
Qualificação do trabalho desenvolvido pela rede em sua atuação junto a grupos específicos (mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais, entre outros)										
Implantação de novos arranjos organizacionais e/ou fortalecimento dos arranjos organizacionais existentes										
Fortalecimento das estratégias de intercâmbio e disseminação de conhecimentos no âmbito da rede										
Articulação e desenvolvimento de estratégias de comunicação com as/os consumidoras/es										
Construção e/ou consolidação de parcerias envolvendo novos atores										
Articulação entre diferentes políticas públicas visando o fortalecimento das atividades da rede										



Comunidade quilombola, localizada no município de Chapada Gaúcha (MG), amplia renda e diversidade de alimentos por meio da agroecologia

têm por objetivo fortalecer a rede como um arranjo capaz de possibilitar a inter-relação entre diferentes atividades, incluindo: a articulação entre atividades de produção, processamento e consumo; a intensificação dos fluxos de forma a explorar diversidades e complementaridades entre territórios; o fortalecimento dos processos organizativos das redes; a articulação entre diferentes políticas públicas; entre outras.

Alguns componentes aparecem com muita força como linhas estratégicas de atuação comuns à grande maioria das redes: a estruturação de novos mercados e o fortalecimento dos mercados existentes, o intercâmbio e a disseminação de conhecimentos e a articulação entre diferentes políticas públicas.

No que diz respeito à qualificação da atuação da rede junto a grupos sociais específicos, é importante considerar que o sistema de pontuação previsto pelo edital estimulava o engajamento de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais nos projetos a serem financiados pelo *Ecoforte*. Analisando os relatórios de atividades, é possível perceber que essas orientações foram incorporadas nos projetos de uma forma muito

distinta. Algumas redes possuem uma longa trajetória de atuação e reflexão sobre a participação das mulheres e de jovens na construção da agroecologia. A importância atribuída ao tema fica bastante clara tanto na narrativa que estrutura o projeto como nos relatórios. Em outros casos, a atuação voltada especificamente aos jovens ou às mulheres ainda está restrita a algumas atividades. Em um cômputo geral, 16 redes apresentaram atividades específicas com mulheres, e 13 mencionaram atividades específicas para as/os jovens. No que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais, seu envolvimento no *Ecoforte* variou bastante dependendo do contexto. Algumas redes buscaram inclusive desenvolver Unidades de Referência específicas, adaptadas às especificidades culturais desses grupos. Vale a pena mencionar, por exemplo, a Casa de Medicina Xacriabá, implantada pela Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (MG), que foi sistematizada como uma tecnologia social.

1.4 Os efeitos do *Programa Ecoforte* no fortalecimento das redes

No Nível 1 de sistematização, os resultados gerados pelo *Programa Ecoforte* foram analisados de forma transversal, a partir da leitura dos projetos e relatórios e com base em algumas interações a distância estabelecidas com representantes das redes. Uma leitura mais aprofundada dos resultados gerados pelo *Ecoforte* será apresentada sobretudo nos capítulos 2 e 3 desta publicação.

Julgamos importante, no entanto, apresentar aqui algumas breves observações sobre os resultados gerados pelo *Ecoforte* no fortalecimento organizativo das redes, no desenvolvimento de tecnologias sociais e na articulação entre diferentes políticas públicas.

O *Ecoforte* contribuiu, de forma muito expressiva, para o fortalecimento organizativo das redes. O aporte trazido pelo Programa na consolidação das organizações de base, no aprimoramento dos dispositivos organizacionais e dos instrumentos de gestão voltados à participação nos mercados e para a qualificação de estruturas de governança supralocal — de fundamental importância para animação dos processos da

rede — foi amplamente mencionado. Os resultados apresentados nos *Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia*, reunidos pela ANA em uma publicação única intitulada *Teia Agroecológica*, chamam bastante a atenção para esse componente organizativo presente nas tecnologias sociais. Exemplos disso são os mutirões, desenvolvidos pela Rede Camponesa de Agroecologia no Rio Grande do Sul, e os processos organizacionais desenvolvidos pelas entidades com atuação no Agreste da Borborema, na Paraíba, que permitem que as/os agricultoras/es possam ter acesso a uma rede itinerante de máquinas moto-ensiladeiras gerenciadas pela Rede Agroecologia na Borborema.

No que diz respeito ao desenvolvimento de alternativas tecnológicas voltadas à agroecologia, ao extrativismo e à produção orgânica, vale a pena ressaltar a multiplicidade de práticas tecnológicas, artefatos e arranjos organizativos presentes no âmbito das redes. As diferentes práticas e tecnologias encontram-se integradas em arranjos social, ecológica e culturalmente contextualizados, sendo a dimensão organizativa fundamental para sua estruturação e seu funcionamento. Esses sistemas não estão isolados, mas se desenvolvem em integração, tanto com os mercados como com as políticas públicas.

As organizações das redes acessaram diversas políticas públicas ao longo de sua trajetória, sobretudo a partir de 2003, quando houve um ciclo de ampliação e inovação das políticas direcionadas à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária, aos povos indígenas e quilombolas e às comunidades tradicionais nas diferentes regiões do País.

Dentre as **políticas públicas acessadas pelas famílias** envolvidas nas redes e citadas como as mais relevantes, destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), pois mais de 20 redes tiveram acesso, garantindo, assim, novos mercados institucionais e assessoria técnica para as famílias e organizações. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi acessado pela base social de 19 redes; e os programas de certificação orgânica, por 16 redes.

Programas sociais como o *Bolsa Família* foram citados como relevantes pelo público de 11 redes, seguido da Previdência Social (10 redes), programas voltados para as mulheres (8 redes) e o *Brasil Sem Miséria* (7 redes).

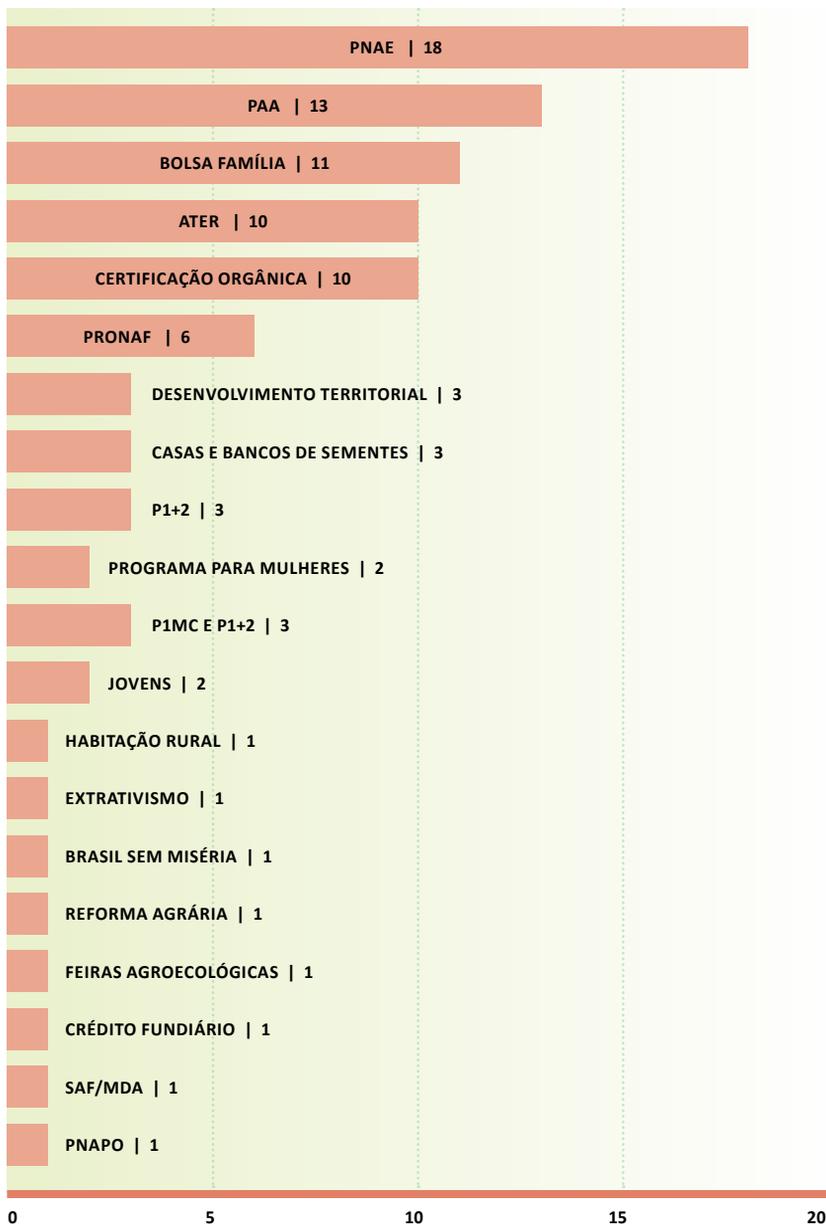
Outras políticas de fomento à agricultura familiar acessadas e citadas como relevantes por sete a dez redes foram as Políticas de Desenvolvimento Territorial — Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), Núcleos de Extensão Territorial (Nedets) e Colegiados Territoriais —, fomento a Casas e Bancos de Sementes, Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (Neas) e programas de implantação de cisternas para consumo humano e produção agrícola — *Programa Um Milhão de Cisternas* (P1MC) e *Programa Uma Terra Duas Águas* (P1+2).

De forma geral, foi possível identificar conexões e sinergias entre o *Programa Ecoforte* e outras políticas públicas a partir do trabalho das redes, tanto no estímulo ao acesso pelas famílias e organizações como na amplificação dos efeitos das políticas (Gráfico 5). Por exemplo, as políticas de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), estimularam o aumento de escala e a diversificação da produção promovidos pelo *Ecoforte*, ao mesmo tempo que os estímulos à produção contribuíram para a construção e a consolidação de diversos canais de comercialização. A sistematização também revelou como a assistência técnica pública dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) potencializou os resultados do fomento e dos investimentos proporcionados pelo *Ecoforte*.

Este olhar mais geral sobre as redes e os efeitos sobre suas dinâmicas com o apoio do *Programa Ecoforte* demonstra a eficiência do uso dos recursos públicos nesta estratégia de apoiar redes. As 25 redes envolveram diretamente nos projetos um universo de 488 organizações e 23.206 pessoas beneficiadas. Trata-se de um público bastante grande e de resultados muito consistentes, considerando o montante disponibilizado pelo programa: foram R\$ 32,5 milhões em dois anos, ou seja, em torno de R\$ 600 mil/rede/ano, ou cerca de R\$ 700,00 por beneficiário direto/ano.

GRÁFICO 5

NÚMERO DE REDES QUE MENCIONAM CADA POLÍTICA PÚBLICA CUJOS EFEITOS FORAM POTENCIALIZADOS PELO PROGRAMA ECOFORTE



Essa eficiência na conquista de tantos resultados, envolvendo a relação entre muitos atores e poucos recursos, pode ser compreendida pela convergência de esforços mobilizados por múltiplos atores atuantes nas redes. Além disso, as redes potencializam recursos, oriundos tanto das políticas públicas federais, estaduais e municipais quanto endógenos ao território, sempre a partir do princípio das ações coletivas e buscando sinergia entre as diferentes fontes de financiamento mobilizadas.

Dessa forma, podemos dizer que a organização em rede desempenha um papel fundamental na coordenação entre diferentes atividades econômicas, sociais, culturais e de conservação dos recursos naturais e que se inter-relacionam nos territórios. As redes possuem governança própria construída de forma dinâmica e viva em conexão com o contexto territorial, permitindo expansões e adensamentos por meio de entendimentos comuns entre seus atores.

Nesse diálogo com as redes, o *Programa Ecoforte* carregou de realidade seus conceitos (Unidades de Referência, rede, território, tecnologia social) e foi capaz de promover muitos encontros sinérgicos nos territórios. Esses encontros serão analisados de forma mais detalhada nos capítulos subsequentes.

Referências

ALMEIDA, Sílvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 67-83.

ALTIERI, M. A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, n. 1971, p. 1-24, 2002.

BNDES. **Fundo Amazônia 10 Anos** – Relatório de Atividades 2018. Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

GEELS, Frank W.; SCHOT, Johan. Typology of technical transition pathways. **Research Policy**, n. 36, p. 399-417, 2007.

GUÉNEAU, Stéphane; SABOURIN, Eric; NIEDERLE, Paulo André; COLONNA, Julianna; STRAUCH, Guilherme; PIRAUX, Marc; LAMINE, Claire; ASSIS, William; ÁVILA, Mário; CANAVESI, Flaviane; TAVARES, Edson Diogo; BARBOSA, Yamira; SCHMITT, Claudia Job. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, p. 7-21, 2019.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. Rome: FAO, 2019.

MARQUES, Flávia Charão. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura – a produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil**. 2009. 221p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2009.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; et al. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017, p. 25-51.

NEVES, Roberto Oliveira das. **Fundo Social: o investimento realizado pelo BNDES**. 2009. 86p. Monografia (MBA em Responsabilidade Social e Terceiro Setor) - Programa de Pós-graduação Latu Sensu, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008. **BNDES Setorial**, n. 33, mar. 2011, p. 225-260.

PAMPLONA, Leonardo. Perspectiva para as ações de apoio à inclusão produtiva do BNDES. **BNDES Setorial**, n. 45, mar. 2017, p. 57-83.

PETERSEN, P.; GOMES DE ALMEIDA, S. Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro. IN: ROMANO, J. O.; ATHIAS, R.; ANTUNES, M. **Olhar crítico sobre participação e cidadania**: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: ActionAid, 2007, p.65-111.

PIMBERT, Michel P. Constructing knowledge for food sovereignty, agroecology and biocultural diversity: an overview. In: _____. (Org.) **Food Sovereignty, Agroecology and Biocultural Diversity**. Oxon and New York: Routledge, 2018, p. 1-56.

SABOURIN, Eric; PATROUILLEAU, Maria Mercedes; LE COQ, Jean François et al. **Políticas públicas a favor de la Agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.

SZWAKO, José; LAVALLE, Adrián. “Seeing like a social movement”: institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38, n. 2, p. 411-434, 2019.

SCOTT, J. C.. **Seeing like a State**: how certain schemes to improve the human condition have failed. Haven and London: Yale University Press, 1998.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular/AS-PTA, 2015.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, Jan Douwe van. **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal Van Gorcum, 2004.

Neste processo de sistematização do Nível 2, aproximamos um pouco mais a lupa. Nosso olhar desceu aos territórios em que atuam as 12 redes de agroecologia que fizeram parte do processo de sistematização desta segunda etapa. As discussões propostas neste capítulo buscam compreender como os efeitos produzidos pelo *Programa Ecoforte*, especialmente por meio das Unidades de Referência (URs)¹, se integram às dinâmicas territoriais desenvolvidas por essas redes.

Ao proceder à sistematização, estivemos todo o tempo transitando entre duas definições de território — a visão normativa e a que se refere à identidade social. O território de caráter normativo é definido pelo Estado, tendo como referência os espaços administrativos, tais como Unidades da Federação (municípios, estados, União), regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) ou mesorregiões, a exemplo do Norte de Minas ou Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Por sua vez, os territórios autoproclamados pelas redes são espaços construídos socialmente, onde as organizações se reconhecem, interagem, habitam, produzem, comercializam, atuam politicamente — e que carregam sentimentos de pertencimento, legitimados pelas trajetórias de vida das pessoas e de suas organizações.

Assim, por vezes, nos apoiaremos em referências normativas para descrever o espaço geográfico onde cada rede atua. Em outros momentos, a abrangência do território será aquela estabelecida pela rede em função de como ela se identifica. Porto-Gonçalves (2002, p.229-230):

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado, e esse processo de apropriação — territorialização — enseja identidades — territorialidades — que estão inscritas em processos, sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando, em cada momento, uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social.

1 *Unidade de Referência (UR)* deve ser entendida como o local de instalação ou demonstração de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições e capacitações com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências (Edital de Seleção Pública nº 2014/005 — *Redes Ecoforte*, 2014, p. 3).

Santos (2004) ilumina nossa análise ao abordar o território enquanto espaço de experiências acumuladas, uma construção permanente que depende das práticas cotidianas dos atores que ali vivem. Práticas, por sua vez, nos remetem a conjuntos de fazeres e dizeres organizados por compreensões, regras, afetos e humores (SCHATZKI, 2015). Como uma dimensão das práticas, os afetos, sentidos e sentimentos também compõem o território, ensejam identidades e orientam o pertencer, o que Porto-Gonçalves (2002) e Santos e Silveira (2008) definem como *territorialidades*.

A construção social dos territórios se estabelece a partir de diferentes ações realizadas historicamente pelas redes que envolvem conhecimentos, práticas, recursos e bens locais. Esse trabalho das redes contribui para o enraizamento da agroecologia nos territórios. No entanto, isso acontece em meio a diversos conflitos que, emergindo sob condições assimétricas de poder, podem produzir desenraizamentos (processo de desterritorialização), tais como: a perda dos conhecimentos tradicionais e da cultura alimentar regional e a erosão genética das sementes crioulas vegetais e animais. Esses processos tendem a se intensificar pelo avanço dos monocultivos, pela privatização das águas, pela mineração e por outros projetos que rompem, nos termos de Escobar (2014), com as relações estabelecidas entre os atores e suas práticas culturais, afetivas, agrícolas, econômicas, ecológicas e ritualísticas.

Ao se incorporar às dinâmicas de enraizamento da agroecologia nos territórios, o *Programa Ecoforte* passa também a (re)orientar fluxos, especialmente por meio das Unidades de Referência. Estas se constituem como dispositivos que tanto incentivam a inventividade e a criatividade das redes de agroecologia, criando novos fluxos e arranjos, quanto estimulam o adensamento de práticas já existentes. De forma sumarizada, a questão que guia este capítulo trata de pensar quais são os efeitos gerados pelo *Programa Ecoforte* e quais são os fluxos acionados ou adensados pelos projetos, focando esta análise a partir da lente do território.

Para apresentarmos as 12 redes sistematizadas, fizemos algumas escolhas. Organizamos o texto a partir do que chamamos de *boas ilustrações*, trazendo em cada uma das quatro seções as redes, suas práticas e

ações, buscando demonstrar, da melhor forma possível, as relações e os fluxos estabelecidos no âmbito dos projetos *Ecoforte* com as dinâmicas territoriais. Sem dúvida, poderíamos em cada uma das quatro seções abordar as 12 redes, ampliando o debate e as conexões a serem feitas, porém uma análise dessa natureza tornaria o capítulo por demais extenso e, talvez, redundante. Por outro lado, a escolha metodológica — de agrupar as redes por temas — possibilitou, da mesma forma, apresentar a riqueza dos resultados do *Ecoforte* e as dinâmicas estabelecidas pelas redes de agroecologia nos territórios em que atuam.

O capítulo é organizado em quatro seções, que vão aos poucos apresentando reflexões sobre cada uma das 12 redes sistematizadas e a relação com o *Programa Ecoforte*.

A primeira seção tem como foco as práticas associadas à agrobiodiversidade, pensando como as redes de agroecologia combinam recursos sociais e ecológicos na implementação do *Programa Ecoforte*, fomentando estratégias de produção aliadas à conservação da natureza, promoção da biodiversidade e da saúde, tanto das pessoas quanto do lugar onde elas vivem.

A segunda seção está focada na organização social e política das redes, tratando de refletir sobre os processos de participação e seu fortalecimento em diferentes escalas, a partir dos projetos apoiados pelo *Ecoforte*.

Na terceira seção, nos atemos à construção social de mercados, analisando as diferentes estratégias de comercialização estabelecidas pelas redes e suas organizações, chamando a atenção para a diversidade produtiva que se encontra associada a esses circuitos de comercialização, sua articulação com estruturas de processamento de diferentes tipos, e para a estreita vinculação existente entre rendas monetárias e não monetárias. Procuramos, ainda, identificar como se dá a participação da juventude e das mulheres nessas dinâmicas econômicas, evidenciando, sobretudo, elementos de autonomia, reconhecimento e protagonismo político.

A quarta e última seção aborda questões relacionadas à cultura, à comunicação e à construção do conhecimento em agroecologia, com o objetivo de compreender as diferentes formas pelas quais as redes percebem e acionam a comunicação como um processo de diálogo com a sociedade e como expressão da diversidade cultural dos territórios.

2.1 Manejos da agrobiodiversidade: dinâmicas territoriais do fazer, dizer e sentir das redes de agroecologia

As reflexões sobre as práticas associadas à agrobiodiversidade representam possibilidades de pensar como os atores sociais engajados com a agroecologia, agricultoras/es, camponesas/es, quilombolas, indígenas e extrativistas, em suas especificidades, têm manejado historicamente a natureza, cultivando plantas, criando animais, praticando diferentes modalidades de extrativismo e contribuindo, ao longo do tempo, para a produção de ambientes biológicos e culturalmente diversificados. Operando, muitas vezes, em circunstâncias adversas, marcadas por inúmeras pressões, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra e à garantia da integridade de seus territórios, seus fazeres e dizeres refletem um movimento de valorização e de preservação, tanto da flora e da fauna quanto dos muitos saberes aí envolvidos.

2.1.1 Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS Sobral / CE)

A Rede de Intercâmbio de Sementes da região de Sobral (RIS Sobral), no Ceará, foi oficializada em 2003, embora as primeiras ações coletivas de armazenamento de sementes remetam aos anos 1990. A Rede está localizada na região norte do estado do Ceará, e os municípios que a constituem são: Santana do Acaraú, Massapê, Frecheirinha, Morrinhos, Forquilha, Sobral, Marco, Bela Cruz, Santa Quitéria, Pacujá e Alcântaras. Ela é composta por Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios citados, associações comunitárias, grupos informais e pela Cáritas Diocesana de Sobral.



Por meio de Casas de Sementes e roçados agroecológicos, agricultoras/es convivem com a seca e conquistam “independência das sementes do patrão”

A prática de armazenar sementes em Casas de Sementes na RIS Sobral foi uma das importantes ações mobilizadas pelo projeto *Ecoforte*. O projeto, dessa forma, se insere numa dinâmica que já existia desde os anos 1970 no Ceará: o armazenamento coletivo de sementes por agricultoras/es familiares, nos chamados, à época, Bancos Comunitários de Sementes (BCS)². A prática de armazenamento coletivo é compreendida pelas/os participantes da RIS como uma estratégia que tem permitido, nas palavras das/os participantes da Rede, a “independência das sementes do patrão” e a “garantia de sementes na hora de plantar” (LOPES, 2018).

No que se refere à “independência das sementes do patrão”, é importante destacar, como apresentado por Lopes (2018), que a maior parte das/os agricultoras/es da RIS não possuem terras próprias, vivem nas chamadas *terras do patrão*. De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) referentes ao período de 1970—2006, o Índice de Gini referente à concentração da posse e da propriedade da terra na Microrregião de Sobral, onde se localiza gran-

2 Para maiores informações, pode-se consultar: ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Angela. *Sementes da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no Semiárido*. Paraíba: AS-PTA, 2002.

de parte dos municípios da RIS, é de 0,899, sendo superior à média do Ceará, ocupando a quarta posição em um conjunto de 33 microrregiões existentes no estado. A condição de arrendatários³ obrigava que, na época do plantio, as/os agricultoras/es trabalhassem primeiro nos cultivos do patrão e, somente após isso, recebessem seus pagamentos, que poderiam vir em dinheiro, utilizado em parte para a compra de sementes, ou até mesmo em sementes. Essa situação impunha uma corrida contra o tempo, uma vez que no Semiárido as chuvas caem em momentos específicos e não é possível, simplesmente, esperar as próximas. Um agricultor da Rede afirmou: “Trabalhar primeiro para o patrão e só depois cuidar da nossa roça era terrível” (LOPES, 2018).

As Casas de Sementes produziram a tão sonhada independência ao garantir, safra a safra, a disponibilidade de sementes já no momento em que as primeiras chuvas anunciam, em nuvens, sua chegada. Embora muitas/os agricultoras/es sigam enfrentando árduas condições de trabalho e uma série de dificuldades relacionadas ao acesso à terra, seus plantios já possuem, como definem os integrantes da RIS, um nível importante de “autonomia”.

Além disso, as sementes que são armazenadas nas Casas de Sementes são crioulas, ou seja, como destacam as/os sócias/os da RIS: “São sementes que são da gente”, “São sementes naturais”, “São sementes que pertencem a gerações”. Os muitos nomes, todavia, refletem percepções compartilhadas entre as/os agricultoras/es de que essas sementes são de qualidade por serem adaptadas às condições ecológicas da Caatinga e por estarem há gerações num ciclo de plantio, colheita e armazenamento⁴.

As sementes crioulas são ainda as sementes da fartura. Ao estarem disponíveis no momento preciso de plantar, garantem a produção, uma alimentação diversificada para a família, assim como para o trato das criações, possibilitando, portanto, o estoque de forragens, essenciais para a manutenção dos animais durante o período de estiagem. Há

3 “Contrato pelo qual se cedem temporariamente o uso e a ocupação de um terreno mediante o pagamento de uma renda ou aluguel” (MOTTA, 2005, p. 40).

4 Sobre a qualidade e produtividade das sementes crioulas armazenadas nas Casas de Sementes da RIS, pode-se consultar o Comunicado Técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1099736>. Acesso em: 13/10/2019.

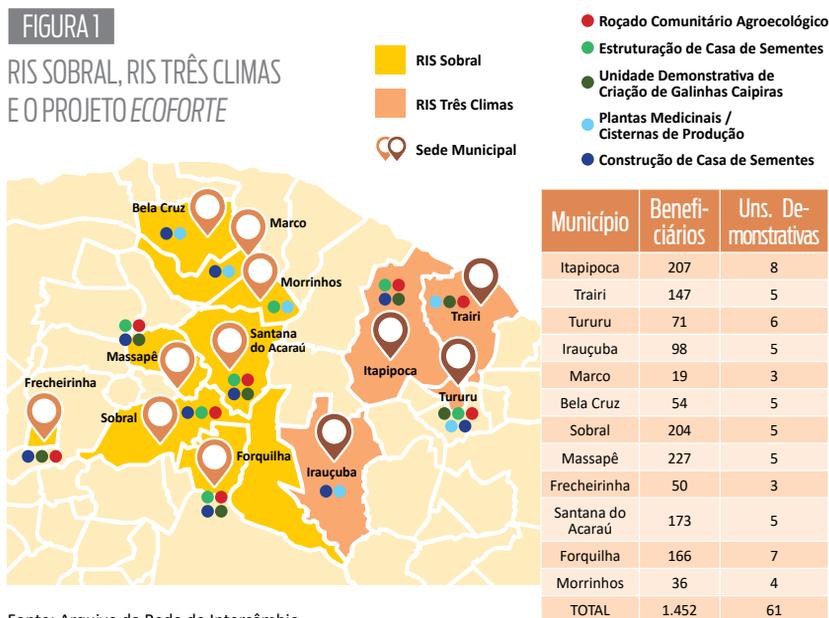
aqueles sementes preferidas pelas crianças, que geram um milho mais doce, ou aquelas melhores para as criações por produzirem, além de alimento, muita palha. Reside aí um ponto diferencial em relação às “sementes do patrão”, que eram de “uma variedade só”, ao contrário das crioulas, que têm “semente de todo jeito, milho de palha roxa, duro, macio, doce, agulhinha” (LOPES, 2018).

Se, por um lado, a existência das Casas de Sementes está inscrita nas dinâmicas sociais e ecológicas da Caatinga, favorecendo a produção e reprodução da agricultura familiar, por outro lado as práticas coletivas de manejo das sementes têm efeitos sobre a agrobiodiversidade local. As Casas de Sementes funcionam como verdadeiros centros de irradiação da diversidade biológica e cultural presente na agricultura do Semiárido, abrigando tanto sementes destinadas à alimentação como também sementes nativas da Caatinga, incluindo sabiá, mulungu, xixá, pau-branco, entre outras. O projeto *Ecoforte*, além de apoiar a implantação de 20 novas Casas de Sementes, contribuiu para a disseminação de práticas de promoção e conservação da biodiversidade do Semiárido ao beneficiar Unidades de Referência de Produção Coletiva de Variedades de Sementes Crioulas⁵. Estas Unidades de Referência são constituídas por quintais e roçados manejados através de mutirões que contam com a participação das/dos sócias/os das Casas de Sementes. Têm por finalidade a produção de sementes para o armazenamento, funcionando, além disso, como um espaço de troca de experiências e disseminação de conhecimentos. Busca-se, com isso, garantir a ampliação do estoque das Casas de Sementes, reproduzindo tanto variedades e espécies tradicionalmente cultivadas nos roçados e que estejam desaparecendo quanto nativas da Caatinga (LOPES, 2018).

De acordo com Lopes (2018), a participação da RIS Sobral no projeto *Ecoforte* teve como uma de suas estratégias aumentar o número de municípios envolvidos na Rede por meio da criação de novas Casas de Sementes. A articulação da RIS Sobral com os municípios de Itapipoca, Trairi, Irauçuba e Tururu (localizados no Território Vales do Curu

5 Os roçados agroecológicos comunitários foram sistematizados no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_05_WEB.pdf. Acesso em: 17/10/2019.

e Aracatiçu), a construção das Unidades de Referência e a promoção permanente de espaços de intercâmbio de conhecimentos e sementes entre agricultores/as familiares durante o projeto acabou acionando a criação de uma nova RIS regional, a RIS Três Climas. Essa nova Rede envolve os quatro municípios citados, como é possível visualizar na figura abaixo, que também apresenta as diferentes Unidades de Referência implantadas nas duas redes.



Fonte: Arquivo da Rede de Intercâmbio de Sementes da região de Sobral (CE)

A “nova RIS”, emerge, assim, das relações já existentes entre a RIS Sobral e a região de Itapipoca, as quais foram fortalecidas pelos novos fluxos estabelecidos com o apoio do *Ecoforte*. A mobilização e construção das Unidades de Referência como as *Casas de Sementes* e a *Produção Coletiva de Variedades de Sementes Crioulas*, gerou uma percepção compartilhada entre os atores da importância de se criar uma RIS a partir das dinâmicas territoriais próprias dessa região que incorpora, entre muitas outras características, o fato de estar situada no encontro de “três climas — o sertão, a serra e o litoral”.

2.1.2 Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Rede Gias / MT)

Do Ceará para o Mato Grosso, as sementes crioulas seguem como bens fundamentais das/os agricultoras/es e povos e comunidades tradicionais mobilizados através do *Programa Ecoforte*. A Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Gias), fundada em 1999, atua em um território marcado pela junção de três biomas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Nessa rede, as sementes crioulas são acionadas como práticas de resistência à imposição de pacotes tecnológicos disseminados pelo processo de modernização da agricultura, que produzem dependências na relação com o mercado de sementes e promovem o avanço do agronegócio em seu território.

A Rede Gias é composta por seis associações, três grupos de mulheres, duas organizações não governamentais, três Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), um movimento social e uma organização pastoral. O território da rede abrange 25 municípios localizados na região da Baixada Cuiabana e na Grande Cáceres.

As atividades associadas às sementes na Rede Gias, com destaque para as capilaridades propiciadas pela Unidade de Referência de Resgate e Conservação de Sementes, estão presentes nas narrativas das/os envolvidas/os a partir de múltiplos significados, incluindo resgates culturais, identificação de variedades de sementes que haviam sido perdidas, estreitamento de vínculos devido a intercâmbios e fortalecimento de identidades étnicas (PIMENTA, 2018). A Rede Gias desenvolveu também, no âmbito do projeto, a tecnologia social Banco de Informação sobre Sementes (BIS)⁶, que envolveu a coleta de informações para cadastro nesse Banco, assim como atividades de resgate e conservação de variedades e intercâmbios conduzidas por animadoras/es de sementes nas comunidades tradicionais e nos assentamentos.

É importante destacar o predomínio das mulheres nas atividades e ações de resgate e conservação dessas sementes, sendo o quintal o principal sistema produtivo que emana cheio de vida nesse protagonismo

6 O BIS foi sistematizado no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_02_WEB.pdf. Acesso em 17/10/2019.



No Mato Grosso, comunidade celebra as sementes e a organização social

feminino. Segundo Pimenta (2018), o engajamento feminino na Rede Gias é parte da reflexão de uma espécie de reconfiguração do papel da mulher na própria agricultura familiar na região. Em referência a esse ponto, é interessante colocar que no âmbito da RIS, no Ceará, isso também é evidenciado: além da ampla presença de mulheres nas Casas de Sementes, destacou-se o aumento da participação das mulheres nos espaços de coordenação das Casas e também dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).

A organização das práticas associadas às sementes crioulas e as atividades de intercâmbios têm se constituído, ainda, como espaços de problematização no que se refere às grandes pressões causadas sobre o território não somente pela contaminação das sementes pelas variedades transgênicas e pelos venenos dos monocultivos, mas também pelas empresas mineradoras e do hidronegócio.⁷ Esse avanço das grandes

7 É literalmente o *negócio da água* e tem óbvia inspiração na expressão *agronegócio*. O termo surgiu da necessidade de se criar uma expressão que abrigasse sob sua sombra todos os tipos de negócio que hoje surgem a partir da água [...] Hoje é negócio quando engarrafada, no serviço de saneamento ambiental, no seu intenso uso na irrigação, na pecuária, na indústria. Verbetes retirados do *Dicionário de Educação do Campo*, publicado em 2012.

empresas produz intensas vulnerabilidades no espaço de atuação da Rede, especialmente junto às comunidades indígenas e quilombolas, que, apesar de residirem em áreas pertencentes a seus antepassados, ainda não estão devidamente demarcadas.

A concentração de terras no estado fica evidente a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 trabalhados por Pimenta (2018), que demonstram que 3,35% dos estabelecimentos agrícolas acima de 2.500 hectares no Mato Grosso detêm 61,57% das terras, enquanto 68,55% dos estabelecimentos com até 100 hectares detêm 5,53%. Vale destacar, como apresentado no *Caderno de Conflitos no Campo do Brasil*, publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2016, o conflito por terra no Quilombo Mata Caval/Mutuca, participante da Rede Gias, que envolveu 418 famílias⁸. No estado do Mato Grosso, no mesmo ano, foram identificados 83 conflitos envolvendo 40.028 pessoas em questões relacionadas à disputa por terra e/ou por água, a ocupações, aos acampamentos e ao trabalho escravo. Em 2017, o número de conflitos foi de 45, envolvendo 20.940 pessoas. Neste cenário, as sementes crioulas não se limitam ao plantio e ao cultivo, mas carregam consigo, como destacado pelas/os integrantes da Rede Gias e também da RIS, a luta por direitos e garantias de acesso à terra e a bens, sejam eles naturais, culturais ou afetivos.

O encontro entre a Rede Gias e o *Programa Ecoforte* envolveu, além das sementes, o esforço coletivo de valorização dos sistemas agroecológicos e da biodiversidade local por meio do agroextrativismo e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

O projeto *Ecoforte* possibilitou estratégias de territorialização conectando fluxos entre produção diversificada, beneficiamento e participação em mercados. A produção de frutas como mamão, banana, tamarindo, goiaba e manga, combinada com hortas, roças, plantas medicinais e Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs) nas Unidades de Referência de Sistemas Agroflorestais (SAFs), tem ali-

8 Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0>. Acesso em: 01/04/2019.

mentado de produtos agroecológicos as *Feiras de Roças e Quintais* e mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (PIMENTA, 2018). E, associada a essa UR e ao trabalho mobilizado pelas/os muitas/os envolvidas/os, a Unidade de Referência de Beneficiamento da Produção possibilitou a transformação de parte da produção *in natura* em polpas, bolos, pães e farinhas.

Além da combinação de subsistemas no âmbito dos SAFs, por meio do *Ecoforte*, como destaca Pimenta (2018), a Rede Gias buscou fortalecer práticas agroextrativistas. As Unidades de Sistemas Sustentáveis Agroextrativistas adotaram como estratégia de ação processos de manejo, intercâmbios e coletas de frutos como o cumbaru, o babaçu, o baru e o pequi, utilizados tanto na alimentação das famílias quanto no beneficiamento e na comercialização.

Com o fortalecimento das práticas agroextrativistas pelo projeto *Ecoforte*, estas se conectaram também ao beneficiamento da produção, agregando valor aos frutos coletados, com destaque para a produção de castanhas e óleos.

2.1.3 Rede Encauchados de Vegetais (Rede Encauchados / PA)

A valorização da biodiversidade local por meio de práticas sustentáveis e extrativistas conduz à Rede Encauchados de Vegetais, iniciada em 2002, que se territorializa no bioma amazônico e se consolida em torno da extração da seringa. Uma das atividades centrais nessa rede é o processamento do substrato das seringueiras em borracha e artesanatos com látex pré-vulcanizado, esses últimos conhecidos também como *Encauchados de Vegetais da Amazônia*⁹. A Rede é constituída por organiza-

9 Os Encauchados de Vegetais foram sistematizados no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_04_WEB.pdf. Acesso em: 17/10/2019.

ções não governamentais, associações, grupos de universidade, órgãos públicos, organizações privadas, conselhos locais e institutos.

Como apresenta Paiva (2018), embora possuam suas singularidades, os grupos sociais envolvidos na Rede — quilombolas, extrativistas, ribeirinhas/os, indígenas, assentadas/os da reforma agrária e residentes em áreas periféricas da Grande Belém (PA) — compartilham da identidade seringueira. Assim, a prática de extração da seringa é reconhecida como parte também de um modo de vida seringueiro. Trata-se de atores que vivem em proximidade com a Floresta Amazônica e identificam os seringais como áreas comuns, manejadas a partir da gestão coletiva. A Floresta, além da produção de renda por meio da extração, é também fonte de alimentos por meio de outras práticas extrativistas, como a coleta de diversos tipos de castanha e do açaí.

Dentre os desafios enfrentados pela Rede, podem-se destacar as dificuldades de articulação entre as comunidades devido às próprias condições da Floresta, incluindo a existência de grandes áreas alagadas, vegetação densa, acesso restrito a barcos e a locomoção entre comunidades, que pode levar dias de navegação pelos rios. De acordo com Paiva (2018), esse arranjo ecológico implica dificuldades de circulação e impõe certos limites à assistência técnica e ao intercâmbio de ideias e tecnologias entre as comunidades. É importante destacar que, até mesmo dentro de uma mesma comunidade, existem tais desafios, uma vez que um único seringal pode ocupar uma área entre 200 e 500 hectares. Além dessas limitações, há também as dificuldades de se transportar aquilo que é produzido, o que acaba induzindo a redução da produção a poucos itens, e a baixa capacidade de venda resultante da pequena absorção dos produtos pelos mercados locais.

A implementação das Unidades de Capacitação de Produtores Encauchados de Vegetais da Amazônia, no modelo de Sistemas Sustentáveis, por meio do projeto *Ecoforte* em ação coletiva com a Rede, potencializou uma espécie de ponto de referência no qual as/os residentes das comunidades envolvidas pudessem se encontrar, trocar conhecimentos, participar de cursos e utilizar ferramentas e materiais coletivos. Essas Unidades de Referência não foram instaladas, todavia,



Artesanato produzido com látex, confeccionado pelo Grupo de Mulheres da Comunidade Arajó, em Inhangapi (PA)

apenas nas comunidades que já faziam parte da Rede, mas também naquelas que gostariam de participar, porém antes não contavam com apoio técnico e social suficiente. A Unidade de Capacitação também teve como objetivo centralizar a produção, como forma estratégica de acessar canais de comercialização organizados no âmbito da Rede.

Segundo destaca Paiva (2018), a Rede cresceu como resultado do projeto *Ecoforte*, que passou a ter a participação de um número maior de comunidades. Além disso, o reconhecimento da Rede enquanto tal foi fortalecido com a criação de pontos de referência comuns nas comunidades, que visavam também estratégias para o aumento de renda das/os envolvidas/os. A Unidade de Capacitação produziu ao menos três efeitos importantes no adensamento da Rede Encauchados: i) permitiu o encontro entre as/os extrativistas de uma mesma comunidade, objetivando compartilhamento de conhecimentos, tecnologias e recursos; ii) centralizou a produção das comunidades, permitindo melhor acesso aos canais de comercialização; e iii) conformou laços indiretos entre as comunidades, uma vez que, mesmo que distantes, cada uma em sua Unidade de Capacitação, podem compartilhar formas coletivas de produção.

Outro efeito central destacado por Paiva (2018) a partir do projeto *Ecoforte* é a valorização da “identidade seringueira”. Ele aponta como dificuldade, por outro lado, a ausência de políticas públicas específicas para esse grupo social, o que, muitas vezes, fragiliza esse autorreconhecimento pelos atores. O *Ecoforte* desempenha um papel duplo nesse sentido: reconhece os seringueiros enquanto atores importantes no âmbito de uma política pública e ao mesmo tempo fortalece sua identidade social, o que a Rede entende como verdadeira contribuição para a conservação das florestas.

2.1.4 Rede Sociotécnica de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (Rede NM / MG)

A história da Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (Rede NM), através da Terra Indígena Xacriabá (TIX), convida a reflexões sobre conflitos inerentes à formação do próprio País, o que no Norte de Minas se associa a uma política territorial que contribuiu para forjar os caminhos desbravados, colonizados e povoados do sertão do Brasil (SANTOS, 2018b). A Rede congrega agricultoras/es familiares, assentadas/os e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e envolve os municípios mineiros de Montes Claros, Januária, Ibiracatu, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol, Riacho dos Machados, Mato Verde, Pai Pedro e São João das Missões. Um ponto a ser destacado é o reconhecimento de múltiplas identidades, que incluem quilombolas, indígenas, vazanteiras/os, veredeiras/os, geraizeiras/os, caatingueiras/os e apanhadoras/es de flores.

Dedicaremos nossas análises de forma específica à TIX e ao seu encontro com o projeto *Ecoforte*, tendo como referência a Aldeia Barreiro Preto, no município de São João das Missões (MG), onde foram implementadas as Unidades Socioambientais de Referência (Usars), que combinam agrobiodiversidade e medicina tradicional.

A terra foi doada aos indígenas em ato autorizado pela Coroa Portuguesa em 1728. Todavia, os processos de grilagem das terras seguiram por quase três séculos, especialmente quando, em 1949, por meio de lei,

a terra indígena desse povo passou a ser considerada terra devoluta. Em 1987, as lideranças indígenas buscaram apoio em Brasília, o que desencadeou uma onda de violência por parte dos grileiros, levando à morte três indígenas na Aldeia Sapé. Após os assassinatos, ainda em 1987, a TIX foi homologada por decreto presidencial, sendo incorporada, em 1989, como parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Cavernas do Peruaçu. Essa ação diminuiu a pressão dos fazendeiros sobre os indígenas, porém cerceou a convivência dessa população com a natureza devido à restrição de práticas previstas para as áreas do tipo APA. Apenas em 2003 a TIX foi homologada e reconhecida como um território ancestral desse povo, devido à incorporação em área contínua à Terra Indígena Xacriabá Rancharia.

O encontro do projeto *Ecoforte* com a TIX, especificamente com a Aldeia Barreiro Preto, por meio da instalação das Usars, permitiu o fortalecimento de uma outra rede, a Rede de Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade, estimulando o intercâmbio entre os atores e a

Foto: CAA-INM/Arquivo



Celebração em aldeia indígena do povo Xacriabá, em Minas Gerais

construção e estruturação de Casas e Bancos de Sementes. Na TIX, foram implantados um campo irrigado de produção de sementes e um viveiro de mudas. Essa ação, como coloca Santos (2018b), foi de suma importância, uma vez que, entre 2011 e 2016, ocorreram duas estiagens na estação das chuvas, provocando a quebra da safra e reduzindo drasticamente o estoque de sementes.

A principal ação fortalecida pelo projeto *Ecoforte* nesse território foi a Casa da Medicina Tradicional Xacriabá (Cametxa)¹⁰, criada em 1997. A Cametxa está diretamente relacionada ao que o povo Xacriabá denomina de *ciência Xacriabá*, que envolve combinações entre a agrobiodiversidade e o sagrado. Os “grupos da ciência” envolvem os membros das aldeias com mais experiência, que são denominados pelo pajé como *guardiões da ciência* — são pessoas com saberes geracionais, como parteras, raizeiras/os, benzedeiras/os e rezadeiras/os (SANTOS, 2018b).

O projeto *Ecoforte* reanimou o sonho do povo Xacriabá de lutar pelo reconhecimento das terapias disponibilizadas pela Casa de Medicina como parte do serviço público de saúde integrando-as ao Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio do projeto, foram adquiridos equipamentos; organizados momentos de formação sobre terapias complementares e preparação de novos fitoterápicos com plantas medicinais nativas para voluntárias/os colaboradoras/es da Cametxa; incorporadas à Casa práticas de preparo de remédios homeopáticos; e desenvolvidas capacitações técnicas no diagnóstico de doenças a partir do uso de radiestesia.

A reorganização da Casa visando à possibilidade de incorporação ao SUS foi impulsionada pelo projeto, como analisa Santos (2018b), à medida que ele permitiu a orientação de procedimentos essenciais em um ambiente coletivo medicinal, como, por exemplo, a higiene, a eficácia na produção, a padronização dos procedimentos e a adequação do armazenamento. Destaca-se aqui também a conexão fomentada pelo projeto da Cametxa com uma cozinha experimental estruturada com equipamentos

10 A Cametxa foi sistematizada no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_19_WEB.pdf. Acesso em 17/10/2019.

de refrigeração e cozimento, os quais são utilizados para a conservação das plantas e de seus princípios ativos.

Embora sejam ancestrais no povo Xacriabá, as práticas com fitoterápicos eram pouco difundidas e, a partir do projeto *Ecoforte*, houve um esforço sistemático de reconhecimento das fragilidades e potencialidades associadas à Casa. Por meio de um diagnóstico inicial, foi identificado que as ações com plantas medicinais na Cametxa estavam orientadas àquelas cultivadas no entorno da Casa, das quais muitas eram exóticas e não estavam adaptadas às condições locais. No âmbito doméstico, ao contrário, o diagnóstico demonstrou uma riqueza de cultivos de plantas nativas medicinais utilizadas, por exemplo, para chás e banhos. Em apenas uma das reuniões de intercâmbio sobre as plantas medicinais, as/os participantes identificaram 64 plantas nativas, 32 da Caatinga e 32 do Cerrado. Ao longo de todo o projeto, por meio de visitas guiadas pelas/os “guardiãs e guardiões da ciência”, foram levantadas mais de 150 variedades de plantas medicinais nas matas da TIX.

Além do fortalecimento das práticas fitoterápicas, o projeto *Ecoforte* permitiu também a abertura de outras ações relacionadas à saúde na Cametxa, especialmente das práticas homeopáticas. Foram realizados quatro módulos de formação nessa terapia, além da aquisição do equipamento Dinamizador Homeopático, de vidrarias, de álcool de cereais e outros insumos e de 40 bases homeopáticas. Esse arranjo permitiu, por fim, que essa prática de medicina alternativa e complementar fosse incorporada entre os serviços de saúde oferecidos pela Casa.

Os aprendizados técnicos e tradicionais e as conexões permitidas pelo projeto *Ecoforte* no território do povo Xacriabá reavivaram o sonho de incorporação de suas práticas ao SUS e criaram entre as/os envolvidas/os a intenção de estender o trabalho com terapias complementares para outras aldeias. Esses dois arranjos representam como as práticas associadas à agrobiodiversidade em suas diferentes dimensões — nesse caso, entre plantas medicinais e extrativismo — fortalecem os territórios e as pessoas que ali vivem há tantas gerações.

2.2 Reflexões sobre territórios, processos de fortalecimento da organização social e participação política das redes de agroecologia

Nesta seção, nos deteremos em pensar como as redes constroem dinâmicas de organização social e participação política. Esses dois arranjos referem-se às estratégias que elas encontram para se fazerem presentes nos territórios, por meio da articulação de atores, temáticas, princípios e políticas públicas. As análises apresentadas trazem para a reflexão como a localidade das redes se insere em escalas múltiplas, evidenciando a dependência entre a vitalidade de um território e uma série de conexões regionais, estaduais e nacionais. Seguindo a proposta do capítulo, nos ateremos em como, a partir do encontro com o projeto *Ecoforte*, ocorrem a criação, a reorientação e o adensamento de fluxos associados a essas duas redes e seus contextos de atuação.

Foto: Marcos Antonio Corbari/ANA



O centro de formação em Santa Cruz do Sul (RS) integra pomar e bioconstrução com telhado verde

2.2.1 Rede Camponesa de Agroecologia (RCA)

A Rede Camponesa de Agroecologia (RCA), que está estabelecida no Rio Grande do Sul desde 2000, nasceu a partir de organizações articuladas pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), tendo a agroecologia como a referência para ampliar a escala de produção e resgatar sua identidade camponesa. Participam da RCA, 39 organizações de diferentes segmentos, tais como associações, Sindicatos de Trabalhadoras/es Rurais (STRs), cooperativas, Escolas Família Agrícola (EFAs), organizações de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), organização de consumidores e organizações de juventude.

A proposta de articulação da Rede envolve a formação das famílias agricultoras como caminho para resgatar e (re)construir o modo de vida camponês, tendo como pressuposto equilibrar as relações de gênero e de geração por meio do fortalecimento da participação política e inserção econômica das mulheres e da juventude rural. Desta forma, estabeleceu, dentre as URs, a qualificação e estruturação dos seus espaços de formação, passando a denominá-los de *Centros Territoriais de Formação, Cooperação e Irradiação da Biodiversidade*, instalados nos municípios de Santa Cruz do Sul e Seberi.

A conexão estabelecida pela RCA com as estratégias desenvolvidas em conjunto com o MPA, em especial o *Plano Camponês*¹¹, potencializou os resultados do projeto *Ecoforte*. A Rede avalia que essa sinergia — entre o *Plano Camponês* e o projeto *Ecoforte* — contribuiu para diminuir o êxodo rural nos territórios em que a RCA atua e para aumentar a oferta de alimentos saudáveis e intensificar as dinâmicas de transição agroecológica.

11. “Em relação ao *Plano Camponês*, ele se origina a partir de 2006 diante da necessidade de fundamentar ampla pauta das bases e para responder à questão de concepção de produção e jeito de viver no campo. Este debate foi amplo, com todos os movimentos camponeses e organizações integrantes da Via Campesina, com organizações da RCA, com parceiros do mundo do trabalho urbano, intelectuais etc. O Plano procura imprimir orientações para a unidade, especialmente nas propostas estruturantes, nas de organicidade, na produção, no controle do território, nas relações de gênero, no papel das mulheres e juventude e em tantas outras linhas de ação [...]” (CADONÁ, 2018).



Sementes crioulas conservadas por famílias e comunidades no Rio Grande do Sul

O *Plano Camponês* foi a experiência indicada — dentre as práticas da RCA — para ser sistematizada como referência de tecnologia social¹². A implementação do Plano à época contou com o apoio financeiro (recursos não reembolsáveis) da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) do Rio Grande do Sul em parceria com o BNDES. Na fase da implementação, foram disponibilizados recursos para investimentos nas unidades produtivas e no assessoramento técnico.

A partir da ampliação da produção de alimentos e sementes crioulas, as organizações da RCA ampliaram a inserção nos mercados, especialmente através da implementação das feiras camponesas de base agroecológica e outras formas alternativas de comercialização, a exemplo da articulação com o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

A região de Santa Cruz do Sul, onde a RCA atua, caracteriza-se pela forte presença da produção de fumo, atividade que gera a subordinação

12 Disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_21_WEB.pdf. Acesso em: 17/10/2019.

das famílias agricultoras às empresas transnacionais que determinam os preços pagos pela produção e impõem um pacote tecnológico baseado no uso intensivo de agroquímicos. A RCA tem se dedicado nessa região a criar alternativas à produção do fumo, por meio da transição agroecológica e criação de outras estratégias de inserção nos mercados a partir da diversificação produtiva (ofertando cerca de 80 produtos), tais como a venda direta aos consumidores, ao mercado institucional (PAA e Pnae), restaurantes e minimercados.

Registramos também que, a partir do projeto, foram realizadas diversas oficinas e cursos. Entre tantos, destacam-se aqueles sobre Novo Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural (CAR), Manejo e Utilização de Rochas e Minerais na Agricultura Camponesa, Comercialização da Produção Agroecológica e Camponesa, Homeopatia Popular e Comunitária, Manejo Ecológico do Solo com Ênfase em Homeopatia, Plantas Bioativas e Agricultura Camponesa, Poda em Frutíferas, Processamento de Frutas, Processamento de Produtos de Origem Animal, Peletização de Sementes Crioulas, Plantas Medicinais e Bioativas, Produção Caseira de Biofertilizante, Programa Camponês e Políticas Públicas e Curso Técnico em Agricultura.

Nessa mesma região, foi implementada uma terceira UR envolvendo duas Escolas Família Agrícola (EFAs), nos municípios de Santa Cruz do Sul (Efasc) e do Vale do Sol (Efasol), que atuam com a formação da juventude rural em regime de alternância. A Efasc atende 99 estudantes do Ensino Médio e de Técnico em Agricultura oriundos de 140 comunidades rurais dessa região, de cerca de 10 municípios. Esses investimentos do *Ecoforte* viabilizaram a adequação do espaço pedagógico multiuso e a melhoria do refeitório e ainda proporcionaram a implantação do curso de Técnico em Agricultura, com 1.200 horas de formação.

A quarta UR é uma Unidade de Beneficiamento de Sementes Crioulas, implantada em Encruzilhada do Sul. Para disseminar o uso e a valorização das sementes crioulas, a RCA promove exposição e troca de sementes, além da realização de experimentos nas EFAs e nas unidades

produtivas das famílias das/os estudantes, o que faz parte do projeto pedagógico das EFAs. Com o apoio do projeto *Ecoforte*, a Rede conseguiu fortalecer o trabalho de resgate e promoção da biodiversidade. Atualmente, por meio das Casas de Sementes, a RCA e seus integrantes contam com um banco genético com mais de trezentas espécies e variedades de sementes crioulas e plantas medicinais.

Em relação ao processo de formação, a RCA se preocupa em “[...] apoiar, estimular e promover o protagonismo feminino e juvenil, as relações igualitárias de gênero e a participação das mulheres nas atividades e nas comunidades” (CADONÁ, 2018, p. 4). Como resultado, as oficinas contaram com ampla participação das mulheres, constituindo a maioria do público.

Por fim, a RCA estabeleceu um grupo gestor do projeto *Ecoforte* para planejar e monitorar as atividades e avaliar seus resultados.

2.2.2 Rede de Agroecologia Cantuquiriguaçu (PR)

A Rede Cantuquiriguaçu surgiu em 2003, e, já no ano seguinte, seus integrantes passaram a compor uma rede de pesquisa em agroecologia e a desenvolver iniciativas vinculadas ao Pastoreio Racional Voisin (PRV), à fruticultura e à produção de hortaliças. Atualmente, está presente em nove municípios das regiões Central e Centro-Oeste do estado do Paraná, que sofreram intenso processo de desmatamento, estando os fragmentos de vegetação nativa existentes em boa medida circunscritos às áreas mais declivosas e às terras indígenas. O Paraná é caracterizado pela forte presença do agronegócio, embora permeado de assentamentos rurais, de terras vinculadas a PCTs (indígenas, quilombolas e faxinalenses) e à agricultura familiar. Esse estado está ainda entre os três de maior relevância na produção nacional de soja e milho — juntamente com Mato Grosso e Rio Grande do Sul — e é o maior produtor de trigo, carne de frango e feijão. Essa representação de destaque na produção nacional de *commodities* vem gerando pressão cada vez maior por terras e intensificando o uso de fertilizantes



Em mutirão, agricultoras/es fortalecem a agroecologia em uma das áreas mais empobrecidas do Paraná, fazendo frente às imposições do latifúndio

solúveis e agrotóxicos, impondo limites para o avanço e até mesmo a manutenção das experiências agroecológicas.

O território de atuação da Rede Cantuquiriguaçu conta com forte presença de assentamentos rurais, criados pelo Incri a partir da segunda metade dos anos 1990, o que provocou novos contornos na geografia agrária desse território e a ampliação de organizações sociais. As experiências agroecológicas vinculadas às organizações da Rede enfrentam riscos de contaminação química e genética, devido à ampliação de plantações transgênicas.

Uma das estratégias para a organização social e produtiva das famílias que compõem a Rede são os mutirões, tecnologia social sistematizada no *Boletim Teia Agroecológica*¹³. Os mutirões consistem na organização do trabalho em grupo, reunindo pessoas ou famílias para atuar de forma conjunta e rotativa, entre as diferentes unidades de produção familiar. Ainda, os mutirões são organizados segundo as dinâmicas sociais e produtivas de cada comunidade, em geral regidas pelo calendário agrícola, tais como: plantio, limpeza, poda, raleio ou colheita. Essas atividades tam-

13 Disponível *online* em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_09_WEB.pdf. Acesso em 17/10/2019.

bém podem ser relacionadas a alguma ação comunitária (social ou produtiva), a exemplo da melhoria de uma estrada, da construção da sede da associação, de uma agroindústria ou da melhoria do salão comunitário.

Em sua trajetória, a Rede Cantuquiriguaçu tem conseguido estabelecer relações em diferentes esferas. No território, articula-se com os movimentos sociais presentes nessa região (MPA e MST), com o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro, que assessora tecnicamente as organizações e as famílias vinculadas à Rede), e conta ainda com a colaboração de dois núcleos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede no município de Laranjeiras do Sul. Em nível regional, faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia (formada por centenas de organizações de base e ONGs com atuação nos três estados do Sul) a partir das dinâmicas de comercialização e do processo de certificação por meio da implementação do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Articula-se também com o poder público em diferentes esferas, em especial a partir do acesso a políticas públicas vinculadas ao mercado institucional (PAA e Pnae) e à Ater, em parceria com o Ceagro.

O *Ecoforte* produziu efeitos aparentemente perenes nas duas áreas de atuação do projeto, ou seja, produção de leite a pasto e sistemas agroflorestais. O resgate dos mutirões como tecnologia social e a busca por horizontalidade na construção do conhecimento e ação prática são pontos de destaque (SANTOS, 2018b, p.2).

A Rede utilizou o *Ecoforte* para potencializar as iniciativas agroecológicas que domina: a produção de leite a base de pasto por meio do PRV e os sistemas agroflorestais (SAFs), com enfoque para o manejo das frutas nativas. A partir desse recorte, desenharam o projeto *Ecoforte* prevendo a implementação de três tipos de UR, sendo: dez com SAFs; oito para Produção de Leite Agroecológico; e 20 para Produção de Feno e Silagem Agroecológica. Essas URs foram fundamentais para potencializar o trabalho da Rede, incluindo a maior participação econômica das mulheres e da juventude rural a partir do processamento das frutas nativas, somada à estratégia de produção do leite.

Antes do projeto *Ecoforte*, parte das frutas exploradas hoje não era sequer comercializada, a exemplo da guabiroba. A Rede passou a comercializar essa fruta a R\$ 10,00 o quilo. Algumas famílias chegaram a alcançar uma renda de cerca de 2 mil reais (colheram 200 kg por safra) por meio da coleta de guabiroba. Em relação à produção animal, a Rede tem alcançado resultados positivos por meio dos sistemas de PRV, atingindo maior produtividade de leite, melhor aproveitamento das pastagens, maior carga animal por área, redução dos custos de produção e maior rentabilidade financeira.

2.2.3 Rede Maniva de Agroecologia (Rema) do Amazonas

O tecido social da Rede Maniva de Agroecologia (Rema) do Amazonas envolve principalmente ribeirinhas/os e agricultoras/es familiares residentes em assentamentos e projetos de assentamento. A Rede está situada no estado do Amazonas, em especial na Região Metropolitana de Manaus e no Território da Cidadania Manaus e Entorno.

A Rema foi formalizada em 2011. Ela é composta por 13 associações, uma cooperativa, uma Escola Família Agrícola (EFA), cinco instituições

Foto: Roger Lima/ANA



Ações em rede fortalecem a agroecologia no território, Rede Maniva (AM)

de fomento e Assistência Técnica e Extensão Rural, uma universidade, um instituto federal, duas instituições de pesquisa e cinco organizações de assessoria. Segundo Guedes (2018), dentre os processos articulados pela Rede, destaca-se a atuação da Associação dos Produtores Orgânicos do Estado do Amazonas (Apoam), que desde 2010 mobiliza ações de produção orgânica e agroecológica em projetos de assentamento na área rural de Manaus e de outros municípios.

Embora a Apoam já realizasse ações no campo da produção agroecológica e orgânica, a constituição da Rede foi a estratégia para envolver ainda mais pessoas e de construir mecanismos que garantissem a promoção da agroecologia através do desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs), com espécies adaptadas às condições locais; manejos de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Pancs), como taioba, ariá e bertalha; e a produção extrativista da floresta, especialmente de frutos. Concomitantemente a essas ações, a Rema também assumiu outra frente: a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), o SPG Maniva¹⁴, para a certificação participativa da produção orgânica/agroecológica e a articulação de Organizações de Controle Social (OCSs), sendo a Apoam a pioneira no estado do Amazonas e a primeira OCS credenciada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Rede constitui-se orientada à produção agroecológica e orgânica, buscando, por meio da certificação, garantir maior inserção no mercado. Porém as estratégias da OCS extrapolam esses dois campos e constituem-se como verdadeiras formas de organização social e participação política. O controle social compartilhado no âmbito da OCS é compreendido como ferramenta estratégica para dinamizar a Rede, possibilitando intensificar os encontros cotidianos entre agricultoras/es e estabelecer o diálogo constante e ativo com as/os consumidoras/es. Essas costuras e entremeios de atores são parte da própria estratégia da Rede.

No que se refere mais especificamente às ações cotidianas pensadas com intuito de monitorar a consonância entre as práticas de produção e

14 O SPG Maniva foi sistematizado no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_18_WEB.pdf. Acesso em: 17/10/2019.

os princípios da OCS, além de criar momentos de intercâmbios entre as/os agricultoras/es, o mecanismo de controle social adotado foi o dos mutirões. Como apresentado por Guedes (2018), trata-se de trabalhos coletivos que envolvem diferentes tarefas, como produção e manejo de composto, abertura de leiras e podas. As práticas compartilhadas nos mutirões são compreendidas pelas/os agricultoras/es como uma forma de fortalecer as OCSs, o que adensa também a atuação da Rema. Outro ponto importante é que os mutirões têm atraído novas/os integrantes para a Rede.

O encontro entre a Rema e o projeto *Ecoforte* através das Unidades de Referência de Resgate e Valorização de Sementes e Mudas Crioulas, de Horta Orgânica com Captação de Água da Chuva e de Sistema Agroflorestal fortaleceu fluxos associados à produção agroecológica e orgânica. Destaca-se, neste ponto, a sinergia entre o *Ecoforte* e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois foi no contexto de execução do projeto que a Rede Maniva acessou pela primeira vez essa política pública com produtos orgânicos. O engajamento da Rede no controle social e o fortalecimento da capacidade produtiva de seus participantes por meio das Unidades de Referência proporcionaram também, de acordo com Guedes (2018), a constituição, em 2018, do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Maniva. Esses processos têm articulado a criação de novas OCSs, diversificando a produção agroecológica, ampliado a participação nos mercados e também atraído novas/os integrantes para a Rede, inclusive consumidoras/es. Vale destacar que, nas feiras orgânicas de Manaus, já há uma diversidade de mais de 100 produtos.

O processo de formalização do SPG produziu novos fluxos de participação política no âmbito da Rede. A equipe da Rema responsável pelo projeto *Ecoforte* passou a coordenar a Comissão de Produção Orgânica (CPOrg/AM) e a compor a Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg/Mapa), em Brasília, movimentando as dinâmicas regionais e locais em articulação com as diretrizes nacionais. Essa orientação de fluxos propiciada pelo *Ecoforte* se inscreve também na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo), promulgada em fevereiro de 2018. É interessante pensar nesse âmbito como os arranjos que estariam mais próximos das atividades de produção e comercialização, no caso do SPG Maniva, carregam consigo a participação política. Iden-

tifica-se aí tanto o envolvimento direto na construção de políticas públicas e nos espaços destinados à formulação destas quanto momentos de aprendizado sobre a legislação nacional e o funcionamento estatal.

O SPG abriu possibilidades de diálogos entre os participantes da Rede, como é o caso, por exemplo, do despejo de dejetos domésticos em cursos de água. O projeto *Ecoforte* colaborou no direcionamento desses fluxos por meio das Unidades de Referência de Sistemas Demonstrativos de Banheiro Ecológico e dos Sistemas Demonstrativos de Tratamento de Águas Cinzas, que trouxeram para a discussão possibilidades de tratamento que se adequem às práticas requeridas pelo SPG. Esses processos são associados ao amadurecimento da organização social das Associações de Produtoras/es, do Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (Opac) e da própria Rede Maniva, permitindo que novas temáticas sejam tratadas de forma dialógica e que a participação no SPG se insira numa perspectiva de desvelamento dos desafios e, assim, da busca orientada e coletiva por melhorias (GUEDES, 2018).

Segundo Guedes (2018), a certificação na Rema não se reduz a uma tecnologia instrumentalizada, mas é um meio para que as pessoas se tornem parte da Rede e se engajem na sua construção, fortalecendo, assim, o território de atuação. O SPG movimenta nesse sentido uma série de desafios e tramas que carregam esforços e desejos de formação política, intercâmbios de experiências, produção e comercialização agroecológica e orgânica, valorização da sociobiodiversidade amazônica, transformação social e fortalecimento do movimento agroecológico.

2.3 Olhares transversais e práticas econômicas: construção social de mercados e outras economias possíveis

Esta seção se detém de forma especial na construção social de mercados, analisando as diferentes estratégias de comercialização estabelecidas pelas Redes e suas organizações, chamando a atenção para a diversidade produtiva que se encontra associada a esses circuitos de comercialização,

sua articulação com estruturas de processamento de diferentes tipos e para a estreita vinculação existente entre rendas monetárias e não monetárias. Buscamos ainda identificar como se dá a participação da juventude e das mulheres nessas dinâmicas econômicas, evidenciando, sobretudo, os elementos de autonomia, reconhecimento e protagonismo político.

2.3.1 Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais

O território Leste de Minas Gerais¹⁵ é caracterizado pela agricultura familiar e pelo predomínio da produção de café como a cultura de maior relevância econômica. Desde os anos 1960/1970, orientados pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC, extinto em 1989), os agricultores passaram a intensificar o manejo das roças de café por meio do plantio adensado,

Foto: Snylia Vantuli/ANA



A Unidade de Referência para a produção de insumos fortalece a produção agroecológica no Leste de Minas Gerais

15 “Denominamos *território* (ou *região*) *Leste de Minas Gerais* o espaço geográfico de incidência da Rede Agroecológica do Leste de Minas, que compreende uma porção situada entre duas mesorregiões administrativas do estado, Zona da Mata e Rio Doce, apresentando características naturais, sociais e agrícolas de ambas. O território compõe o bioma Mata Atlântica, com predomínio de relevo montanhoso, com altitudes variando entre 600 e 1.300 m” (BOSA, 2018, p. 1).

da incorporação de altas doses de adubação química e da transformação da paisagem dessa região em monocultivos de lavouras de café expostos a pleno sol. A produção de gado também é relevante para a formação da economia agrícola dessa região. Nas últimas décadas, a tendência à especialização se acentuou, tanto nas pequenas quanto nas médias e grandes propriedades (BOSA, 2017).

Foi nesse contexto e com o desafio de se contrapor a essa realidade que os grupos comunitários, pastorais sociais e sindicatos de trabalhadoras/es rurais criaram e fortaleceram suas organizações a partir dos anos 1980. A Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais é fruto desse processo e surgiu da necessidade de construir novo referencial produtivo a partir de bases agroecológicas por parte de famílias e grupos produtivos da região. Segundo Bosa (2018), o trabalho articulado pela Rede — fortalecido pelas ações do *Ecoforte* — tem contribuído para reforçar experiências agroecológicas, ampliando a diversificação produtiva (como é o caso das hortaliças) e estabelecendo novos canais de comercialização e geração de renda. A permanência dos cultivos convencionais tem levado ao aumento da degradação ambiental e uma maior perda dos hábitos alimentares regionais, incluindo a erosão genética das sementes crioulas. Do ponto de vista social, os municípios com maior presença da população rural, contraditoriamente, são os que apresentam os maiores níveis de pobreza. Possivelmente, isto se deve à falta de acesso aos meios de produção (terra e água) ou ao acesso a pouca terra, o que limita a diversificação produtiva e a geração de excedentes para o mercado.

Frente a esses desafios, o desenho do projeto *Ecoforte* envolveu a estruturação de 105 URs, as quais foram implementadas de forma individual (em unidades de produção familiar) e coletiva. Essas URs foram direcionadas à promoção da biodiversidade e à ampliação da produção de base agroecológica; à ampliação da produção de insumos; à implantação de novos SAFs, hortas, pomares e roçados; à criação animal; e ao aprimoramento do manejo agroextrativista.

Embora muitas famílias consigam produzir sem agrotóxicos, um dos grandes limitantes para o avanço da agroecologia está relacionado à

substituição total dos fertilizantes industriais. Há ainda uma dependência desses produtos, mesmo que parcial. Para superar essa limitação, a Rede implementou — via *Ecoforte* — uma série de iniciativas, tais como a produção de caldas, biofertilizantes, adubação verde, além do resgate e uso das sementes crioulas.

A partir de 2017, após um processo de reflexão sobre a estratégia de atuação da Rede, organizado em grupos temáticos — agrobiodiversidade, comercialização, juventude e gênero —, as/os envolvidas/os passaram a planejar suas ações de forma que os eixos estratégicos — produção agroecológica e políticas públicas — permeassem de forma transversal esses quatro temas orientadores. Embora os debates na Rede estivessem ocorrendo antes do *Ecoforte*, foi a partir do projeto que o processo de reflexão sobre a atuação da Rede se intensificou, haja vista que estava prevista nesse projeto *Ecoforte* a realização de diversas atividades, tais como: seminários regionais para a troca de experiências entre as famílias agricultoras, reuniões entre as lideranças das organizações vinculadas à Rede, encontro regional de jovens comunicadores, intercâmbios entre as famílias agricultoras e suas organizações, intercâmbio sobre sementes crioulas e manejo da agrobiodiversidade, além das reuniões de planejamento e monitoramento do projeto.

FIGURA 2

ORGANIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DA REDE AGROECOLÓGICA DO LESTE DE MINAS GERAIS



Fonte: *Relatório de Sistematização do Nível 2 da Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais*, 2018, p. 6.
Elaboração: Jairo Bosa, 2018.

Essa (re)organização estratégica com apoio do projeto *Ecoforte* tem contribuído para a maior inserção econômica no território por parte

das organizações que integram a Rede. Isto vem se dando a partir da intensificação da comercialização por meio das feiras agroecológicas e do fornecimento para o Pnae, em alguns municípios. As mulheres ampliaram a sua participação política e a inserção produtiva e econômica, e a juventude vem assumindo mais protagonismo a partir do trabalho realizado pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e da implementação da articulação de jovens comunicadoras/es.

A Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais, assim como muitas outras redes, encontra-se em processo de transição agroecológica, sendo uma parte da produção certificada como orgânica e outra sendo produzida sem agrotóxicos e/ou sem fertilizantes, além de uma parcela dessa produção ainda ser convencional. Mesmo assim, é importante evidenciar que essa Rede está conseguindo construir novas relações de abastecimento e consumo alimentar, um bom exemplo de construção social de mercado. Isto se deve, em especial, à ampliação da oferta da produção agroecológica e da maior inserção no mercado regional a partir desses produtos orgânicos e sem agrotóxicos, o que poderia *grasso modo* ser considerado “em transição agroecológica”. As famílias vinculadas à Rede estão atuando em diversas feiras livres e nas feiras de produtos sem agrotóxicos (Feiras SAT)¹⁶; passaram a fornecer produtos orgânicos para o mercado institucional (Pnae e PAA); fornecem alimentos para restaurantes, minimercados e frutarias da região; e comercializam produtos diretamente às/aos consumidoras/es, através da entrega de cestas de alimentos (quando há encomendas) ou oferecendo nas residências (batendo de porta em porta).

Além disso, também comercializam no atacado — para os chamados *atravessadores*. Para esses compradores, são comercializados exclusivamente produtos convencionais, o que corrobora para a percepção de que a produção agroecológica apresenta um potencial superior ao da convencional em relação à criação ou ao estabelecimento dessas novas

16 Segundo o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), “A certificação de produtos de origem vegetal Sem Agrotóxico (SAT) é oferecida pelo IMA para o sistema isento de agrotóxicos em qualquer fase. Possui normas, procedimentos e padrões específicos que visam atender à demanda dos consumidores e agregar valor aos produtos”. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/produutos-sem-agrotoxico-sat>. Acesso em: 10/09/2019.

dinâmicas de inserção no mercado a partir da ruptura com o padrão hegemônico de produção e consumo no território.

O *Ecoforte* viabilizou a implantação de dez unidades de processamento, que são as agroindústrias e as cozinhas caseiras, sendo a maioria de uso coletivo. Por meio dessas unidades de beneficiamento, são produzidos pães, bolos, biscoitos, doces e geleias, polpas de fruta, banana-passa, biomassa de banana, entre outros produtos. O *Ecoforte* possibilitou ainda a instalação de novas hortas, que, juntamente com os cursos de manejo da agrobiodiversidade e de sementes crioulas, vêm ampliando a escala de produção das organizações que compõem a Rede. Com o apoio do *Ecoforte*, **estão sendo comercializados cerca de 250 produtos diferentes**. A maior parte desses alimentos produzidos pelas organizações da Rede (cerca de 60%) é comercializada *in natura* (frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos e condimentos), mas há também os produtos lácteos, os panificados e outros produtos processados.

A maior parte das famílias trabalha com plantas medicinais e, a partir do *Ecoforte*, ampliou a diversificação produtiva e o excedente de produção agroecológica, o que incluiu as sementes crioulas. O *Ecoforte* contribuiu decisivamente para o fortalecimento da Rede enquanto ator político, por meio da maior incidência nos espaços de articulação das políticas públicas, tanto no plano do território quanto no estadual.

Segundo Bosa (2018), a atuação do movimento sindical, das associações de produção, das Escolas Família Agrícola, das organizações de mulheres rurais e de assessoria constitui a identidade do movimento agroecológico desse território, fomentando referências para o avanço das práticas agroecológicas e o fortalecimento da Rede Agroecológica do Leste de Minas Gerais.

2.3.2 Rede Espaço Agroecológico (REA / PE)

A Rede Espaço Agroecológico (REA) atua em três regiões distintas do estado de Pernambuco — Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife (RMR) —, abrangendo cerca de 15 municípios. Foi



Agricultoras/es se organizam para comercializar sua produção em rede de feiras agroecológicas em Pernambuco

criada em 1997 a partir de um evento realizado no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, para dar visibilidade às experiências agroecológicas na expectativa de despertar o interesse do público urbano. Essa ação foi promovida pelo Centro Sabiá em articulação com outras organizações, tais como a Associação dos Agricultores/as Agroecológicos de Bom Jardim (Agroflor), a Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá (Ama Gravatá) e o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta). Dessa iniciativa, surgiu, há mais de 20 anos, a primeira feira agroecológica do Recife (capital do estado), no bairro das Graças — conhecida até hoje como Espaço Agroecológico das Graças. Atualmente, a Rede conta com a participação de sete associações, além do Centro Sabiá.

O trabalho desenvolvido pelo Sabiá, em parceria com as organizações de base que formam a REA, teve como foco principal o aumento da escala das experiências agroecológicas, por meio de sistemas de produção diversificados. No contexto dessa estratégia, uma das principais linhas de atuação foi a implementação dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), visando a aumentar a biodiversidade florestal, a disponibilidade alimentar e a produção de água. Ainda, essa estratégia contemplava a

produção animal, em especial de pequeno porte, tais como cabras, galinhas e porcos. A ampliação da produção de excedentes alimentares proporcionou às famílias que compõem a Rede produzir alimentação para autoconsumo, além de gerar renda por meio da comercialização nas feiras agroecológicas e nos mercados institucionais (PAA e Pnae).

Importante destacar que a Zona da Mata (ZM) e o Agreste pernambucano são regiões que, desde o período colonial, vêm sendo exploradas, respectivamente, pelo monocultivo de cana-de-açúcar e pela pecuária extensiva, apresentando altos índices de desmatamento e muitas vezes acelerado processo de degradação do solo e dos mananciais hídricos. O Agreste é caracterizado pelas restrições de acesso à terra pela agricultura familiar; em algumas situações, as áreas de produção não ultrapassam 2,5 hectares.

Mesmo com essas restrições estruturais, as dinâmicas agroecológicas implementadas pelas organizações da Rede, assessoradas pelo Centro Sabiá, vêm apresentando resultados surpreendentes. A começar pela diversidade de produtos que a REA comercializa, sendo ofertados cerca de 70 alimentos *in natura*, uma dúzia de espécies de ervas medicinais e aromáticas, galinhas e ovos caipiras e cerca de 150 tipos de alimento processado. A REA aproveitou o projeto *Ecoforte* para intensificar os processos de assessoramento às famílias agricultoras (70 famílias foram assessoradas tecnicamente com recursos do projeto *Ecoforte*); fortalecer os vínculos entre produtoras/es e consumidoras/es por meio de visitas às unidades produtivas; e potencializar a construção do conhecimento de forma coletiva, envolvendo o conjunto de atores que circulam pelas feiras agroecológicas. Essas atividades proporcionaram um trabalho com grupos de famílias agricultoras vinculadas à base da REA, em especial com oito grupos de mulheres e de juventude, promovendo autonomia e empoderamento desses sujeitos sociais.

Percebo esses atributos como um dos resultados diretos da melhoria em termos de infraestrutura de beneficiamento promovidos pelo projeto *Ecoforte*. A Terra e Vida possui atualmente 158 produtos processados. Esse número pode inclusive estar subestimado, pois muitos

produtos são beneficiados a partir de frutas da época, ou outra hortaliça e tubérculo, e podem ter sido esquecidos por isso. Esse é um grande ganho no que diz respeito à capacidade de atendimento das/os consumidoras/es, pois essa oferta decorre, em alguma medida, das demandas apresentadas por elas/es. Destaque para os produtos sem glúten, sem açúcar, que atingem em cheio as necessidades de pessoas com restrições de consumo (GONDIM, 2018, p. 4).

O processo de levantamento e definição das necessidades dos grupos orientou a definição dos investimentos e o desenho operacional das 18 URs voltadas à produção, ao processamento e à comercialização. Em relação à produção, as URs focaram na implantação ou ampliação de SAFs, hortas, pomares, cultivos agroecológicos e criação animal. No processamento, os recursos foram aplicados para a construção e a aquisição de equipamentos para o beneficiamento de produtos panificados, polpas de fruta, doces e geleias, entre outros. Para fortalecer a inserção no mercado, o *Ecoforte* viabilizou a aquisição de equipamentos, tais como barracas e balanças, possibilitando a renovação e a ampliação dos espaços das feiras existentes e a criação de dois novos espaços de comercialização nas cidades do Recife e de Olinda. Ainda, foram adquiridos veículos para qualificar o transporte das pessoas e dos alimentos das áreas de produção até as feiras.

No município de Bom Jardim, a Agroflor destinou uma das URs para promover a formação de jovens multiplicadores em práticas de manejo de SAFs e cultivos agroecológicos. Para apoiar essa iniciativa, em especial as atividades de formação, foram adquiridos equipamentos (roçadeiras e motosserra) para facilitar a poda das árvores e a limpeza das áreas, contribuindo para que essa juventude passe a dominar o manejo desses sistemas de produção.

No contexto do *Ecoforte*, houve também a construção de espaços para a realização de reuniões e a promoção de atividades de formação, voltadas à produção, ao processamento e à comercialização. No Recife, foi promovida a adequação de uma área para a guarda dos equipamentos utilizados nas feiras, em especial as barracas; e,

por meio do projeto, foi estabelecida ainda a adequação de todos os equipamentos das feiras, possibilitando a adoção de uma identidade visual para os Espaços Agroecológicos.

Para aumentar a produção, foram instalados filtros biológicos que viabilizam a reutilização da água utilizada no âmbito doméstico para a irrigação de hortas, quintais produtivos e, dentro do possível, SAFs. Além do aumento da produção esperada como resultado da implementação dos investimentos e ações descritas acima, havia uma demanda reprimida — do público que compõe as associações que integram a REA — quanto à abertura e ampliação de novos espaços para a comercialização. Em resposta a essas demandas, a Rede promoveu melhorias nas duas feiras agroecológicas mais antigas do Recife (das Graças e de Boa Viagem), ampliando o número de feirantes; criou dois novos espaços de comercialização (em Santo Amaro e Setúbal); e incorporou a feira de Gravatá à REA. A sinergia entre os esforços da Rede e os investimentos oriundos do projeto *Ecoforte* proporcionou também ampliar a inserção econômica das mulheres e da juventude rural:

Maior participação de jovens e mulheres nos processos de produção e comercialização. No projeto, estava previsto um aumento de 10% na participação de mulheres e jovens da Rede. Levando-se em conta que havia 36 barracas nas feiras da Rede e que este número aumentou para um total de 61 e que, destas, seis passaram a ser protagonizadas por jovens e 18 por mulheres, tem-se um aumento de 39% na participação de mulheres e jovens da Rede na comercialização (LOPES, 2018, p. 27)¹⁷.

Esses investimentos proporcionaram a expansão da base geográfica de atuação da REA de oito para 15 municípios, chegando a cerca de 240 associadas/os; atualmente, cerca de 125 destas/es participam diretamente das cinco feiras agroecológicas geridas pela Rede. Além dessa participação nas feiras, parte dessas famílias vende a sua produção agroecológica para restaurantes e eventos (sob o regime de

17 *Relatório de Sistematização de Nível 1*, sistematizado por Helena Rodrigues Lopes, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

encomenda). A partir do projeto *Ecoforte*, a Rede criou uma Organização de Controle Social (OCS), o que viabilizou regularizar o cadastramento no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de todas as famílias vinculadas à REA e que comercializam nas feiras agroecológicas. Essas famílias vinculadas às sete organizações que compõem a Rede representam cerca de 20% do total das famílias credenciadas ao Mapa como produtoras de orgânicos em Pernambuco. Ainda, das 12 organizações que compõem a Comissão Estadual de Produção Orgânica de Pernambuco (CPOrg-PE), cinco são vinculadas à REA, tendo o Centro Sabiá assumido a coordenação dessa Comissão no biênio 2017–2018. Houve ainda a incorporação de uma organização de agricultura urbana (majoritariamente formada por mulheres), que atua com a produção e comercialização de fitoterápicos, nos Espaços Agroecológicos. Essa organização é a Associação dos Manipuladores de Remédios Fitoterápicos Tradicionais Semi-artesanais do Estado de Pernambuco (Amarfitsa-PE).

A REA, por meio do *Ecoforte*, utilizou ainda parte dos recursos para avançar na diversificação dos alimentos processados, mantendo o princípio do alimento saudável. Tem, assim, apresentado iguarias feitas a partir dos alimentos regionais, com um toque de requinte, mas sem perder a referência de que os alimentos devem ser vendidos a preços acessíveis. Sabe-se que este é um dos maiores desafios para as organizações do campo agroecológico: assegurar renda às famílias agricultoras e, ao mesmo tempo, disponibilizar alimentos agroecológicos para classes de mais baixa renda.

Nesse contexto, destacamos a oferta de 22 tipos de suco natural, 20 tipos de geleia, bolos (sem açúcar, sem glúten e sem lactose), ervas e frutos desidratados (secos), “carne” de jaca (desfiada, temperada e congelada), banha de coco, “vinagre” de frutas, ravióli (feito com massa de cacau e recheio de purê de jerimum com coco defumado ou massa de manjericão e recheio de tomate seco e de batata-doce). Além disso, a produção de diversos outros alimentos foi fomentada entre as organizações que compõem a Rede, tais como: legumes, verduras, frutas, pães, bolos, biscoitos, polpas de fruta, mel, licores, conservas e macarrão integral.

2.3.3 Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (Apoms)

A Apoms surgiu no ano 2000 a partir da articulação de 14 agricultores que produziam café orgânico no município de Glória de Dourados (MS). A Associação deu origem à Rede, de mesmo nome e proponente do projeto *Ecoforte*, que atualmente conta com a participação de 21 organizações, sendo a maior parte organizações de produção oriundas da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e indígenas. A rede está estruturada em dez núcleos de produção, e seu território de atuação abrange dez municípios da região da Grande Dourados.

Cabe destacar que, historicamente, o Mato Grosso do Sul se caracteriza pela presença hegemônica do latifúndio voltado para a produção da pecuária de corte (bovinocultura). A partir de 1960/1970, inicia-se a produção de grãos, em especial de soja. Mais recentemente (anos 2000), somou-se a esse quadro a expansão da produção da cana-de-açúcar, do milho e do eucalipto. A região de Dourados não difere dessa trajetória,

Foto: Raquel Canário/ANA



No Mato Grosso do Sul, diversificação dos canais de comercialização amplia renda das famílias

embora se caracterize pela maior diversidade social, possivelmente devido a um projeto de colonização dos anos 1940 — a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. A partir da sua instalação (1948), essa região de Dourados (MS) recebeu imigrantes oriundos dos três estados do Sul, de São Paulo (muitos de origem japonesa), de Minas Gerais e um contingente muito expressivo do Nordeste. Com a chegada desses imigrantes, também se intensificaram os conflitos agrários, uma vez que boa parte dessas áreas onde foram implantados os projetos de colonização era historicamente ocupada por diversos povos indígenas.

A partir de 2003, a Apoms passa a acessar políticas públicas para a agricultura familiar, oriundas dos governos federal e estadual, as quais contribuíram para a incorporação das práticas agroecológicas pela Rede, em especial a adequação às normas da produção orgânica, a criação de uma Organização de Controle Social (OCS) e a implantação do Sistema Participativo de Garantia (SPG) entre as famílias que compõem a Apoms. Posteriormente, a Apoms se credenciou ao Mapa, como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (Opac), e à Rede Ecojus Brasil de Comércio Justo e Solidário para exportação no mercado de *Fair Trade*. Atualmente, a Apoms ainda participa da Comissão Estadual de Produção Orgânica do estado do Mato Grosso do Sul (Cporg-MS).

O projeto *Ecoforte* foi desenhado pela Apoms seguindo duas linhas estratégicas de ação. A primeira, voltada à ampliação da produção agroecológica e ao fortalecimento produtivo e organizacional das famílias que compõem a sua base. A segunda estratégia foi dedicada a aumentar a inserção dessa produção agroecológica no mercado, em especial em Dourados, sem deixar de tentar inseri-la nos demais municípios em que a rede se faz presente, em especial por meio das feiras livres e do Pnae.

Partindo dessas estratégias, a Apoms desenhou o projeto *Ecoforte* prevendo a implantação de 13 URs. Destas, dez foram destinadas para a implementação de uma UR para cada núcleo, envolvendo 150 famílias; uma para a estruturação de uma central de comercialização; outra para a aquisição de veículos e equipamentos; e, por fim, uma para a construção de um viveiro de mudas. A partir desse apoio do *Ecoforte*,

foi possível à Apoms fortalecer o Sistema Participativo de Garantia (SPG), estruturar a produção de insumos alternativos e adequados ao sistema de produção orgânica e ainda estabelecer infraestrutura para produzir 50 mil mudas de espécies arbóreas por ano para prover a implementação de SAFs e recompor as unidades produtivas das famílias vinculadas à rede por meio do plantio de espécies nativas.

O *Ecoforte* possibilitou também qualificar a articulação entre as famílias agricultoras da Apoms e ampliar a produção de hortigranjeiros no estado do Mato Grosso do Sul. Esse processo proporcionou efeitos positivos em duplo sentido. Primeiro, porque essa produção é de base agroecológica, e, portanto, os alimentos disponibilizados são superiores aos produtos convencionais, tanto do ponto de vista da saúde pública quanto em relação a questões ambientais. Segundo, porque a maior parte do volume produzido é de verduras, legumes, raízes e tubérculos, contribuindo para diminuir a dependência que o Mato Grosso do Sul tem de outros estados em relação ao abastecimento de hortigranjeiros.

O crescimento da produção e da comercialização justificou a criação de uma organização que viesse a responder exclusivamente pela parte econômica, a cooperativa Cooperapoms (braço comercial da rede), o que contribuiu para a ampliação da participação das famílias produtoras no mercado institucional: em que pesem as operações do PAA via Conab terem se reduzido, cresceu o fornecimento ao Pnae. Em 2018, a rede atingiu a marca de 90 escolas municipais abastecidas com alimentos oriundos das famílias que a compõem. Passou ainda a fornecer para o PAA institucional em Dourados, por meio de um edital de uma unidade militar sediada no município.

Durante o período de execução do projeto *Ecoforte*, intensificaram-se a presença da rede nos municípios e a relação institucional com os governos locais. Essa participação no Pnae exigiu maior presença nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) dos municípios. Por fim, estabeleceu-se, em parceria com os CAEs, com as nutricionistas e com as Secretarias Municipais de Educação, um processo de capacitação das pessoas que preparam a alimentação nas escolas para as/os alunas/os da rede pública.

A partir do fortalecimento dos dez núcleos de produção da rede, a presença da Apoms nas feiras dos municípios ampliou-se de forma significativa. E, em Dourados, com a implementação do Entrepasto, a Rede passou a fornecer cestas de alimentos diretamente aos consumidores, assim como a restaurantes e pequenos mercados.

O fortalecimento da Rede no âmbito da comercialização e construção de mercados tem, todavia, levado a desafios operacionais e de organização interna:

Atualmente, o grupo pequeno de pessoas que estão mais à frente da administração e gestão da Associação e da Rede Apoms acaba se desdobrando e assumindo diversas funções. Há a necessidade de se formar um corpo técnico-administrativo de “Setorização” para redistribuir obrigações de forma equilibrada (OLIVEIRA, 2018, p. 25).

A Apoms estima que, desde o início da implementação do projeto *Ecoforte*, as famílias agricultoras tenham ampliado sua renda em cerca de 30%, o que possibilitou a o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, assim, a realização de investimentos em seus sistemas de produção. Esses resultados evidenciam a capacidade das redes de ativar processos e promover sinergias entre as políticas públicas.

2.3.4 Rede de Agroecologia do Leste Paulista – Alta Mogiana (Leste Paulista)

A Rede de Agroecologia do Leste Paulista foi constituída em 2005 a partir da articulação entre organizações da agricultura familiar e instituições de ensino universitário, pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural, envolvendo cerca de 200 famílias agricultoras, incluindo aquelas de assentamentos rurais. Essa rede concentra-se, sobretudo, em um território que abrange 38 municípios da região Leste do estado de São Paulo.



Produção de ovos em sistema agroecológico na Vila Yamaguishi, em Jaguariúna (SP), Rede Leste Paulista

A realidade dessa região é bastante complexa, sobretudo para as famílias vinculadas aos sistemas de economia de base familiar, incluindo os assentamentos de reforma agrária. Esses sistemas de produção de base familiar estão ameaçados tanto pela expansão das áreas urbanas quanto pela presença dos monocultivos de cana-de-açúcar, laranja, eucalipto e pastagens, além da concentração fundiária. Soma-se a esses conflitos o fato de que muitas famílias vinculadas aos sistemas de economia familiar têm um domínio precário da área agrícola onde vivem e produzem, pois são posseiras ou ocupam áreas públicas.

É neste contexto, portanto, que podemos compreender os caminhos de consolidação da agroecologia e das redes formadas por meio dela no território da Rede Leste. A agroecologia vem sendo construída numa gama extremamente complexa e diversa de realidades rurais. As possibilidades que o cenário territorial nos oferece colocam em conexão, através da Rede: agricultores familiares que vivenciam experiências em assentamento rural rodeado por fazendas de cana-de-açúcar ou em assentamento rural criado em um horto florestal; agricultores familia-

res não assentados, com pouca ou nenhuma possibilidade de agrupamento, que possuem suas terras e buscam produzir a partir do trabalho de sua família e apoios diversos; pequenos agricultores com experiências/possibilidades mais vinculadas à lógica urbana e de mercado que se autodenominam de *neorurais*; consumidores de produtos agroecológicos e orgânicos, envolvidos com o movimento da Rede; e técnicos, pesquisadores e estudantes de instituições de pesquisa (Embrapa e universidades) e assistência técnica (Cati, Itesp, Incra); entre outros (DE BIASE, 2018, p. 2)¹⁸.

A expansão urbana, a forte presença da produção de *commodities* agrícolas (somada ao uso de agroquímicos) e a concentração fundiária possivelmente representam os maiores desafios e limites para a Rede do Leste Paulista.

É interessante compreender que não apenas a demanda dos consumidores urbanos sinaliza para a produção de alimentos orgânicos, como também que a lógica de vida urbana, tão próxima ao universo rural, insere maior valor — do ponto de vista simbólico e econômico — ao orgânico (certificado), em detrimento das demais dimensões e dos compromissos sociais que envolvem o movimento agroecológico. O histórico de ocupação do agronegócio e da expansão urbana no território veio, gradativamente, enfraquecendo as noções de coletividade vivenciadas tradicionalmente no universo rural através de um modo de vida camponês. A vida em comunidade e/ou bairro rural já vem sendo ressignificada nesse território há algumas décadas, a partir da busca por alternativas de vida saudável e mais conectadas ao sistema natural, partindo-se de uma base estrutural cidadina. Este é um dos caminhos para a existência de um “perfil” de agricultor que tem se autodenominado de *neorrural* (DE BIASE, 2018, p. 1-2)¹⁹.

18 *Relatório de Sistematização Analítico da Rede de Agroecologia do Leste Paulista*, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2018.

19 *Relatório de Sistematização Analítico da Rede de Agroecologia do Leste Paulista*, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2018.

A formação e os intercâmbios entre as famílias agricultoras fizeram parte da estratégia da Rede desde o início de sua implementação. Nos momentos iniciais, a Rede estava fortemente vinculada às dinâmicas dos projetos aprovados pela Embrapa Meio Ambiente, os quais foram muito importantes para a construção do conhecimento e da transição agroecológica das famílias.

A Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) possibilitou a implementação do SPG no âmbito da Rede, além de ser credenciada no Mapa como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac). A entidade foi a proponente do projeto *Ecoforte*, sendo, dentre as organizações que integram a Rede, aquela com maior acúmulo em relação ao manejo dos sistemas de produção agroecológicos e com maior inserção no mercado de produtos orgânicos. Como resultado do trabalho da ANC, a Rede do Leste Paulista é a que apresenta a maior diversidade de produção (cerca de 470 produtos) dentre todas as redes de agroecologia sistematizadas pela ANA. Essa experiência do SPG foi a escolhida pela Rede como referência de tecnologia social, sistematizada no *Boletim Teia Agroecológica*²⁰.

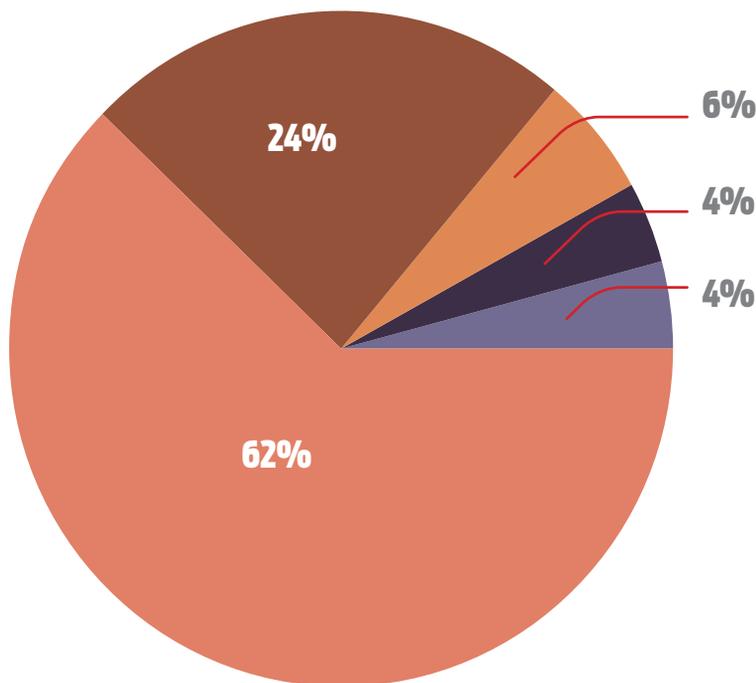
Os sistemas de produção mais representativos na Rede são: i) os cultivos agrícolas e florestais, especialmente a fruticultura, em geral consorciada com sistemas agroflorestais; ii) as hortaliças; e iii) a criação animal, com predominância do gado leiteiro. A Rede encontra-se mais adensada a partir do município de Campinas e de seu entorno, onde está estabelecida a ANC. Esses municípios concentram boa parte das URs apoiadas pelo *Ecoforte* (sete de um total de dez). Para aumentar a produção agroecológica, a Rede previu, no projeto *Ecoforte*, a implementação de SAFs — consorciados com hortas, pomares ou cultivos agroecológicos — e de viveiros de mudas florestais e de hortaliças; a recuperação de áreas degradadas; e o beneficiamento de banana por meio do uso de forno solar.

20 Disponível *online* em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_08_WEB.pdf. Acesso em 17/10/2019.

Um fator positivo do fato de a Rede se localizar em meio a tantas áreas urbanas é o potencial do mercado consumidor para a produção agroecológica, mesmo considerando as pressões que as unidades produtivas sofrem pela proximidade com as cidades. Embora este fator — mercado consumidor disponível — não seja homogêneo para toda a Rede, ele ocorre para boa parte da sua base social.

GRÁFICO 1

COMPOSIÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA REDE DO LESTE PAULISTA



% GRUPOS DE PRODUTOS | UNIDADES

62 FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES, RAÍZES E TUBÉRCULOS | 297

24 PANIFICADOS | 112

6 DOCES E GELEIAS | 28

4 LÁCTEOS | 18

4 OUTROS | 18

Fonte: Rede de Agroecologia do Leste Paulista, 2018.

Assim, possivelmente essa proximidade com as cidades de Campinas, Jaguariúna, Americana e outras que se encontram nesse território contribuiu para o avanço da escala de produção dessa Rede, em especial das famílias vinculadas à ANC. Isto proporcionou, além da diversificação dos alimentos, a comercialização de mais de 300 tipos de produto *in natura* diretamente aos consumidores por meio das feiras, cestas de alimentos e de grupos Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSAs), além das entregas para restaurantes e minimercados. Conforme demonstrado no Gráfico 1, mais de 60% dos alimentos produzidos são ofertados *in natura* (frutas, legumes, verduras, raízes e tubérculos).

2.3.5 Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (Rede da ZM)

A constituição da Rede de Agroecologia da Zona da Mata de Minas Gerais (Rede da ZM) remete à década de 1970, quando as/os então chamadas/os pequenas/os agricultoras/es enfrentavam grandes dificuldades de acesso à terra, devido à predominância da relação de “parceria”. Os primeiros movimentos da Rede envolveram articulações com os Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais (STRs), muitos, à época, recém-criados. A Rede, apoiada pelo projeto *Ecoforte*, envolve, além de sindicatos de trabalhadoras/es rurais e de agricultoras/es familiares, uma federação de trabalhadoras/es e agricultoras/es familiares; associações formais e informais; organização de consumidores e produtores; instituições públicas de ensino, extensão e pesquisa (EFAs, universidades, institutos federais); organizações pastorais; organizações não governamentais; comissões de mulheres; um movimento regional de mulheres; e cooperativas (de produção e de crédito).

O cultivo do café convencional, com uso de agrotóxicos e fertilizantes, é uma das atividades agrícolas predominantes na região da Zona da Mata. A cafeicultura é parte do processo histórico e econômico de Minas Gerais e foi uma das culturas intensamente estimuladas

pela modernização da agricultura brasileira a partir, sobretudo, da década de 1960 (GJORUP, 2018).

Em grande parte dos agroecossistemas familiares da Zona da Mata, o café é considerado a cultura que garante rentabilidade. No que se refere às questões de gênero, o café é tido como uma cultura masculina, de responsabilidade dos homens, relegando o trabalho feminino à qualidade de “ajuda”. Historicamente, isso produz um domínio da renda e das tomadas de decisão das famílias à figura patriarcal. Em consonância com essa divisão de gênero e geração de renda, o trabalho doméstico, predominantemente realizado pelas mulheres, é visto como dever ou obrigação. No caso das famílias agricultoras, o doméstico envolve a casa, o quintal, as hortas e outros subsistemas presentes nos agroecossistemas, como a criação de pequenos animais.

Além das condições relegadas ao trabalho feminino nas unidades produtivas, o domínio masculino de espaços como, por exemplo, os STRs e os corpos técnicos, promoveu uma série de reflexões na Rede da ZM, conformando, como apresenta Gjørup (2018), processos de organizações protagonizados pelas mulheres, tais como o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, que agrega 16 municípios mineiros, o Programa de Formação de Mulheres e Agroecologia (PFMA), em 2009, e o Programa de Formação Feminismo e Agroecologia (PFPA), entre 2013 e 2015.

Durante o PFMA, foi desenvolvida a tecnologia social denominada Caderneta Agroecológica²¹. A Caderneta é uma ferramenta de acompanhamento da produção, da comercialização, do consumo, da troca e da doação de produtos oriundos do trabalho das mulheres nos mais diferentes subsistemas dos agroecossistemas, como hortas, quintais e lavou-
ras, e também da produção beneficiada, como doces, biscoitos e queijos. A estratégia dessa tecnologia social em agroecologia foi organizada com

21 A Caderneta Agroecológica foi sistematizada no *Boletim Teia Agroecológica*, disponível online em: http://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_15_WEB.pdf. Acesso em 17/10/2019.



Na Zona da Mata (MG), mulheres tomam nota na Caderneta Agroecológica para que o valor de seu trabalho deixe de cair no esquecimento

o objetivo de mensurar e garantir visibilidade ao trabalho da mulher na produção familiar agroecológica.

O monitoramento por meio da Caderneta em diferentes unidades produtivas permitiu evidenciar distintos aportes econômicos. Sob a lente da economia feminista (HILLENKAMP *et al.*, 2014; FRASER, 2011), que se ancora em princípios como reconhecimento, autonomia e uma economia centrada na sustentabilidade da vida e não voltada exclusivamente para a participação em mercados, o uso das Cadernetas demonstrou a alta rentabilidade, monetária e não monetária, dos subsistemas manejados pelas mulheres, especialmente quintais e hortas, renda que chegou a ser superior àquela gerada no subsistema do café, reconhecido historicamente como o mais importante em termos econômicos (GJORUP, 2018). Além disso, o uso da Caderneta colaborou na identificação de uma variedade de produtos que antes eram pouco valorizados e que foram tanto incorporados à

alimentação das famílias quanto, por meio do reconhecimento monetário, tiveram sua produção potencializada, colaborando diretamente para o aumento da renda.

AS CADERNETAS DEMONSTRARAM QUE, ALÉM DE DOAÇÕES, TROCAS E AUTOCONSUMO, O VALOR NÃO MONETÁRIO AGREGADO DA PRODUÇÃO ENVOLVEU:

i. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias, com destaque para uma alimentação diversificada e uma mudança de hábitos alimentares, especialmente no abandono de alimentos ultraprocessados.

ii. Diversificação da produção: em trabalho realizado em uma unidade produtiva agroecológica da Zona da Mata mineira, em um único quintal de 2.400 m², foram contabilizadas 118 espécies vegetais agrupadas em 51 famílias botânicas diferentes e mais cinco espécies animais.

iii. Reconhecimento da importância do trabalho feminino: foi constatado que em alguns casos era mais rentável contratar pessoas de fora da unidade produtiva, por exemplo, para a safra do café, do que a mulher interromper suas muitas produções.

iv. Empoderamento e fortalecimento da autoestima das mulheres: a Caderneta fez ecoar a importância das atividades realizadas pelas mulheres dentro das unidades produtivas, mas também fora delas, levando muitas agricultoras a assumir cargos de liderança em espaços coletivos, como sindicatos, cooperativas e associações.

A partir do *Ecoforte*, a vida das mulheres e também das Cadernetas ganha novos voos. As Unidades de Referência de Atividades Produtivas de Grupos de Mulheres fortaleceram a organização dos Grupos Produtivos de Mulheres, à medida que se constituíram como espaços de produção e também de aprendizados coletivos sobre a importância de compreender o funcionamento de instituições, das cooperativas e das estratégias necessárias para viabilizar a comercialização.

As dinâmicas geradas pelo tecido social da Rede da ZM e as Unidades de Referência compõem um arranjo favorável para a formulação e o acesso a políticas públicas. De acordo com Gjorup (2018),

destaca-se a capacidade coletiva desenvolvida pelos grupos de mulheres para acesso ao Pnae, devido ao fortalecimento das organizações, dos empreendimentos e das atividades ligadas à gestão. No que se refere aos empreendimentos, é importante salientar que a participação ativa das mulheres no Pnae gerou uma produção ainda mais diversificada nos quintais — produção que não é apenas para fora, mas também para a alimentação das famílias, compreendida, assim, como diretamente responsável pelo aumento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no âmbito doméstico. Nesses termos, ao mesmo tempo que se conecta a dinâmicas já existentes historicamente na Rede, como é o caso das múltiplas ações coordenadas pelas mulheres, desde o doméstico até a participação política, o projeto *Ecoforte* possibilita que elas acessem novos canais de comercialização, que provavelmente sem o projeto ficariam restritos aos grupos que já estavam organizados (GJORUP, 2018). Outro importante canal de comercialização dessa produção é a Rede Raízes da Mata, no município de Viçosa.

Por meio das Unidades de Referência de Atividades Produtivas de Grupos de Mulheres, o *Ecoforte* ainda viabilizou a implantação da Feira Agroecológica no município de Divino, que aconteceu com o encontro de recursos do projeto, da Prefeitura Municipal de Divino e do projeto *Cooperar* financiado pela Petrobras. Gjorup (2018) discute como a Feira tem visibilizado a produção agroecológica, com destaque para a atuação das mulheres, pois uma das ações da UR foi exatamente a formação por meio de oficinas e reuniões do grupo de mulheres responsável pela feira. Além disso, outra sinergia entre a ação feminina e o projeto *Ecoforte* foi a instalação da Unidade de Referência de Agroindústria Familiar, que estruturou cozinhas comunitárias e fortaleceu a produção de alimentos beneficiados, como bolos, biscoitos, geleias e doces, contribuindo, assim, para a comercialização e para a geração de renda.

Além da estruturação da feira, do fortalecimento da produção, da comercialização e do reconhecimento da renda produzida pelo trabalho feminino, o projeto *Ecoforte*, também em parceria com a Prefeitura Municipal de Divino, estruturou o espaço da Casa do Artesão em Divino,

que funciona como um ponto de venda fixo, garantindo um mercado constante para os produtos beneficiados e para os diversos artesanatos produzidos pelas mulheres.

O encontro entre o projeto *Ecoforte* e a Rede da ZM adensa a luta pelo reconhecimento e pela valorização do trabalho feminino, costurando, entre rendas monetárias e não monetárias, novas possibilidades de compreender a economia. Isso faz com que a própria configuração da Rede mude e que esferas como a da vida e do empoderamento das mulheres se tornem centrais, reafirmando o que não para de ecoar: “Sem Feminismo, Não Há Agroecologia”.

2.4 Construção social de mercados e outras economias: uma leitura transversal a partir das 12 redes de agroecologia sistematizadas no Nível 2

Essa chave de leitura — a comercialização — contribui para entender também as dinâmicas de produção, tanto em relação à divisão social do trabalho quanto em relação à inserção na economia regional, bem como os fluxos e as relações estabelecidas entre produção e consumo. Ajuda ainda a compreender a relação entre o manejo dos sistemas de produção e a biodiversidade e as alternativas de processamento construídas pelas organizações de produção, além da articulação com o público urbano e as estratégias de comunicação.

Os dados aqui apresentados são fruto do trabalho das/os consultoras/es e das equipes das 12 redes de agroecologia sistematizadas no Nível 2. Essa análise se deu a partir das informações levantadas sobre os tipos de produto comercializado pelas organizações que compõem as redes, assim como sobre os canais de comercialização construídos por essas organizações e a forma como se organizam em relação às unidades de processamento (familiares e coletivas). Neste caso, também foi possível verificar a participação do número de famílias, de mulheres e da juventude.

TABELA 1

UNIDADES DE BENEFICIAMENTO REFERENTES ÀS 12 REDES SISTEMATIZADAS NO NÍVEL 2

Tipos de Unidade de processamento	Un.	Individual, Familiar ou caseira	Coletiva ou comunitária	Nº de Famílias que trabalham	Nº de Mulheres	Nº de Homens	Nº de Jovens
Cozinhas	37	31	6	112	102	49	24
Agroindústrias	47	4	43	179	370	121	70
Total	84	35	49	291	472	170	94

Fonte: Questionários do Nível 2, ANA, 2018.

Embora as agroindústrias sejam em número maior do que as cozinhas familiares, a diferença passa a ser mais expressiva quando analisado o número de pessoas que trabalham. Majoritariamente são as mulheres que trabalham nessas unidades de processamento, quase $\frac{3}{4}$ comparados ao número de homens envolvidos com essa atividade. Se por um lado esses dados representam uma prevalência das mulheres sobre os homens, por outro isso não significa que as relações de gênero nas organizações e nos lares estejam equilibradas, uma vez que esse tipo de atividade não deixa de representar a divisão social do trabalho em casa, que reproduz uma relação patriarcal. Somente analisando com outras informações complementares poderíamos ter maior clareza do empoderamento das mulheres. Ao mesmo tempo, esses dados apontam ou confirmam que esse tipo de atividade em boa medida é um dos caminhos que as mulheres podem construir na busca por alternativas para a inserção produtiva e a sua autonomia econômica.

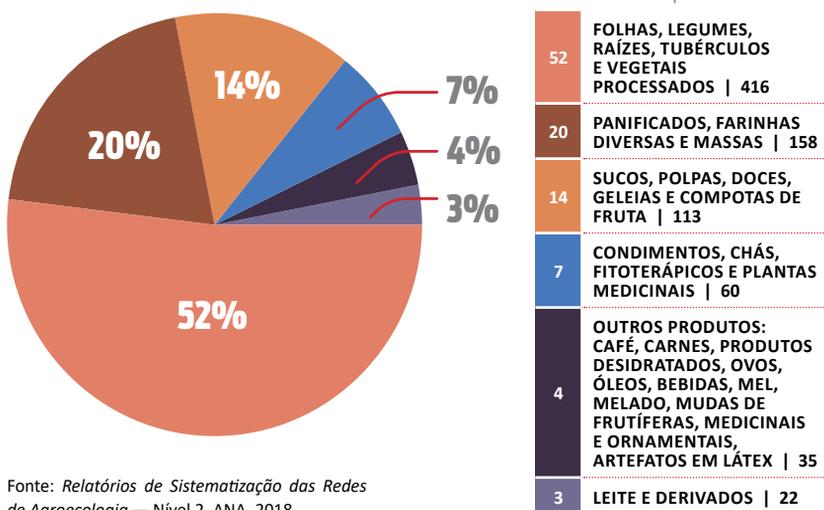
Em relação aos dados sobre juventude, as considerações são semelhantes à abordagem das mulheres, com a diferença de que, neste caso, não temos os dados separados por gênero, então não sabemos quem são essas/es jovens que aparecem vinculadas/os a esse tipo de trabalho. Por fim, presume-se que o menor número de cozinhas familiares se deve às opções dos grupos de instalar unidades coletivas, o que é compreensível pelos custos, pelo maior controle do processo produtivo e pela maior participação comunitária, fortalecendo os processos organizativos. Ain-

da, as dificuldades que equipamentos desse porte têm para se regularizar frente às exigências da Vigilância Sanitária tendem a levar as organizações sociais a optar por esse tipo de formato — o coletivo.

Os dados levantados a partir desta sistematização apontam uma grande diversidade produtiva no contexto das redes de agroecologia (cerca de 800 itens no total). Essas informações estão descritas no Gráfico 2 e distribuídas em cinco categorias, conforme evidenciado na descrição das redes ao longo das seções anteriores deste capítulo.

GRÁFICO 2

QUANTIDADE DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR CATEGORIA



Fonte: Relatórios de Sistematização das Redes de Agroecologia — Nível 2, ANA, 2018.

Em relação ao Gráfico 2, cabe destacar que mais da metade dessa produção é comercializada *in natura*, sendo o maior grupo composto por frutas, legumes, verduras (FLV), além de raízes e tubérculos. Em segundo, estão os panificados, as massas e as farinhas (20% do total da produção). Essa diversidade produtiva e de comercialização está contribuindo para a construção de novas relações de mercado, além



Foto: Sylvia Vantull/ANA

No Leste de Minas Gerais, agricultoras/es vendem seus produtos diretamente às/aos consumidoras/es, Rede Agroecológica do Leste de Minas

de ampliar as alternativas de consumo (de produtos agroecológicos, pouco ou nada processados, sem glúten), em especial daquelas pessoas que não podem ou que preferem consumir alimentos menos industrializados ou à base de trigo. A Rede Espaço Agroecológico, de Pernambuco, por exemplo, tem realizado trabalhos de valorização e inovação no âmbito dos produtos e alimentos regionais como estratégia para atrair diferentes consumidoras/es.

Por fim, é preciso observar que, enquanto de um lado as empresas transnacionais impõem uma hegemonia sobre os regimes alimentares, em especial na determinação de um padrão de produção e consumo que desce cada vez mais até os territórios, mesmo naqueles onde predominam características rurais, de outro lado vemos, por meio desse processo de sistematização das redes de agroecologia, o potencial que essas experiências agroecológicas

demonstram em estabelecer mudanças que levem à (re)construção das dinâmicas alimentares nos territórios em que atuam.

Outro aspecto relevante é que as alternativas oriundas das redes via produtos processados — neste caso majoritariamente com a participação das mulheres, como demonstrado acima — estabelecem um contraponto à indústria alimentícia, que vem cada vez mais ofertando alimentos ultra-processados, incluindo os que são destinados às crianças. Essa diversidade, ofertada e produzida de forma artesanal e agroecológica, aponta para a construção de alternativas, mostrando que a agroecologia tem grande potencial para assegurar, de forma sustentável, a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, sobretudo se houver estímulos públicos, a exemplo do *Ecoforte*, adequados às necessidades das organizações sociais, flexíveis para serem aplicados, de fácil acesso e dirigidos aos territórios e ao fortalecimento dos processos em rede.

2.5 Comunicação e cultura: territórios simbólicos da agroecologia

Síntese de reflexões geradas a partir do processo de pesquisa Nível 2, que abordou conteúdos sobre Construção do Conhecimento e Estratégias de Comunicação

Elaboração: Angélica Almeida, Natália Almeida, Verônica Pragana e Viviane Brochardt/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

Enquanto ciência, prática e movimento, a agroecologia representa um campo sistêmico que abarca dimensões visíveis e concretas e dimensões invisíveis e sutis. Um campo no qual a comunicação e a cultura são elementos primordiais que conferem o elo de sustentação de uma enorme diversidade de sujeitos sociais, territórios, identidades, saberes e práticas que convergem em um projeto de desenvolvimento inclusivo, justo e democrático.

De forma crescente, o movimento agroecológico vem posicionando a comunicação e a cultura como territórios simbólicos de construção da

agroecologia, chamando a atenção para o fato de que “os direitos à terra, à água, à produção estão diretamente ligados ao direito de se comunicar, de se manifestar, de se posicionar como sujeito” (ASA BRASIL, 2015, s/p.). A comunicação e a cultura têm sido afirmadas enquanto caminhos para a construção de conhecimentos agroecológicos, para o fortalecimento da democracia e para ampliação do diálogo entre campo e cidade, sem os quais a democracia é ameaçada e a agroecologia não alcança na plenitude o seu potencial transformador (ANA, 2019).

Processos de mobilização social, como os engendrados em rede pelo movimento agroecológico, são essencialmente processos comunicativos, por envolverem o compartilhamento de sentidos em busca de “convocar vontades” (TORO & WERNECK, 1996), explicitar problemas vividos e, ao mesmo tempo, anunciar outro projeto de sociedade pautado pelo bem viver e só possível por meio da adesão e participação ampla da sociedade.

Por um lado, a comunicação desempenha a fundamental função de gerar e manter vínculos entre os movimentos e os diversos sujeitos com

Foto: Daniara Sturmer/ANA



Intercâmbios são momentos importantes de troca de saberes e de comunicação, Rede Cantuquiriguaçu (PR)

os quais dialoga, especialmente aqueles com os quais estabelece uma relação mais direta, a exemplo dos chamados *públicos beneficiários*. Coordena ações, tecendo elos e aproximações e conferindo coesão aos movimentos, que são vivos e inerentemente dispersos, devido à natureza aberta, dinâmica e descentralizada que lhe é característica. Por outro lado, a comunicação atua como mecanismo de projeção pública de uma causa, buscando o reconhecimento e a visibilidade ampliada para convocar o maior número possível de novos apoiadores ao projeto, que acreditem e se engajem pela sua concretização (HENRIQUES, 2004).

Essas duas dinâmicas, de “comunicar para dentro” da própria rede e de “comunicar para fora” do campo de ação da sociedade civil organizada, são desafios que estão colocados, de forma simultânea e permanente, para o movimento agroecológico.

Nesta última seção do capítulo, buscaremos visibilizar o conjunto de práticas e estratégias que, articuladas no fazer de 12 redes apoiadas pelo *Ecoforte* nos territórios, vem provocando movimentações e o fortalecimento da agroecologia.

A análise apresentada se orienta pelo conjunto de respostas às dez perguntas inseridas no contexto das análises de Nível 2 sobre comunicação, que buscaram não apenas colher informações e dados sobre a prática comunicativa, mas provocar reflexões sobre a ação política das organizações e redes nos mais diversos contextos. Constituem-se, assim, como elementos de reflexão:

- ▶ As estratégias de construção de conhecimentos e a troca de experiências desenvolvidas no âmbito das redes.
- ▶ As principais iniciativas de valorização do conhecimento local desenvolvidas no âmbito das redes nos últimos cinco anos.
- ▶ As experiências de articulação com instituições de ensino, pesquisa e a Ater (e os principais temas mobilizadores dessas interações).
- ▶ A identificação de dissertações, teses e artigos produzidos tendo como ponto de partida os temas ou as experiências ligadas à trajetória das redes ou suas organizações.

- ▶ O mapeamento dos principais materiais de comunicação, *sites* e demais canais de comunicação.
- ▶ O levantamento de ações de assessoria de imprensa que resultaram em inserções na mídia.
- ▶ A existência de profissionais da comunicação e a inserção das redes em Grupos de Trabalho (GTs), coletivos ou outras redes de comunicação.
- ▶ O desenvolvimento de iniciativas de comunicação com ou para o público urbano.

2.5.1 Comunicação e cultura: construtoras de conhecimento, afirmadoras de saberes e fazeres populares

O sobrevoo pelo conjunto de relatórios produzidos pela equipe de sistematização apontou que, pelo menos, **58 diferentes ações foram citadas pelas redes como estratégias de construção de conhecimento**. Práticas estas que podem ser agrupadas em, pelo menos, **22 tipologias**

Foto: Ana Lira/ANA



Feiras são espaços de comunicação direta entre agricultoras/es e consumidoras/es, Rede Espaço Agroecológico (PE)

distintas²² e que compõem um repertório amplo, no qual oficinas, cursos, intercâmbios, mutirões, seminários e encontros de agricultoras/es foram mencionados com maior recorrência.

Princípios como horizontalidade, mútua escuta e valorização da contribuição de cada uma/um no coletivo pautaram a construção dessas diferentes ações, que são centradas nas experiências e nos saberes das/os próprias/os camponesas/es. Estar no território, olhar as experiências através de lentes coletivas que colocam em perspectiva o enfrentamento aos problemas locais e reconhecê-las nas experimentações e resistências construídas no dia a dia gera um senso de partilha e de pertencimento a um projeto que é semeado por muitas mãos.

Nesse sentido, as atividades que promovem trocas de saberes “camponês a camponês”, envolvendo também os conhecimentos técnicos das organizações de assessoria, são práticas que fortalecem o diálogo para dentro das redes e a interação entre os diferentes atores. Como destaca a Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), do Ceará: “A condição de existência da Rede está fortemente associada ao conhecimento local, ao mesmo tempo que a Rede também representa uma forma de valorizá-lo, divulgá-lo, resgatá-lo”.

Esse estar coletivo, tão estratégico e estruturador das ações em redes, é perpassado por inúmeros desafios. Manter o envolvimento, a participação e a sustentabilidade, inclusive econômica, das ações é tarefa que as redes enfrentam cotidianamente, sendo tensionadas a reinventar criativamente seus modos de atuação. O enraizamento da agroecologia nos territórios, como construção que nasce de dentro, estimula agricultoras e agricultores a se engajar pessoalmente para que as atividades aconteçam, buscando modos de revigorar os ambientes de troca e partilha solidária, como de alimentos e trabalhos por meio dos mutirões.

22 Agrupamos as atividades em 22 tipos: cursos, intercâmbios, feiras, mutirões, encontros, seminários, sistematização de experiências, visitas, entrevistas, *banners*, construção de sede, aulas abertas, reuniões, excursão científica, ações dos sindicatos, grupos de WhatsApp, práticas culinárias, sementes, festas, crenças religiosas, certificação participativa via SPGs e caravanas agroecológicas e culturais.

Como forma de revitalização de suas ações, pelo menos cinco redes (Rede da Zona da Mata de Minas Gerais, Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro, Rede de Intercâmbio de Sementes (CE), Rede Gias (MT) e Rede Camponesa de Agroecologia (RS)) citaram as festas como ambientes de articulação, integração e valorização dos conhecimentos locais, além das músicas, das caravanas agroecológicas e culturais, das trocas de sementes e das atividades centradas no alimento tradicional.

Apesar de essas ações aparecerem de forma mais pontual, mostram a potência da comunicação e da cultura como solos férteis para a construção das experiências. Como explicita a Rede Camponesa: “Cada comunidade carrega consigo sua própria cultura comunicativa”. Nas palavras de Paulo Freire (1998), podem ser entendidas como “manhas” e “imunizações” que as classes populares vão criando em seu corpo, em sua linguagem, em sua cultura.

O reconhecimento e a valorização das lógicas de funcionamento e dos hábitos comunitários, passados de geração em geração e que se mantêm vivos no seio das comunidades, são impulsores de processos de transformação nos territórios.

As práticas festivas e religiosas locais têm sido ambientes de ampliação dos modos de comunicação, utilizando outras linguagens e alcançando públicos mais amplos, que reiteram o sentido político da cultura na agroecologia.

No caso da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), a Festa da Colheita é narrada como “momento mais forte da organização das Casas de Sementes”, que, além de promover a troca de sementes, alimentos e produtos, permite o compartilhamento de conhecimentos e o planejamento de ações estratégicas para as organizações do território (LOPES, 2018).

Durante as festas, são organizados cursos de formação que tematizam questões vitais para a Rede, a exemplo de formas de produção agroecológica; estratégias para enfrentar conflitos relacionados à monocultura e aos agrotóxicos; e formas de acesso ao território e, especialmente, à água e à terra. Assim, as diversas edições da *Festa da Colheita*

são descritas pela RIS como momentos de confraternização, celebração eucarística, trocas e encontro para discussões estratégicas.

Na Zona da Mata Mineira, observa-se também que as festas e manifestações culturais têm se mostrado um dos principais canais de construção de conhecimento e de troca de experiências potencializadas pelas Escolas Família Agrícola (EFAs) e por outras organizações do território. Pelo menos quatro importantes festas são identificadas na região: Troca de Saberes; Festa da Terra; Festival da Terra; e Fogueira do Farinhada, em Espera Feliz.

Segundo Gjorup (2018), na Rede da Zona da Mata, dentre os princípios que movem a valorização da cultura popular e das festividades, encontram-se o estímulo à iniciativa das agricultoras e dos agricultores enquanto sujeitos produtores de conhecimentos e portadores de sabedorias adquiridas na relação com a natureza, com a cultura popular e no desenvolvimento de técnicas e práticas de manejo. “Esses conhecimentos e essas sabedorias são compartilhados de uma forma coletiva, dinâmica e motivadora para todos. A participação de técnicas/os, professoras/es, estudantes e pessoas de outras profissões contribui para o enriquecimento do coletivo e faz com que todos tenham acesso a conhecimentos”.

Ainda em Minas Gerais, pela Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro, como apresenta Santos (2018b), há o reconhecimento da importância das datas comemorativas articuladas às festas regionais, que envolvem a participação das comunidades e dos grupos assessorados pela Rede, tais como as *Festas de Agosto* e a *Festa do Pequi*, o que sinaliza a integração e o diálogo entre as ações culturais cultivadas pelo povo com as atividades da Rede no território.

Por sua vez, no Mato Grosso, a Rede Gias tem investido na realização da *Feira de Roças e Quintais*, na perspectiva de que se consolide como alternativa de comercialização em todo o território. Nas palavras de Pimenta (2018), “Essa iniciativa envolve alianças com diversos atores locais, sejam segmentos da sociedade civil organizada ou



Valorizar a beleza e a diversidade nos territórios é parte das ações de comunicação

o poder público. Trata-se de um processo que fortalece a Rede como ator social e a agroecologia como alternativa de vida saudável junto a segmentos da população urbana. A associação dessa iniciativa com atividades culturais e debates sobre saúde e outros temas favorece novas alianças com os setores da saúde pública e educacional”.

2.5.2 Cultura e comunicação a partir das feiras

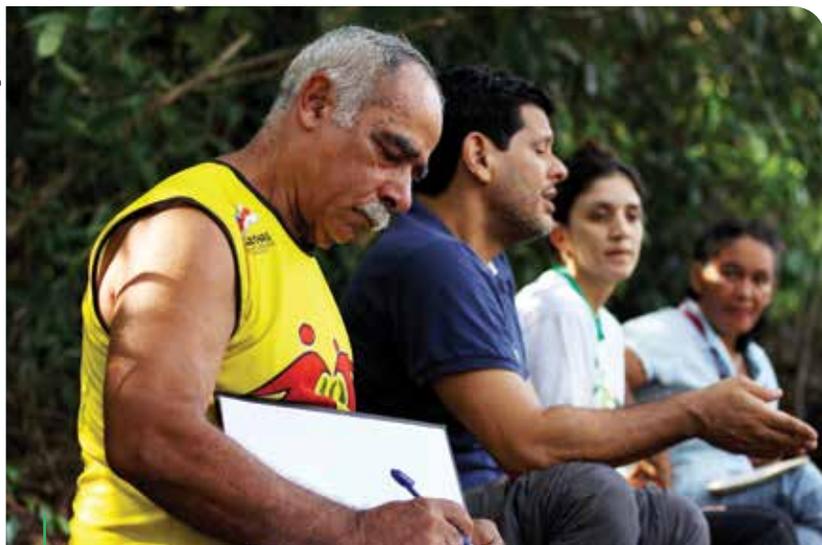
De acordo com Oliveira (2018), na Rede Apoms, que atua no Mato Grosso do Sul, as feiras têm se configurado como um espaço de aproximação entre membros de grupos distintos, como os assessorados pela Rede e os ligados à economia solidária, por exemplo. As feiras semanais, que acontecem em algumas localidades, são também resultado da ação coletiva de pessoas vinculadas à Rede. Essas feiras, além de promover a integração e a partilha de conhecimentos, são ambientes de comercialização dos alimentos produzidos localmente. A mobilização social também resulta na realização de outra feira, a de sementes crioulas, de cujo coletivo organizador fazem parte membros da Rede

(Juti e Nova Casa Verde). Além das feiras, pessoas que integram a Apoms atuam na adequação de espaços coletivos para a realização de reuniões e outras atividades, como o Centro Comunitário (Projeto de Assentamento Itamarati).

No Mato Grosso, as feiras também são espaços de diálogo com os consumidores urbanos. A Rede Gias, compreendendo o papel estratégico da comunicação, tem buscado investir em formas diversas de comunicação direta com o público externo, “na perspectiva de divulgar os malefícios dos agrotóxicos, a importância da alimentação saudável e a origem dos alimentos” (PIMENTA, 2018). Para tanto, desenvolve formas de interação e diálogo com o público urbano durante as feiras, por meio da promoção de debates e da apresentação de vídeos, com várias iniciativas articuladas com a *Campanha Nacional Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida*.

Esses locais de comercialização e de convívio social promovem um ambiente pedagógico de socialização de saberes e práticas e de valorização das culturas alimentares locais. Ao mesmo tempo, com seu

Foto: Roger Lima/ANA



Horizontalidade, mútua escuta e valorização da contribuição de cada uma/um no coletivo orientam as ações das redes de agroecologia

potencial de comunicação, as feiras podem ser compreendidas como expressões vivas da agroecologia para os públicos urbanos, principalmente por aquilo que trazem de mais sensível: sabores, saberes, cheiros, faces humanizadas e diversas da agroecologia, que criam pontes entre o campo e a cidade e visibilizam, com encantamento, a agroecologia.

2.5.3 Comunicação e cultura a partir da educação

No caso da Rede Gias, a educação do campo é uma estratégia e um método de luta social e construção do conhecimento, desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em escolas de assentamentos no território. Essa ação, que parte do reconhecimento dos saberes tradicionais, da cultura, do lazer e da identidade camponesa, baseia-se na unidade entre teoria e prática, na socialização de conhecimentos e na troca de experiências. E, com diversas atividades e metodologias, envolve crianças, jovens, adultos/os e idosos/os.

Outras estratégias, como apresentado por Pimenta (2018), são desenvolvidas pelas organizações de base, como as atividades de formação, os cursos modulares e em alternância e festas (*Festa das Sementes, Festa da Banana*), nas quais se busca a articulação de saberes tradicionais e técnicos, da prática com a teoria. Para tanto, são realizados dias de campo, intercâmbios de experiências, implementação de SAFs, feiras, espaços de trocas de sementes e mudas e apresentações culturais sobre temáticas em voga. A cultura alimentar também é pauta e ação da Rede, a partir da animação de processos de aprendizagem inspirados nos alimentos tradicionais.

Na Rede da Zona da Mata de Minas Gerais, como nos apresenta Gjorup (2018), os conhecimentos compartilhados nos intercâmbios agroecológicos se encontram com o espaço de educação formal das Escolas Família Agrícola (EFAs). Há no território três EFAs: Puris, Serra do Brigadeiro e Paulo Freire. Fortalecer as EFAs no contexto da Rede da Zona da Mata envolve “aprender fazendo agroecologia”, cultivando, gerando renda para as Escolas e ampliando sua capacidade de ação. Para

tanto, duas estratégias foram adotadas: produção e comercialização de hortaliças agroecológicas; e a formação da juventude sobre mercados e autonomia, com base no agroextrativismo dos produtos da sociobiodiversidade, especialmente os frutos da palmeira-juçara.

Os efeitos do *Ecoforte* aparecem conectados: as ações voltadas para a juventude fortalecem as EFAs e a produção agroecológica das/os jovens aliada à preservação da biodiversidade; os conhecimentos gerados são compartilhados nos espaços de intercâmbios agroecológicos; e novas pesquisas são demandadas e fortalecidas, assim como ações de ensino e extensão. Esse processo de construção do conhecimento, gerado a partir do encontro de saberes, está sempre fluindo entre os diversos sujeitos do território que compõem a Rede: as/os jovens e as/os agricultores/as. Isso é o que Paulo Freire chama de *Comunicação Dialógica* (FREIRE, 1983).

Outro processo formativo que o *Ecoforte* oportunizou foram as oficinas de comunicação popular para as juventudes. Em referência ao Leste de Minas, Bosa (2018) apresenta histórias de jovens da Comunidade dos Diniz, do grupo Plantação e do Ensino Médio da Escola Família Agrícola que participaram dessas formações e também de intercâmbio entre os três grupos.

A preocupação em integrar as/os jovens nos processos comunicativos está presente em três redes, além da Leste de Minas: Sertão Mineiro, Rede Camponesa e Rede Cantuquiriguaçu. Observa-se também a integração dessas ações formativas a outros projetos de comunicação atuantes do território. A Rede Cantuquiriguaçu, por meio da integração das juventudes com o Projeto Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), promoveu um ciclo de formação de comunicação popular, que manteve diálogos entre os espaços organizativos do MST e da Rede (SANTOS, 2018a).

Tais experiências são importantes e inspiradoras para incluir as juventudes no fazer agroecológico, por meio de tecnologias e linguagens atuais, instigando-as na reflexão e no desenvolvimento das suas habilidades e competências comunicativas.

2.5.4 A cultura que se expressa como cuidado com a biodiversidade

Na Rede Maniva (Rema), do Amazonas, Guedes (2018) traz o uso e o consumo de produtos extrativistas que fazem parte da cultura local, marcadamente no interior do estado. “Como muitos produtores rurais são oriundos do interior, essa cultura extrativista ainda é mantida, mesmo com a vida nas cidades. Portanto, a extração de frutos da mata, de cascas para remédios e outros produtos florestais não madeireiros faz parte da realidade desses produtores e tem sido preservada na dinâmica da Rema”.

No caso dos Encauchados, do Pará, Paiva (2018) apresenta a Comunidade Santa Quitéria, onde a cultura quilombola rechaça o uso de produtos químicos, mas se ressentem por não ter os selos orgânicos para os produtos (açai e borracha). A condição de isolamento das comunidades, inerente à extração do látex, reduz a existência de outras organizações formais, em que pese haver associação de produtores em alguns dos locais.

2.5.5 Comunicando para fora de nossas fronteiras

Em relação aos **materiais de comunicação**, as redes citaram **46 publicações**, que, agrupadas em categorias, totalizam **14 tipos de material**²³, sendo quatro mais mencionados: cartilhas, boletins informativos ou técnicos, vídeos e *banners*.

Além dos materiais comumente produzidos pelas organizações, destacam-se as ações de comunicação desenvolvidas a partir do *Ecoforte*, como a criação de identidades visuais para as redes, a produção de CD sobre festividades e a produção de materiais de uso cotidiano, como bolsas, por exemplo. Esses materiais foram identificados como estratégicos na comunicação das redes com outros atores sociais. No caso da Rede na Zona da Mata Mineira, a interação com a universidade, a partir da

23 Entre os materiais identificados, estão: catálogos, cartilhas, cadernos, manuais, fôlderes ou folhetos, vídeos, boletins, revistas, identidade visual, bolsa, CD de música, fotografias, instalação artística e pedagógica, canal do YouTube, palestras e disciplinas na universidade.

produção de conteúdo para e nas disciplinas e para os congressos nacionais e internacionais, foi uma das estratégias citadas.

Apesar de haver convergências, os contornos que os conteúdos vão ganhando são plurais e dialogam com as formas de comunicação popular locais. Na Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) do Ceará, por

FIGURA 3

COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO



exemplo, as sistematizações de experiências ganham formato e linguagem de fôlderes, *banners*, boletins informativos e também de cordéis.

No Ceará, o programa de rádio do STR de Sobral, os informativos impressos pelo STR Santana do Acaraú e o jornal *Lamparina*, produzido pela Cáritas, contribuem para informar sobre “as principais atividades realizadas, as comemorações, a importância de ser associado e os projetos que são realizados no âmbito da Rede e também da região”. A Rede tem mantido, ainda, canais ativos de diálogo na internet.

Assim como na RIS, percebe-se, de modo geral, que as redes estão atentas às novas possibilidades de comunicação na internet e têm ampliado sua atuação nos ambientes digitais, apropriando-se das redes sociais *online* e reconfigurando suas formas de articulação e de expressão da agroecologia. Além de ocupar as redes *online* com páginas das organizações e com conteúdos sobre a agroecologia, as redes territoriais têm utilizado os aplicativos de conversa para promover a troca de conhecimentos entre as/os agricultoras/es. Os aplicativos têm permitido que “as pessoas possam sanar dúvidas de forma rápida sobre a produção, o cultivo, a disponibilidade de sementes e as variedades específicas para cada finalidade”. Com os aplicativos, é mais prático mobilizar para reuniões e encontros, segundo os participantes da RIS, como apresentado por Lopes (2018): “Agora, é mais fácil chamar todo mundo, combinar para os eventos”.

Considerando a **inserção nas mídias a partir de ações de assessoria de imprensa, das 12 redes estudadas apenas três (25%) confirmaram ações concretas nas mídias locais e regionais**: Rede Espaço Agroecológico (PE), Rede da Zona da Mata de Minas Gerais e Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro. Outras duas redes informaram ações indiretas: Encauchados (PA) e Rede Camponesa (RS). Seis disseram não ter desenvolvido ações dessa natureza, e uma não respondeu.

Sobre as ações de comunicação externa na Rede do Leste de Minas Gerais, Bosa (2018) apresenta como são priorizados processos e instrumentos de comunicação que evidenciam práticas sociais e potencializam os atores a partir de seus grupos e comunidades. Assim, a mídia

abre espaço quando ocorrem eventos, mas sem que a Rede tenha construído uma estratégia clara para pautar esses espaços. Como apresenta Bosa (2018), a própria Rede reflete que “talvez por isso, não há uma visibilidade da rede agroecológica enquanto organização, mas das ações e das organizações que a compõem”.

Em alguns casos, observa-se que ainda prevalece uma compreensão da interação com a mídia como uma ação de promoção de venda e *marketing* ou como espaços para a divulgação de eventos específicos. Esse resultado nos aponta a necessidade de aprofundamento da compreensão do papel da mídia no fortalecimento e na defesa da agroecologia, bem como do potencial dos meios de comunicação no diálogo com a sociedade. É imprescindível destacar que, em parte, essa incidência também é resultado das dinâmicas restritas e, de certa forma, menos porosas dos canais de comunicação da mídia tradicional. Contudo, demonstra um possível distanciamento entre o fazer das redes de agroecologia e as dinâmicas comunicativas existentes nos próprios territórios.

Em relação à **existência de um profissional dedicado à animação de processos de comunicação** (uma das questões de pesquisa), entre as 12 redes, 58% (sete redes) **citaram a existência de pessoas específicas contratadas ou deslocadas para essa ação no período de realização do Ecoforte**. De outro lado, quatro redes disseram que não foi possível esse tipo de direcionamento, e uma delas citou uma colaboração indireta.

Algumas redes citam a atuação de profissionais apenas a partir da execução de produtos específicos e ações pontuais. De outro lado, observa-se a necessidade de aprofundar melhor as condições de trabalho dos profissionais atuantes nessas sete redes, pois, geralmente, trata-se de pessoas que não estiveram exclusivamente dedicadas à animação dos processos de comunicação das redes, mas que acumulam tarefas da comunicação institucional das organizações e, em alguns casos, destinam poucas horas para ações comunicativas dos projetos territoriais.

Outro ponto importante é que, em grande parte das redes que confirmaram a existência dos profissionais de comunicação, essa condição

estava atrelada à existência de recursos do projeto *Ecoforte* ou de outro financiamento, apontando a impermanência de profissionais de comunicação nas dinâmicas de funcionamento mais perenes das redes. Após a execução do projeto, algumas redes, como a Rema, reconheceram a importância de ter no quadro de funcionárias/os uma/um profissional de comunicação e afirmaram ter a intenção de efetivar essa contratação em um horizonte próximo (GUEDES, 2018).

No que diz respeito à **inserção e ao diálogo da rede em coletivos, grupos e articulações relacionados à comunicação** (outra questão de pesquisa do Nível 2), apenas duas redes (Rede da Zona da Mata de Minas Gerais e Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro) citaram a participação em redes de comunicadoras/es. Outras duas redes informaram que existe uma inserção indireta nesses coletivos, a partir das organizações que as compõem: a Rede Cantuquiriguaçu, que cita a integração com os coletivos de comunicação e cultura do MST, no estado do Paraná; e a Rede Gias, que atua ativamente na *Campanha contra os Agrotóxicos*. Dessa forma, 67% das redes (oito redes), no momento de realização da sistematização, não participavam de outros coletivos de comunicação.

Nesse contexto, ainda que as/os comunicadoras/es, de forma individual e militante, participem de muitos coletivos, é preciso refletir sobre a inserção das redes, enquanto sujeitos políticos, em grupos, outras redes e articulações cuja temática ou bandeira de luta seja a comunicação. Uma participação que vise não apenas pautar a agroecologia para dentro dos movimentos de comunicação, mas que reconheça a comunicação como tema político a ser defendido, abraçado e incorporado pelo movimento agroecológico.

2.5.6 Preparando novos voos: horizontes possíveis e lições aprendidas a partir da sistematização do *Ecoforte*

Como afirma Peruzzo (2016), comunicamo-nos para transformar, para expressar necessidades, buscas e visões de mundo. Apesar de mui-

tas vezes invisíveis e despercebidas, a comunicação e a cultura são componentes inerentes e imprescindíveis para o desenvolvimento das ações em cada uma das redes, estando presentes em diferentes camadas e arranjos que dão sustentação às tramas que configuram cada território.

É comum a ação de comunicação ser apenas reconhecida quando assume a forma de um produto, porém os processos de comunicação sustentam a vida das comunidades e representam “algo vivo, dinâmico, instituidor — de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura” (FRANÇA, 2001, p.16).

Para o Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA, arranjo organizativo mais recente (2018/2019) da rede, formado e fortalecido desde o processo preparatório para o III ENA (Juazeiro, Bahia, em 2014), participar do processo de sistematização das redes territoriais de agroecologia representou, ao mesmo tempo, um reconhecimento e um desa-

Foto: Jaina Welle/ANA



Processos coletivos de garantia da conformidade orgânica geram informações para divulgar os alimentos

fiu. Percebeu-se como imprescindível inserir a comunicação enquanto uma dimensão de análise não apenas para quantificar os importantes e necessários números sobre as publicações, os materiais e os canais de comunicação gerados a partir do *Programa Ecoforte*, mas para movimentar, no interior nas organizações, reflexões sobre os potenciais comunicativos de suas ações.

Nesse mesmo sentido, foram elaboradas essas reflexões como contribuição para este capítulo. É importante observar que há lacunas, como a necessidade de construir coletivamente estratégias e metodologias possíveis para compreender as tramas invisíveis que a comunicação popular movimenta ao estar articulada à agroecologia e às resistências populares. Faz-se também urgente o reconhecimento das práticas e expressões culturais locais como alicerces organizativos das comunidades e dos povos e como ambientes de manutenção das tradições e identidades que sustentam parte das práticas agroecológicas e representam potenciais momentos de intercâmbio e aprendizagem política.

Enquanto desafio, o processo de sistematização trouxe para o interior do Coletivo de Comunicação e Cultura a necessidade de participação, reflexão e envolvimento da rede de comunicadoras e comunicadores da ANA em todas as etapas de construção dos projetos e processos. Celebra-se, nestes últimos períodos, a Rede de Comunicadoras/es ser acionada não apenas para a garantia dos processos de cobertura colaborativa dos eventos e momentos de diálogo externo com a sociedade, mas como rede parceira na construção de estratégias, caminhos e análises prévios.

Diante dos desafios atuais colocados para a construção de sistemas agroalimentares saudáveis, justos e ecológicos, é imprescindível que a comunicação e as culturas populares sejam reconhecidas como pilares estratégicos para o fortalecimento das redes territoriais e da agroecologia no Brasil.

Como traz a Carta Política do IV ENA, a comunicação comunitária, popular, alternativa e livre faz cada vez mais parte da agroecolo-

gia. Pensar a cultura e a comunicação na agroecologia é repensar nossa história, tendo como princípio as perspectivas apresentadas pelos povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e comunidades tradicionais. Isso é colocar em primeiro plano a perspectiva desses povos. A comida, a espiritualidade, a música, os cuidados integrais com a saúde e outras inúmeras expressões são práticas culturais cotidianas dos povos e nos apontam modos distintos de viver e de se relacionar com os lugares e com as pessoas.



Foto: Andrés Pasquis/ANA

Valorização de culturas e tradições: dança siri, em Mato Grosso

Referências

ANA. **Caderno do Participante IV ENA**. IV Encontro Nacional de Agroecologia. ARAÚ Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2019/06/caderno_participante_IVENA-1.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

ARAÚJO, Marli G. **Sistematização Nível 2 da Rede Espaço Agroecológico (REA)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 57p.

ASA BRASIL. **Direito à terra, água e produção estão diretamente ligados ao direito de se comunicar**. Por Mariana Reis, em 17 de março de 2015. Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=7133 >. Acesso em: ago. 2015

BOSA, Jairo. A. **A percepção dos agricultores e mediadores sociais sobre a transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais**. 2017. 258p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2017.

BOSA, Jairo. A. **A percepção dos agricultores e mediadores sociais sobre a transição agroecológica do café no Leste de Minas Gerais**. 2017. 258p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CADONÁ, Célio. **Sistematização Nível 2 da Rede Camponesa de Agroecologia**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 31p.

CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DE BIASE, Laura. **Sistematização Nível 2 da Rede de Agroecologia do Leste Paulista – Alta Mogiana (Leste Paulista)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 41p.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. In: **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNULA, 2014, p.67-135.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **C-legenda**, n. 5, p. 1-19, 2001. Disponível em: < <http://migre.me/v0T9B>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, p. 617-634, jul./dez 2011.

FREIRE, Paulo. Alfabetização e Cidadania. **Revista Educação Municipal**. São Paulo: Cortez/CEAD/UNDIME, n. 1, p. 6-14, mai. 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol]. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

GJORUP, Guilherme. **Sistematização Nível 2 da Rede de Agroecologia da Zona Mata de Minas Gerais (Rede da ZM)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 125 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. . Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (org.): **La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p.217-256.

GUEDES, José. **Sistematização Nível 2 da Rede Maniva de Agroecologia (Rema) do Amazonas**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) -Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 32 p.

HENRIQUES, Márcio S. (org.) **Comunicação e Estratégias de Mobilização Social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. **Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico**. Ponta Delgada, nº 7, p. 5-43, out. 2014.

LOPES, Helena R. **Sistematização Nível 2 da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) do Ceará**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 68 p.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Civilização Brasileira, 1. ed. Rio de Janeiro, 2005. 515 p.

OLIVEIRA, Euclides R. **Sistematização Nível 2 da Rede Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul (Apoms)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 42p.

PAIVA, Régis A. **Sistematização Nível 2 da Rede Encauchados de Vegetais**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 35 p.

PERUZZO, Círcia M. K. Comunicar para Transformar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 13. n. 1, p. 4-6, 2016.

PIMENTA, Sara. **Sistematização Nível 2 da Rede Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (Rede Gias)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) – Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018. 50 p.

SANTOS, Cristina S. **Sistematização Nível 2 da Rede de Agroecologia Cantuquiriguaçu**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018a. 49p.

SANTOS, Fábio D. **Sistematização Nível 2 da Rede de Agroecologia do Sertão Norte Mineiro (Rede NM)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018b. 35p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHATZKI, Theodore. Spaces of practices and of large social phenomena. **Espacestemp.net - Penser les humaines ensemble**, 2015. Disponível em: <<https://www.espacestemp.net/en/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena/>>. Acesso em: 25/04/2019.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: MMA/Abeas/Unicef, 1996.

Sistematização das redes de agroecologia de Nível 3: Rede Bico Agroecológico (TO), Rede Sabor Natural do Sertão (BA) e Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)

Paulo Neto



Este capítulo descreve as três redes de agroecologia com atuação em regiões onde houve apoio do *Programa Ecoforte* e que, no âmbito da sistematização das 25 redes, foram detalhadamente estudadas e analisadas (Nível 3 de sistematização). São elas: a Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede Ecovida de Agroecologia (Rede Territorial), que atua no norte do Rio Grande do Sul; a Rede Sabor Natural do Sertão, localizada no norte da Bahia; e a Rede Bico Agroecológico, situada no extremo norte do estado do Tocantins.



O recorte territorial sistematizado na Bahia coincide com a região de atuação da Rede Sabor Natural do Sertão e com a área de abrangência do projeto *Ecoforte*. No Tocantins, a área sistematizada é a mesma em que houve apoio do *Ecoforte*; entretanto, a Rede Bico atua em um território mais amplo. No caso do Rio Grande do Sul, foram apoiados pelo *Ecoforte* núcleos da Rede Ecovida localizados em sete regiões do estado. A sistematização teve como objeto um segmento desta rede mais ampla, no caso, a Rede Territorial organizada em torno do Núcleo Planalto.

O aprofundamento da sistematização das três redes demandou um tempo maior do que as demais e envolveu a realização de oficinas, visitas, entrevistas em campo com os atores com atuação nos territórios e o aprofundamento em temas específicos. Além destes, e utilizando-se do Método Lume¹, foi realizada a análise econômico-ecológica de agroecossistemas em seis unidades produtivas², sendo dois em cada território.

1 Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas/Paulo Petersen... (et al.) — 1 ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. 246 p.

2 Núcleos sociais associados às unidades produtivas analisadas: **Tocantins**: 1) Lourival Barbosa da Cunha e Maria do Socorro Oliveira e quatro filhos, P.A. Mulatos, Esperantina, 2) Jucilene da Conceição e Rondon dos Santos e sete filhos, P.A. Sete de Janeiro, Araguatins; **Rio Grande do Sul**: 1) Edelaine Brinker e Diógenes Fracasso, comunidade Rincão Bonito, Santo Expedito do Sul, 2) Márcio e Patrícia Serafini e dois filhos, comunidade Rincão dos Trinca, Coxilha; e **Bahia**: 1) Cristiane Ribeiro e Eduardo Severo e um filho, comunidade Esfomeado II, Curaçá, 2) Leonardo Santos e Madalena Braga e dois filhos, comunidade Ladeira Grande, Casa Nova.

A seguir, é apresentada a sistematização de cada rede onde são destacados o contexto, a trajetória e os resultados alcançados a partir da interação entre a rede, o *Ecoforte* e o território. Ao final do capítulo são registradas as principais conclusões que evidenciam resultados e desafios comuns.

3.1 Sistematização das redes agroecológicas

3.1.1 Rede Bico Agroecológico (TO)

A Rede Bico Agroecológico atua em 12 municípios³ do Bico do Papagaio, extremo norte do estado do Tocantins. Para efeito da sistematização, foi analisada a atuação da Rede em sete destes municípios, o que corresponde ao território onde as ações apoiadas pelo projeto *Ecoforte* se concentraram. São eles: Esperantina, São Sebastião, Buriti, Araguatins, Praia Norte, Axixá e São Miguel.



3 São Miguel, Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis, Araguatins, Buriti do Tocantins, Esperantina, Praia Norte, Sampaio, Carrasco Bonito, Itaguatins e São Sebastião do Tocantins.

A região é caracterizada como área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia e delimitada por dois grandes rios brasileiros, o Tocantins e o Araguaia.

É um território que conta com uma massiva presença da agricultura familiar e do extrativismo e com uma grande concentração de assentamentos rurais. Atualmente, são 80 projetos de assentamentos federais de reforma agrária onde vivem aproximadamente 4.583 famílias, além de cerca de 400 agricultores sem-terra instalados em quatro acampamentos e quatro comunidades⁴ quilombolas.

Mas existem também ali diversas grandes propriedades, caracterizando uma concentração fundiária fomentada pela implantação de grandes projetos baseados na pecuária e nas monoculturas de teca e eucalipto. O território também é marcado pela presença de usinas hidroelétricas. A disputa por terra entre esses projetos e os agricultores familiares, extrativistas e assentados gera conflitos sociais e, consequentemente, coloca em risco a sociobiodiversidade.

A maior parte do território está ocupada por pastagens, havendo variação de 65% a 80% entre os municípios. Nas grandes propriedades, o gado bovino é a principal atividade e, geralmente, a única ação produtiva.

Nos assentamentos e comunidades tradicionais de agricultores familiares, as pastagens também dominam a paisagem, mas, além da pecuária, existem outros sistemas produtivos que garantem a renda, a segurança e a soberania alimentar das famílias.

Os agroecossistemas familiares apresentam uma ampla diversidade de combinações, que inclui os roçados (feijão, milho, arroz, mandioca, amendoim, entre outros), a pastagem, os babaçuais, a horta, o pomar, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e os pequenos animais (galinha, porco, pato e abelhas). Todos os produtos derivados desses sistemas são utilizados tanto para consumo como para comercialização. Associada a

4 São Vicente/Araguatins e Carrapiche, Prachata e Ciriaco/Esperantina.

esses cultivos e criações, ainda existe a pesca artesanal, principalmente nos municípios de Esperantina e São Miguel, que ocorre tanto nos rios como em lagos naturais.

O extrativismo também tem lugar de destaque na economia familiar ao ofertar produtos para a manutenção das infraestruturas, para o consumo e como gerador de renda. Além da caça, das palhas, das raízes e da madeira, destacam-se os frutos de plantas como bacuri, bacaba, cajá, açaí e babaçu. Este último é o principal produto extrativista da região, ocupando de 50% a 60% da área do território, que desempenha papel relevante na renda e no consumo de grande parte das famílias, nas quais as mulheres assumem o controle de todo o processo — coleta, beneficiamento e comercialização.

Trajetória

No início da execução do projeto *Ecoforte*, 15 organizações constituíam a Rede Bico Agroecológico. Em outubro de 2018, a Rede, que tem como características a diversidade de representação (mulheres, jovens, povos tradicionais, assentadas/os, técnicas/os), com hegemonia na participação de agricultoras/es e uma horizontalidade na tomada de decisões, já contava com 25⁵ organizações entre associações, cooperativas, sindicatos e federação de trabalhadores rurais, movimentos e ONGs.

Não há uma organização formal nem uma divisão interna de papéis das organizações que integram a Rede Bico Agroecológico, embora a APA-TO desempenhe um importante papel de animadora, principalmente por sua capacidade institucional (pessoal liberado e recursos) e também por ser a entidade de assessoria que tem provocado e fomentado o debate da agroecologia no território.

A história de mobilização de muitas das pessoas que participam das organizações que atualmente compõem a Rede Bico Agroecológico se

5 Fetaet, CIMQCB, Coaf-Bico, Asmubip, AMB, Aaespac, Apasc, ASBB, Casb, Apimelfre, Acrequisvi, Aefa-Bico, STTR (São Sebastião, Buriti e Esperantina), STTR (Praia Norte), STTR (Axixá), APA-TO, STTR (Sítio Novo), MIQCB, ATRSSJ, Apran, APAPASJ, Acreqpra, Acreqca, Apab e Apppab.

inicia com a luta pela terra. O encontro entre trabalhadores rurais vindos da região Nordeste e fazendeiros oriundos do Centro-Sul do País gerou grandes conflitos pela posse da terra, principalmente a partir de meados da década de 1960 e nas décadas de 1970 e 1980.

Esses conflitos deflagraram os processos de mobilização e de organização dos agricultores, que, em meados da década de 1980, conseguiram que o Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desapropriasse latifúndios improdutivos e criasse, a partir desse período, os 80 assentamentos no território analisado, alterando, assim, a configuração agrária da região e caracterizando não só a região analisada, mas todo o Bico do Papagaio, como um dos territórios com maior poder de mobilização e de articulação do estado do Tocantins.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o movimento sindical (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), Coordenação Sindical) tiveram papel relevante na luta e conquista da terra. Em 1988, foram criadas a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti (AMB) e a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares

Foto: Gustavo Ohara/ANA



O armazenamento de água de chuva possibilita a produção de hortaliças em Esperantina (TO)

do Estado do Tocantins (Fetaet), e, na década de 1990, outras organizações e movimentos (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip) e Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio (Abipa)) se constituíram com o objetivo de apoiar e fortalecer as/os agricultoras/es familiares, lutar por seus direitos, conservar o território e construir um modelo de produção sustentável adequado à vocação da região, que viabilize e desenvolva a agricultura familiar e faça o contraponto aos projetos que contam com volumosos fundos financeiros, em grande parte públicos, e que impactam os recursos naturais da região.

A partir da segunda metade dos anos 1990, as organizações dos trabalhadores rurais passaram a reivindicar e negociar com mais intensidade políticas públicas com a intenção de fortalecer a agricultura familiar. Entre elas, foram acessadas: Projeto Babaçu (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais/Ministério do Meio Ambiente – CNPT/MMA), Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Projeto Lumiar. Além destas, algumas organizações obtiveram apoio de agências vinculadas à cooperação internacional — Misereor e Cordaid.

Algumas dessas políticas e o apoio da cooperação internacional contribuíram de fato com as famílias de agricultoras/es, principalmente aquelas ligadas às organizações populares, mas também houve políticas que surtiram efeitos desfavoráveis aos recursos naturais do território e à agricultura familiar.

No início da ocupação das terras do território, as famílias cultivavam as lavouras (arroz, feijão, milho, mandioca) no sistema “roça de toco” e ainda faziam uso do extrativismo de diversos produtos, entre eles o do babaçu. Com o incentivo do crédito agrícola (Procera e Pronaf), o gado bovino passou a ocupar as áreas dos roçados a ponto de abranger a maior parte da área do território, pois os financiamen-

tos eram quase que exclusivamente para a formação e a reforma de pastos e para a compra de animais.

Esses financiamentos não resolveram os problemas das/os agricultoras/es familiares, provocaram endividamentos e têm trazido dificuldades à criação de gado e também aos roçados. O alto custo de produção, a baixa rentabilidade obtida com o gado e o desgaste da fertilidade natural da terra nas áreas de lavoura e pastagem têm indicado um declínio desses sistemas e, como consequência, a redução da área destinada às lavouras.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, as organizações sociais acessaram outro conjunto de políticas públicas (Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)/Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7)/MMA, Proteger, PrevFogo, Proambiente, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Casa das Quebradeiras, Pronaf Global) que foram importantes no processo de sensibilização das famílias para a necessidade de conservação dos recursos naturais e, consequentemente, da sustentabilidade dos sistemas produtivos.

A busca por alternativas à pecuária e pela diversificação da produção foi estimulada com auxílio dessas políticas (PDA, Proambiente) e de agências da cooperação internacional que contribuíram para que as famílias iniciassem um processo de transição agroecológica.

Em 2006, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) apoiou a implementação de SAFs no território e, em 2008/2010, a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do (hoje extinto) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) garantiu assistência técnica para as iniciativas de SAFs e capacitação em criação de galinhas e apicultura. Essa política construída durante o governo Lula foi posteriormente desestruturada, e foi encerrada a destinação de recursos para essas ações.

Em 2007, foi criada a Cooraf-Bico, uma cooperativa de produção e comercialização que tem importância estratégica no desenho de uma co-

mercialização realizada em rede. E, em 2012, foi concluída a construção da Escola Família Agrícola (EFA) Padre Josimo, uma importante estrutura de formação para o fortalecimento da educação do campo na região.

Foto: Gustavo Oharar/ANA



A luta das quebraadeiras de coco-babaçu pelo acesso aos babaçuais e pela sua preservação foi fundamental para a construção da agroecologia no Tocantins

Na década de 2010, foi criada outra cooperativa, a CIMQCB, que, em conjunto com outras organizações das mulheres quebraadeiras de coco-babaçu (AMB, Asmubip, MIQCB), tem tido grande importância na luta pela conservação dos babaçuais e pela garantia da extração, do beneficiamento e da comercialização dos produtos derivados do babaçu. A luta das quebraadeiras é anterior à conquista da terra e foi fundamental para a construção da identidade da agroecologia na região, já que a defesa dos babaçuais estimula a discussão acerca da preservação dos diferentes ambientes e da necessidade de conservar os recursos naturais para a produção agroextrativista.

A partir de 2006, as famílias e organizações de agricultoras/es começaram a acessar recursos do mercado institucional — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2006, e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2008. Das diferentes modalidades de acesso ao mercado

institucional, a Compra Direta da Agricultura Familiar (Cdaf) foi talvez a mais utilizada pelas famílias, que também entregaram seus produtos para as prefeituras e associações socioassistenciais utilizando-se do Pnae e do Cédula de Produto Rural (CPR) Doação/PAA, este último a partir de 2014.

Além das cooperativas (Cooaf-Bico, CIMQCB), da associação Asmubip e do mercado institucional, as/os agricultoras/es envolvidas/os com a Rede Bico Agroecológico se organizam para comercializar seus produtos em feiras livres (municipais e da agricultura familiar) e ainda o fazem individualmente de porta em porta diretamente ao consumidor, em mercados varejistas dos municípios da região, e por intermédio de atravessadores. São aproximadamente 75 produtos, entre frutas, ovos, mel, grãos, farinhas etc., vendidos *in natura* ou processados.

Ainda nos anos 2000, o acesso das organizações a recursos do Programa de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-Ecos), do *Ecoforte* e também da cooperação internacional (Fundação Interamericana (IAF), Brasil Foundation, Fastenopfer) aprimorou a estruturação dos grupos de produção, com investimentos na captação de água da chuva (cisterna, reúso da água), na criação de galinhas, nas hortas agroecológicas, no beneficiamento de polpas de fruta, na apicultura e no processo de criação e gestão das feiras agroecológicas.

Atualmente, existem oito grupos⁶ de produção que são mais estruturados, e todos são cooperados da Cooaf-Bico. Além destes, existem outros três grupos⁷ também estruturados e que não são cooperados porque não pertencem ao território da Cooaf-Bico (Esperantina), mas que estão ligados à cooperativa, com perspectiva de se articularem e atuarem em rede. E ainda existem os grupos e as famílias que não têm estrutura para beneficiar e que entregam produtos, como as frutas *in natura*, que são beneficiadas pela Cooaf-Bico.

A linha do tempo registrada a seguir destaca as principais ações e mudanças ocorridas no território.

6 P.A. Bico, P.A. Santa Cruz setor Campestre, P.A. Mulatos, P.A. Nova União, P.A. Sete de Janeiro, P.A. Pingo D'água, P.A. Tobasa e P.A. Boa Esperança.

7 P.A. Ouro Verde setor Barro Branco, P.A. Santa Cruz setor São Félix e Canaã.

QUADRO 1

LINHA DO TEMPO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA REDE BICO AGROECOLÓGICO (TO)

Antes de 1990	1990–1999	2000–2010	2010–2014	2015–2017
Luta pela terra e assassinato do Padre Josimo	Fazendeiros se articulam para assumir gestão pública e legislativa	Consolidação da criação de gado e avanço do agronegócio com plantio de eucalipto e teca	Reconhecimento das práticas agroecológicas desenvolvidas pelas organizações sociais	Consolidação da Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA) e afirmação da Rede Bico Agroecológico
Formação de trabalhadoras/es rurais pelas CEBs e CPT e criação dos STTRs e da associação de mulheres da região	Criação de entidades de assessoria e organizações sociais e produtivas de agricultoras/es familiares e quebradeiras de coco	Melhoria na estruturação dos assentamentos com habitação, estrada e energia elétrica rural	Fortalecimento da articulação regional das organizações sociais e produtivas	Intensificação no processo de organização das juventudes rurais e início do funcionamento da EFA
Conquista dos primeiros assentamentos de reforma agrária	Acesso às políticas públicas de crédito (gado); atuação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); e apoio à agricultura familiar	Aprovação de leis/decretos (benefício às quebradeiras de coco e quilombolas); apoio às agroindústrias	Acessos aos mercados institucionais e feiras locais	Melhoria nas estruturas da produção agroecológica de grupos produtivos com apoio do <i>Ecoforte</i>
Organização e implantação das primeiras experiências com apicultura e mobilização das quebradeiras para defesa dos babaçuais	Criação de núcleos das quebradeiras de coco (extrativismo e direitos da mulher); ações de manejo do fogo e diversificação da produção	Intensificação dos processos de formação e práticas agroecológicas e diversificação do aproveitamento do babaçu	Avanços no aproveitamento, agroindustrialização e apresentação dos produtos agroextrativistas	Grupos de juventudes rurais protagonizam práticas agroecológicas ações de comunicação

A estruturação dos grupos de produção e, conseqüentemente, o aumento na eficiência produtiva foram determinantes no aquecimento e na retomada das feiras, outro importante dispositivo coletivo.

Para estimular a comercialização nas feiras, as organizações utilizaram duas estratégias: ocupar as feiras municipais com barracas padronizadas e

criar feiras da agricultura familiar. Em Axixá e São Miguel, foram instaladas as barracas *Babaçu é Vida* como ponto de referência das quebradeiras de coco nas feiras municipais. E, em Vila Tocantins/Esperantina e Buriti, foram implantadas feiras da agricultura familiar, também com barracas padronizadas. A identidade visual das/os agricultoras/es familiares agroecológicos nas feiras foi construída a partir da instalação das barracas, da logomarca e da publicidade veiculada via programa de rádio, adesivos e com a utilização de alto-falante.

Além das estruturas dos grupos de produção, os apoios, principalmente do *Ecoforte*, da IAF e da Misereor, facilitaram a realização de oficinas e encontros das organizações sociais que já tinham uma dinâmica de atuação em rede, desde que se mobilizaram e se articularam para a conquista da terra.

Como base para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, da gestão das infraestruturas instaladas e da comercialização, a Rede investe na construção de novos conhecimentos, tanto através de processos formativos mais estruturados e direcionados em cursos e oficinas com focos, tempo e público definidos, como através de meios que provoquem o confronto e a troca de saberes. Para estes últimos, são utilizados, principalmente, os intercâmbios entre as pessoas (agricultoras/es, lideranças) em torno de práticas produtivas ou organizativas, as visitas a experiências de outras regiões, os dias de campo e os mutirões.

Entre os processos mais estruturados de formação, foram capacitados 35 agentes agroecológicos para atuar como multiplicadores nas comunidades no desenvolvimento das práticas agroecológicas e também foram formados jovens tanto no âmbito da comunicação (Jovens em Comunicação⁸) como do agroextrativismo e da agroecologia. Cursos de boas práticas também foram realiza-

Antes o conhecimento era adquirido pelos pais, avós, tios. Agora é com os outros agricultores, inclusive de fora, e com a assessoria. (Tim, do P.A. Ouro Verde, município de Araguatins-TO)

8 Iniciativa de inclusão da juventude rural nas ações da rede com o foco na comunicação, por meio de cursos realizados em módulos envolvendo 25 jovens que estão atuando no território com a disseminação de práticas agroecológicas a partir de instrumentos de comunicação — fotos, vídeos, *blogs*, material escrito.



Foto: APA-TO/Arquivo

Aula inaugural do Ensino Médio da Escola Família Agrícola Padre Josimo, em Esperantina (TO)

dos com as mulheres quebradeiras de coco-babaçu para o beneficiamento do mesocarpo e a extração do azeite. E, mais recentemente, aconteceram cursos com o apoio do *Ecoforte* visando o aprimoramento da apicultura, criação de galinhas e horticultura.

Destaca-se também a capacitação em agroecologia da juventude rural, envolvendo os estudantes da EFA Padre Josimo e de jovens que não estão na escola, a partir de cursos de formação promovidos pela APA-TO, pela Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio (Aefa) e pelos demais parceiros.

A construção de conhecimentos acontece também pela assessoria às famílias e às lideranças, que é realizada pelas organizações da Rede, em que o perfil, a missão e o histórico de cada entidade definem o campo de contribuição. Entre as organizações que prestam assessoria, destacam-se a CPT, Fetaet, STTRs, Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter) e APA-TO, sendo esta última a que tem um foco mais direcionado ao desenvolvimento da agroecologia no território.

Resultados

A luta pelo direito à terra motivou agricultoras/es do território a constituírem e se vincularem a organizações populares que, agindo em rede, lograram sucesso na criação dos 80 assentamentos, no reconhecimento das quatro comunidades quilombolas e na instalação dos quatro

acampamentos e ainda asseguraram a permanência das famílias nas pequenas propriedades. As ações das mulheres quebradeiras de coco-babaçu têm garantido a conservação e o uso dos babaçuais.

A conquista da terra intensificou o interesse das famílias em investir na produção, estimulando, assim, as organizações populares a promover ações para o fortalecimento da agricultura familiar, do agroextrativismo e da agroecologia. Um dos efeitos dessas ações foi a criação de uma identidade no território que se contrapõe aos projetos hegemônicos do agronegócio.

O acesso a políticas públicas como PrevFogo, Proteger e Proambiente colaborou para que os impactos decorrentes da produção, como o uso de agrotóxicos, os desmatamentos e as queimadas, fossem atenuados, a exemplo da redução de até 80%, considerando o conjunto das famílias envolvidas, das queimadas provocadas pela abertura e limpeza de pasto e dos roçados com fogo (roça de toco). As famílias passaram a estabelecer acordos coletivos, fazer aceiros, respeitar horários e avisar os vizinhos das queimadas, entre outras iniciativas. Tais políticas também permitiram iniciar a implantação de inovações produtivas, como os Sistemas Agroflorestais (SAFs), como alternativa na diversificação da renda e do consumo.

Políticas como PDA, Proambiente, Ater/MDA, FNMA e, mais recentemente, PPP-Ecos e *Ecoforte* foram fundamentais para que as organizações que integram a Rede ajudassem as famílias a construir alternativas à pecuária e a diversificar a produção, combinando atividades produtivas tradicionais (roçados, extração de coco-babaçu, produção de farinha de mandioca) com outras práticas e produtos geradores de renda, como frutas, hortaliças, leite, mel, óleo, mesocarpo e carvão de babaçu, galinhas, ovos etc.



Foto: APA-TO/Arquivo

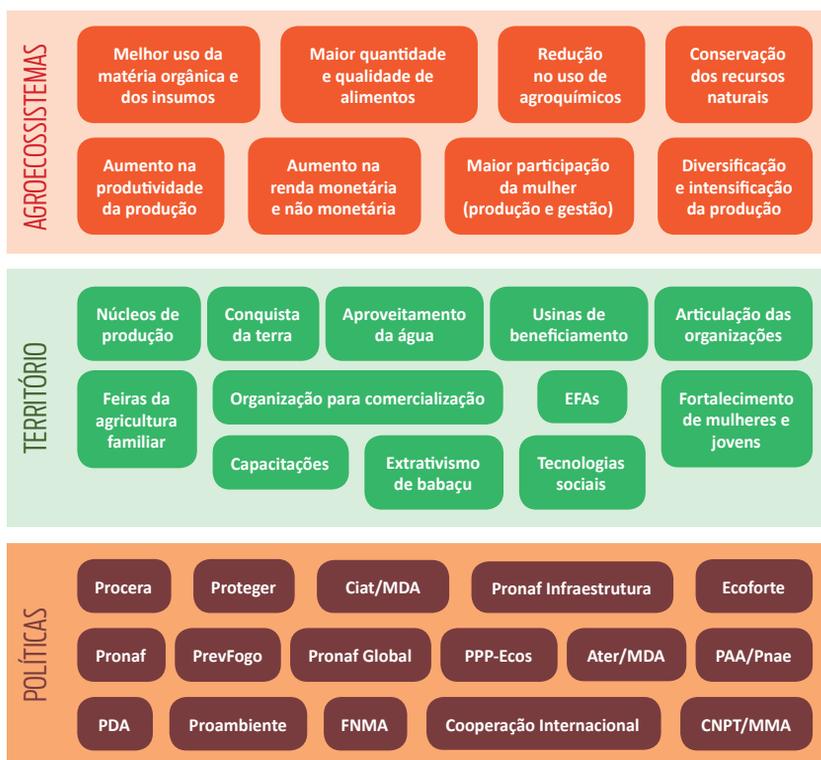
Horta cultivada com água da chuva captada em calçada de cimento e armazenada em cisterna (ao fundo)

Os recursos da cooperação internacional, acessados principalmente pela APA-TO, também foram muito importantes no desenvolvimento de tais práticas.

A organização das famílias em núcleos de produção e o investimento em práticas agroecológicas e no beneficiamento dos produtos ampliaram a produção e, com isso, a necessidade de assegurar o acesso a novos mercados para a comercialização dos produtos — mercado institucional (Pnae, PAA); feiras municipais e da agricultura familiar; cooperativas e associação —, estimulando também uma concertação entre as organizações e os grupos produtivos para comercializar os produtos através de uma rede.

FIGURA 2

POLÍTICAS E DESDOBRAMENTOS NO NÍVEL DO TERRITÓRIO E DOS AGROECOSSISTEMAS



O desenho dessa comercialização em rede ganhou contornos mais visíveis com o investimento na Coaf-Bico, uma organização estratégica na articulação entre os núcleos de produção e o mercado e com acesso às feiras municipais.

O mercado institucional significou novas perspectivas de comercialização dos produtos da agricultura familiar no território, mas houve uma retração, principalmente no acesso ao PAA, e, conseqüentemente, uma redução da comercialização via mercado institucional.

As feiras se tornaram canais de comercialização relevantes porque além de possibilitarem a venda dos produtos diretamente ao consumidor, favorecem novos negócios a partir do contato entre agricultoras/es e comerciantes das sedes dos municípios. Vale destacar que as mulheres são protagonistas na comercialização via feiras.

A padronização das barracas nas feiras, as embalagens rotuladas, os mecanismos de divulgação e a qualidade dos produtos promoveram aumento nas vendas. Segundo depoimento de agricultoras da Comunidade Olho D'água/São Miguel, as melhorias no planejamento, na organização, na qualidade e na apresentação dos produtos

São 301 pessoas envolvidas com a comercialização no território analisado, e ainda há o entreposto da Asmubip, que comercializa produtos derivados do babaçu. Há aproximadamente, 75 produtos, entre frutas, ovos, mel, grãos e farinhas, sendo vendidos *in natura* e processados.

O PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) foi acessado pela Coaf-Bico a partir de três projetos, que totalizaram R\$ 245.576,70.



Foto: Gustavo Ohara/ANA

Feira do Consumidor em Vila Tocantins, em Esperantina (TO)

aumentaram em 100% a receita semanal obtida por algumas famílias com presença constante na feira municipal. Já Dona Francisca (Comunidade Ouro Verde/Araguatins) afirma: “Nunca tinha vendido 200 litros de azeite, como consegui em 2016”.

Em um ciclo virtuoso, a ampliação do acesso a novos mercados estimulou o aumento e a diversidade da produção, fomentando ainda mais o investimento nas atividades produtivas. Mas uma limitação cada vez mais presente no território é a falta de disponibilidade de água.

O uso de tecnologias de aproveitamento da água para a produção e o consumo — aproveitamento de água cinza, cisternas de placa e calçadão, canteiro econômico, sistemas de irrigação por gotejamento e microaspersão e a cobertura dos plantios com matéria orgânica — associadas à implementação de outras tecnologias e práticas, como hortas agroecológicas, criação de galinha e apicultura, que contam com o apoio do *Ecoforte*,

A sistematização sobre a feira de Vila Tocantins, realizada em 2014, registrou uma grande diversidade de produtos comercializados: hortaliças e legumes (29%), folhosas e cheiro-verde (16%), farinhas (11%), carnes (21%), ovos (3%), polpas de frutas (1%) azeite (2%), doces e mel (5%), pimentas e temperos (1%), frutas (4%) e outros alimentos processados (7%) — ex. biscoitos, puba (SANTOS, 2015).

As práticas apoiadas pelo projeto *Ecoforte* foram implantadas por 64 famílias em 11 assentamentos, 1 comunidade quilombola e 3 comunidades rurais e com diferentes arranjos — galinha com horta, cisterna com horta, cisterna com horta e galinha etc.



Canteiro econômico é apresentado em atividade com jovens em Escola Família Agrícola (EFA)

Foto: APA-TO/Arquivo

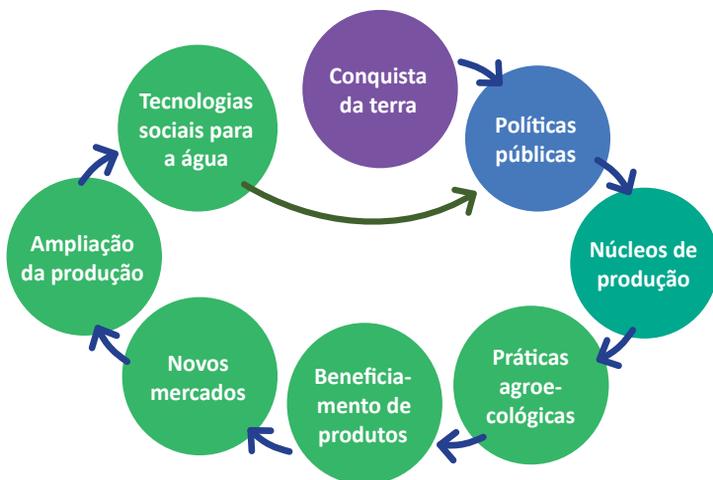
asseguraram a diversificação da produção, principalmente nos quintais localizados no entorno das casas.

A análise ecológico-econômica realizada nos agroecossistemas existentes em duas unidades produtivas do território permitiu mensurar os efeitos das ações da Rede sobre a dinâmica produtiva e organizativa das famílias. A conquista da terra, a mobilização das famílias em torno das organizações populares, o acesso a políticas públicas, a construção de novos conhecimentos, o beneficiamento de produtos e o acesso a mercados foram gradativamente transformando a produção e a gestão dos lotes e das propriedades.

Nos dois agroecossistemas analisados, há uma nítida tendência para a diversificação produtiva, embora em um deles a pecuária ainda seja a principal atividade geradora de renda.

FIGURA 3

FLUXO DOS PRINCIPAIS EVENTOS DE DINAMIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



A diversificação de variedades nas hortas agroecológicas, nos SAFs e pomares, além de ampliar os produtos comercializados, também expandiu o cardápio de folhas, verduras e frutas consumidas pelas famílias. E ainda foi aprimorada a qualidade dos alimentos com a redução de

fertilizantes e a eliminação de agrotóxicos, substituídos pela aplicação de inseticidas naturais e biofertilizantes, cobertura de solo e roçada do mato (manual ou com roçadeira). “Quando a gente não está colocando o veneno lá, a gente tem certeza do alimento que está comendo”, observou Tonilda de Araújo da Cunha, do P.A. Santa Cruz setor Campestre/Araguains (TO).

No agroecossistema gerido pela família de Lourival e Maria do Socorro, a renda agrícola retida com a venda da produção (Renda Agrícola Monetária — RAM) foi relativamente alta em virtude dos custos (insumos e pagamentos a terceiros) terem sido baixos. Isso foi possível porque a família gradativamente foi reduzindo o investimento no gado, que tinha custos maiores por ter maior dependência de insumos externos, e passou a diversificar a produção e a renda com investimento em roçados, hortas, galinhas e, principalmente, apicultura. O resultado dessa mudança é expresso no Índice de Renta-

As unidades produtivas analisadas manejam, respectivamente, 11 e 9 subsistemas, integrados em uma estratégia de diversificação produtiva, em que os resíduos de um subsistema servem como insumos para outro e para os processos produtivos subsequentes.

Nos dois agroecossistemas analisados, os índices de mercantilização foram relativamente baixos (0,54 e 0,51) para sistemas que estão em transição agroecológica, indicando os bons rendimentos produtivos por objeto de trabalho, porque são sistemas que manejam uma base de recursos autocontrolada e com boa eficiência técnica na conversão dos recursos em produtos.



Apicultura incrementa renda das famílias

Foto: APA-TO/Arquivo

bilidade Monetária, que, em 2017, foi de 4,92, representando a renda agrícola monetária obtida por unidade de custo monetário investido.

Esse índice não é resultado apenas do balanço entre o que foi vendido e os custos de produção, mas, sim, de um agroecossistema que, em uma lógica de gestão camponesa, gradativamente vem ampliando a sua base de recursos autocontrolada, ou seja, passou a dispor de terra a partir do momento em que a família foi assentada; está investindo na intensificação e qualificação da criação dos animais (confinamento de porcos e galinhas); adquiriu estruturas; e aprimorou o manejo da produção, o uso dos recursos (água, solo) e o beneficiamento dos produtos, integrando subsistemas e aproveitando insumos, e ainda conta com relações sociais de reciprocidade (mutirões, troca de serviços) que potencializam a força de trabalho familiar.

Os diferentes arranjos na implementação das tecnologias sociais e Unidades de Referência contribuíram para a integração dos subsistemas produtivos e, conseqüentemente, para o fortalecimento de atributos sistêmicos, como autonomia e capacidade do agroecossistema em responder a mudanças (responsividade), principalmente ao produzir e aproveitar insumos (esterco, folhas, palhas etc.), reduzir custos e ampliar a diversificação da produção.

Agroecossistema de Lourival/Maria do Socorro – 0,51 de média nos atributos sistêmicos, em 2009, e 0,73, em 2017.
Agroecossistema de Juçilene/Rondon – 0,34 de média nos atributos sistêmicos, em 2007, e 0,61, em 2017.



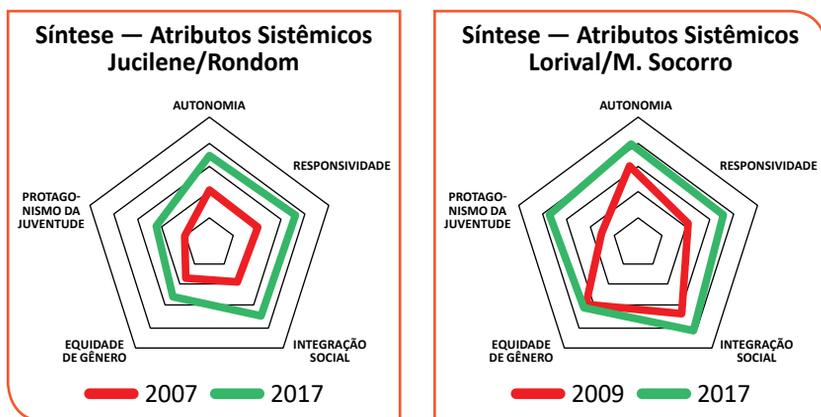
Foto: APA-TO/Arquivo

Mutirão para implantação de horta agroflorestal, assentamento Ouro Verde, em Araguatins (TO)

Essa evolução pode ser constatada ao se comparar os índices dos atributos sistêmicos — autonomia, responsividade, integração social, equidade de gênero e protagonismo da juventude — dos dois agroecossistemas analisados em dois períodos distintos.

FIGURA 4

EVOLUÇÃO DE ATRIBUTOS SISTÊMICOS NOS DOIS AGROECOSSISTEMAS ANALISADOS NO TO



Algumas famílias expandiram sua renda monetária e não monetária aprimorando e inovando o manejo e o beneficiamento da produção. Um exemplo disso é o aumento da comercialização dos produtos derivados do babaçu, que tradicionalmente se limitavam à amêndoa e que foram ampliados para o azeite, o carvão, flocos e farinha do mesocarpo e seus produtos e o artesanato.

O apoio estrutural dado pelo *Ecoforte* à apicultura também aumentou a eficiência na obtenção do mel, a ponto de representar, para algumas famílias, um dos principais produtos na composição da renda.

A família de Lourival e Maria do Socorro produziu 888 litros de mel em 2017, gerando uma renda bruta de R\$ 17.760,00 no ano. Além do mel, a família produz e comercializa uma grande diversidade de produtos — frutas e polpas, hortaliças, grãos, farinha, galinhas, ovos e porcos.

É importante destacar, nos dois agroecossistemas analisados, a contribuição do tempo das mulheres no trabalho mercantil e de autoconsumo (atividades na produção), na participação social (capacitações, participação nas organizações, feiras) e no trabalho doméstico e de cuidados, este último realizado majoritariamente e, em alguns casos, exclusivamente por elas, o que provoca uma sobrecarga de trabalho.

Recursos não reembolsáveis do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat/MDA), do PPP-Ecos e também via acesso ao crédito do Pronaf Infraestrutura financiaram estruturas e processos de capacitação que contribuíram com os avanços na produção e no beneficiamento dos produtos. O *Ecoforte* ampliou esses avanços ao viabilizar a assessoria técnica e fornecer equipamentos aos núcleos de produção e à Cooaf-Bico (*kits* de irrigação; materiais para hortas, cisterna-calçadão e criação de galinha; equipamentos de apicultura; triturador; entre outros), garantindo maior rendimento na conversão dos produtos (mel, farinha, azeite) e, principalmente, uma melhor qualidade.

Todos os novos conhecimentos adquiridos como resultado de oficinas, cursos, intercâmbios e assessoria são valorizados pelas/os agricultoras/es e representantes das organizações. Entre os mais importantes, estão as mudanças na forma de produzir — por meio de



Foto: APA-10/Arquivo

A criação de galinhas se integra a outros subsistemas produtivos geridos por famílias agricultoras

Foram implantadas 29 estruturas de beneficiamento — 1 fabriqueta de mesocarpo do babaçu, 1 casa de extração de flocos de babaçu, 12 casas de azeite de babaçu, 6 casas de produção de polpas de fruta, 4 casas de farinha de mandioca, 4 casas de extração de mel e 1 casa de artesanato de babaçu.

práticas como os SAFs, os canteiros agroecológicos, o uso de cobertura morta, o aperfeiçoamento no uso de esterco, o manejo intensivo dos animais — e as boas práticas no beneficiamento dos produtos (azeite, mel, polpas de fruta e farinha).

O envolvimento das/os agricultoras/es em suas organizações (sindicatos, associações, cooperativas) e a participação em cursos, reuniões e oficinas ampliaram a capacidade das lideranças em defender seus direitos, relacionar-se com agentes públicos e participar de espaços de proposição e gestão de políticas públicas. As organizações da Rede debateram e facilitaram o acesso das/os agricultoras/es a políticas como Pronaf Infraestrutura, Pronat, PAA e Pnae. O próprio *Ecoforte*, que teve a influência da ANA, contou também com a participação de algumas organizações da Rede Bico Agroecológico.

No momento da pesquisa, os membros da Rede participavam de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs), Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas – Esperantina, Buriti, São Miguel, Axixá e Praia Norte), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cedrus), Conselho da Reserva Extrativista (Resex — Extremo Norte), Câmara Técnica Estadual da Sociobiodiversidade, Coordenação Sindical e Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA). Além disso, a entidade de assessoria APA-TO foi membro da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) até sua extinção, em 2019.

Como estratégia de fortalecer as articulações entre as organizações afins e de enfrentamento aos grandes projetos, na Região Norte as organizações têm se articulado no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia – Amazônia (ANA-Amazônia) e no bioma Cerrado, com a Rede Cerrado.

Para nós que entramos nas organizações, podemos dizer que é uma sala de aula, porque ninguém que não tenha conhecimento consegue enfrentar uma liderança. (Tim, P.A. Ouro Verde, município de Araguatins-TO)



Mobilização social e luta por direitos marcam a trajetória das organizações no território do Bico do Papagaio (TO)

O envolvimento das organizações nessas instâncias e fóruns, bem como a participação no debate, o trabalho de incidência e o acesso às políticas públicas se devem à capacidade de articulação e de comunicação da Rede.

Principais materiais produzidos em 2017 e 2018

- *Boletim informativo Bico Agroecológico*
- Informativo da Escola Família Agrícola (EFA)
- Quatro chamadas de rádio e quatro *spots* de TV
- Sites — APA-TO, Asmubip, MIQCB e CIMQCB
- Fôlderes — Asmubip, Coaf-Bico, MIQCB e STTR Regional
- Vídeo — práticas apoiadas pelo *Ecoforte*
- Documentário *Babaçu É Vida*
- Barracas e produtos padronizados nas feiras
- Matérias e materiais — Jovens em Comunicação
- Placas de divulgação do projeto *Ecoforte* (URs)

São várias as formas de comunicação interna utilizadas pela Rede e por suas organizações. Entre elas, destacam-se: as reuniões das as-

sociações comunitárias; os dias de campo; as visitas e os intercâmbios para conhecer processos, estruturas e práticas agroecológicas; as reuniões entre as organizações para tratar de assuntos específicos e comuns à Rede, como as da Coordenação Sindical, espaço que reúne diversas organizações da Rede e que debate estratégias para a região, entre outros assuntos.

Com relação ao público externo, a Rede e suas organizações têm atuado na divulgação de suas ações, de seus produtos e das práticas agroecológicas com a produção de diversos materiais (logomarca/rótulos dos produtos, mostruários, placas, folhetos, livro de receitas dos produtos derivados do babaçu) e com a realização de atividades como as oficinas de preparação e degustação de pratos feitos com o mesocarpo do babaçu. E, ainda, denunciando políticas e iniciativas que impactam a agricultura familiar e o meio ambiente da região em espaços públicos das cidades, em momentos como a Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo e o Dia Internacional da Mulher.

Uma das principais virtudes da comunicação feita pela Rede é ajudar a dar visibilidade e divulgar as práticas agroecológicas e, assim, mudar hábitos, embora essas mudanças ainda estejam mais restritas às famílias que estão diretamente envolvidas com a Rede. Outro atributo é ir gradativamente sedimentando o conceito da agroecologia. “Já fazíamos a agroecologia, mas não sabíamos que se chamava assim”, observou Dona Francisca — P.A. Ouro Verde/Araguatins (TO).

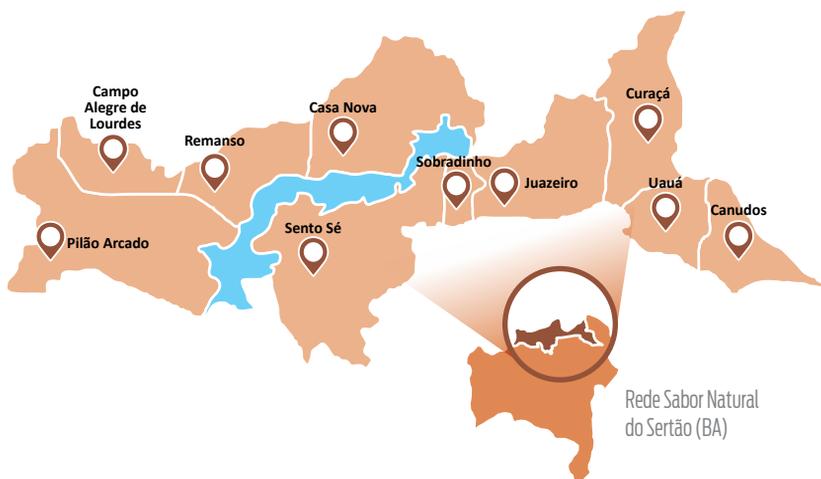
Gradualmente, as organizações vão se reconhecendo como uma rede e, mais do que isso, com propósitos comuns ancorados na sustentabilidade, na diversidade produtiva e representativa, na luta por direitos e no respeito e cuidado pelos recursos naturais. A identidade da agroecologia, representada na denominação *Rede Bico Agroecológico*, é construída e fortalecida principalmente com as práticas produtivas e organizativas executadas pelas organizações que a integram. Os recursos investidos pelo *Ecoforte* em sinergia com políticas públicas e com fundos providos por agências da cooperação internacional foram vitais para a gradual consolidação dessa rede no Bico do Papagaio.

3.1.2 Rede Sabor Natural do Sertão (BA)

A atuação da Rede Sabor Natural do Sertão coincide com a região apoiada pelo *Ecoforte*, ou seja, o Território de Identidade do Sertão do São Francisco (TSSF), composto por dez municípios localizados no norte da Bahia, que compreendem uma área de mais de 61.000 km². São eles: Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Sobradinho, Juazeiro, Curaçá, Uauá e Canudos.

FIGURA 5

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO



A população do território é de aproximadamente 548 mil habitantes, e 36% desse total está situado na zona rural. Entretanto, excluídos os municípios com maior concentração de população urbana (Juazeiro e Sobradinho), a população rural representa, nos demais municípios, 51% dos habitantes.

A região está inserida no bioma Caatinga e conta com o Rio São Francisco, que tem grande importância social, econômica, cultural e ambiental, abarcando também a barragem e o lago de Sobradinho. Apenas três municípios (Uauá, Canudos e Campo Alegre de Lourdes) não são banhados pelo Rio São Francisco.

Caracterizado como Semiárido, o território apresenta baixos índices de chuva, mas, nos últimos anos, entre 2011 e 2018, esses índices baixaram drasticamente, tipificando uma grande seca. A média anual para o município de Juazeiro, que era de 426,7 mm/ano, nos últimos sete anos chegou a 290,3 mm. Essa redução prejudicou as roças de sequeiro, a criação de caprinos e ovinos, a apicultura e a coleta de frutos da Caatinga.



Foto: William França/ANA

Quintal produtivo irrigado garante fartura no sertão baiano

O território possui 35.019⁹ estabelecimentos agropecuários, sendo 31.768 (91%) unidades familiares. Do total de estabelecimentos, quase 80% têm menos de 50 hectares, e 40% possuem áreas menores que 10 hectares. Os outros 3.251 estabelecimentos não familiares detêm 51% das terras ocupadas por unidades produtivas no território, caracterizando uma significativa concentração de terras.

O território conta com 13 comunidades de pescadoras/es artesanais, 27 comunidades quilombolas identificadas, uma terra indígena (Tumbalalá) e 114 assentamentos da reforma agrária. Conta, ainda, segundo dados de 2008¹⁰, com 226 comunidades de Fundo de Pasto, onde vivem aproximadamente 6 mil famílias que praticam o uso coletivo de terras para pastejo de caprinos, ovinos e bovinos.

Desde o tempo da Colônia, a pecuária extensiva apresenta-se como a principal atividade econômica da região, e isso permanece até os dias de hoje.

A presença do Rio São Francisco permitiu uma agricultura de vazante com plantio de culturas como milho, feijão, mandioca e cana. A partir da

9 Fonte: IBGE — Censo Agropecuário de 2006.

10 Fonte disponível em: <https://conferenciadecultura.wordpress.com/2011/10/05/territorio-de-identidade-sertao-do-sao-francisco/>. Acesso em: 13/10/2019.



Criação de caprinos e ovinos em comunidade de Fundo de Pasto na Bahia

década de 1940, iniciou-se a prática da irrigação, o que permitiu uma ampliação gradativa e significativa das áreas cultivadas no modo de vazante.

No final da década de 1970, com a instalação da barragem e a formação do lago de Sobradinho, houve o deslocamento de aproximadamente 70 mil pessoas, das quais 80% camponesas/es, aumentando os conflitos de terra nas áreas próximas ao lago e provocando uma drástica alteração na paisagem, principalmente pelo crescimento das áreas exploradas com agricultura irrigada. Foi, então, iniciada a instalação dos perímetros irrigados, e a pesca passou a ter importância na região, embora tenha entrado em declínio a partir dos anos 1990 em função da pesca intensiva, da introdução de espécies exóticas inadequadas, da falta de estruturas (escadas e rampas) na barragem durante a piracema, dentre outras causas.

Foram instalados sete perímetros irrigados no território no âmbito dos projetos apoiados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), além de outras áreas irrigadas consideradas “espontâneas”, implantadas por iniciativas que vão desde grandes empreendimentos até pequenas áreas de um a dois hectares, que geralmente produzem as mesmas culturas que as unidades empresariais (coco, manga, maracujá, banana, melancia, melão, tomate, cebola e outras) e utilizam “pacotes tecnológicos” semelhantes.

Segundo dados do Censo de 2006, foram identificados 5.340 estabelecimentos que cultivam áreas irrigadas no território; destes, aproximadamente 1.600 cultivam áreas de até dois hectares. Os dados indicam que a prática da irrigação é relevante no território e que há um número significativo de propriedades familiares com pequenas áreas irrigadas.

A grande maioria das 31.768 unidades familiares é formada por agricultoras/es e criadoras/es que vivem nas áreas de sequeiro, entre as quais estão as comunidades de Fundo de Pasto. A agricultura, em geral, é praticada em pequena escala, concentrada principalmente em roças de culturas alimentares (milho, feijão, mandioca, abóbora/jerimum, melancia) e nos quintais, com a produção de frutas e hortaliças e a criação de aves e suínos. Nos últimos anos, a apicultura tem se difundido no território.

A criação animal, principalmente de caprinos e ovinos e, em menor escala, de bovinos, é a principal atividade das áreas de sequeiro. A alimentação dos animais é suprida pela Caatinga, porém em alguns casos esta é a única fonte, principalmente nas comunidades de Fundo de Pasto. Mas existem famílias que implantam campos de palma, melancia de cavalo, leucena, capim buffel, gliricídia, algaroba ou cultivam forragens de corte (capim-elefante) para o uso no cocho, além do aproveitamento da palhada dos roçados.

Além de servir aos animais, a Caatinga fornece lenha, madeira, plantas medicinais, mel e frutos para o consumo humano e também para a venda, como é o caso do umbu, licuri, maracujá-da-caatinga, entre outros.

Trajetória

Até o final de 2017, a Rede Sabor Natural do Sertão era constituída por 22 organizações¹¹, sendo 10 cooperativas, duas associações (agricultores, apicultores, pescadores, mulheres) e dois grupos (quilombolas, mulheres,

11 CooperCuc, Coopes, Civab, Coopersabor, Coopes, Cooperlad, Cooproof, Cooperparaiso, Coopervida, Coofama, APPR, Amafe, Associação da Fazenda Melancia, Grupo Tumásia Sabor e Arte, Aapssé, Assel, Associação Comunitária de Fartura, Amoma, Associação Rede de Mulheres de Remanso, Grupo Quilombá – Associação Quilombola da Fazenda Nova Jatobá, Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores e Apicultores da Comunidade Ladeira Grande, Associação de Pequenos Produtores de Baraúna e Angico Salitre.

pescadores). Todas as organizações e grupos são compostos por famílias de agricultoras/es e pescadoras/es, ou seja, são coletivos de base.

A Rede foi formalizada no início de 2017 com a criação da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (Cecaat); 18 organizações pertencem ao território do Sertão do São Francisco; e outras quatro organizações pertencentes a outros territórios baianos. Existem mais três associações¹² e uma cooperativa (Coapical) que já estão se inserindo nos processos da Rede, inclusive comercializando seus produtos via Central da Caatinga.

A configuração atual da estrutura agrária e socioeconômica do território onde atua a Rede tem origem no período do Brasil Colônia, com a ocupação das terras via sesmaria, quando o extermínio de indígenas deu lugar à criação de animais, predominantemente de bovinos alimentados pela Caatinga, e à produção de alimentos (roçados) que atendia a reduzida população da região. Este modelo perdurou muito tempo no Sertão do São Francisco, até que se iniciou uma crise na pecuária no século XVIII e que permaneceu durante todo o século XIX (BARROS, 2007). O resultado desse processo foram a divisão das terras, o crescimento de posseiros camponeses e de comunidades de Fundo de Pasto e a existência de grandes extensões de terras devolutas.

Na segunda metade do século XX, o aumento da população humana e dos rebanhos e o surgimento das cercas, entre outras causas, geraram violentos conflitos pela posse de terra entre grileiros e posseiros camponeses e ampliaram a pressão sobre a Caatinga. Foi nesse período, mais precisamente no início da década de 1980, que a Igreja Católica, com apoio da Diocese de Juazeiro, ampliou sua atuação na região a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e começou a auxiliar na mobilização, resistência e organização das/os camponesas/es e na promoção de um desenvolvimento rural mais sustentável, representando o embrião do que viria a ser a RSNS.

12 Associação de Mulheres Produtoras de Doce e Massas de Laginha, Grupo de Mulheres da Colônia de Pescadores de Remanso, Associação de Salina da Brinca, Associação de Mulheres e Homens de Sítio Nossa Senhora das Graças.



Foto: William França/ANA

Paisagem da Caatinga característica da região onde atua a Rede Sabor Natural do Sertão (BA)

Nesse mesmo período, os conflitos por terra foram potencializados com a iniciativa do Governo Federal de implantação da hidroeétrica de Sobradinho, que originou a barragem e o lago de mesmo nome, inundando quatro cidades do território e desalojando seus habitantes, provocando a perda de animais, cultivos e bens e criando o deslocamento de uma parte dessa população para as áreas de sequeiro. Além disso, a instalação dos perímetros irrigados favoreceu a implantação do agronegócio em áreas que antes eram ocupadas por unidades familiares, com a adoção de sistemas de produção baseados em agroquímicos e no intenso consumo de água.

No final do século XX, foram criados ou se instalaram na região diversos movimentos e organizações que intensificaram e ampliaram o trabalho de organização comunitária e assessoria iniciado pela Igreja Católica na década de 1980. Entre eles, a Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Cooperativa dos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapa), estas duas últimas reconhecidas como organizações de assessoria à agricultura familiar.



O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) transformam a vida das famílias no Semiárido

Essas entidades, em parceria com outras organizações como o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Diocese, algumas paróquias, entre outras, passaram a atuar junto às comunidades e unidades familiares e a desenvolver práticas inovadoras de produção nas áreas de sequeiro que possam gerar alimento e renda e preservar a base dos recursos naturais que as sustentam a partir da “convivência com o Semiárido”. Essas práticas incluem melhorias na coleta e no armazenamento de água, fortalecimento da criação de caprinos, ovinos e aves, introdução da apicultura, desenvolvimento produtivo dos quintais e manejo adequado da Caatinga.

Apesar de já haver alguns barreiros, “caixios” e pequenos açudes no território, foi a partir de 2003 que se iniciou um trabalho mais efetivo na coleta e no armazenamento de água, com a implantação do *Programa 1 Milhão de Cisternas* (P1MC), gerido pela Articulação Semárido (ASA), e a construção de cisternas de 16 mil litros de água para consumo humano. Em 2007, o segundo programa da ASA, o *Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2), ampliou essa iniciativa, apoiando a construção de cisternas “calçadão” e de enxurrada, barreiros-trincheira, barragens subterrâneas, tanques de pedra etc., visando coletar e armazenar água numa escala maior e para ser utilizada na produção agrícola e na criação animal. Tais tecnologias foram financiadas majoritariamente pelo MDS, mas houve recursos também de outras instituições, como a Petrobras, a Fundação Banco do Brasil, o BNDES, além de financiadores do setor privado.

Das unidades familiares que produzem em áreas irrigadas com uso intensivo de agroquímicos, existe um grupo pequeno de famílias que inovou e passou a cultivar sistemas irrigados orgânicos, certificados ou não, de frutas, principalmente de acerola, e de hortaliças.

A apicultura, iniciada em Campo Alegre de Lourdes em 1986 pelo Centro Luís Nunes, foi retomada pelo Sasop mais tarde e reforçada com a criação da Coapical em 1996, o que contribuiu para que a atividade se expandisse para outros municípios do território.

O fortalecimento da criação de caprinos e ovinos, principal atividade econômica da grande maioria das famílias camponesas do território, é um objetivo comum da assessoria do Irpaa e do Sasop. Diferentes apoios possibilitaram a muitas famílias investir na compra de animais, na construção ou reforma de instalações (curral, aprisco) e na assessoria técnica, que atuou na melhoria do manejo sanitário dos rebanhos — vermifugação e outros cuidados. A assessoria também atuou junto às famílias para que fosse produzida forragem em áreas de sequeiro ou irrigadas, beneficiada e conservada a forragem produzida e ainda melhorado o manejo da Caatinga.

O Irpaa executou o *Projeto Recaatingamento*, financiado pela Petrobras, que apoiou algumas comunidades de 10 municípios do território, o que possibilitou a recuperação de 12 áreas, totalizando 900 ha de Caatinga recomposta. O *Ecoforte* cooperou com essa recomposição, fornecendo mudas de plantas da Caatinga. Já o Sasop incentivou o manejo da Caatinga com o raleamento da vegetação lenhosa e o enriquecimento com plantio de espécies arbóreas (leucena, gliricídia, plantas nativas da Caatinga), arbustivas e capins de pisoteio (capim-gramaão, buffel etc.). Além disso, diversas entidades do território



Produção de mudas para recaatingamento

Foto: William França/ANA

têm incentivado o cultivo de espécies nativas¹³ para a produção de forragem e práticas de fenação e de silagem para que haja disponibilidade de alimento para os animais no período seco.

Na mesma linha do estímulo à estocagem de recursos (água e forragem) e com o objetivo de garantir sementes para os plantios de roças de sequeiro das culturas tradicionais (milho, feijão, entre outras), já que a seca prolongada muitas vezes acarreta a perda das sementes, o Sasp executou, entre 2015 e 2017, o *Projeto Sementes do Semiárido*¹⁴, que, com recursos do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, hoje Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania), fomentou a instalação ou a melhoria de bancos de sementes comunitários nos municípios beneficiados. Essa iniciativa, que contou com o protagonismo das mulheres, complementou e ampliou os bancos de sementes iniciados anos antes pela Paróquia de Campo Alegre de Lourdes (SIDERSKY, 2018).

A partir dos anos 1990, aproveitando-se do extrativismo da Caatinga, prática tradicional e importante, cujos produtos como umbu e maracujá-da-caatinga têm destaque pelo volume de consumo e venda, as organizações do território iniciaram o incentivo ao processamento, principalmente do umbu, com a instalação de diversas unidades de beneficiamento, o incentivo a “boas práticas” na coleta e também a reprodução de umbuzeiros que são utilizados nas áreas recaatingadas.

Foi a partir do processamento da produção extrativista e agropecuária nas unidades familiares que a Rede Sabor Natural do Sertão começou a se configurar.

Em 1996, o Irpaa integrou-se a um trabalho com mulheres das comunidades rurais de Uauá, Curaçá e Canudos, em parceria com as Pastorais Rurais das Dioceses de Paulo Afonso e Juazeiro, com o objetivo

13 O Irpaa está cultivando espécies como mandacaru, pornunça, jurema e favela sem espinhos na área do seu Centro de Treinamento, em Juazeiro (BA).

14 Vinculado a um programa da ASA realizado com a colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

de promover a inclusão social e econômica das mulheres através do processamento da produção, principalmente do umbu e do leite. A partir dessa iniciativa, em 2000 surgiu o Grupo Unidos no Sertão, a primeira articulação de grupos comunitários destes três municípios, visando a melhoria da qualidade dos produtos e também a inserção de novas comunidades no trabalho de processamento da produção. Os membros do grupo comercializavam a sua produção coletivamente nas feiras de Canudos, Uauá e Curaçá.



Foto: William França/ANA

Beneficiamento de frutas e produção de biscoitos na Bahia

Como havia vários grupos informais processando produtos, principalmente o umbu, surgiu a ideia de criar a marca Sabor Natural do Sertão para dar identidade aos produtos desses grupos.

Em 2003, como desdobramento do trabalho realizado pelo Grupo Unidos do Sertão, 44 agricultoras e agricultores, sendo 70% mulheres, constituíram a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), com o objetivo de fortalecer a produção por meio do processamento das frutas nativas e a comercialização desses produtos.

Iniciou-se, em 2003, a construção de uma fábrica em Uauá e de “minifábricas” de processamento em comunidades deste e demais municípios — Canudos e Curaçá. Esses processos motivaram a articulação entre diversas organizações de agricultores (cooperativas, associações locais, grupos informais), ONGs, pastorais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), entre outras, que se mobilizaram para processar a produção agropecuária local e colocá-la no mercado, dando materialidade à RSNS, que reunia grupos e organizações tanto do TSSF como de outras regiões.

As principais ações e mudanças do território são registradas na linha do tempo a seguir.

QUADRO 2

LINHA DO TEMPO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO (BA)

<p>Década de 1990</p>	<p>1996 — O Irpaa iniciou a formação de um grupo com sete mulheres do município de Uauá sobre o beneficiamento de frutas da Caatinga</p>		<p>1999 — Com o início do Programa de Convivência com o Semiárido nos Municípios de Canudos, Uauá e Curaçá (Procuc), o trabalho de beneficiamento de frutas foi replicado para mais de 30 comunidades desses três municípios, envolvendo principalmente as mulheres</p>		
<p>Década de 2000</p>	<p>2000 — Surgiu o Grupo Unidos do Sertão, que tinha como prática se reunir para discutir produção e comercialização, treinar novos grupos e comercializar a sua produção coletivamente nas feiras de Canudos, Uauá e Curaçá</p>	<p>2003 — Diante do trabalho realizado e da necessidade de organizar a produção e a comercialização, o grupo decidiu criar a Cooperuc, constituída por 44 agricultoras/es, sendo 70% mulheres</p>	<p>2004 — Ampliaram-se o trabalho de convivência com o Semiárido e o fomento de políticas públicas de apoio à agricultura familiar (PAA, entre outras), o que levou à ampliação do grupo e ao surgimento da Rede Sabor Natural do Sertão para apoiar os empreendimentos que foram surgindo</p>	<p>2007 — Irpaa e parceiros promoveram a capacitação dos empreendimentos (certificação, beneficiamento, comercialização, gestão e plano de negócio) e iniciaram a implementação do <i>Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária</i> (Planseq Ecosol/Secretaria Nacional de Economia Solidária), que, entre 2007 e 2011, beneficiou mais de 40 empreendimentos em três estados: BA, PE e PI</p>	
<p>Década de 2010</p>	<p>2011 — O Irpaa continuou apoiando os empreendimentos através de um projeto de formação com financiamento do Governo do Estado da Bahia através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb)</p>	<p>2014 — Na preparação do projeto <i>Ecoforte</i> (2013–14), a Rede ficou restrita ao TSSF. Iniciou-se a reflexão sobre a formalização da Rede</p>	<p>2016 — O <i>Ecoforte</i> executado em 2016/17 fortaleceu diversas organizações da RSNS. Com seu apoio, os empreendimentos, base social da RSNS, criaram a Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, constituída por sete cooperativas</p>	<p>2017 — Com a rede institucionalizada, novos apoios surgiram, como o <i>Projeto Pró-Semiárido</i>, uma parceria do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) com o Governo do Estado da Bahia</p>	<p>2018 — Com o apoio do Irpaa, através do <i>Ecoforte</i>, a Central da Caatinga inaugurou a loja no centro de Juazeiro com mais de 300 produtos da agricultura familiar, beneficiados por 30 cooperativas</p>

Uma parte significativa dos recursos recebidos pela Coopercuc para a instalação dessas estruturas veio da cooperação internacional (Slow Food, Icco, Horizonte 3000, ICEP, KMB). Irpaa e Sasop também conseguiram mobilizar recursos de agências internacionais (Misereor, Cospe, ActionAid, Pão para o Mundo, Terre des Hommes) para as organizações locais investirem em atividades e em outros empreendimentos.

A partir de 2004, a Coopercuc assume a comercialização dos produtos das famílias via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Conab/Mapa), que vinha sendo, até então, realizada por duas associações de Fundo de Pasto. As vendas para o mercado institucional ganharam força em 2005, com o projeto que envolveu o Sasop, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Conab e que atuou na capacitação de grupos e entidades visando a elaboração e execução de projetos de venda coletiva via PAA. Em geral, as entidades que se beneficiaram do PAA passaram a acessar também o Pnae.

Outros canais de comercialização são: entrega direta aos consumidores; venda por encomenda utilizando o Facebook ou outros meios; feiras livres municipais; e feiras/eventos — Semiárido Show; Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Febafes); Feira Nacional da Agricultura Irrigada (Fenagri, em Petrolina); Feira Internacional de Agropecuária da Bahia (Fenagro), realizada anualmente em Salvador; Festival do Umbu, em Uauá; e Festa da Mandioca, em Casa Nova.

Foi no contexto de ampliação do trabalho de convivência com o Semiárido na região e com o apoio de políticas públicas para a agricultura familiar que foram sendo consolidados novos grupos e empreendimentos e que surgiu, em 2004, a Rede Sabor Natural do Sertão.

A partir de 2006, iniciou-se o processo de certificação orgânica da Coopercuc. Entre 2007 e 2010, o Irpaa implementou o Projeto

Planseq Ecosol¹⁵, que atuou com capacitações em processamento, gestão, certificação e comercialização de produtos, beneficiando mais de 40 empreendimentos e ampliando, assim, os grupos e as organizações que viriam a constituir a rede, inclusive envolvendo grupos de outros territórios baianos para além do Sertão do São Francisco e ainda de territórios de Pernambuco e do Piauí. Com recursos do Fapesb¹⁶, o Irpaa deu continuidade ao processo de capacitação aos empreendimentos.

Apesar do aspecto positivo da expansão geográfica do trabalho, as distâncias e a dispersão estavam dificultando os esforços liderados pelo Irpaa de animação e estruturação da rede. A apresentação do projeto *Ecoforte*, em 2014, contribuiu para que isso fosse levado em consideração, e assim foi definido que a rede centraria as suas ações nas organizações (grupos, associações e cooperativas) sediadas em municípios do território do Sertão do São Francisco da Bahia e atuaria diretamente nos empreendimentos produtivos da agricultura familiar e da economia solidária.

Os recursos do *Ecoforte* geridos pelo Irpaa e executados entre 2016 e 2017 contribuíram para o processo da estruturação inicial da rede com o aluguel de um espaço físico em Juazeiro, a contratação de uma equipe e a aquisição de veículo e diversos equipamentos.

O projeto *Ecoforte* estimulou e intensificou as ações de formação/capacitação das pessoas envolvidas nos grupos e empreendimentos (cursos de gestão, de elaboração de projetos para o PAA e Pnae, de plano de negócios, de beneficiamento de produtos, de manejo e conservação da Caatinga, de boas práticas de fabricação de produtos; e intercâmbio de experiências), incluindo a assessoria do Irpaa, além de ter investido na estruturação física da produção (equipamentos para o beneficia-

15 *Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária* — ações voltadas para a formação de lideranças em diversas regiões do Piauí, de Pernambuco e da Bahia (TSSF, Irecê e Sertão Produtivo). Política realizada através da parceria estabelecida entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

16 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

mento da produção¹⁷; kits de EPI¹⁸; cisternas com sistema de tratamento de água; mudas frutíferas) e na criação e impressão de rótulos para os produtos. Os investimentos materiais foram destinados aos empreendimentos menores, não tendo sido contemplada a Coopercuc.

Com a rede institucionalizada, novos apoios poderão surgir. A Central da Caatinga, em 2018, estava aguardando resposta do *Pró-Semiárido* — programa do Governo do Estado da Bahia em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola/Organização das Nações Unidas (Fida/ONU) — para financiamento de um pequeno complexo na beira do Rio São Francisco, em Juazeiro, que inclui supermercado, restaurante/lanchonete, barzinho e feira de produtos orgânicos. Caso essa proposta se concretize, poderá haver uma significativa expansão da experiência atual de venda de varejo do Armazém, além da execução de outros serviços que a Central ainda não oferece. Outra iniciativa em vista é o investimento da Central da Caatinga na caprinovinocultura a partir de proposta a ser elaborada e submetida ao *Projeto Bahia Produtiva CAR*, uma parceria entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Mundial, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Após 2010, o Irapa assessorou cerca de 10 mil famílias no TSSFe 10 municípios em outros territórios. O Sasop acompanhava, em 2017, cerca de duas mil famílias em 59 comunidades — Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova.



Foto: William França/ANA

Compostas de umbu, fruta típica da Caatinga, símbolo de resistência do povo sertanejo

17 Os empreendimentos receberam diversos tipos de equipamento, de acordo com as necessidades de cada um. Estes equipamentos incluíam: despoldadeira semi-industrial, lava-botas com acionamento em aço inox, mesa em aço inox, seladora, fogão industrial, liquidificador industrial, balança romana (150 kg), tacho industrial (60 l), pallets de PVC, estante desmontável etc.

18 Equipamento de Proteção Individual.



A Rede Sabor Natural do Sertão é constituída por agricultoras/es organizadas/os em grupos, cooperativas e associações

Resultados

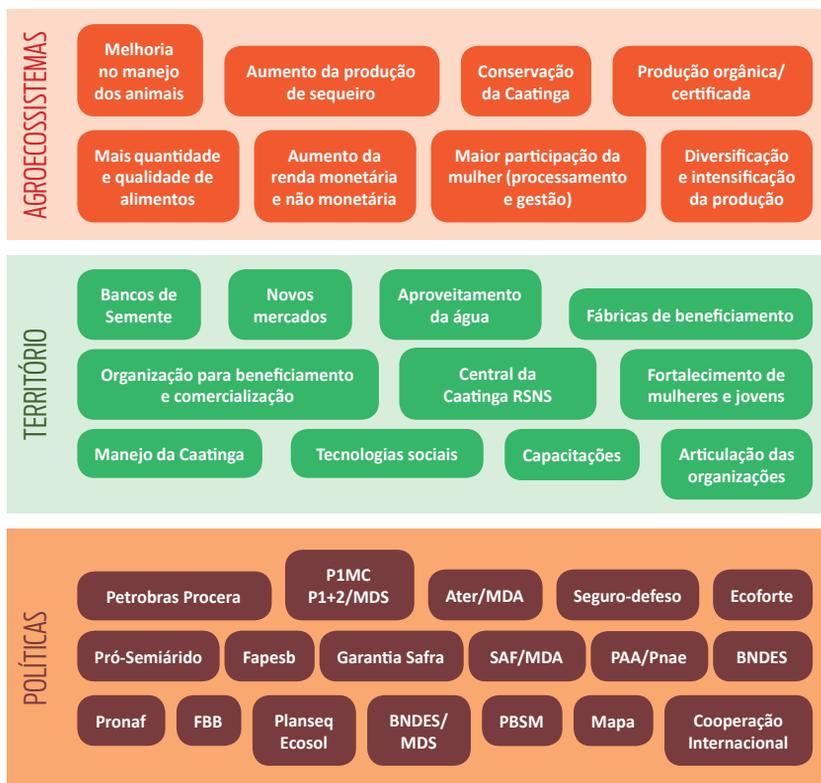
A atuação da Diocese de Juazeiro no início da década de 1980 foi uma base importante para a formação e a renovação das lideranças e diretorias de diversas organizações, principalmente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região.

As ações de fortalecimento das unidades familiares da região de sequeiro a partir da abordagem de “convivência com o Semiárido”, realizadas principalmente pelo Irpaa e pelo Sasop, além de outras entidades, como o Serviço de Assistência Socioambiental do Campo e da Cidade (Sajuc) e a Coopercuc, articuladas com outras organizações (STRs, Dioceses, CPT, paróquias), trouxeram benefícios significativos para milhares de famílias de diversas comunidades do território.

As atividades promovidas pelo *Ecoforte* complementaram e fortaleceram atividades que já vinham sendo realizadas com os grupos e empreendimentos e que contaram com diferentes fontes de financiamento mobilizadas pelas organizações (Coopercuc, Irpaa, Sasop etc.), tanto da cooperação internacional quanto de políticas públicas — P1MC e P1+2/MDS/ASA, *Projeto Sementes do Semiárido*/BNDES/MDS, Reaatingamento/Petrobras, Fundação Banco do Brasil, BNDES, Pronaf, PAA e Pnae.

FIGURA 6

POLÍTICAS E DESDOBRAMENTOS NO NÍVEL DO TERRITÓRIO E DOS AGROECOSSISTEMAS



Em um primeiro momento, alguns desses recursos foram importantes no trabalho junto às unidades produtivas familiares, pois permitiram a construção de uma base produtiva e organizativa para a produção da matéria-prima (frutas, mandioca, mel, entre outras) utilizada nas unidades de beneficiamento, que, por sua vez, transformaram os produtos vendidos para acessarem diferentes canais de comercialização. A assessoria e os processos de capacitação de agricultoras/es e organizações tiveram um papel fundamental nos resultados alcançados.

As tecnologias de coleta e armazenamento de água, principalmente as cisternas, estimularam e intensificaram a produção nos quintais com a construção de cercas e galinheiros, a implantação de hortas no sistema

“canteiros econômicos” e a produção de frutas, plantas medicinais e culturas alimentares, e, assim, fortaleceu-se o trabalho das mulheres, que são protagonistas na gestão de tais espaços (SIDERSKY, 2018).

O manejo da Caatinga, com raleamento, introdução de forrageiras e enriquecimento com espécies nativas e exóticas, ampliou o fornecimento de alimento para os animais e contribuiu para o desenvolvimento de plantas de interesse comercial e para o consumo, como o umbu e o maracujá-do-mato, e também da apicultura.

A apicultura tem se destacado como uma atividade importante na geração de renda no território. Na propriedade da Madalena e do Leonardo, um dos agroecossistemas que foram objeto de estudo no território, as principais fontes de renda provêm da criação de caprinos e da apicultura, e ambas ocorrem nas áreas de Fundo de Pasto. Da renda agrícola total, ou seja, R\$ 11.981,00, 37,7% (R\$ 4.519,00) são assegurados com a apicultura, 46,4% (R\$ 5.562,00) provêm da caprinocultura e do restante dos subsistemas — galinha, suínos, roçado e quintal. A assessoria garantida pelo *Ecoforte* tem tido um papel importante nos



Foto: William França/ANA

Diversidade da Caatinga, vegetação conhecida por sua capacidade de resiliência e transformação entre os períodos de estiagem e chuvoso

Até 2008, tinham sido instalados no TSSF aproximadamente 14 mil cisternas de 16 mil litros, 4 mil outras infraestruturas (cisternas de 52 mil litros, barreiros-trincheira, tanques de pedra etc.) e 900 poços tubulares.

Em 2005, existiam mais de mil apicultoras/es com aproximadamente 30 mil colmeias nos municípios de Campo Alegre, Remanso, Pilão Arcado e Casa Nova. E, em 2017, segundo o Irapa, já se contabilizavam 1.020 hectares recaatingados em 11 comunidades.

aspectos produtivos da apicultura e nos trâmites para legalizar e viabilizar a comercialização do mel.

Os investimentos realizados pelas famílias na criação animal (ovinos, caprinos e bovinos) com recursos do *Programa Brasil Sem Miséria* (PBSM) auxiliaram na melhoria das estruturas, dos plantéis, da alimentação e do manejo dos animais.



Apiário sob umbuzeiro na Bahia

A partir da análise da propriedade de Cristiane e Eduardo, outro agroecossistema analisado no território, é possível perceber a importância do manejo dos animais, principalmente dos caprinos em comunidades de Fundo de Pasto.

Entre 2013 e 2016, o Irpaa assessorou 5.300 famílias nos 10 municípios do território no âmbito do PBSM.

Da renda total produzida pela família em 2018, 60% provêm de fluxos não monetários — autoconsumo, trocas, doações e estoque —, sendo este último o mais importante, pois, de um produto bruto de R\$ 29.514,00 gerado no agroecossistema, 32% (R\$ 9.600,00) correspondem ao estoque representado pelos caprinos. Mesmo com a diminuição no plantel de cabras em função da seca, que provocou a redução de forragem da Caatinga, só foi possível manter esse volume de estoque graças à área coletiva de Fundo de Pasto e à diversificação e integração entre os subsistemas (hortaliças e frutas) (MORAES, 2018).

A instalação e melhoria de 30 bancos de sementes apoiados pelo Sasp em 10 municípios do território têm reduzido a perda de sementes provocadas pela seca e garantido uma maior disponibilidade de material reprodutivo para os plantios.

A estruturação dos grupos e de suas unidades produtivas associada aos processos de capacitação foi fundamental para tecer a Rede

Sabor Natural do Sertão, que tem como base a comercialização de produtos processados. Os derivados das frutas (polpa, geleia, doces), principalmente do umbu e do maracujá-da-caatinga, mas também de outras (goiaba, manga, tamarindo etc.), são os principais produtos beneficiados. Mas há também o mel, o artesanato e os derivados da mandioca (polvilho, beiju e sequilho) e do peixe (linguiça, filé e sardinha) (SIDERSKY, 2018).

O processo de produção, beneficiamento e acesso a novos mercados estimulou a constituição de grupos e organizações. Do total de grupos e organizações da Rede, 16 processam seus produtos e os demais comercializam *in natura* hortaliças, frutas, ovos, carne e produtos dos roçados. Alguns sócios da Cooperparaíso comercializam acerola, manga e outras frutas orgânicas e certificadas, e um grupo de sócios cultiva 60 ha de acerola orgânica certificada que é comercializada através de uma empresa que exporta o produto.

A constituição da Coopercuc e a instalação da fábrica no município de Uauá, além de outras 13 minifábricas em 13 comunidades dos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, foram importantes no estímulo aos

Foto: Victor Leonam de Moraes/ANA



Agricultoras/es identificam os fluxos entre os diferentes subsistemas da área manejada pela família

demais empreendimentos e grupos que fazem parte da Rede.

O PAA foi uma importante fonte de comercialização para a região, sobretudo para viabilizar as organizações que integram a Rede. O acesso a essa política foi iniciado em 2003. Em 2007, aproximadamente R\$ 2,2 milhões, distribuídos em ao menos 19 contratos, foram executados por diversas entidades da Rede, envolvendo mais de 30 diferentes produtos cultivados pela agricultura familiar. A partir de 2016, as vendas para o PAA diminuiriam drasticamente. Em geral, as entidades que acessaram o PAA também recorreram e ainda se beneficiam do Pnae, enquanto a perspectiva para o PAA é de encerramento (SIDERSKY, 2018).

O trabalho iniciado pela Coopercuc valorizou matérias-primas como o umbu e o maracujá-da-caatinga, elevando e estabilizando preços, e, com isso, houve um efeito irradiador tanto no surgimento de outros empreendimentos e grupos como no envolvimento de famílias que não fazem parte dessas organizações, mas que fornecem matéria-prima para o processamento.



Foto: William França/ANA

Beneficiamento agrega valor aos produtos do extrativismo da Caatinga

A Coopercuc vende seus produtos para: revendedores em seis estados; mercado institucional (PAA e Pnae); outros países (França e Áustria); eventos e feiras; e supermercado. Em 2014, a cooperativa beneficiou 13 produtos, entre doces, geleias, compotas e caldas (140 toneladas de frutas), obtendo receita bruta de mais de R\$ 1.470.000,00.

A Coopercuc adquire umbu e outras frutas de seus associados e de outras 500 famílias que não são sócias da cooperativa.

O fato de a maior parte das frutas produzidas na região ser rapidamente perecível comprometia a comercialização em escalas maiores e para centros de consumo mais distantes. O processamento e o acesso a diferentes mercados compradores foram determinantes na valorização de espécies nativas, principalmente do umbu e do maracujá-da-caatinga e, conseqüentemente, na conservação das áreas de Caatinga nas unidades familiares e nas comunidades de Fundo de Pasto.

Embora o volume processado e comercializado pela Coopercuc seja alto, a maioria dos grupos e empreendimentos econômicos que integram a RSNS trabalha em escalas pequenas, mas significativas para a renda das famílias envolvidas.

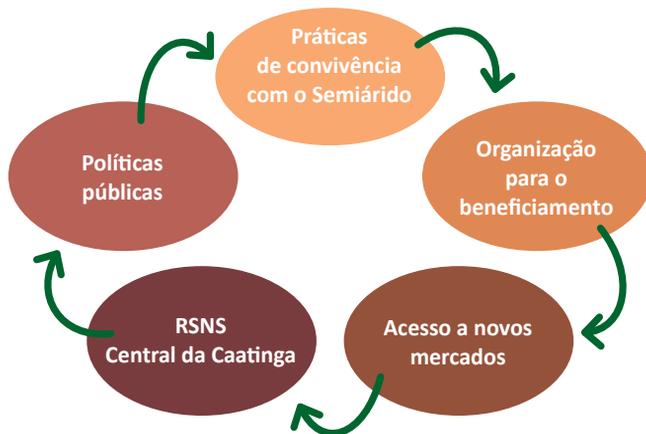
A assessoria, os processos de capacitação e as estruturas para os grupos e empreendimentos financiados pelo *Ecoforte* em sinergia com outras políticas foram essenciais na organização e conformação da RSNS tal qual está modulada atualmente. Esse apoio estimulou a rede a se estruturar de forma mais organizada e buscar a formalização através da criação da Central da Caatinga. O Armazém da Central, loja instalada no centro comercial de Juazeiro em 2018 e que expõe mais de 300 produtos de 30 cooperativas, é um desdobramento desse processo e um local que deverá dar visibilidade para os produtos da Rede e oportunizar novos negócios.

Assim como a instalação do Armazém da Central é uma estratégia de comercialização e comunicação, diversas outras formas de divulgação das práticas e dos produtos foram e têm sido utilizadas pelas organizações que integram a RSNS. Entre elas, está a produção de materiais, como informativos, boletins e cartilhas, e de programas de rádio e a utilização dos meios digitais (*site*, páginas no Facebook e Instagram, *blogs* e canal no YouTube).

A Aapssé gerou receita bruta de R\$ 22.400,00, processando 870 kg de mel, 300 pacotes de sequilhos, 200 pacotes de “peta” e 200 kg de polpas de fruta e ainda vendendo *in natura* 890 kg de aipim e 500 kg de pimentão.

Irpaa e Sasop publicaram diversas cartilhas temáticas¹⁹ e o boletim *O Candeeiro*, este último uma importante ferramenta didática promovida pela Articulação Semiárido (ASA) e utilizada nos processos de formação e troca de experiências, que abordou temas diversos²⁰.

FIGURA 7
FLUXO DOS PRINCIPAIS EVENTOS DE DINAMIZAÇÃO DO TERRITÓRIO



As iniciativas de comunicação envolvendo jovens rurais também contribuíram para a divulgação das ações realizadas no âmbito da Rede. O trabalho de formação de comunicadoras/es populares, iniciado pela Diocese de Juazeiro na década de 1980, desdobrou-se posteriormente em diversas ações. Em 2010, foi criado o

Em 2017, o Irpaa tinha 1.100 seguidores no Instagram, além de 5.000 amigos virtuais e mais de 4.600 curtidas na página do Facebook. O site do Sasop contabilizou mais de 11.500 acessos em 2017 e aproximadamente 3.500 seguidores no Facebook. E a página da Coopercuc no Facebook conta com cerca de 5.100 seguidores.

19 Irpaa: *No Semiárido, viver é apreender a conviver; A roça no Sertão; Criação de cabras; A água no Semiárido brasileiro*. SASOP: *Criando abelhas no Sertão da Bahia, Criando caprinos no Sertão da Bahia, Segurança Alimentar e Nutricional da Agricultura Familiar – Manual de orientação*.

20 Temas abordados no boletim *O Candeeiro*: aproveitamento de água, sementes, criação de caprinos, meliponicultura, beneficiamento de fruta ou mandioca, apicultura, quintais produtivos e horticultura, artesanato, saúde e plantas medicinais, empoderamento feminino, luta pela terra, associativismo, cultura e tradição.

informativo *Carrapicho*, que aborda a convivência com o Semiárido e noticia acontecimentos da região e que recentemente foi publicado em formato digital — ação esta que envolveu aproximadamente 60 jovens.

Entre 2009 e 2017, foram publicados 51 números do boletim *O Candeeiro* pelo Sasop e 25 pelo Irpaa.

O Sasop, o Irpaa e outras organizações que executam o *Projeto Pró-Semiárido* promoveram oficinas de comunicação dirigidas à juventude rural, muitos deles egressos da Escola Família Agrícola (EFA) instalada na região. Capacitados, esses jovens têm produzido vídeos, matérias, cordéis e divulgado o conteúdo em rádio, página de Facebook e grupos de WhatsApp (Juventude Agroecológica, Jovens Comunicadores).

Um grupo desses jovens fundou a Associação de Técnicos, Técnicas e Apoiadores da Agricultura Familiar do Estado da Bahia (Ataf) e apresentou um projeto à CAR para financiamento de “feiras interterritoriais”, a ser instalado inicialmente em Pilão Arcado.

O Irpaa realiza todos os anos um curso de formação para a juventude rural visando capacitar multiplicadoras/es da proposta de Convivência com o Semiárido, no qual é abordada a comunicação, além de outros temas — saneamento, arte e cultura popular, direito a terra e água, produção agroecológica etc.

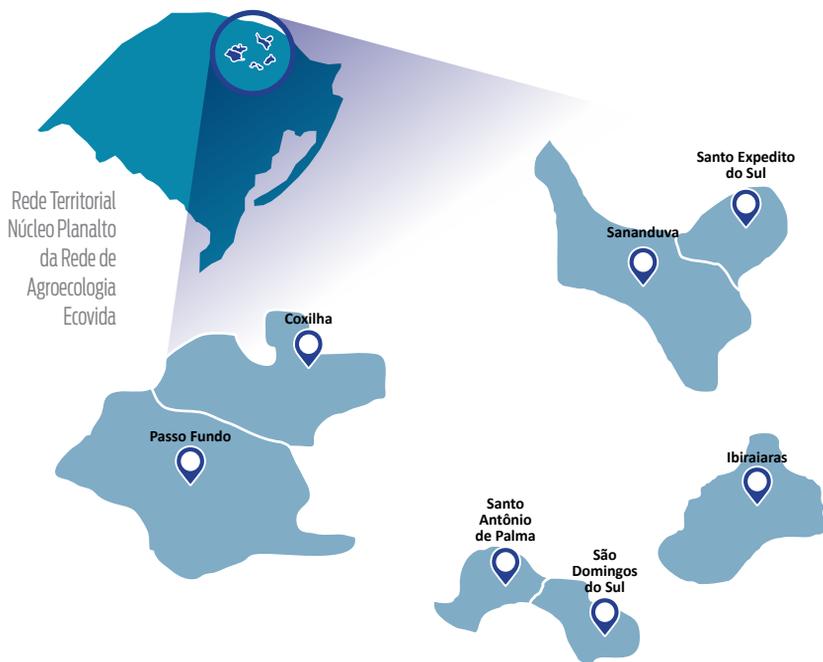
Apesar de a rede contar atualmente com 22 organizações e grupos, outros coletivos estão se beneficiando também da assessoria e dos processos de comercialização via Central da Caatinga e envolvendo muitas outras famílias. E ainda existem muitas famílias e grupos que não estão no âmbito de atuação da RSNS, mas que também buscam transformar suas áreas em sistemas produtivos mais sustentáveis, ou seja, o esforço rumo à sustentabilidade no território do Sertão do São Francisco extrapola a atuação da Rede e da Central da Caatinga.

3.1.3 Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida (RS)

A Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida, doravante identificada como Rede Territorial, abrange sete municípios²¹ localizados no norte do estado do Rio Grande do Sul. Esse conjunto de municípios constitui uma parcela do Núcleo Planalto, um dos oito²² núcleos que pertencem à Rede Ecovida no Rio Grande do Sul.

FIGURA 8

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA REDE TERRITORIAL NÚCLEO PLANALTO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA



21 Passo Fundo, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Sananduva, Santo Expedito do Sul, Coxilha e Ibiraiaras. Estes dois últimos municípios foram beneficiados pelas ações do projeto *Ecoforte*, embora seus atores não participem de forma sistemática na dinâmica do Núcleo Planalto.

22 Núcleo Litoral Solidário, Núcleo Serra, Núcleo Planalto, Núcleo Alto Uruguai, Núcleo Missões, Núcleo Vale do Rio Parto, Núcleo Vale do Caí e Núcleo Sul.

A Rede de Agroecologia Ecovida é uma articulação constituída em 1998 que atua na construção da agroecologia em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural na Região Sul do País e o faz a partir da articulação de grupos informais de famílias produtoras e de consumidores, associações, cooperativas, ONGs e outras instituições que se organizam atualmente em 27 núcleos regionais, distribuídos em 352 municípios, e que envolve cerca de 4.500 famílias organizadas em aproximadamente 340 grupos.

A área de abrangência da Rede Territorial é apenas uma das regiões que foram beneficiadas com o projeto *Ecoforte*, cujo espaço de atuação envolveu atores dos oito núcleos da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul e ainda um tecido social mais amplo envolvido com as frutas nativas.

A região está inserida no bioma Mata Atlântica. Os municípios de Santo Antônio do Palma e São Domingos do Sul estão situados numa região fisionômica denominada de Encosta da Serra. Ibiraiaras, Sananduva e Santo Expedito do Sul estão nos Altos da Serra, enquanto Coxiilha e Passo Fundo localizam-se no Planalto, onde predominam propriedades de maior tamanho e muita gente com pouca terra.

A configuração agrária atual, não apenas do território, mas de todo o estado, é resultado de um processo de colonização de imigrantes europeus assentados sobre áreas indígenas, o que provocou intensos conflitos.

Os grupos sociais ligados à Rede Territorial, em sua maioria, são de agricultores familiares que tiveram acesso à terra por direito hereditário, ou seja, por meio da sucessão familiar. Com menor intensidade, o acesso à terra ocorreu tam-



Foto: Cetap/Arquivo

Criação do Cetap, em 1986, em Passo Fundo (RS)

bém pelo crédito fundiário e a partir de assentamentos da reforma agrária. E ainda existem no território áreas indígenas, quilombolas e Unidades de Conservação.

Ainda que tenha havido redistribuição da terra via assentamentos de reforma agrária, a conjuntura dos últimos 30 anos é de êxodo rural provocado pela concentração fundiária e relacionada com o fortalecimento do agronegócio, principalmente em função do aumento da produção de grãos e da monocultura da soja.

Uma das características de todos os sete municípios é a grande presença da pequena propriedade: 82% dos estabelecimentos rurais estão dentro da média da frequência relativa de estabelecimentos de até 50 ha e é onde residem 80% da população rural acima dos 14 anos. Além disso, 10% das propriedades nos sete municípios são minifúndios com até 5 ha (IBGE, 2006).

Há uma forte tendência de especialização dos agroecossistemas da agricultura familiar, com destaque para a criação de suínos, aves de corte e gado de leite, e ainda os cultivos de soja, milho e, com menos frequência, o trigo e o tabaco cultivado em um sistema de cadeia produtiva verticalizada ligada a cooperativas e empresas. O cultivo da soja também ocorre nas médias e grandes propriedades dentro de uma lógica empresarial com grandes áreas de monocultivo.

Ainda que com uma matriz técnica convencional e destinada à comercialização, muitos dos agroecossistemas da agricultura familiar têm algum nível de diversificação (horta, pomar, pequenos animais).

Mas a diversificação maior ocorre nos agroecossistemas agroecológicos, que cultivam diferentes variedades de hortaliças, grãos, frutas e pequenos animais, tanto para o autoconsumo como para a comercialização, e ainda processam e transformam uma parte da produção em alimentos, como chimias, geleias, compotas, polpas, queijo e panificados.

Em geral, esses produtos oriundos da produção agroecológica têm como mercado prioritário as feiras, mas existem famílias que estão ar-

ticuladas a associações, empreendimentos, cooperativas e entrepostos que facilitam a comercialização. A Rede Ecovida cumpre um importante papel de articular essas diferentes iniciativas em cada um dos núcleos regionais existentes no sul do País.

A trajetória de envolvimento dos atores em um desses núcleos e o apoio dado pelo *Ecoforte* serão abordados a seguir.

Trajatória

Em 2017, a Rede Territorial era constituída por 42 diferentes atores²³: duas cooperativas, uma associação, três grupos informais, duas organizações não governamentais, duas instituições de ensino, dois grupos de consumidores, sete feiras, um ponto fixo de comercialização e 22 unidades agroecológicas de processamento, entre familiares e coletivas.

Não existe uma estrutura formal da Rede Territorial sistematizada, e sim uma dinâmica que extrapola sua área de atuação. Como parte do Núcleo Planalto da Rede Ecovida, os membros da Rede Territorial participam de uma dinâmica sócio-organizativa mais abrangente, em que são realizadas periodicamente reuniões dos grupos de agricultores e entre os diferentes atores que participam do Núcleo Planalto da Rede Ecovida, e ainda de representantes desse núcleo nas Plenárias Estaduais da Rede Ecovida, assegurando, assim, um fluxo de informações e tomadas de decisão em rede.

23 Membros da Rede Territorial: **Cooperativas:** Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativo (Coonalter), Cooperativa de Produtores de Alimentos Orgânicos em Economia Solidária (Coopvida); **Associação:** Associação de Agricultores Ecologistas de Sananduva (famílias de Santo Expedito do Sul, Sananduva e Centenário); **Organizações:** Cáritas e Cetap; **Grupos Informais:** Cristo Rei (famílias de Santo Antônio do Palma, Vila Maria e Maraú), Sagra Italiana (famílias de São Domingos do Sul), Santo Antônio do Palma (famílias de Santo Antônio do Palma, Aceguá e Casca); **Instituições de Ensino:** Núcleo de Agroecologia da Universidade Federal de Passo Fundo, Escola Padre Aleixo (Ibiraiaras); **Grupos de Consumidores:** Boia Bacana-Slow Food (Passo Fundo), Grupo de Consumidores de Ibiraiaras; **Feiras:** Passo Fundo, Feira Ecológica da Universidade de Passo Fundo, Feira Ecológica na Praça da Mãe, Feira da Praça Antonino Xavier, Feira Ecológica no Bairro Santa Teresinha (Sananduva), Feira Ecológica de Sananduva; **Ponto fixo de comercialização:** Centro de Ação Solidária CAS (São Domingos do Sul); **Unidades agroecológicas de processamento:** *Encontro de Sabores* e 21 agroindústrias localizadas em Sananduva, Santo Expedito do Sul, Passo Fundo, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Coxilha e Ibiraiaras.



Encontro para troca de sementes crioulas

Segundo Martins (2018), a Rede Territorial tal qual está configurada atualmente começa a ser tecida na década de 1980, ocasião em que a agricultura familiar vivia uma grave crise provocada pela intervenção do Estado que, além de não oferecer políticas de suporte às famílias, ainda incentivava a “modernização” da agricultura, principalmente com apoio aos monocultivos. As principais consequências desse cenário foram a concentração fundiária, o empobrecimento de agricultores que viviam da produção de base familiar e o êxodo rural.

É nesse contexto e com o interesse em buscar saídas e soluções para os desafios enfrentados pela agricultura familiar que diversas organizações do movimento social²⁴ — entre elas o MST, MAB, MMTR, a Comissão Sindical Rural, Cáritas, CPT, PJR e o Movimento Indigenista — articularam-se para, junto às/aos agricultoras/es familiares, lutar pela posse da terra e permanência nas propriedades e pela conquista de direitos sociais (saúde, previdência social e direito das mulheres).

24 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Comissão Sindical Rural, Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Movimento Indigenista.



Formação para lideranças de movimentos sociais nos anos 1990, na sede do Cetap, em Passo Fundo (RS)

Para além das questões agrárias, os movimentos sociais viram a necessidade de avançar em alternativas ao modelo produtivo excludente imposto pelo Estado. Com esse objetivo, foi criado, em 1986, o Cetap²⁵, que, juntamente com a Escola de Formação da Juventude Rural, consolidou as primeiras experiências de agricultura alternativa nas Unidades de Referência²⁶, a partir de cursos de formação e iniciativas de experimentação em práticas produtivas.

A aproximação, ainda na década de 1980, entre a Rede Projeto de Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e os movimentos sociais fortaleceu o debate sobre os limites do modelo convencional de agricultura e a busca por uma produção mais sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. Frente à ausência do Estado, os recursos financeiros da cooperação internacional foram importantes nos processos de articulação, formação e organização social com base em situações concretas e ajustadas à realidade do território.

25 Centro de Tecnologias Alternativas e Populares — Cetap.

26 As Unidades de Referência em tecnologias alternativas tinham como objetivo testar e desenvolver técnicas de manejo de solos, resgate de sementes crioulas, entre outras. A implantação dessas unidades fazia parte de um processo de experimentação e construção de conhecimento nas comunidades rurais e eram implantadas nas unidades de produção familiares com o objetivo de promover a socialização e disseminação de conhecimentos para outras famílias de agricultoras/es e grupos.

O Cetap teve um papel determinante na assessoria e construção de práticas mais sustentáveis de produção — manejo de solos, criação de suínos ao ar livre, galinhas caipiras, apicultura, produção de leite a pasto e resgate e produção de sementes crioulas.

Na intenção de expandir e fortalecer as práticas e garantir direitos, os movimentos sociais passaram a lutar e reivindicar políticas públicas compatíveis e apropriadas ao contexto da agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) surgiu nesse cenário e contribuiu para criar condições para muitas famílias reestruturarem seus processos produtivos, embora o seu acesso tenha sido condicionado à lógica do agronegócio pelas agências financiadoras e o resultado, na maioria dos casos, tenha sido a reprodução das dinâmicas convencionais de produção.

A busca pela produção em bases sustentáveis criou condições para que a agroecologia se manifestasse no estado na década de 1990 como um conceito que propunha ir além da produção e das tecnologias alternativas, ao interpretar a agricultura como um modo de viver, de produzir alimentos saudáveis e de estabelecer relações sociais mais solidárias entre o campo e a cidade.

Conforme as experiências agroecológicas de produção avançavam e eram ampliadas, novos desafios se apresentavam, entre eles o de organizar a comercialização. Iniciativas simultâneas protagonizadas pelas organizações locais, entre elas a Cáritas, o Sindicato da Saúde e o Cetap, passaram a discutir a importância de espaços de comercialização para agricultura familiar e que oferecessem alimentos saudáveis para a população urbana.



Foto: Cetap/Arquivo

Tecnologia alternativa para controle biológico da lagarta da soja

Nesse contexto, no final da década de 1990 surgiram o Fórum Regional de Economia Solidária, a primeira feira agroecológica de Passo Fundo, as cooperativas de agricultoras/es agroecológicas/os do território e ainda a Rede de Agroecologia Ecovida, constituída por diversos núcleos regionais, entre eles o Núcleo Planalto.

Apesar dos avanços alcançados pela Rede, o agronegócio inaugurou um novo ciclo de produção nos anos 2000, com a entrada de sementes transgênicas de soja e o uso intensivo de agrotóxicos, principalmente do glifosato, incentivados por políticas públicas como o Pronaf, causando mais impactos e, novamente, mais êxodo rural no território.

Nesse mesmo período, em contraposição a essa situação e buscando novas alternativas para a agricultura familiar, as organizações empenhadas na construção da agroecologia no território inauguraram duas novas frentes de trabalho: a promoção e a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e o resgate, a valorização e o beneficiamento das frutas nativas (pinhão, por exemplo), tanto de plantas de ocorrência natural como cultivadas, inclusive nas áreas de SAFs. Recursos de políticas públicas, como o Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)/Programa Piloto para a

Foto: Ceatap/Arquivo



Intercâmbio sobre agrofloresta no Rio Grande do Sul

Proteção das Florestas Tropicais (PPG7)/Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o programa estadual Pesquisa por Demanda, apoiaram o desenvolvimento dos SAFs no território. Em 2002, o Cetap realizou a primeira experiência de despolpa de frutas nativas (MARTINS, 2018).

Novas políticas públicas federais e estaduais de apoio à agricultura familiar surgiram nesse período e passaram a dar suporte e promover práticas agroecológicas e a estruturação de feiras e de agroindústrias familiares e coletivas, entre elas o Programa Estadual de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (Panpa), que auxiliou a estruturação de cooperativas, agroindústrias e espaços de feiras no território. Nesse mesmo período e de forma individual, agricultoras/es acessaram também políticas públicas fundiárias, de crédito, de custeio e de investimento.

Em 2007, foi criado, no âmbito do trabalho do Cetap, o *Encontro de Sabores*, uma organização socioeconômica coletiva com o propósito de estimular processos coletivos de produção, beneficiamento e comercialização das frutas nativas e dos alimentos preparados e que estabelece relação com diferentes atores dentro e fora do território.

O *Encontro de Sabores* atualmente está sediado em Passo Fundo e tem uma estrutura de agroindústria de processamento de frutas nativas e pinhão, de preparo e armazenamento de alimentos, e ainda conta com um entreposto em Vacaria que apoia a logística de produção de picolés e de comercialização do pinhão. É um empreendimento coletivo que prioriza o recebimento de matéria-prima (frutas) de grupos organizados e estimula processos coletivos, como mutirões de coleta de frutos e pinhão e seu beneficiamento, formações sobre boas práticas de manejo e processamento, preparo de alimentos e ainda, enquanto um ator da Cadeia Solidária das Frutas Nativas²⁷, realiza a venda dos produtos em pontos de comercialização, feiras, bancas em eventos, coquetéis e jantares.

27 Instância de articulação estadual surgida em 2011, a partir das experiências de valorização da sociobiodiversidade executadas pelos Territórios Planalto e Campos de Cima da Serra da Rede Ecovida, e que foi implementada pelo Cetap e pelo *Encontro de Sabores* em articulação com outras organizações ligadas à Rede Ecovida (exs.: Centro Ecológico, Anama). Contou inicialmente com o apoio da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.



Processamento e despolpa de butiá em Passo Fundo (RS)

Os anos 2000 foram marcados pela intensificação nas relações entre o rural e o urbano, principalmente pela maior participação e protagonismo das/os consumidoras/es nas feiras, a realização de jantares ecológicos e a valorização da agrobiodiversidade e da biodiversidade nativa. Além disso, foram estruturados pontos de comercialização pelas cooperativas e pelo *Encontro de Sabores*, contribuindo para o fortalecimento dos processos de comercialização e da relação com o público urbano.

Na segunda metade dos anos 2000, são constituídos novos coletivos. Surgem grupos de consumidores e, além do *Encontro de Sabores*, empreendimentos para executar circuitos curtos de comercialização, como a Cooperativa Mista e de Trabalho Alternativo (Coonalter) e a Cooperativa de Produtores de Alimentos Orgânicos em Economia Solidária (Coopvida).

Nesse período, as famílias passaram a acessar os programas do mercado institucional (PAA e Pnae). Acessaram também o Feaper/SDR²⁸ e o crédito Pronaf Mais Alimentos para investir na produção e em infraestrutura. O *Encontro de Sabores*, enquanto membro da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, mobilizou recursos da Sesampe²⁹ para o investimento no processamento das frutas nativas, além de ter recebido recursos da cooperação internacional, que foram aplicados nas primeiras adequações do espaço físico da agroindústria.

28 Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais/Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

29 Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

As principais ações e mudanças ocorridas e que fazem parte da história da Rede Territorial estão registradas a seguir na linha do tempo do território.

QUADRO 3

LINHA DO TEMPO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO DA REDE TERRITORIAL NÚCLEO PLANALTO DA REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA (RS)

Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010
Luta pela terra	Nova fase da Revolução Verde: plantio direto e sementes transgênicas	Expansão dos transgênicos; implantação dos primeiros SAFs	Reconhecimento das iniciativas agroecológicas
Revolução Verde; identificação dos impactos dos agrotóxicos	Mulheres acessam direitos; agricultoras/es acessam o Pronaf	Políticas públicas estaduais e federais de apoio à agroecologia	SAFs integram sistemas agroecológicos de produção
Ausência de políticas públicas para a agricultura familiar	Banco de Sementes crioulas e consolidação das Unidades de Referência em agroecologia	Aproximação entre movimentos de Economia Solidária e de agroecologia	Ater Agroecologia; <i>Ecoforte</i> ; cooperativas acessam PAA e Pnae
Criação do Cetap e do Centro de Formação	Criação do Núcleo Planalto da Rede de Agroecologia Ecovida	Criação do <i>Encontro de Sabores</i> e de pontos fixos de comercialização	Participação na Cadeia Solidária das Frutas Nativas e no Circuito de Comercialização da Rede Ecovida
Escola de Formação da Juventude Rural	<i>1ª Feira Agroecológica</i> ; cooperativas de agroecologia	Início das experiências de processamento das frutas nativas	Articulação com Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e universidades
Formação dos grupos de cooperação agrícola	Articulação do Fórum Regional de Economia Solidária	Ações de alimentação saudável com público urbano; feiras identificadas como Espaço de Saúde	Eventos de promoção da culinária demonstrativa da biodiversidade nativa; surgimento de grupos de consumidores

Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2017, o projeto *Ecoforte* apoiou ações desenvolvidas nos oito núcleos da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul, contemplando 18 Unidades de Referência³⁰, entre elas o *Encon-*

30 Neste caso, as Unidades de Referência consistem em espaços produtivos de valorização e aproveitamento dos produtos da biodiversidade. Sua implantação teve como objetivo qualificar os espaços de processamento,

tro de Sabores na Rede Territorial, contribuindo para fortalecer uma dinâmica territorial preexistente.

No âmbito da Rede Territorial, o *Ecoforte* colaborou com o *Encontro de Sabores* em três principais aspectos: i) estruturação do processo produtivo com a aquisição de equipamentos para as Unidades de Referência (ex.: *kit* de processamento de pinhão³¹) e assessoria na implantação; ii) valorização dos produtos da sociobiodiversidade, qualificação do processamento e articulação produtiva junto às famílias/grupos, com a realização de cursos e oficinas abordando o uso, a coleta e o processamento das frutas nativas e do pinhão; e iii) promoção de intercâmbios técnicos entre as Unidades de Referência situadas em outros territórios da Rede Ecovida, divulgação dos produtos para diversos atores sociais (empreendimentos, universidades, Slow Food) e para o público em geral, principalmente com a realização de jantares ecológicos, palestras sobre alimentação saudável e consumo consciente nas escolas e participação nas feiras. E ainda apoiou a Coopvida e Coonalter com *kits* para o processamento de frutas nativas, hortaliças e legumes.

Aproveitando-se do acúmulo obtido pela Rede Territorial com o acesso a políticas públicas como PDA, Ater Agroecologia, Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), PAA/Pnae, Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), Pronaf Mais Alimentos, apoio da Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe) e da Prefeitura de Vacaria, além da cooperação internacional e da iniciativa privada (Brookfield), os recursos do *Ecoforte* fomentaram novos processos de mobilização, formação, produção, beneficiamento e comercialização a partir da valorização da sociobiodiversidade das frutas nativas e do pinhão.

Além das políticas mencionadas acima, o *Ecoforte* estabeleceu uma produtiva sinergia com a chamada pública da Ater Agroecologia, pois

gerar trabalho/renda, além de servir como instrumento pedagógico comunitário para sensibilizar mais famílias e grupos para o aproveitamento dos produtos da sociobiodiversidade.

31 Picador elétrico, seladora, balança eletrônica, *freezer*, descascador de pinhão, fogão industrial, impressora de rótulos e panela de pressão.

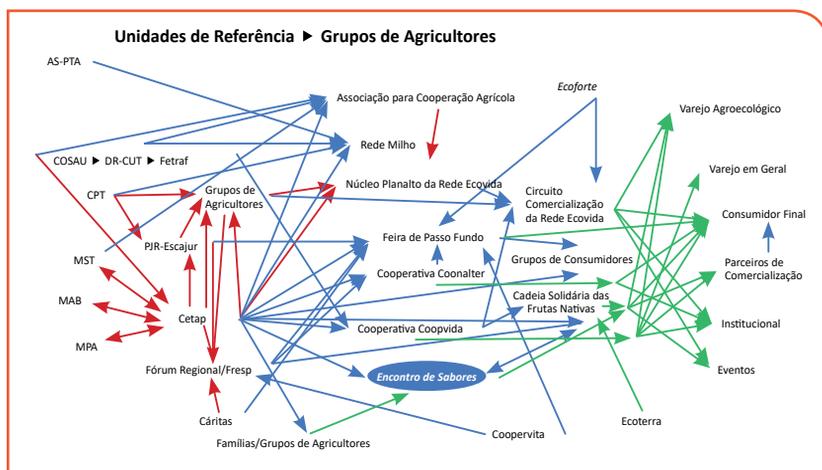
esta última auxiliou as famílias com a assessoria técnica em agroecologia e com a realização de intercâmbios.

Às atividades promovidas pelo *Ecoforte*, foi agregada, também, a contribuição oferecida pelo Núcleo de Agroecologia (NEA) da Universidade de Passo Fundo. O NEA apoiou a orientação de boas práticas na fabricação dos alimentos processados, o amparo técnico e o apoio político às feiras ecológicas de Passo Fundo e a sensibilização sobre os riscos do uso dos agrotóxicos.

O apoio do *Ecoforte*, portanto, vem para dinamizar e fortalecer uma articulação em rede a partir do apoio ao *Encontro de Sabores*, que se vincula a diversos movimentos, organizações, grupos e empreendimentos. Os fluxos entre esses diferentes atores podem ser visualizados na figura a seguir.

FIGURA 9

PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DA REDE TERRITORIAL DO NÚCLEO PLANALTO DA REDE ECOVIDA (RS)



Autoria da ilustração: Gustavo Martins — elaborado em conjunto com os atores locais.

Legenda

- Processos Sócio-organizativos**
- Processos de Organização Socioecocômicos**
- Processos de Construção de Mercados**

Glossário:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB); Comissão Sindical Rural; Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR); Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf)

Resultados

A luta dos movimentos sociais por direitos e pela posse da terra teve grande relevância para o fortalecimento da agricultura familiar no território. Ao demonstrar que existiam alternativas ao modelo convencional de produção exclusivamente mercantilista, a construção de práticas agroecológicas de produção cooperou para que uma parcela das/os agricultoras/es familiares pudesse permanecer nas propriedades, amenizando, assim, os impactos gerados pela “modernização” da agricultura, que provoca o empobrecimento e a exclusão de agricultoras/es.

A organização das famílias e dos grupos de produtoras/es e a articulação entre as entidades ampliaram os espaços de comercialização para a agricultura familiar com a instalação das feiras, cooperativas, empreendimentos e, principalmente, com a criação da Rede de Agroecologia Ecológica.

A reivindicação e o acesso a políticas públicas federais e estaduais (Programa Estadual de Apoio a Novos Produtos Agropecuários (Panpa), PDA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Foto: Marcelo S. Araújo



Feira ecológica em Passo Fundo (RS)

(CNPq), entre outras) pelos grupos, famílias e organizações foram essenciais para a consolidação das experiências de produção agroecológica, para a criação dos novos dispositivos econômicos coletivos e para a articulação local entre os atores.

Os resultados técnicos, sócio-organizativos e socioeconômicos obtidos pelas famílias e organizações que integram a Rede Territorial são produtos de um processo continuado e cumulativo de busca por soluções para enfrentar os dilemas presentes nos diferentes momentos históricos do território. As dificuldades foram enfrentadas com empenho e inovações. Entre estas inovações, estão o trabalho de valorização e processamento das frutas nativas e do pinhão e a implantação de sistemas agroflorestais.

Um dispositivo econômico coletivo de ocorrência na Rede Territorial, mas que envolve atores de outros territórios e que merece destaque, é o *Encontro de Sabores*. As iniciativas do *Encontro de Sabores*, aliadas às ações do Cetap, inovam ao propor e construir sistemas produtivos mais próximos aos ecossistemas naturais, como os SAFs, ao estimular o extrativismo e o uso da biodiversidade nativa e marginalizada, ao desenvolver estratégias de organização socioprodutiva e econômica e ao estimular as relações solidárias de produção e comercialização entre iniciativas rurais e urbanas (MARTINS, 2018).

O Encontro de Sabores produz 10 sabores de polpas de fruta e 15 tipos de outros alimentos (doces e salgados) a partir de frutas e pinhão, além de oito diferentes sabores de picolés.

Alimentos de alta qualidade procedentes da biodiversidade nativa que estavam sendo perdidos, como é o caso das frutas nativas, e subvalorizados, como o pinhão, passaram a ser aproveitados tanto para o autoconsumo como para a comercialização e geração de renda. Como consequência, há um reconhecimento da importância da biodiversidade regional para além dos aspectos cênicos ou como fonte de alimento



○ O aproveitamento de frutas nativas, como a uvaia, incrementa a renda de famílias no Rio Grande do Sul

para animais silvestres. O valor para o autoconsumo e monetário das frutas nativas na lógica do uso e manejo sustentável conduz à preservação dessas espécies e, portanto, à conservação da biodiversidade, dos solos e da água.

A valorização das frutas nativas ampliou as possibilidades de uso e de manejo nas propriedades e, portanto, de trabalho e renda. Isso promoveu, também, a inclusão social e produtiva de famílias em condição de vulnerabilidade social, o que é constatado no extrativismo do pinhão.

Outro aspecto relevante no aproveitamento das frutas nativas e do pinhão é o fato de o trabalho de coleta e processamento ser desenvolvido com base na lógica da organização familiar, ou seja, envolvendo

No âmbito do *Encontro de Sabores*, foram envolvidas, na coleta de pinhão, de frutas e na produção de polpas, 42 famílias de diferentes comunidades rurais dos Núcleos Serra, Alto Uruguai e Planalto da Rede Ecovida. Além destas, sete famílias participaram na elaboração de alimentos, nos serviços de coquetéis e na preparação de jantares.

mulheres, homens e com menor presença de jovens. A assessoria do Cetap e de outras organizações auxiliou essas famílias e grupos a adquirir e conceber conhecimentos e inovações no processamento das frutas e do pinhão e no desenvolvimento de novos produtos/alimentos, a exemplo do picolé de juçara.

As unidades de processamento, sejam coletivas ou familiares, vinculadas aos diversos canais de comercialização presentes no território, tornaram-se importantes dispositivos para agregar valor aos produtos agroecológicos e, portanto, ampliar a renda das famílias envolvidas.

Apenas no âmbito da Rede Territorial foram ativadas 22 unidades de processamento, sendo 19 informais e três formais, incluindo-se nestas últimas o *Encontro de Sabores*. Destas, quatro receberam apoio direto do *Ecoforte*, o que contribuiu para potencializar a coleta, aumentar a capacidade produtiva e qualificar as etapas de produção do “processamento inicial” e da “transformação” das frutas nativas e do pinhão, ampliando a produção de polpa e, conseqüentemente, a renda das famílias.

A aproximação entre as organizações promotoras da agroecologia e os movimentos urbanos comprometidos com a economia solidária em torno de objetivos comuns, como conservação ambiental, con-

A família de Edelaine e Diógenes conseguiu, no ano de 2017, obter, com o subsistema agroindústria – polpas de fruta (butiá, araçá, uvaia, guabiroba, jabuticaba, amora, manga), sucos, doces etc. –, uma Renda Agrícola Monetária (RAM) de R\$ 23.356,00, o que corresponde a 54% da RAM total alcançada na propriedade (MARTINS; BRINKER, 2018).

Com o apoio do *Ecoforte*, a família de Edelaine e Diógenes, que gerencia um dos agroecossistemas analisados, teve um aumento de 200% na produção de polpas de fruta.

sumo consciente, alimentação saudável e relações solidárias de produção e comercialização, tem criado condições favoráveis para uma aliança no território entre produtores e consumidores.

Essa convergência fortaleceu e foi tonificada pelos dispositivos coletivos econômicos, entre eles a Cadeia Solidária de Frutas Nativas, as cooperativas e as feiras agroecológicas. Também estimulou o envolvimento de outros atores, como profissionais de saúde, universidades (ex.: NEA da Uni-

65 famílias se envolvem nos processos de comercialização, e uma família participa ou destina produtos a mais de um canal de comercialização.



Foto: Marcelo S. Araújo



Produtos elaborados pelo Encontro de Sabores

versidade de Passo Fundo) e o projeto Slow Food, e o surgimento de grupos de consumidores.

Enquanto ator da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, o *Encontro de Sabores* passou a comercializar os produtos processados pelas famílias (em espaços coletivos e familiares) em diferentes mercados, tais como pontos de comercialização, feiras de alimentos ecológicos, bancas em eventos, coquetéis e jantares.

O projeto *Ecoforte* teve um papel importante nessa expansão ao proporcionar uma maior capacidade de articulação entre os territórios e com outros atores, aumentando os fluxos de informação, o planejamento de ações e a circulação de produtos, implicando no maior volume de produtos comercializados e no fortalecimento dessa articulação (MARTINS, 2018).

O engajamento dos produtores, mas também do público urbano, tem intensificado o debate político sobre alimentação e segurança alimentar nos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas) e a defesa, por parte dos consumidores, das feiras agroecológicas como espaços privilegiados de comercialização de alimentos saudáveis.

Foto: Marcelo S. Araújo



Exposição de produtos do *Encontro de Sabores*

Iniciativas valiosas para o fortalecimento das relações entre a população urbana e as/os agricultoras/es e para a constituição dos grupos de consumidores têm sido os intercâmbios e os momentos de formação, que abordaram, entre outros temas, a produção dos alimentos, sua qualidade e a relação com a saúde humana e com os recursos naturais.

No ano de 2017, o *Encontro de Sabores* obteve uma receita bruta anual de 40 mil reais e manteve em estoque 400 kg de polpas de fruta.

Alguns canais de comercialização, como as feiras, têm a virtude de acumular funções, ou seja, além de possibilitar a venda, são espaços de formação, de informação, de comunicação e de divulgação de produtos. Os diferentes atores que participam da Rede Territorial utilizam diversos dispositivos de comunicação para divulgar suas ações e seus produtos — vídeos, pôsteres, cartilhas, panfletos, campanhas, *sites*, redes sociais da internet, rádio, entre outros. Esses mecanismos contribuíram para ampliar a atuação da Rede Territorial em direção aos setores urbanos e a outros territórios.

O apoio dado mais recentemente pelo *Ecoforte* impulsionou uma dinâmica produtiva, organizativa e econômica que já existia no território, fomentada por outras políticas e construída a partir da articulação entre as organizações que integram a Rede Territorial.



REDES ECOFORTE

PROMOVENDO A VALORIZAÇÃO
E USO DA SOCIOBIODIVERSIDADE,
CONSTRUINDO NOVAS DINÂMICAS
DE ABASTECIMENTO NO RS

FIGURA 10

POLÍTICAS E DESDOBRAMENTOS NO NÍVEL DO TERRITÓRIO E DOS AGROECOSSISTEMAS



A assessoria promovida a partir dos projetos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates)/Incra para os assentamentos e da Ater Agroecologia para a agricultura familiar, somada ao apoio técnico e aos processos de formação (cursos e oficinas) viabilizados pelo *Ecoforte*, expandiu o domínio técnico das famílias, dos grupos e dos empreendimentos sobre a produção e a diversificação agroecológica, o beneficiamento de produtos, a elaboração de alimentos, os procedimentos para a certificação orgânica e ainda valorizou o envolvimento das mulheres e dos jovens nas atividades realizadas.

Políticas como o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais/Secretaria do Desenvolvimento Rural,



Jantar ecológico em Aratiba (RS)

Pesca e Cooperativismo (Feaper/SDR), Pronaf Mais Alimentos e o apoio da Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe) foram dinamizadas pelos recursos do *Ecoforte* e permitiram melhorar a produção, a capacidade e a qualidade do trabalho e dos produtos obtidos nas agroindústrias, além de terem imprimido uma maior eficiência no fluxo de informações, conhecimentos e de produtos entre os atores no território e destes com outros territórios.

O acesso aos programas do mercado institucional (PAA e Pnae) teve um papel significativo na comercialização da produção da agricultura familiar e dos produtos agroecológicos processados nas unidades de beneficiamento, além de também cooperar com a ampliação das relações entre os produtores e consumidores presentes no território.

A cooperação internacional foi muito importante na trajetória da Rede Territorial ao colaborar com o fortalecimento institucional das organizações, disponibilizar assessoria técnica às famílias agricultoras, valorizar o uso da sociobiodiversidade e apoiar a mediação das relações entre atores do território.

A articulação entre diferentes iniciativas e a convergência de políticas, entre elas o *Ecoforte*, tem dado sustentação e consolidado a Rede Territorial como uma célula essencial e valiosa da Rede de Agroecologia Ecovida, um movimento complexo, arrojado e orgânico que envolve uma região muito mais ampla.

Referências

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. IBGE: Rio de Janeiro, 2006. 775 p.

MARTINS, Gustavo. **Sistematização Nível 3 da Rede Territorial Núcleo Planalto da Rede Ecológica de Agroecologia (RS)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018.

MARTINS, Gustavo; BRINKER, Edelaine. **Relatório final de estudo de caso de análise econômico-ecológica de agroecossistemas – método Lume**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018.

MORAES, Victor Leonam. **Relatório final de estudo de caso de análise econômico-ecológica de agroecossistemas – método Lume**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento**. O Caso dos Perímetros de Irrigação no Vale do São Francisco, Semiárido Brasileiro. 2007. 366p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2007.

SANTOS, Alvorí Cristo. **As Feiras do Bico**: Sistematização de Gestão do Projeto Regional para Montagem de Ferramentas de Gestão. Augustinópolis: APA-TO, 2015. 23p.

SIDERSKY, Pablo. **Sistematização Nível 3 da Rede Sabor Natural do Sertão (BA)**. Relatório final de projeto (Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios) - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Rio de Janeiro, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Programa Ecoforte de Agroecologia: inovação institucional sintonizada com desafios de civilização

Paulo Petersen

Por enquanto, o lugar — não importa sua dimensão — é a sede da resistência da sociedade civil. Mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território.

Milton Santos, 1994: p.19

Agroecologia consolida-se em âmbito mundial como uma teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura industrial ao mesmo tempo que fornece as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de sistemas alimentares economicamente eficientes, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. Também compreendida como uma prática social, ela se expressa nas diversas formas pelas quais a agricultura familiar camponesa, indígena e povos e comunidades tradicionais desenvolvem estratégias técnico-econômicas que associam a produção abundante e diversificada de comida de

verdade, o contínuo aprimoramento da base de recursos autocontrolada pelas famílias e comunidades rurais e elevados níveis de autonomia em relação aos mercados de insumos e de serviços. Vista como um movimento político, a agroecologia mobiliza sujeitos explicitamente envolvidos em sua construção prática e teórica, além de crescentes segmentos da sociedade que se acercam às ideias e experiências agroecológicas a partir de seu engajamento nas lutas por justiça social e ambiental, pela integridade ecológica dos biomas, pela saúde coletiva, pela soberania e segurança alimentar e nutricional, pela economia solidária, pela igualdade entre homens e mulheres, contra o racismo e a LGBT+fobia e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Em essência, a agroecologia se afirma a partir das sinergias virtuosas entre teoria, prática e movimento social, condensando em um todo indivisível seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua incidência política.

A partir de 2008, com a crise mundial de alimentos, verificou-se um crescente reconhecimento da agroecologia na comunidade internacional. Diferentes órgãos das Nações Unidas passaram a publicar desde então uma série de documentos que apresenta a agroecologia como uma abordagem sociotécnica adequada para dar respostas consistentes à acentuação, à disseminação global e ao mútuo entrelaçamento das crises alimentar, energética, ecológica, econômica, social e climática (IAASTD, 2009; SCHUTTER, 2011; HLPE, 2012, 2019; UNCTAD, 2013).

Iniciativas explicitamente identificadas à agroecologia proliferam mundialmente, articulando localmente famílias e organizações de produtoras/es, agentes de extensão não governamental e governamental, pesquisadoras/es, educadoras/es, estudantes e comunicadoras/es, gestoras/es públicos, pequenas/os empreendedoras/es em circuitos locais de transformação e comercialização e consumidoras/es. Os resultados dessas experiências de abrangência local são hoje reconhecidos como expressões empíricas inspiradoras de estratégias para o enfrentamento de desafios planetários sintetizados na *Agenda 2030 — Transformando Nosso Mundo*, que definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015), e em outros acordos globais também relacionados à agenda política de desenvolvimento sustentável, como o *Acordo de Pa-*



Intensa participação social marca a ação das redes de agroecologia

ris sobre Mudança do Clima (UNFCCC, 2015), a *Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição* (ONU, 2016) e a *XIII Conferência das Partes sobre Biodiversidade*.

O desafio de replicar em amplas escalas sociais e geográficas os resultados positivos dessas iniciativas de abrangência localizada vem suscitando um intenso debate internacional sobre o desenho de políticas públicas adequadas para esse fim. A realização pela FAO, em abril de 2018, do *II Simpósio Internacional de Agroecologia: aumento de escala da agroecologia para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* estabeleceu um marco nos debates internacionais relacionados à institucionalização da perspectiva agroecológica em políticas públicas.

Evidências empíricas da construção da agroecologia sistematizadas em diferentes regiões do mundo (BRESCHIA, 2017; OAKLAND INSTITUTE, 2018; MIER e TERÁN GIMÉNEZ CACHO *et al.*, 2018; BIOVISION, 2018; IPES-FOOD, 2018) deixam claro que as iniciativas mais criativas e vigorosas não resultam de processos planejados de cima para baixo, tampouco são orientadas para atingir objetivos restritivos referenciados pela lógica do produtivismo economicista. Ao contrário, são experiências sociais que impulsionam trajetórias de transição

agroecológica não lineares, complexas, multidimensionais e, sobretudo, ajustadas às peculiaridades socioecológicas e culturais locais. Por essa razão, são processos de mudança sociotécnica impulsionados pela ação coletiva em âmbito local, seja com ou sem apoio de políticas de Estado (IPES-FOOD, 2016, 2018).

Decorre dessa constatação um ensinamento-chave: a participação ativa da sociedade civil é condição indispensável para que a agroecologia se dissemine em larga escala. No lugar de normas e padrões de eficiência universalmente prescritos, as práticas da agroecologia correspondem à expressão material de princípios (ALTIERI, 2012; HLPE, 2019), valores (NYÉLÈNI FORUM, 2015) e elementos (FAO, 2018) orientadores da ação coletiva visando ao alcance de múltiplos objetivos definidos localmente.

Isso implica dizer que, embora as políticas públicas sejam o principal instrumento de ação dos Estados, não são entendidas como uma atribuição exclusiva dos aparelhos do Estado. Pela perspectiva da Agroecologia Política (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al*, 2020), os ciclos de construção, execução e monitoramento das políticas públicas de fomento a práticas agroecológicas devem assentar-se em dinâmicas de democracia participativa explicitamente voltadas a fortalecer a ação coletiva de caráter cooperativo em nível local. Portanto, requer processos de coprodução de políticas públicas envolvendo o Estado e a sociedade civil.

O exercício local de coprodução e cogestão de políticas públicas impulsiona círculos virtuosos entre a prática, a teoria e os movimentos sociais identificados aos princípios e valores da agroecologia. Dessa forma, são fortalecidas coalizões de atores no âmbito dos territórios, que assumem controle progressivo sobre as atividades de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Essa é a razão pela qual, diante da concentração sem precedentes de poder político e econômico nas corporações transnacionais do agronegócio, a noção de redes territoriais desponta no debate internacional sobre políticas para o aumento de escala da agroecologia, chamando a atenção para a importância decisiva da descentralização da governança dos sistemas alimentares.

O *Programa Ecoforte* — *Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica*, uma iniciativa integrada à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), corresponde a uma inovação institucional de enorme significado para esse debate. Além de contribuir para o aperfeiçoamento do próprio *Ecoforte*, o projeto de sistematização de aprendizagens do programa executado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve o exato objetivo de apoiar as reflexões críticas sobre as trajetórias de institucionalização das ideias agroecológicas em políticas públicas. A partir da análise da execução e dos resultados de 25 projetos de apoio a redes territoriais financiados pelo *Programa Ecoforte* em todas as regiões do Brasil, foi possível sistematizar um robusto conjunto de resultados e ensinamentos, apresentado nos capítulos que compõem esta publicação. Como contribuição adicional para os debates nesse campo, propomo-nos, neste capítulo final, a discutir o significado da incorporação na ação do Estado de uma noção central do *Programa Ecoforte*: a rede territorial de agroecologia.

1. A agroecologia e a territorialização dos sistemas agroalimentares

A análise agroecológica dos sistemas agroalimentares encontra sua elaboração mais abrangente e profunda quando realizada em diálogo com perspectivas críticas das ciências sociais. Para discutir os efeitos do *Programa Ecoforte*, levando em conta sua concepção inovadora referenciada a redes territoriais de agroecologia, procuramos aqui discutir brevemente os resultados sistematizados nesta publicação a partir de alguns conceitos propostos por perspectivas críticas da Economia, da Geografia e da Sociologia.

1.1 O enfoque do metabolismo social

Foi Karl Marx quem originalmente empregou o conceito de *metabolismo*, oriundo das ciências naturais, para a análise dos sistemas eco-

nômicos (FOSTER, 2011). Segundo sua concepção, *metabolismo* corresponde ao processo de trabalho pelo qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna (MARX, 1983). Infelizmente, essa elaboração seminal, proposta ainda no século 19, foi deixada de lado pelos seguidores intelectuais imediatos de Marx, sendo só retomada e desenvolvida pelos fundadores da economia ecológica, na sequência das formulações de Georgescu-Roegen (1971) relacionadas ao caráter entrópico dos sistemas econômicos.

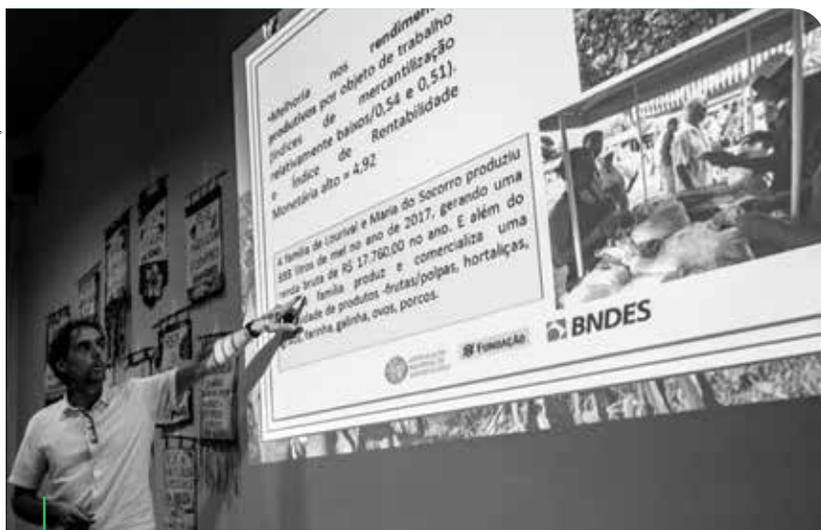
De acordo com este último autor, o objeto da Economia não são os processos de produção de bens e serviços, mas o estudo das condições históricas que presidem a reprodução e a contínua melhoria desses processos, envolvendo desde a produção até o consumo. Essa mudança de perspectiva implica que o desempenho econômico de qualquer processo produtivo não pode ser avaliado apenas pelos valores gerados em determinado período, mas deve também incorporar a capacidade de o sistema econômico autorreproduzir-se ao longo do tempo. Em outras palavras, implica a necessidade de substituir o foco de maximizar a produção no curto prazo pelo objetivo de otimizar os processos de produção/reprodução, assegurando a sustentabilidade dos sistemas socioecológicos.

Para considerar essa perspectiva analítica, Georgescu-Roegen (1971) defende que a avaliação dos processos econômicos deve levar em conta tanto os “fluxos biofísicos” quanto os “elementos-fundo”. Os primeiros correspondem às transferências de matéria e energia entre os cinco processos do metabolismo social: apropriação, transformação, circulação, consumo e excreção (descarte). Essas transferências, que correspondem a conversões biofísicas da matéria e da energia empregadas no processo econômico, são realizadas pelo trabalho humano visando à conversão de bens apropriados na natureza em valores econômicos. Os elementos-fundo são estruturas mediadoras dos fluxos do metabolismo social, podendo ser naturais (como o solo, os corpos de água, a vegetação, os criatórios etc.) ou artificiais (como máquinas e equipamentos, infraestruturas etc.). Considerando esses conceitos, os processos econômicos sustentáveis são aqueles que reproduzem ou mesmo ampliam e atri-

moram os elementos-fundo a cada ciclo produtivo, permitindo que os fluxos econômico-ecológicos sejam indefinidamente mantidos¹.

Dado que os fluxos econômico-ecológicos são regulados socialmente, o metabolismo social deve ser analisado a partir de duas dimensões interdependentes. A primeira, tangível, refere-se propriamente à dimensão biofísica compreendida pelos fluxos econômico-ecológicos e pelos elementos-fundo. A segunda, intangível, são as instituições sociais e políticas reguladoras dos fluxos de informação. O emprego desse enfoque analítico descortinou amplas perspectivas para a articulação entre as ciências naturais e as ciências sociais. Entre outros aspectos, essa nova perspectiva interdisciplinar tem contribuído para uma melhor compreensão dos processos históricos, demonstrando

Foto: Gilha Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Seminário com as redes de agroecologia para discussão dos resultados da sistematização

1 Segundo o enfoque do metabolismo social, as sociedades humanas realizam duas tarefas básicas no plano material: por um lado, produzem bens e serviços e os distribuem entre diferentes indivíduos e grupos que as compõem; por outro, reproduzem as condições necessárias para que a produção seja estável ao longo do tempo. Uma parcela muito relevante das relações sociais é, portanto, orientada para a reprodução do próprio metabolismo, ou seja, para a manutenção das transferências de energia, matéria e informações. Para tanto, investimentos em trabalho são essenciais para que haja a contínua regeneração dos “elementos-fundo” necessários à produção dos bens e serviços. Por meio desse equilíbrio entre os processos de produção/reprodução, torna-se possível reverter a entropia dos sistemas socioecológicos.

objetivamente a forte correlação entre a insustentabilidade ecológica e a desigualdade social nos modelos de desenvolvimento dominantes (MARTINEZ-ALIER, 2008).

Ao analisar conjuntamente os processos biofísicos e socioinstitucionais que encadeiam a produção ao consumo alimentar, a abordagem do metabolismo social apresenta-se como importante referencial analítico para o estudo dos sistemas agroalimentares a partir da perspectiva agroecológica. Na maior parte da história humana, a obtenção de alimentos e fibras fundamentou-se em metabolismos orgânicos, ou seja, em processos territorializados de produção baseados na energia solar e na apropriação e conversão da biomassa obtida localmente em recursos produtivos ou em bens de consumo. A rápida disseminação global do projeto de modernização agrícola a partir da segunda metade do século 20 representou uma ruptura nessa história multimilenar, abrindo espaço para o desenvolvimento de um padrão metabólico estruturalmente dependente de insumos industriais e energia não renovável, ambos mobilizados para o processo econômico como mercadorias. Ao contrário dos aprimoramentos técnicos anteriores, as tecnologias da modernização geram crescentes níveis de desconexão biofísica entre a agricultura e os ecossistemas locais, progressivamente tornando supérfluos os recursos endógenos (i.e. os elementos-fundo dos metabolismos orgânicos).

1.2 A desterritorialização dos sistemas agroalimentares

Dialogando com a perspectiva geográfica, essa desconexão ecológica pode ser compreendida como uma faceta decisiva da desterritorialização dos sistemas agroalimentares, ou seja, a transferência do poder de regulação do metabolismo agroalimentar para agentes extraterritoriais. No teatro cartesiano da agricultura industrial, a direção e o protagonismo da cena deixam de ser assumidos pelos atores do território. Seguindo o *script* elaborado pela ciência, atores externos passam a teleguiar o desenvolvimento do cenário pela via dos mercados (PETERSEN, 2018).

A velocidade com que as transformações no metabolismo dos sistemas agroalimentares vêm se processando sob a égide do projeto neoliberal é um fenômeno da História Ambiental que se destaca desde a década de 1990, sobretudo a partir da assinatura do *Acordo Agrícola*, da Organização Mundial do Comércio (OMC), período histórico que o geógrafo Milton Santos denominou de *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2003).

O mercado agrícola e alimentar liberalizado tornou-se uma arena propícia na qual diferentes grupos do agronegócio passaram a disputar posição de hegemonia. Por meio de uma série acelerada de apropriações, facilitadas pela oferta abundante de crédito nos mercados de capitais, foram criadas as condições para a emergência de um novo mecanismo global de governança dos sistemas agroalimentares, o “regime agroalimentar corporativo” (MCMICHAEL, 2009).

Ploeg (2008) caracteriza esse novo mecanismo de governança com a noção de Impérios Alimentares.

A essência da atual fase de globalização é que ela introduz, literalmente por toda parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais e específicas. Esses conjuntos de normas específicas representam o núcleo do Império. Consequentemente, o Império se materializa numa conquista continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados e os reúne para assegurar controlabilidade e explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, transformando-o em um não lugar (PLOEG, 2008: p. 255).

Empregando noções análogas às de Georgescu-Roegen, Milton Santos (2003) distingue o espaço geográfico como um sistema de fixos e fluxos. Na era neoliberal, os fixos tendem a ser estruturados no sentido de favorecer a verticalidade dos fluxos, ou seja, a integração dos territórios na economia globalizada.

Tal integração, todavia, é dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes [...] As verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a seguiu-la representa um convincente estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados (SANTOS, 2003: p. 108).

A alienação a que se refere Milton Santos resulta em progressiva dependência estrutural das agriculturas à racionalidade do mercado globalizado. Para o autor,

Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, de práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidos pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair (SANTOS, 2003: p. 89).

1.3 Redes territoriais e o desenvolvimento endógeno

A resistência à penetração da “ordem implacável e alienadora das verticalidades” sobre os territórios implica, em âmbito local, a defesa e o desenvolvimento das horizontalidades, ou seja, as interações, os encontros, as mutualidades, as complementaridades e as sinergias entre atores, recursos, atividades e setores econômicos do território. Nesse sentido, o território apresenta-se, por excelência, como o espaço no qual as dimensões econômica, ambiental e sociocultural são coordenadas a partir de uma orientação endógena do desenvolvimento.

Duas ideias inter-relacionadas são centrais no conceito de *desenvolvimento endógeno: recursos locais e controle local*. Assim, a endogeneidade refere-se ao grau em que as economias rurais são: a) construídas com base em recursos locais; b) organizadas de acordo com modelos locais de combinação dos recursos, o que também implica



Redes territoriais refletem sobre os resultados da sua ação

controle do uso sobre esses recursos; c) fortalecidas através da distribuição e do reinvestimento local da riqueza localmente produzida (OOSTINDIE *et al.*, 2008).

É importante ressaltar que os recursos locais, referidos nessa noção de endogeneidade, não se restringem aos de natureza material. Incluem também os recursos sociais, variáveis intangíveis expressas por meio da cultura cívica e empreendedora, dos padrões de cooperação entre agentes econômicos e sociais, de arranjos institucionais locais etc. A conformação de metabolismos orgânicos por meio do enfoque agroecológico supõe a construção de articulações dinâmicas entre recursos materiais e sociais ao longo do tempo.

Essa é a razão pela qual a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares aponta para a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem o adensamento de redes multiatores de âmbito territorial. Em termos analíticos, as redes territoriais de agroecologia podem ser compreendidas como arranjos socio-técnicos que mobilizam e alinham atores do território em processos que vinculam a inovação local (técnica, institucional, organizativa etc.) com

iniciativas de incidência política em defesa de projetos coletivos em diferentes níveis de amadurecimento e formalização².

Essa perspectiva analítica para a compreensão da construção da agroecologia permite situar as práticas agroecológicas no contexto dos fixos e fluxos que conformam o metabolismo dos sistemas agroalimentares no território. Nesse sentido, as redes de agroecologia funcionam como arranjos locais de coordenação da ação coletiva sobre as trajetórias de territorialização dos sistemas agroalimentares. Nesse caso, uma territorialização reflexiva informada por atores que buscam assumir o protagonismo sobre as trajetórias locais de inovação sociotécnica e sobre a governança dos processos de produção, transformação, distribuição e consumo alimentar.

A morfologia dessas redes diferencia-se significativamente de um território para outro e é dinâmica, ou seja, está permanentemente se alterando em resposta às mudanças contextuais internas ou externas ao território. São, portanto, redes criativas. Constroem suas capacidades adaptativas e evolutivas em analogia com os sistemas biológicos, ou seja, lançando mão de práticas de cooperação que fomentam sinergias e complementaridades na conformação de economias diversificadas baseadas em recursos locais e em processos econômico-ecológicos cíclicos (economias circulares).

Como um processo que se desdobra no tempo pelo adensamento dos fluxos horizontais a partir do acionamento e da interconexão de recursos endógenos, as redes de agroecologia situam o território em uma trajetória peculiar em relação às tendências globais de transformação do metabolismo agroalimentar. Nesse sentido, as verticalidades estabelecidas por agentes econômicos externos, frequentemente subsidiadas política e financeiramente pelo Estado, entrechocam-se com as horizon-

2 Não cabe aqui um aprofundamento sobre a aplicação do conceito de rede às dinâmicas de desenvolvimento rural (para uma revisão atualizada ver Schmitt, 2011). Resta apenas enfatizar o fato de que as redes não devem ser assimiladas *a priori* como entidades preestabelecidas nos territórios. Para efeito dos objetivos do trabalho de sistematização realizado, a noção de *rede* é acionada em uma dupla acepção: como uma referência analítica para o estudo dos processos de ação coletiva nos territórios e como um conceito operacional voltado a orientar a implementação de políticas públicas.

talidades construídas pelas redes, configurando conflitos territoriais, também compreendidos como *conflitos intermetabólicos* (GONZÁLEZ DE MOLINA & TOLEDO, 2011).

Não obstante, faz-se importante frisar que horizontalidades e verticalidades não são estruturadas necessariamente como elementos opostos ou mutuamente excludentes no tempo e no espaço. A orientação ao desenvolvimento endógeno dada pelas redes de agroecologia não implica a negação dos recursos exógenos ou das integrações econômicas em escalas mais agregadas, numa perspectiva de localismo defensivo. Em uma dinâmica processual, frequentemente atravessada por conflitos entre diferentes agentes econômicos e políticos, as redes territoriais de agroecologia evoluem ao adensar e assumir crescentes graus de controle sobre os fluxos econômico-ecológicos e ao multiplicar e aprimorar os fixos que conformam sua base de recursos autocontrolada. Em síntese, o objetivo é o de incrementar a governança local sobre os sistemas agroalimentares, o que explica a forte coerência conceitual e política entre os movimentos da agroecologia e da soberania e segurança alimentar e nutricional.

2 As redes territoriais de agroecologia: a desmercantilização na construção de economias de oposição, regenerativas e redistributivas

No contexto histórico da globalização neoliberal e de hegemonia do regime agroalimentar corporativo, as redes territoriais de agroecologia adquirem importante significado no desenvolvimento de “sistemas policêntricos de governança” (OSTROM, 2015). A descentralização do poder implica, nesse sentido, a construção de crescentes níveis de autonomia local em relação aos mecanismos de regulação vertical impostos pelos Impérios Alimentares. Por essa razão, elas podem ser interpretadas como contraestruturas que buscam se distanciar dos ordenamentos do regime dominante, gerando “economias de oposição” à racionalidade do capital (PAHNKE, 2015) por meio da criação de

articulações específicas entre atores, recursos e atividades no território (PLOEG & MARSDEN, 2008).

Moldadas por valores, princípios, práticas e objetivos que contrastam com a racionalidade técnico-econômica neoliberal, essas “economias de oposição” são desenvolvidas por meio de variadas estratégias de “desmercantilização” das transações econômico-ecológicas nos sistemas agroalimentares. Desmercantilizar não significa a negação das transações mercantis, mas o afastamento estratégico dos mercados convencionais moldados segundo as especificações do regime agroalimentar corporativo.

As estratégias econômicas que proporcionam a desmercantilização combinam linhas de ação mutuamente complementares ligadas ao acionamento de fluxos econômico-ecológicos por reciprocidade.

Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura de ANA



Sistematização traz luz aos resultados e aprendizados gerados pela ação das redes e potencializados pelo *Ecoforte*

2.1 Reciprocidade social

A primeira linha implica em desmercantilizar bens e serviços que podem ser obtidos por meio de mecanismos de reciprocidade social, dentre os quais força de trabalho, terra de trabalho, insumos produtivos, alimentos etc. Em situações em que o dinheiro é recurso escasso, bens e serviços disponíveis na base de recursos autocontrolada no território podem permanecer imobilizados para os processos econômicos caso os fluxos econômico-ecológicos sejam mediados exclusivamente por trocas mercantis. Práticas de cooperação e ajuda mútua possibilitam que a circulação de bens e serviços seja socialmente regulada no âmbito da própria rede, sem a necessidade do dinheiro como solvente das transações econômicas. Portanto, os intercâmbios não monetarizados funcionam como importante mecanismo para a intensificação de fluxos metabólicos horizontalizados. Mas a reciprocidade social não pode ser entendida como um mecanismo de intercâmbio econômico específico para as situações de pobreza. A troca por reciprocidade funciona como mecanismo de integração social que extrapola transações puramente econômicas, contribuindo também para fortalecer o capital social (a capacidade de fazer coisas em conjunto), a qualidade do trabalho e o cuidado com os processos de produção, o sentido de pertencimento comunitário, a proteção da cultura local etc.³

2.2 Reciprocidade ecológica

A segunda linha de ação está relacionada à produção local de insumos produtivos e ao contínuo aprimoramento do capital ecológico (fertilidade dos solos, agrobiodiversidade, reservas hídricas etc.) por meio das práticas de manejo agroecológico dos agroecossistemas. A desmercantilização ocorre pela redução ou mesmo completa eliminação de insumos comerciais nos processos de produção. Essa linha estratégica também pode ser entendida como um mecanismo de reciprocidade, nesse caso uma troca recíproca por meio da qual o trabalho humano integra-se organicamente ao trabalho da natureza (não humano), gerando benefícios econômicos e ecológicos. As práticas de reciprocidade ecoló-

3 Para mais informações sobre o papel da reciprocidade nas economias camponesas, ver Sabourin (2011).

gica acionam fluxos biofísicos que podem reduzir substancialmente os custos produtivos, ao mesmo tempo que proporcionam a contínua regeneração da infraestrutura ecológica dos agroecossistemas (ou elemento-fundo), contribuindo para a sustentabilidade socioecológica.

2.3 Gestão e defesa de bens comuns

A terceira linha refere-se à construção e/ou ao aprimoramento de arranjos institucionais responsáveis pela gestão de bens comuns, sejam eles materiais ou sociais. Por meio do desenvolvimento de instituições cooperativas organizadas e geridas pelos próprios usuários dos bens comuns, são criados fluxos contínuos de bens e serviços em benefício da coletividade, ao mesmo tempo que se procura evitar a chamada *tragédia dos comuns*, ou seja, a degradação da base de recursos coletivos em função da sobre-exploração ou da má gestão.

2.4 Construção de mercados territoriais

Finalmente, a quarta linha está relacionada à defesa e à construção de mercados territoriais (CSM/FAO, 2019), também denominados de *mercados imersos* (SALVATE, 2019) ou *aninhados* (PLOEG, 2015). Mercados territoriais distinguem-se dos mercados convencionais em vários aspectos. Enquanto os últimos são estruturados por convenções abstratas e transações econômicas impessoais moldadas por relações de poder hegemônicas, os primeiros são organizados por meio da interação direta entre os agentes econômicos. Embora destinem-se a regular fluxos de mercadorias, os mercados territoriais são instituições híbridas na medida em que também mobilizam relações de reciprocidade entre os agentes econômicos (SABOURIN, 2011; POLMAN *et al.*, 2010). Essa governança híbrida se deve ao acionamento de trabalho cooperativo (não remunerado) e da construção e reprodução sistemática da confiança mútua e da reputação (individual e coletiva), condições indispensáveis para a sustentação de circuitos comerciais socialmente regulados pela coalizão de atores nos territórios. Essas práticas de cooperação le-

vam à redução dos custos de transação relacionados ao funcionamento dos mercados, viabilizando a circulação de produtos e serviços nos territórios, uma condição que seria bloqueada caso os fluxos econômicos fossem regulados exclusivamente por intermédio de trocas monetárias.

Mercados territoriais funcionam, por excelência, como vigorosos elos de integração nas redes locais de agroecologia. São dispositivos de transação econômica imersos em redes de proximidade que favorecem fluxos de informações (sobre preços, sugestões, críticas, comentários etc.) entre os atores, sejam eles produtores, intermediários, consumidores ou gestores públicos. Além de gerar transparência nas relações comerciais, a manutenção dessas redes de proximidade produz efeitos reversos sobre a conformação dos agroecossistemas em função das respostas das famílias agricultoras aos estímulos de demanda dos demais atores da rede.

Os circuitos comerciais construídos e mantidos pelas redes territoriais se diferenciam dos mercados convencionais por incorporarem valores sociais relacionados à origem social e geográfica das produções, à

Foto: Gilka Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



Redes fortalecem a construção de mercados territoriais para produtos da agricultura familiar agroecológica

promoção da saúde, ao caráter artesanal da produção e à sustentabilidade dos processos produtivos. Portanto, são mercados que buscam se diferenciar ao expressar a crítica à padronização cultural ensejada pela globalização e à industrialização/artificialização dos alimentos. Nesse sentido, esses mercados territoriais podem também ser assimilados como arenas da luta nas quais produtos específicos circulam através de canais específicos, por meio de regras e valores específicos, para atender a demandas específicas de consumidores (PLOEG, 2015).

A construção e o contínuo desenvolvimento desses mercados se processa de forma flexível e dinâmica, a partir da geração de sinergias e *feedbacks* positivos entre os processos de produção, transformação, comercialização e consumo. Em síntese: por intermédio das práticas de “construção social de mercados”, são fortalecidas as estratégias de distanciamento dos mercados convencionais, ampliando a autonomia econômica de produtores, proporcionando o acesso à alimentação saudável e culturalmente adequada para as/os consumidoras/es e retendo no território a riqueza socialmente gerada pelo trabalho de produtoras/es e pequenas/os intermediárias/os.

2.5 O trabalho das mulheres na reprodução econômica e social

Outra característica decisiva das economias construídas no âmbito das redes de agroecologia refere-se ao papel destacado dos fluxos econômico-ecológicos acionados a partir do trabalho das mulheres. Como demonstram as perspectivas analíticas da economia feminista (OROZCO, 2004), o trabalho das mulheres é central na reprodução da “parte invisível do *iceberg*” das economias, exatamente a que assegura a sustentabilidade dos processos produtivos. O trabalho dedicado às tarefas domésticas e de cuidados e, no caso da agricultura familiar, à produção voltada ao autoconsumo alimentar é organizado por padrões culturalmente determinados de divisão sexual do trabalho, sendo assumido de forma muito assimétrica entre mulheres e homens. Ao mesmo tempo que esses padrões moldados pelo patriarcado opõem poderosos obstáculos ao desenvolvimento das redes de agroecologia, a realidade empírica das redes revela a centralidade das iniciativas políticas e econômicas

das mulheres na construção da agroecologia. Ao darem visibilidade ao papel das mulheres na reprodução econômica e social da agricultura familiar, essas iniciativas — que se expressam individual ou coletivamente — dão suporte à luta feminista contra os preconceitos e a violência de gênero, ao mesmo tempo que são decisivas para a ampliação, a diversificação e o adensamento das redes de agroecologia.

3 O caráter excepcional do *Programa Ecoforte*

O *Programa Ecoforte* foi concebido no sentido de tornar operativo o conceito de redes territoriais. A incorporação desse conceito em um instrumento de política pública significou, antes de mais nada, um raro reconhecimento oficial da existência e do papel decisivo das dinâmicas sociais territorializadas na construção da agroecologia. Sem lugar a dúvida, esse reconhecimento institucional não é fato trivial na cultura da ação pública para o mundo rural no Brasil, mesmo em se tratando de estratégias voltadas para o que se convencionou denominar de *fortalecimento da agricultura familiar*.

Grosso modo, os fluxos de redistribuição de fundos públicos voltados para o mundo rural pela via de projetos ou programas de desenvolvimento agrícola, rural ou territorial, foram historicamente canalizados visando impulsionar trajetórias de inovação sociotécnica alinhadas aos preceitos técnico-econômicos do paradigma da modernização agrícola. Na prática, os referenciais orientadores desses instrumentos de política pública pautam-se pelo objetivo de favorecer a integração mercantil das unidades de produção familiares que se mantêm parcial ou integralmente afastadas dos circuitos formais de inovação tecnológica e das cadeias produtivas verticais.

3.1 Fragilidades da agricultura familiar: falha dos mercados ou falha das políticas?

Com a pretensão de promover a prosperidade econômica e a emancipação social da parcela da população rural historicamente excluída

dos benefícios do chamado *mundo moderno*, vultosos recursos públicos foram canalizados para viabilizar trajetórias de inovação sociotécnica identificadas pelo ambíguo conceito de *inclusão produtiva*. Em que pese essa “frouxidão conceitual”, que abre espaço para variadas interpretações entre distintos atores sociais e políticos, via de regra a noção evoca a necessidade do desenvolvimento de vocações empresariais nos setores marginalizados do “progresso econômico”, para que os mesmos possam usufruir dos ganhos proporcionados pela modernidade.

Orientações como essa, derivadas do pensamento econômico liberal, concebem os estabelecimentos familiares como unidades empresariais autônomas que, para assegurar a sua viabilidade social e econômica, devem adotar tecnologias modernas e desenvolver capacidades de gestão contábil. Por essa concepção de empreendedorismo restrita aos fluxos financeiros, o trabalho considerado socialmente útil limita-se à conversão de recursos produtivos adquiridos nos mercados em produtos comercializáveis. Dessa forma, negligenciam-se da contabilidade econômica os resultados do trabalho de reprodução social e ecológica da agricultura familiar, ocultando particularmente a contribuição das mulheres nos processos de geração de riqueza.

Foto: Lauro José Damasceno Maia/ANA



Seringueiro prepara árvore para a sangria do látex. Rede Encauchados (PA)

Segundo essa concepção reducionista dos processos econômicos, as políticas públicas para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais são tecnicamente justificadas (e politicamente legitimadas) como necessidades para enfrentar as chamadas *falhas dos mercados*. Uma vez superadas essas supostas falhas por meio dos investimentos públicos, os estabelecimentos familiares deveriam, em tese, estar aptos a se reproduzir autonomamente como unidades empresariais no ambiente competitivo dos mercados.

Em que pese o fato de essas teses do liberalismo econômico aplicadas a programas e políticas de desenvolvimento rural não haverem sido confirmadas na prática após mais de vinte anos de experimentação⁴, elas permanecem exercendo influência insidiosa no pensamento de gestores públicos, mesmo entre muitos genuinamente comprometidos com a viabilidade social e econômica da agricultura familiar.

Falhas de mercados não podem seguir sendo indefinidamente evocadas para justificar as claras contradições entre os fundamentos teóricos e os resultados práticos da aplicação de políticas públicas para a agricultura familiar. Essas contradições se revelam tanto em políticas desenhadas para o “fortalecimento da agricultura familiar” quanto naquelas orientadas para a “inclusão produtiva”. O primeiro grupo de políticas, notadamente o Pronaf, foi originalmente desenhado visando os segmentos da agricultura familiar com diferentes níveis de integração à dinâmica dos mercados, segmentos outrora classificados como *consolidado* e *em transição*. Já a noção de *inclusão produtiva* que informa o segundo grupo de políticas está associado mais diretamente ao segmento mais empobrecido e desinserido dos mercados de insumos e das cadeias produtivas do agronegócio, sendo por essa razão classificado como *periférico*.

4 As séries estatísticas produzidas a partir dos dados levantados nos censos agropecuários realizados desde a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na década de 1990, atestam processos sistemáticos de especialização produtiva dos estabelecimentos familiares associados ao aumento do consumo de agroquímicos, à concentração de renda na categoria, a níveis crescentes de endividamento associados à dependência estrutural aos mercados de insumos e financeiro, à pronunciada evasão da juventude do meio rural, entre outras tendências (GUANZIROLI *et al.*, 2010) que em nada podem ser assimiladas à noção de fortalecimento da agricultura familiar.

Diante de tamanho reducionismo no esquema classificatório estabelecido segundo os graus de alinhamento à racionalidade econômica dominante de um universo social caracterizado pela megadiversidade sociocultural, as justificativas para as referidas contradições deveriam ser buscadas nos fundamentos técnico-econômicos que embasam a ação pública ou, objetivamente, nas falhas das políticas.

3.2 Redes territoriais e a construção de economias de escopo

De acordo com a perspectiva agroecológica, os resultados das políticas voltadas para a agricultura familiar devem ser avaliados segundo seus efeitos na transformação do metabolismo dos sistemas agroalimentares (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al*, 2020). O objetivo das políticas deve ser o de contribuir para a contínua ampliação da base de recursos autocontrolada⁵ por famílias e comunidades rurais, uma condição para que sejam impulsionadas trajetórias de intensificação produtiva ancoradas no investimento em trabalho qualificado. Como antes discutido, essa perspectiva de desenvolvimento está intrinsecamente relacionada à conformação de metabolismos orgânicos por meio do adensamento de redes sociotécnicas de âmbito territorial. Ao proporcionarem o reconhecimento e a dinamização dos potenciais endógenos dos territórios, sejam eles ecológicos ou sociais, as redes de agroecologia assumem crescentes níveis de governança sobre os fluxos econômico-ecológicos que vinculam a produção ao consumo em benefício de uma economia territorial redistributiva e regenerativa.

Do ponto de vista conceitual, as redes de agroecologia atuam no sentido de organizar os sistemas agroalimentares por meio de “economias de escopo” em oposição à atual tendência de expansão global das “economias de escala”, aquelas que constroem sua viabilidade pela redução dos

5 A noção de *base de recursos autocontrolada* possui equivalência ao conceito de *intitulação* proposto por Amartya Sen (1999) e refere-se à dotação de bens de que uma pessoa, família ou comunidade dispõe para reproduzir seus modos de vida. Os bens da base de recursos autocontrolada não são necessariamente privados. Bens comuns, mobilizados para o processo de trabalho por mecanismos não mercantis de integração social, como a economia de reciprocidade, são determinantes para a ampliação da base de recursos disponível para as famílias e comunidades rurais. As políticas públicas viabilizam fluxos de redistribuição de bens públicos (que podem ser convertidos em bens privados ou comuns), sendo igualmente determinantes nas trajetórias de ampliação da base de recursos autocontrolada.



O espaço Agroecológico das Graças, no Recife, conta com 22 barracas de alimentos saudáveis

custos unitários através da especialização produtiva dos agroecossistemas e territórios rurais e pelo sucessivo aumento da dimensão operacional dos processos de produção. Em contraste, as economias de escopo buscam a redução dos custos totais pelo efeito de sinergia entre diversas atividades produtivas coordenadas a partir de um único processo de gestão. Economias de escopo (ou de sinergia) funcionam essencialmente com base na circularidade dos fluxos econômico-ecológicos na escala dos territórios, reproduzindo assim um princípio básico no funcionamento de sistemas naturais: os resíduos de uma espécie são utilizados como o alimento de outra ou são convertidos em elementos necessários à reprodução dos processos ecológicos na escala da paisagem.

O caráter excepcional do *Programa Ecoforte* decorre do fato de ele contribuir explicitamente para reforçar “nichos de inovação sociotécnica”⁶ na escala de territórios, permitindo que atores locais ampliem e

6 A noção de *nichos de inovação sociotécnica* deriva da teoria das transições sociotécnicas (GEELS, 2002; ROEP, et al., 2003). Os nichos são também definidos como espaços protegidos onde novidades sociotécnicas podem surgir e amadurecer (KEMP et al., 1998 apud PLOEG et al., 2004). Nesse sentido, os nichos também já foram designados como laboratórios de campo, onde inovações altamente contextualizadas são geradas. Portanto, os nichos funcionam como incubadores de inovações geradas a partir do reconhecimento, da mobilização e da recombinação de recursos endógenos, sejam eles materiais ou imateriais. Nesses laboratórios, as novidades surgem (e amadurecem) de forma concatenada umas com as outras, configurando redes de inovações que podem se desenvolver em várias direções a partir da ação em rede de atores locais.



O programa *Ecoforte* favorece adensamento e ampliação das redes de agroecologia

adensem suas coalizões sociais, econômicas e políticas para que estas operacionalizem, na prática, os princípios e valores da agroecologia na configuração dos sistemas agroalimentares.

4 A coerência entre o *Programa Ecoforte* e os fundamentos da agroecologia

Como inovação institucional específica, o *Programa Ecoforte* surge no bojo de uma trajetória histórica de incorporação de ideias agroecológicas nas políticas públicas. Essa trajetória desenvolveu-se principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco no processo de democratização das instituições públicas no Brasil (SCHMITT et al, 2017). Essa é a razão pela qual a Articulação Nacional de Agroecologia, uma rede de redes e movimentos sociais de todo o Brasil também surgida no curso dessa trajetória, afirma a relação de mútua construção entre democracia e agroecologia, sendo a democracia uma condição para a afirmação da agroecologia e a agroecologia um enfoque para o aprofundamento da democracia.

Integrado ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), instrumento operacional da Pnapo, o *Programa Ecoforte* foi concebido e negociado a partir do acolhimento, por parte da FBB e do BNDES, de uma proposição apresentada por organizações vinculadas à ANA. Três ideias básicas davam coerência à proposta da ANA: 1) os territórios são assumidos como unidades socioespaciais básicas nas quais políticas públicas de diferentes ministérios e órgãos de governo devem ser coordenadas sinergicamente e de forma coerente com os fundamentos da agroecologia; 2) a agroecologia é um enfoque para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares baseados na valorização de recursos endógenos. Por essa razão, os recursos públicos redistribuídos pelo Estado não devem fomentar economias estruturalmente dependentes de recursos exógenos, sejam eles materiais ou sociais. Devem, por outro lado, contribuir para a identificação e valorização dos potenciais ecológicos e sociais locais no desenvolvimento territorial; 3) os atores locais articulados em rede devem assumir o protagonismo na configuração e na governança dos sistemas agroalimentares de base territorial, o que implica a condução das trajetórias de inovação sociotécnica orientadas à valorização dos recursos endógenos. A orientação dos processos de inovação sociotécnica às peculiaridades socioecológicas dos territórios e agroecossistemas locais deveria mobilizar conhecimentos populares e acadêmicos por intermédio de variados dispositivos metodológicos de construção e gestão do conhecimento agroecológico.

A operacionalização dessas ideias nas heterogêneas realidades dos territórios cobrou um desafiante exercício de modelagem das chamadas públicas para as propostas de projeto. Por um lado, as propostas deveriam estar referidas a conceitos e procedimentos objetivos, transparentes e universais. Por outro, deveriam estar abertas a acolher proposições técnicas muito diversificadas e ajustadas à pluralidade das redes territoriais de agroecologia no Brasil, bem como às diversificadas estratégias adotadas pelos atores nelas engajados. Para conciliar o critério de universalidade de uma política de âmbito nacional com a flexibilidade necessária para o ajuste às peculiaridades das redes territoriais, dois conceitos centrais foram adotados nas chamadas: *Rede* e *Unidade de Referência*. O primeiro foi definido como um “conjunto formado por organizações que atuam em

um dado território e que interagem por meio de dinâmicas participativas, de caráter cooperativo, com a finalidade de promover o fortalecimento da produção de base agroecológica, extrativista e orgânica”. O segundo corresponde ao “local de instalação ou demonstrações de técnicas, processos, metodologias ou sistemas produtivos onde são realizadas visitas, exposições e capacitações com o objetivo de promover a troca de conhecimentos e a disseminação de experiências”. Com base nessa definição abrangente, o *Ecoforte* financiou por meio desse instrumento a implantação de bens tangíveis (máquinas, equipamentos, instalações, veículos) e investiu em processos intangíveis (assistência técnica, processos educativos etc.).

Os projetos elaborados em resposta às chamadas públicas do *Programa Ecoforte* devem, portanto, ser apresentados por organizações em nome de redes territoriais e ser estruturados com o objetivo de implantar conjuntos de Unidades de Referência concebidas em processos de negociação interna às redes, visando a dar respostas a necessidades e perspectivas estratégicas coletivamente definidas.

Com base nas noções derivadas da perspectiva do metabolismo social, as Unidades de Referência podem também ser concebidas como arranjos sociotécnicos que acionam e interconectam novos fluxos econômico-ecológicos na escala de territórios. Esses arranjos integram *tecnologias sociais*⁷, um conceito já bem estabelecido nos programas da FBB que também relaciona dinâmicas de inovação sociotécnica a processos de emancipação econômica e empoderamento social pela via do fortalecimento de empreendimentos autogestionários.

O aspecto marcante que distingue o *Programa Ecoforte* de iniciativas prévias da FBB voltadas à promoção das tecnologias sociais refere-se exatamente ao reconhecimento das trajetórias anteriores de construção

7 Considera-se *tecnologia social* todo produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social, atendendo a quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado. A *Coleção Teia — Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia* (TSAs) corresponde a outro produto do projeto de sistematização que levou à publicação deste livro. A coletânea é composta pela descrição e análise de tecnologias sociais implantadas por 22 redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte* e pode ser acessada no seguinte link: <https://agroecologia.org.br/2019/05/23/boletins-sobre-tecnologias-sociais-em-agroecologia/>. Acesso em 13/11/2019.

da agroecologia por parte de atores nos territórios articulados em redes sociotécnicas. Esse reconhecimento é determinante para que as tecnologias sociais promovidas com apoio dos projetos sejam integradas nos arranjos sociotécnicos preexistentes, dando continuidade às trajetórias endógenas de inovação impulsionadas pelas redes.

Essa concepção possibilita a ruptura com a tradição difusionista de assistência técnica, fundamentada na noção de *transferência de tecnologias*. No lugar de projetos voltados à disseminação das tecnologias sociais para diferentes contextos socioecológicos (numa perspectiva de verticalidade), as redes territoriais de agroecologia assumem a iniciativa de selecionar e adaptar localmente as tecnologias sociais necessárias para fortalecer seus arranjos sociotécnicos. O reposicionamento dos atores da rede como protagonistas na coprodução dos projetos de investimento público gera também uma nova perspectiva para a avaliação dos próprios projetos. Embora sejam executados em períodos curtos, os projetos passam a ser avaliados a partir de sua contribuição específica no fortalecimento de trajetórias anteriores de inovação sociotécnica. Essa mudança de perspectiva coloca a necessidade do desenvolvimento de novos referenciais teórico-metodológicos para avaliação dos efeitos das políticas públicas, inclusive ao ressaltar a importância da efetiva participação dos atores das redes nos processos de monitoramento e avaliação (esse aspecto será retomado adiante).

Na elaboração dos projetos, além de justificar a relevância e demonstrar a coerência técnica das unidades de referência para a realidade territorial, as redes deveriam apresentar-se, indicando seu histórico, as organizações que solidariamente se comprometem com a execução do projeto, bem como os sujeitos sociais coletivos participantes do projeto. O exercício de elaboração de projetos configura-se, assim, como oportunidade excepcional para que processos de autorreflexão crítica sejam realizados.

Cabe ressaltar, nesse particular, que em variadas situações as redes não se identificam como tais, embora as dinâmicas de ação em rede já existam nos territórios. Nesse sentido, o *Programa Ecoforte* contribuiu para explicitar essas dinâmicas para os próprios atores nelas envolvidos, incentivando que as “protorredes” estabelecessem mecanismos mais ex-

plícitos de governança, fortalecendo o sentido de identidade e pertencimento de suas organizações em torno a projetos de desenvolvimento territorial orientados pela abordagem agroecológica.

A perspectiva inovadora da ação pública para o desenvolvimento agrícola, rural ou territorial (ou para o fortalecimento e a inclusão produtiva da agricultura familiar) materializada no desenho do *Ecoforte* colocou um grande desafio para as organizações envolvidas em sua concepção e execução: como monitorar os efeitos de uma iniciativa de investimento público que tem por objetivo formal fortalecer redes territoriais de agroecologia? Colocando em outros termos: o que indica que redes territoriais de agroecologia estão sendo fortalecidas? E em que esse fortalecimento contribui para a geração de resultados finalísticos em termos econômicos, ambientais, sociais e culturais?

A sistematização realizada pela ANA em parceria com a FBB e o BNDES, que tem nesta publicação um de seus produtos, é uma contribuição para responder a essas questões. Ela partiu da constatação de que o *Programa Ecoforte* criou um verdadeiro “laboratório” para experimentação de um arranjo institucional inovador concebido para fortalecer

Foto: João Paulo Moura/ANA



Os Bancos de Sementes Comunitários garantem, na hora do plantio, disponibilidade de variedades adaptadas às regiões

processos sociais emergentes de construção da agroecologia. Sistematizar aprendizagens produzidas nesse “laboratório de campo” instalado em todas as regiões do Brasil foi o objetivo assumido nessa parceria. A continuidade desse esforço de reflexão crítica e participativa é uma condição incontornável para que os conceitos operacionalizados por meio dos projetos financiados pelo *Programa Ecoforte* inspirem o desenho de outras iniciativas de política pública voltadas à promoção da agroecologia.

À luz dos conceitos apresentados no decorrer do texto, os resultados da sistematização serão discutidos nas duas seções finais a partir de duas questões:

- a) Como avaliar os efeitos dos projetos no que se refere ao fortalecimento das redes territoriais de agroecologia e à geração de resultados finalísticos nas dimensões econômica, ecológica e social?
- b) Que aprendizagens extrair para o desenho de políticas públicas para a agroecologia?

4.1 O desafio do monitoramento e da avaliação

Em que medida os projetos fortaleceram dinâmicas de territorialização dos sistemas agroalimentares? Para explorar essa questão, retomamos a discussão sobre a conformação dos fluxos econômico-ecológicos acionados pelas Unidades de Referência implantadas pelas redes territoriais durante a execução dos projetos. Três aspectos-chave devem ser analisados nesse sentido:

a) A direção dos fluxos: de onde vêm e para onde vão?

As tecnologias sociais integradas às Unidades de Referência implantadas pelo *Ecoforte* correspondem a elementos fixos⁸ mediadores de fluxos biofísicos e de informação. Os projetos promoveram um conjunto

8 Tais como os concebu Milton Santos em sua análise sobre dinâmicas territoriais.

variado de estratégias de territorialização (ver Capítulo 2), ou seja, de horizontalização dos fluxos econômico-ecológicos.

Diferentes práticas voltadas ao manejo e conservação da agrobiodiversidade figuram entre as estratégias técnico-econômicas adotadas por um grande número de redes apoiadas. Essas práticas podem ser interpretadas como mecanismos de “reciprocidade ecológica”, que possibilitam fluxos de apropriação de bens bioculturais para o processo de trabalho nos agroecossistemas de forma autônoma em relação aos mercados de insumos. Além de conservar genótipos de espécies e variedades adaptadas às condições ecológicas, fato que também concorre para a diminuição do uso de insumos comerciais nos agroecossistemas, essa estratégia contribui para reafirmar culturas alimentares locais, com efeitos positivos sobre a revalorização econômica da agrobiodiversidade.

Também presentes de forma generalizada nos projetos estão as estratégias voltadas ao processamento da produção nas escalas doméstica e comunitária e de construção e/ou fortalecimento de mercados territoriais. Correspondendo aos processos metabólicos da transformação e da circulação, essas estratégias de horizontalização dos fluxos econômico-ecológicos concorrem tanto para o aumento absoluto do valor agregado quanto para incrementar o nível de apropriação local da riqueza gerada pelo trabalho dos atores vinculados às redes.

Na dimensão imaterial do metabolismo, destacam-se a disseminação de metodologias de experimentação participativa e de certificação participativa. A primeira fortalece as capacidades das redes territoriais de aprimorarem continuamente os processos produtivos e os padrões de cooperação local a partir do desenvolvimento de conhecimentos contextuais, ou seja, saberes diretamente relacionados às especificidades do território. No plano técnico, essas inovações voltam-se ao aperfeiçoamento da reciprocidade ecológica, ou seja, a interação e mútua transformação entre o mundo social e o mundo natural. Em vários projetos, verificou-se o engajamento de instituições acadêmicas (universidades, centros de pesquisa) nas dinâmicas de inovação sociotécnica. Nesse sentido, pode-se dizer que as Unidades de Referência contribuíram para a geração de ambientes propícios para o diálogo de saberes.

As metodologias de certificação participativa da produção também dinamizam fluxos de informação entre os atores das redes e destes com agentes econômicos externos. Ao ancorar-se no ativo envolvimento das partes interessadas no reconhecimento público da qualidade orgânica da produção, essas estratégias contribuem para a desmercantilização do serviço de certificação, o que implica a possibilidade de dispensa dos mecanismos de auditoria por terceira parte. Além de baixar substancialmente os custos de transação e fortalecer o capital social no âmbito das redes, essas estratégias fundadas na confiança mútua contribuem para a construção social de mercados, para a intensificação dos fluxos da produção certificada no território e, por consequência, para a democratização da alimentação saudável.

Analisando do ponto de vista teórico-conceitual, as inovações sociotécnicas viabilizadas pelas redes no contexto dos projetos *Ecoforte* buscam reconstituir dinâmicas endógenas de desenvolvimento local. Elas são orientadas a superar dois grandes obstáculos gerados pelos padrões dominantes de organização técnico-econômica dos sistemas agroalimentares. O primeiro são as “lacunas estruturais”, ou seja, desconexões entre elementos sociotécnicos (econômicos e ecológicos) presentes nos territórios (BURT, 1995). Por meio das inovações agroecológicas, esses recursos são recombinaados de forma a gerar sinergias, complementaridades e círculos virtuosos nos circuitos de valor dos sistemas agroalimentares locais. O segundo obstáculo são os “vazios institucionais”, ou seja, a ausência ou incipiência de mecanismos de interação e regulação social necessários para que novos campos de ação coletiva em âmbito local sejam criados e estabilizados (AGOSTINI *et al.*, 2016).

b) Quem controla os fluxos?

A criação e interconexão de novos fluxos econômico-ecológicos horizontalizados, proporcionados pela implementação das Unidades de Referência, permitem combinar trajetórias de intensificação econômica na esfera dos agroecossistemas (aumento do valor agregado) com a manutenção de elevados graus de autonomia em relação às

cadeias de valor verticais do agronegócio. Trata-se, em outras palavras, de uma estratégia de desenvolvimento que não transfere poder político e econômico para atores extraterritoriais. No caso de territórios reconfigurados pelas verticalidades das cadeias do agronegócio, as trajetórias de desenvolvimento pela perspectiva agroecológica implicam a revalorização e a recombinação de recursos endógenos visando à paulatina horizontalização dos fluxos econômico-ecológicos e, concomitantemente, à retomada de poder sobre a governança dos sistemas agroalimentares.

O poder de regulação dos fluxos metabólicos pelas redes encontra-se distribuído pelos atores da própria rede, seja na escala dos agroecossistemas, seja em “dispositivos de ação coletiva” estruturados no território. No primeiro caso, destacam-se as variadas estratégias ligadas à ampliação e ao aprimoramento da base de recursos autocontrolada pelas famílias e comunidades, de onde são mobilizados bens e serviços para os processos produtivos, dispensando ou reduzindo a necessidade de recorrer aos mercados de recursos produtivos. Tecnologias sociais voltadas ao manejo ecológico dos solos, ao manejo e à conservação da agrobiodiversidade, de captação e gestão da água de chuvas e outras despontam nos projetos como mediadoras de fluxos de bens econômico-ecológicos controlados pelas famílias agricultoras.

No segundo caso, destacam-se as estratégias cooperativas no âmbito das redes territoriais. Elas criam e reproduzem bens comuns, elementos também integrantes da base de recursos autocontrolada. Dentre os exemplos de dispositivos de ação coletiva fomentados pelo *Ecoforte*, destacam-se: Bancos de Sementes Comunitários, equipamentos de uso coletivo, apropriação de recursos do agroextrativismo em territórios de uso comum, sistemas participativos de garantia, mercados territoriais e redes de experimentação agroecológica e intercâmbio de experiências.

O fortalecimento dos mecanismos de organização das redes territoriais contribuiu também para o incremento do poder dos atores locais para a mobilização e canalização de recursos de políticas públicas de forma coerente com suas perspectivas estratégicas. Como indicado no



Foto: CAA-NM/Arquivo

Tecnologia social em Minas Gerais valoriza saberes tradicionais e promove avanços na saúde de povo indígena

Capítulo 1, por meio da ação das redes os recursos investidos pelo *Ecoforte* foram aplicados no território em complementaridade e sinergia com recursos públicos mobilizados por meio de outras políticas públicas. Essas conexões entre políticas foram realizadas tanto pelas famílias, na remodelação dos agroecossistemas, como pelas organizações de base territorial, no fortalecimento de seus dispositivos de ação coletiva (como cooperativas, feiras locais e outros pontos de venda e unidades de beneficiamento comunitário).

Ao empregar os recursos públicos redistribuídos pelo Estado predominantemente para a expansão da base de recursos autocontrolada, as redes territoriais de agroecologia fortalecem padrões de desenvolvimento endógeno por meio do investimento de trabalho qualificado informado por conhecimento contextualizado. Nesse sentido, elas são decisivas para catalisar trajetórias relativamente autônomas de desenvolvimento fundamentadas na distribuição e no reinvestimento da riqueza socialmente produzida, o que contrasta com as dinâmicas convencionais de crescimento econômico, dependentes do sistemático e crescente influxo de capital, de tecnologias e de conhecimentos exógenos.

c) Como contabilizar os fluxos?

A análise metabólica dos sistemas agroalimentares implica a necessidade da adoção de abordagens metodológicas não convencionais para a descrição e quantificação dos fluxos de bens e serviços gerados desde a produção até o consumo dos alimentos. Isso significa a incorporação na contabilidade econômica dos fluxos não mediados pelas trocas monetárias, inclusive aqueles direcionados à reprodução da base de recursos autocontrolada (como a produção própria de insumos).

As sistematizações realizadas junto a três das redes territoriais apoiadas pelo *Ecoforte* são reveladoras nesse sentido (Capítulo 3). Ao empregar uma abordagem de análise econômico-ecológica de agroecossistemas proposta pela AS-PTA (o Método Lume, uma proposição também reconhecida como *tecnologia social* pela FBB), tornou-se possível dar visibilidade e dimensionar riquezas socialmente produzidas nas redes de agroecologia, mas negligenciadas e ocultadas pelos métodos convencionais de contabili-

Foto: Janaina Weiler/ANA



A construção coletiva de conhecimentos gera confiança no processo de certificação

dade econômica⁹. Entre outros aspectos revelados pelos estudos, destaca-se a importância decisiva da produção voltada ao autoconsumo, bem como as estratégias utilizadas para a redução dos custos produtivos por meio da produção própria de insumos e do acionamento de trocas econômicas por reciprocidade social. Essa contabilidade ajustada dos fluxos econômico-ecológicos possibilita uma avaliação substantiva da riqueza produzida pelo trabalho das famílias agricultoras na gestão de seus agroecossistemas.

Ao atribuir ao trabalho papel central como elemento constitutivo dos processos de produção de valores de uso e de valores de troca, o método joga luzes (daí o seu nome) sobre relações econômicas, ecológicas e políticas decisivas nos modos de produção e de vida da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais que têm sido ocultadas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional. Com base nas análises realizadas, torna-se possível demonstrar o efeito de ocultação dessas relações exercido pelo principal indicador econômico adotado nas estatísticas agrícolas, o valor bruto da produção (VBP). Como expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos no período de um ano, o VBP dissimula a riqueza efetivamente produzida pelo processo de trabalho, pois seu resultado é obtido pela soma do valor monetário dos produtos finais com o valor dos insumos comerciais empregados em sua elaboração. Para gerar uma representação substantiva da economia dos agroecossistemas, o método emprega o valor agregado (VA) como indicador central da análise do desempenho econômico-ecológico dos agroecossistemas. Nessa representação, o VA expressa a diferença entre o valor monetário dos bens produzidos, sejam eles vendidos, autoconsumidos e/ou doados, e os custos incorridos na produção. Expressa, portanto, o valor da produção sem o efeito de dupla contagem que torna o VBP um indicador enganoso da eficiência técnico-econômica da agricultura. Por essa razão, o método Lume propõe uma lente analítica coerente com a agroecologia.

Outra importante dimensão revelada pelo método refere-se à divisão sexual do trabalho no âmbito das famílias agricultoras, uma perspecti-

9 O método *Lume: análise econômico-ecológica de agroecossistemas* foi sistematizado em livro publicado pela ANA e pela AS-PTA. Disponível para download em: https://www.agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/03/2-livro_METODO-DE-ANALISE-DE-AGROECOSSISTEMAS_web.pdf. Acesso em 13/11/2019.

va analítica incorporada ao movimento agroecológico a partir da luta das mulheres contra as desigualdades de gênero e as múltiplas formas de misoginia e violência moldadas pela cultura patriarcal. Por meio de uma proposição metodológica inspirada na economia feminista, o método estabelece a equivalência entre os estatutos econômicos das esferas de trabalho no agroecossistema (mercantil e autoconsumo, doméstico e cuidados, participação social e pluriatividade), gerando uma ruptura com os modelos interpretativos centrais do pensamento econômico. Para tanto, propõe a contabilização do tempo dedicado às diferentes esferas de trabalho pelos membros das famílias agricultoras, tornando possível dimensionar a contribuição proporcional de homens e mulheres à geração do valor agregado.

Também com o objetivo de revelar fluxos econômico-ecológicos ocultados pelas abordagens econômicas convencionais, alguns projetos propuseram incorporar, em suas unidades de referência, a metodologia da Caderneta Agroecológica, uma proposição gerada e aprimorada no bojo do Grupo de Mulheres da ANA. Por meio dessa metodologia, que está igualmente reconhecida como tecnologia social pela FBB, torna-se possível monitorar a produção, a comercialização, o consumo, a troca e a doação de produtos gerados pelo trabalho realizado nos agroecossistemas com protagonismo das mulheres. Assim como os estudos realizados com auxílio do Método Lume, as cadernetas explicitam o papel decisivo das riquezas produzidas pelas mulheres para a economia da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.

Em síntese, as metodologias adotadas no processo de sistematização contribuem à construção de novos referenciais e ferramentas de cálculo econômico para superar as limitações das abordagens teórico-metodológicas derivadas do pensamento econômico liberal, permitindo que os efeitos positivos das redes territoriais de agroecologia sejam desocultados. Avançar no desenvolvimento e na aplicação dessas metodologias com o amplo envolvimento dos atores das redes territoriais é condição para que o movimento da agroecologia seja continuamente reforçado a partir dos aprendizados gerados pela análise de suas práticas emancipatórias. Trata-se de um desafio de grande envergadura na medida em que

coloca em xeque os fundamentos do paradigma do capitalismo agrário, bem como a orientação positivista das instituições científicas, negadoras dos saberes não acadêmicos. Superar esse desafio implica fortalecer o círculo virtuoso através do qual as experiências sociais, a ciência e o movimento da agroecologia reforçam-se mutuamente, criando as condições práticas, teóricas e políticas para a transformação dos marcos institucionais que regulam e dão sustentação ao metabolismo industrial dos sistemas agroalimentares dominantes.

4.2 Aprendizagens do *Ecoforte* para o desenho de políticas públicas

A sistematização participativa realizada junto às redes apoiadas pelo *Programa Ecoforte* possibilitou a identificação de um conjunto de ideias inspiradoras para a formatação e a implantação de políticas públicas coerentes com o paradigma agroecológico. Antes, porém, cabe ressaltar três aspectos relacionados ao contexto institucional em que o programa foi criado e implementado. O primeiro decorre do próprio processo de concepção do Programa e da modelagem de seus instrumentos operacionais. Destaca-se, nesse processo, o ambiente democrático por meio do qual proposições elaboradas no seio da sociedade civil foram acolhidas e debatidas nos órgãos e nas instituições do Estado, notadamente a Secretaria Geral da Presidência da República, o BNDES e a FBB, as duas últimas responsáveis pelo financiamento e pela operacionalização do *Ecoforte*. A ideia original de constituição de fundos públicos de apoio a projetos de promoção da agroecologia executados por redes territoriais foi elaborada e apresentada ao Governo Federal por organizações vinculadas à ANA. Ressalta-se, como aprendizado desse episódio, a constatação de que a criação e o fortalecimento de espaços públicos para a governança democrática das políticas públicas é uma condição indispensável para o avanço dos processos de institucionalização das ideias agroecológicas.

O segundo aspecto, intimamente relacionado ao anterior, refere-se ao papel do *Programa Ecoforte* no fortalecimento da sociedade civil organizada, um elemento decisivo nos ciclos de elaboração, negociação, execução e monitoramento das próprias políticas públicas. A sistemati-

zação identificou o papel inequívoco das redes de agroecologia em mobilizar e dar coerência estratégica ao conjunto de políticas que incidem nos territórios, sejam aquelas especificamente voltadas para o desenvolvimento rural e agrícola, sejam as políticas de distribuição de renda e os serviços públicos. O ensinamento que se extrai desse fato é que os instrumentos de política desenhados deliberadamente para mobilizar e articular a ação coletiva funcionam como mecanismos recursivos de aprofundamento da democracia participativa e da cidadania crítica e ativa em defesa do interesse público e dos bens comuns.

O terceiro aspecto que relaciona a agroecologia à democracia diz respeito ao acesso aos bens da natureza para que os mesmos sejam apropriados de forma justa e equitativa visando à reprodução de metabolismos orgânicos nos sistemas agroalimentares. Em um país caracterizado pela enorme concentração fundiária, em que a terra e os demais bens ecológicos são crescentemente apropriados de forma privada a serviço da acumulação do capital, a democratização dos sistemas agroalimentares passa necessariamente pela realização da reforma agrária de base agroecológica e pela defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Além disso, como bem revelaram iniciativas apoiadas pelo *Ecoforte*, políticas públicas orientadas para o fortalecimento de redes territoriais de agroecologia envolvendo assentamentos rurais e comunidades tradicionais são condições indispensáveis para a reversão das tendências de fragilização da agricultura familiar, contribuindo para que os segmentos da população rural historicamente marginalizados pelo Estado sejam mobilizados como agentes dinamizadores de economias de escopo, redistributivas e regenerativas.

Os três aspectos anteriores referem-se à centralidade do Estado democrático e de direitos como condição irrecorrível para a criação de contextos sociopolíticos virtuosos favoráveis ao avanço da agroecologia como enfoque de mudanças institucionais. Os comentários que se seguem referem-se especificamente às inspirações do *Programa Ecoforte* para o desenho de instrumentos de políticas públicas explicitamente moldados para a transformação dos sistemas agroalimentares segundo orientações agroecológicas.



A construção de tecnologia social, assentada na gestão de bens comuns, vem permitindo manutenção e fortalecimento de sistemas de criação animal familiar, superando as adversidades naturais do Semiárido brasileiro

Em primeiro lugar, destaca-se o processo de elaboração dos projetos financiados pelo Programa. A realização de investimentos públicos segundo as demandas definidas pelas redes contrasta com os procedimentos tradicionais da ação do Estado na medida em que, por meio de suas políticas, são ofertadas “soluções” para problemas identificados sem a participação democrática dos atores locais. Muito frequentemente, essas soluções implicam a implantação de cadeias de valor verticais que induzem os agroecossistemas a trajetórias de crescente especialização produtiva e dependência estrutural aos mercados de capital, de insumos, de serviços e de produtos. O incentivo à verticalização dos fluxos econômico-ecológicos pelas políticas cria desconexões entre recursos endógenos (acentuando lacunas estruturais) e torna supérfluos os mecanismos locais de regulação dos processos de produção, processamento e distribuição de alimentos (gerando vazios institucionais).

Como antes referido, os projetos *Ecoforte* financiam bens tangíveis e intangíveis que contribuem para intensificar economicamente e interconectar ecologicamente variadas atividades produtivas na escala dos agroecossistemas e dos territórios. Contribuem também

para reterritorializar os sistemas agroalimentares ao viabilizar pequenas infraestruturas e equipamentos necessários para o processamento artesanal e o escoamento comercial da produção através de circuitos curtos. Nesse sentido, são investimentos que apoiam tanto a horizontalização dos fluxos econômico-ecológicos como o fortalecimento de dispositivos institucionais para a gestão desses fluxos no âmbito das redes.

No que se refere aos fluxos econômico-ecológicos (biofísicos), os investimentos realizados por meio das Unidades de Referência proporcionaram mudanças estruturais no âmbito dos agroecossistemas e dos territórios. Nos agroecossistemas, as Unidades de Referência contribuíram para promover formas mais sustentáveis e resilientes de manejo produtivo por meio de um conjunto de estratégias técnicas colocadas em prática em diferentes combinações. Dentre elas, destacam-se: a) resgate, conservação e desenvolvimento da agrobiodiversidade; b) promoção de serviços ecossistêmicos pelo incremento da biodiversidade funcional (contribuindo para a redução ou supressão de insumos comerciais, sobretudo os agroquímicos); c) redução do consumo ou manutenção da autonomia em relação a fontes de energia não renováveis por meio do manejo da biomassa (fotossíntese), pela introdução de fontes alternativas de energia e pelo aumento da eficiência energética dos processos de produção; d) fechamento de ciclos biogeoquímicos nos agroecossistemas (pela integração ecológica entre os subsistemas).

Na escala dos territórios, as inovações sociotécnicas contribuem para reduzir o perfil metabólico de sistemas agroalimentares (isto é, o consumo de energia e matéria) por meio de três estratégias principais: a) construção ou fortalecimento de mercados territoriais, possibilitando o encurtamento das cadeias entre a produção e o consumo e o escoamento comercial de amplo leque de produtos da biodiversidade vendidos *in natura* ou artesanalmente processados; b) instalação ou ampliação de unidades coletivas de beneficiamento da produção; c) mobilização de recursos produtivos do território, por meio de mecanismos de reciprocidade e gestão de bens comuns (como os Bancos de Sementes e viveiros comunitários).



Foto: Gillia Resende/Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA

A articulação e a troca de conhecimentos entre as redes apoiadas pelo Programa Ecoforte marcaram o processo da sistematização

No plano institucional, as chamadas para projetos do *Ecoforte* destacaram a necessidade de ações afirmativas visando a mobilizar o envolvimento ativo de segmentos sociais historicamente deixados à margem das políticas públicas. Por um lado, isso implicou o direcionamento dos recursos investidos pelo Programa para a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais, os povos indígenas, as/os quilombolas e as/os assentadas/os de reforma agrária. Por outro, resultou na canalização dos recursos para projetos econômicos protagonizados por mulheres e jovens. Essa clara orientação do Programa no sentido de redistribuir recursos públicos para fomentar projetos que favoreçam a emancipação econômica e política de sujeitos coletivos por meio do envolvimento dos mesmos nas redes territoriais de

agroecologia rompe com a concepção convencional de “inclusão produtiva”, mais relacionada ao atrelamento subordinado de indivíduos ou famílias desses segmentos aos fluxos verticais de reprodução do capital.

Formatos inovadores de base territorial para a gestão do conhecimento constituem outro campo de aprendizagem do *Ecoforte*. Nesse caso, o conhecimento é assumido como um bem comum que circula livremente nas redes. Por meio dos fluxos horizontais de informação mediados por metodologias inovadoras de assessoria e pesquisa participativa, os saberes tradicionais localmente contextualizados são mobilizados e recombinaados com conhecimentos científico-acadêmicos para fomentar processos locais de inovação sociotécnica. Destaca-se nesse particular a importância da participação de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão em várias redes apoiadas pelo *Ecoforte*, sendo este também um critério positivo valorizado nas chamadas por projetos.

Como comentário final, ressalta-se a centralidade do enfoque territorial adotado pelo *Ecoforte* e seu significado para a gestão das políticas públicas voltadas para a agroecologia. É no território que se desdobram trajetórias de inovação sociotécnica impulsionadas por redes de agroecologia, nas quais a agricultura se conecta com as dinâmicas da natureza e da cultura local. Esse espaço praticado se configura como arena na agregação de forças sociais em defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional, da justiça social e ambiental, da saúde coletiva, da economia solidária, da equidade de gênero, dos direitos de agricultoras/es e consumidoras/es e, na mediação de todos esses objetivos, da democracia deliberativa. Por outro lado, o território é também o espaço dos conflitos intermetabólicos, onde as práticas locais são frequentemente exercitadas em condições assimétricas de poder com os ordenamentos neoliberais. Por fim, é também o espaço de gestão administrativa do Estado onde as políticas alocam recursos públicos para que sejam combinados sinergicamente com recursos localmente controlados por redes sociotécnicas protagonizadas pela sociedade civil para a conformação de sistemas agroalimentares justos, democráticos e sustentáveis.

Referências

AGOSTINI, M.; RÖSING, L. V. M.; BOSSLE, M. B. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, 17 (6), p. 72-101, 2016.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BRESCIA, S. **Fertile ground**: Scaling agroecology from the ground up. USA: Food First/Institute for Food and Development Policy, 2017.

BIOVISION. **Beacons of Hope**: path to a more sustainable food system. 2018. Disponível em: <<https://www.biovision.ch/en/news/beacons-of-hope-report/>>. Acesso em 13/11/2019.

BURT, R. S. **Structural Holes**: the social structure of competition. Cambridge, Massachusetts; London, England: First Harvard Univ. Press paperback edition, 1995.

CSM/FAO. **Connecting smallholders to markets**: an analytical guide. Rome: CSM/FAO, 2019. 46p.

FAO. **The 10 Elements of Agroecology**: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems. Rome: FAO, 2018, 15p.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GEELS, F. W. Technological Transitions as Evolutionary Reconfiguration Processes: A Multi-Level Perspective and a Case-Study. **Research Policy**, 31 (8-9), p.1257- 1274, 2002.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; TOLEDO, V. **Metabolismos, naturaleza e história**: hacia una teoría de las transformaciones socioecológicas. Barcelona: Icaria, 2011. (Perspectivas Agroecológicas, 7).

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; PETERSEN, P.; GARRIDO PEÑA, F.; CAPORAL, F. **Political agroecology**: advancing the transition to sustainable food systems. New York: Taylor & Francis, 2020.

GUANZIROLI, C.E.; BUAINAIM, A.; DI SABBATO, A. **Agricultura familiar**: uma análise comparativa 1996–2006. Brasília: MDA/NEAD/IICA, 2010.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Food security and climate change**. Rome, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-me421e.pdf>>. Acesso em 13/11/2019.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition**. Rome, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>>. Acesso em 13/11/2019.

INTERNATIONAL ASSESSMENT OF AGRICULTURAL KNOWLEDGE, SCIENCE AND TECHNOLOGY FOR DEVELOPMENT (IAASTD). **Agriculture at a crossroads**: global report. Washington: IAASTD Reports, 2009.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). **From uniformity to diversity**: a paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems. 2016. Disponível em: <www.ipes-food.org/agroecology>. Acesso em 13/11/2019.

INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). **Breaking away from industrial food and farming systems**: seven case studies of agroecological transition. 2018. Disponível em: <http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/CS2_web.pdf>. Acesso em 13/11/2019.

MARTINEZ-ALIER, J. Perfis metabólicos dos países e conflitos de distribuição ecológica. In: MIRANDA, A.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J. C.; MONKEN, M. (org.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p.117-141.

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital (Vol.1). São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1867].

NYÉLÉNI MOVEMENT FOR FOOD SOVERIGNTY (NYÉLÉNI FORUM). **Declaration of the International Forum for Agroecology**. Sélingué (Mali): Nyeleni Forum for Food Sovereignty, 2015.

OAKLAND INSTITUTE. **Agroecology Case Studies**. 2018. Disponível em: <www.oaklandinstitute.org/agroecology-case-studies>. Acesso em 4/01/2019

OOSTINDIE, Henk; BROEKHUIZEN, Rudolf van; BRUNORI, Gianluca; PLOEG, Jan Douwe van der. The endogeneity of rural economies. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (ed). **Unfolding Webs: the dynamics of regional rural development**. Assen: Van Gorcum, 2008, p. 53-67.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030> >. Acesso em 13/11/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **New UN Decade aims to eradicate hunger, prevent malnutrition**. 2016. Disponível em: < <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsId=53605#.WaCudsQyJC> >. Acesso em 13/11/2019.

OROZCO, A. P. Estrategias feministas de desconstrucción del objeto de estudio de la economía. **Foro Interno – Anuario de Teoría Política**, número 4, pp.87-117, 2004.

PETERSEN, P. Agroecology and the restoration of organic metabolism in agrifood systems. In: MARSDEN, T. (ed.). **The Sage Handbook of Nature**. London: Sage, 2018, p. 1.448-1.467.

PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen.: Van Gorcum, 2008.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. Newly emerging, nested markets: A theoretical introduction. In: HEBINCK, P.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S. **Rural Development and the Construction of New Markets**. Abingdon: Routledge, 2015.

ROEP, D. J.; PLOEG, J. D. van der; WISLERKE, J.S. C. Managing Technical-Institutional Design Processes: Some Strategic Lessons from Environmental Co-Operatives in the Netherlands. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, 51 (1-2), p. 195-217, 2003.

SALVATE, N. **Mercados imersos: uma nova abordagem sobre a construção social dos mercados**. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre, UFRGS/PGDR, 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M et al. (Org.): **Território**: Globalização e Fragmentação. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHMITT, C. J. Redes, Atores e Desenvolvimento Rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, mai./ago. 2011.

SCHMITT, C.J.; NIEDERLE, P.; ÁVILA, M.; SABOURIN, E.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.; ASSIS, W.; PALM, J.; FERNANDES, G. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. In: SABOURIN, E.; PATROUILLEAU, M.; LE COQ, J. F.; VÁSQUEZ, L.; NIEDERLE, P. **Políticas Públicas a favor de la Agroecología en América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO/Rede PP-AL, 2017, p. 73-122.

SCHUTTER, O. de. Report: **Agroecology and the Right to Food**. 16th Session of the United Nations Human Rights Council (ONU), 201. Disponível em: <<http://www.srfood.org/en/report-agroecology-and-the-right-to-food>>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TERÁN GIMÉNEZ CACHO, M. M.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M.; MORALES, H.; FERGUSON, B. ; ROSSET, P.; KHADSE, A.; CAMPOS, C. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 42(6), p.637-665, 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade and Environment Review 2013**. Wake up before it is too late. Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate. Genebra, 2013. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditcted2012d3_en.pdf>. Acesso em 13/11/2019.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Paris Agreement**. 2015. Disponível em: < https://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_english_.pdf >. Acesso em: 13/11/2019.

VENTURA, F.; MILONE, P.; PLOEG, J. D. van der. Understanding rural development dynamics. In: MILONI, Pierluigi; VENTURA, Flaminia. **Networking the rural**: the future of green regions in Europe. Assen: Van Gorcum, 2010, p. 1-29.

Este livro apresenta os resultados de um processo nacional de sistematização que envolveu 25 redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo primeiro edital do *Programa Ecoforte* (projetos executados entre 2015 e 2017). O trabalho, desenvolvido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Amazônia, promoveu

intercâmbios entre as redes e apoiou a reflexão nos territórios a respeito da atuação das organizações, buscando dar visibilidade aos efeitos positivos gerados pelas ações coletivas de promoção da agroecologia.

Os resultados e aprendizados aqui apresentados são pequenas amostras da riqueza contida na ação das redes, os quais podem inspirar e servir como referências para o desenvolvimento de experiências em agroecologia em todo o País.

FUNDO AMAZÔNIA



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



ISBN 978-85-87116-34-5



9 788587 116345